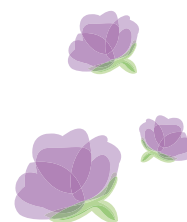


Gênero na
Amazônia



Belém, n. 25, janeiro/junho, 2024



Construindo a Rede de Estudos
de Gênero na Amazônia

GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero

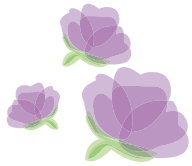


Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA)
Maria Angelica Motta Maués (UFPA)
Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

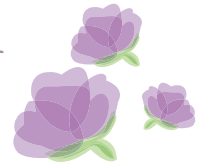
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecilia Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Luiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 25, janeiro/junho, 2024



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Cristina Alves Maneschy é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França. Realiza pesquisas sobre gênero, desenvolvimento e meio ambiente.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é Professora Adjunto 4 (IFCH/UFPA); Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA); graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades (GEPEM/UFPA). Área temática: gênero, afetividades, sexualidades, diversidade sexual.

Adelma Pimentel é Professora Titular na UFPA. PHD em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento pela UEVORA-PT; Orientadora de mestrado e doutorado na UFPA, linha de pesquisa: Fenomenologia: teoria e Clínica.

Copyright ©2024/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Adelma Pimentel
Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Cristina Alves Maneschy
Telma Amaral Gonçalves

Editores do Periódico para Web

João Santiago Lisboa
Ana Carolina Álvares Branco
Adelma Pimentel

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Revisão Técnica

Responsabilidade dos/as autores/as a revisão gramatical final do texto.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 25 (jan./jun. 2024). - Belém: GEPEM, 2024.

ISSN 2238-8184

Qualis B2

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/www.gepem-ufpa.com.br

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; gepem-ufpa.com.br/observatorio

Fanpage: www.facebook.com/projetogepem Instagram: [@gepemufpa](https://www.instagram.com/gepemufpa)

Sumário/Sumario/Contents

APRESENTAÇÃO

..... 11

Maria Luzia Miranda Álvares

Ana Carolina Álvares Branco

SEÇÃO A

Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero

Representação Feminina na Literatura Brasileira: o caso Úrsula, de Maria Firmina dos Reis 17

Representación Femenina en la Literatura Brasileña: el caso de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis

Female Representation in Brazilian Literature: the Úrsula case, by Maria Firmina dos Reis

Anna Beatriz Vianna da Silva

Juliana Maia de Queiroz

Maturidade Feminina: discursos impressos e estigmas em Belém do Pará (1920-1930) 35

Madurez Femenina: discursos impresos y estigmas em Belém do Pará (1920-1930)

Female Maturity: printed speech and stigmas in Belém do Pará (1920-1930)

Breno dos Santos Santana

Mulheridades e Diversidades do Carimbó Amazônida: sim, nós existimos, resistimos e insistimos! 51

Mujer y Diversidad en Carimbó Amazônida: ¡sí, existimos, resistimos e insistimos!

Womanhood and Diversity in Carimbó Amazônida: yes, we exist, we resist and we insist!

Sil Lena Ribeiro Calderaro Oliveira

Marizete Fonseca da Silva

Natasha de Queiroz Almeida

Elison Antonio Paim

Rosa/Lena: uma personagem, dois nomes e uma sexualidade enclausurada em romances de Lindanor Celina 71

Rosa/Lena: un personaje, dos nombres y una sexualidad enclaustrada en romances de Lindanor Celina

Rosa/Lena: a character, two names, and a cloistered sexuality in Lindanor Celina's novels

Paula Fernanda Pinheiro Souza

Raquel Terezinha Rodrigues

SEÇÃO B

Violência de gênero em diferentes dimensões

Psicanálise, Mulheres e Violação de Direitos: relato de experiência de um atendimento clínico no estágio de psicologia de uma universidade particular de ensino superior do RN/BR 97

Psicoanálisis, Mujeres y Violación de Derechos: informe de experiencia de una atención clínica en la pasantía de psicología de una universidad privada de educación superior del RN/BR

Psychoanalysis, Women and Violation of Rights: report of experience of a clinical care in the psychology internship of a private university of higher education of the RN/BR

Anne Isabelita Sabino de Mendonça Costa

Repúdio a “Presenças Feministas”: análise do discurso em comentários masculinos quanto ao feminismo em Belém do Pará 107

Repudio de las “Presencias Feministas”: análisis del discurso de los comentarios masculinos sobre el feminismo en Belém do Pará

Repudiation to “Feminist Presences”: speech analysis of male comments regarding to feminism in Belém, Pará

Fernanda Almeida de Souza

Karla Jamily Gomes Pereira Ribeiro

Maria Eduarda Pinheiro da Silva

Bárbara Araújo Sordi

SEÇÃO C

Trabalho Feminino, Cuidados e Direitos

Perfil de Acompanhantes de Pessoas Idosas Hospitalizadas: Desafios e perspectivas sobre a feminização do cuidado 125

Perfil de Acompañantes de Personas Mayores Hospitalizadas: desafíos y perspectivas sobre la feminización del cuidado

Profile of Companions of Hospitalized Elderly People: challenges and perspectives on the feminization of care

Sara Daltro Tavares Paiva

Lissany Braga Gonçalves

Fazeres e Saberes de Mulheres que se Utilizam de Plantas Medicinais em Práticas de Curas na Amazônia Tocantina no Pará 143

Prácticas y Saberes de Mujeres que Utilizan Plantas Medicinales en Prácticas Curativas en la Amazonía Tocantina de Pará

Practices and Knowledge of Women who use Medicinal Plants in Healing Practices in the Tocantina Amazon in Pará

Benedita Celeste de Moraes Pinto

Daniela Daniele Rodrigues Gaia

Renata Ferreira Siqueira

SEÇÃO D

Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação

Independência Financeira, Liberdade, Autoconfiança e Consciência Coletiva: sentidos do empoderamento feminino 159

Independencia Financiera, Libertad, Autoconfianza y Consciencia Colectiva: sentidos del empoderamiento femenino

Financial Independence, Freedom, Self-confidence, and Collective Awareness: meanings of women's empowerment

Lana Claudia Macedo da Silva

Camila Claíde Souza do Vale

SEÇÃO E

Participação e Representação política de mulheres

Vivências e Incentivos de uma Liderança: legado de uma mulher de luta e resistência em uma localidade do litoral do Nordeste Paraense 177

Experiencias e Incentivos de una Líder: legado de una mujer de lucha y resistencia en un lugar de la costa del Nordeste de Pará

Experiences and Incentives of a Leader: legacy of a woman of struggle and resistance in a location on the coast of Northeast Pará

Layse Rosa Miranda da Costa

Lourdes Gonçalves Furtado



SEÇÃO F
Entrevista

Memórias, Visagens, Viagens entre Povos Originários

.... 193

Denise Machado Cardoso



Representação, Dança, Saúde Mental e Memória Cultural de Mulheres e Gêneros na Amazônia Paraense & Outras Dimensões Brasileiras.

Os artigos aqui apresentados abordam temas variados, desde a medicina popular e os saberes tradicionais das mulheres na Amazônia, à análise crítica das representações femininas no ativismo político, na literatura clássica e contemporânea. Cada texto oferece uma perspectiva única, a revelar como as experiências e as lutas das mulheres estão intrinsecamente ligadas à construção da identidade cultural, política e literária e à busca por melhorias nas condições da comunidade em que vivem, mas também pontuando como elas ainda esbarravam/esbarram em discursos misóginos e que tentavam/tentam padronizar o comportamento feminino a um modelo patriarcal, seja no âmbito do cuidar ou no modo de se portar perante a sociedade como um todo.

Este periódico foi dividido em seis seções, assim nominadas: **a) Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero; b) Violência de gênero em diferentes dimensões; c) Trabalho feminino, Cuidados e Direitos; d) Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação; e) Participação e Representação política de mulheres; e Seção f) Entrevista.**

Na **Seção A**, o artigo *Representação Feminina na Literatura Brasileira: o caso Úrsula, de Maria Firmina dos Reis* permeia brevemente a biografia de Maria Firmina e discute o apagamento que muitas obras de autoria feminina sofreram (e sofrem) para se perpetuarem na memória literária nacional. Adentra o debate específico quanto às personagens femininas descritas na obra *Úrsula*, com evidências à análise acerca dos estereótipos observados, comparando-os com algumas perspectivas que se mostravam constantes em obras da época, e o quanto, mesmo que rodeada de uma estrutura patriarcal, a personagem deixou evidências de seu posicionamento revolucionário e antiescravista nos textos e em suas personagens.

Em *Maturidade Feminina: discursos impressos e estigmas em Belém do Pará (1920-1930)*, o autor extraiu alguns dados de uma pesquisa de doutorado em andamento, sobre “Envelhecimento: Corpo, Saúde, Sexualidade e Gênero (Belém-PA, 1920-1930)”. Nele, analisa os discursos impressos sobre o envelhecimento feminino em Belém do Pará nas décadas de 1920 e 1930, mais especificamente das Revistas “A Semana” e “Pará-Médico”, como fonte de análise dos discursos de intelectuais que circulavam na capital paraense e que tratavam, principalmente, do dilema do envelhecimento feminino, impondo um padrão de comportamento que achavam certo serem seguidos pelas mulheres com mais de 30 anos, dizendo que era a idade em que estas começariam a perder “o frescor juvenil” e o interesse pela prática sexual. A análise conclui que as mulheres não se rendiam a tais ideias, visto que, no mesmo período, ocorriam muitos casos demonstrativos da vida sexual ativa de mulheres nessa faixa etária.

No ensaio *Mulheridades e Diversidades do Carimbó Amazônica: sim, nós existimos, resistimos e insistimos!*, os autores tratam da construção da *Coletiva de mulheres, trans e não-binárias do Carimbó*, dos relatos e discussões em torno desta categoria, trazendo narrativas de 6 participantes do *I Fórum da Coletiva Mulheridades e Diversidades Amazônicas do Carimbó* ocorrido em 2023, na cidade de Belém do Pará. Como metodologia, o trabalho utiliza-se das narrativas orais na perspectiva da Monadologia – inspirado no filósofo Walter Benjamin –, partilhando memórias e experiências das participantes, suas relações com esse patrimônio cultural brasileiro permeadas pela questão de gênero.

Esta primeira seção finda com o artigo *Rosa/Lena: uma personagem, dois nomes e uma sexualidade enclausurada em romances de Lindanor Celina*, em que as autoras investigam a forma como Lindanor, escritora paraense, explorava as pluralidades femininas em seus romances. A ênfase trata da perso-

nagem Rosa (ou Lena) – figura secundária, mas presente em três romances da autora: *Menina que vem de Itaiara* (1963), *Estradas do tempo-foi* (1971) e *Eram seis assinalados* (1994). Focam na mudança repentina do nome de Rosa (nas obras 1963 e 1994) para Lena (na obra de 1971), relacionando o fato a uma provável sexualidade que não pôde ser vivida publicamente pela personagem, na fase adulta.


A **Seção B** apresenta o artigo *Psicanálise, Mulheres e Violação de Direitos: relato de experiência de um atendimento clínico no estágio de psicologia de uma universidade particular de ensino superior do RN/BR*. O foco é sobre o caso de uma paciente vítima de violência doméstica, atendida durante o estágio de psicologia no Centro Integrado de Saúde (CIS) da Universidade Potiguar (UnP)/Natal/RN – inserido no Projeto Enlace. Há ênfase na questão profissional do psicólogo ao tratar casos como esse, apontando a utilização da psicanálise para a melhor compreensão e trato com a paciente.

O artigo *Repúdio a “Presenças Feministas”: análise do discurso em comentários masculinos quanto ao feminismo em Belém do Pará*, analisa comentários misóginos em uma plataforma digital sobre um livro feminista, utilizando análise de discurso aplicada em 23 comentários de uma postagem sobre o lançamento de um livro de crônicas feministas de autoras da região, na plataforma da rede social *Facebook*. O estudo conclui com a afirmação da importância dos estudos feministas e de gênero em espaços de formação educacionais “para compreensão crítica das relações de gênero e seus efeitos na saúde mental”, e que se estendam para ações de políticas públicas, além da necessidade do debate quanto à implementação de leis de combate e interdição à misoginia no meio digital.

A **Seção C** inaugura com o artigo *Perfil de Acompanhantes de Pessoas Idosas Hospitalizadas: Desafios e perspectivas sobre a feminização do cuidado*. É um estudo resultado de pesquisa no âmbito do programa de residência multiprofissional em saúde do idoso. Neste, as autoras utilizam-se da pesquisa qualitativa com coleta de dados – pesquisa bibliográfica e de campo – para analisar o perfil de 12 mulheres acompanhantes de pessoas idosas em um Hospital Universitário de Belém/PA, observando quais os desafios enfrentados e as perspectivas das mesmas sobre o trabalho do cuidar. O artigo refere que esta tarefa é, majoritariamente, não remunerada e realizada por mulheres pardas e pretas pobres, que acessam de maneira precária as políticas protetivas; ressaltando, ainda, a importância que as instituições de saúde devem dar a essas pessoas durante a formulação e planejamento das normas e rotinas institucionais para a garantia de meios de exercer o cuidado de forma digna.

Em sequência, *Fazer e Saberes de Mulheres que se Utilizam de Plantas Medicinais em Práticas de Curas na Amazônia Tocantina no Pará* investiga as experiências de mulheres em Cametá, Pará, que utilizam plantas medicinais. A pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas com três mulheres do município, revela que essas práticas de medicina tradicional não apenas preservam saberes ancestrais, mas também servem como fonte de renda, com mulheres preparando e vendendo banhos, pomadas e garrafadas para sustentar suas famílias. As autoras concluem que, ao revisitar suas memórias e suas histórias de vida, as entrevistadas carregam consigo o saber tradicional obtido ainda quando muito jovens por meio da convivência e aprendizado com algum antepassado – ou mesmo por cursos ofertados pela prelazia de Cametá –, entrecruzando diferentes culturas.

Independência Financeira, Liberdade, Autoconfiança e Consciência Coletiva: sentidos do empoderamento feminino é o artigo inserido na **Seção C**. Nele, as autoras analisaram, através de pesquisa quantitativa e qualitativa, o significado do empoderamento feminino para mulheres atendidas pelo Projeto “Empodera marajoaras”, ocorrido em alguns municípios da Ilha do Marajó, com promoção de ações de educação, saúde, cidadania e formação multiprofissional para a população local. O texto infere sobre a importância e necessidade de mais projetos do tipo na vida da população, em especial, das mulheres que dele usufruem, tanto no quesito saúde quanto no de aprendizagem, que geram uma



maior emancipação (financeira/emocional) deste público. Enfatiza a necessidade de fortalecer organizações de mulheres para enfrentar a opressão.

Por meio da abordagem etnobiográfica, com observação participante e entrevistas semiestruturadas, as autoras do artigo *Vivências e Incentivos de uma Liderança: legado de uma mulher de luta e resistência em uma localidade do litoral do Nordeste Paraense* relatam a trajetória da Senhora Ângela, uma antiga liderança comunitária de Marudá, cujo legado transferiu-se aos moradores da região. Da narrativa das ações de Ângela, refletem-se as histórias das mobilizações políticas e econômicas da população, além de sua resistência e contribuição para a existência coletiva, com impacto significativo nas esferas política, econômica e simbólica, especialmente na pesca artesanal.

As sínteses dos artigos publicados nesta edição têm a intenção de revelar que as autoras e autores participantes circulam em temas muito presentes no cotidiano amazônico, entre saberes e práticas das mulheres da floresta, das águas, dos silêncios de histórias e imagens femininas que circulam nas cidades e no meio ambiente das Amazônias. Importante evidenciar esta afinidade temática nos textos publicados porque nem sempre as pesquisas acadêmicas tendiam/tendem a convergir para essas argumentações em que a subjetividade e o afeto são tratados com tamanha importância. E o que se constata por meio da leitura é o refluir de novas teorias nas várias áreas da Ciência. Não se vislumbra a perpetuação do *status quo* clássico teórico tão favorecido na base explicativa dos novos objetos de pesquisa, mas se dá fôlego aos “que fazeres” que são descobertos e passam a existir no cotidiano.

A edição de número 25 finaliza com a Entrevista realizada com a Prof.^a Denise Machado Cardoso, que responde a nossas perguntas e conta um pouco sobre a sua trajetória de vida pessoal e acadêmica.

Sob o escopo desse roteiro, a nova edição não apenas celebra essas vozes, como convida as/os leitoras/es a refletirem sobre as questões de gênero, raça, classe e identidade que permeiam as nossas vivências cotidianas. Esperamos que esta coletânea inspire diálogos e novas pesquisas, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e culturais que moldam a nossa sociedade.

Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), setembro de 2024.

Maria Luzia Miranda Álvares

*Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e
Relações de Gênero-GEPEM*

Ana Carolina Álvares Branco

*Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.
Graduada em Design de Produto/IESAM.*






Seção

A

**Cultura e Resistência na
construção da equidade de
gênero**



Representação Feminina na Literatura Brasileira: o caso *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis

Representación Femenina en la Literatura Brasileña: el caso de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis

Female Representation in Brazilian Literature: the Úrsula case, by Maria Firmina dos Reis

Anna Beatriz Vianna da Silva

Juliana Maia de Queiroz

Resumo: Este artigo objetiva estudar as personagens femininas retratadas na obra *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. A autora maranhense foi uma das precursoras entre as escritoras negras na literatura brasileira, escrevendo o primeiro romance feminino antiescravista em língua portuguesa. Tratamos, inicialmente, de apresentar uma biografia da autora e seu apagamento perante o cânone brasileiro. Em seguida, foram expostas questões referentes a gênero, que embasaram a análise das personagens mulheres e como estas se configuram diante da crítica literária feminista e dos estudos de literatura de autoria feminina, fundamentadas em Zolin (2009), Woolf (2014) e Millett (1969 *apud* ZOLIN, 2009). Por fim, foram retratadas as conclusões, que depreendem que, dos estereótipos femininos comuns, todos têm conotação positiva, exceto o da Mulher Adúltera.

Palavras Chave: Representação Feminina. *Úrsula*. Gênero. Maria Firmina dos Reis.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo estudiar los personajes femeninos retratados en la obra *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis. La autora de Maranhão fue una de las precursoras entre las escritoras negras en la literatura brasileña, escribiendo la primera novela femenina abolicionista en lengua portuguesa. Inicialmente, presentamos una biografía de la autora y su borrado del canon brasileño. Luego, discutimos cuestiones de género que fundamentan el análisis de los personajes femeninos y cómo se configuran a la luz de la crítica literaria feminista y los estudios de literatura de autoría femenina, basándonos en Zolin (2009), Woolf (2014) y Millett (1969 *apud* ZOLIN, 2009). Finalmente, se esbozan las conclusiones, indicando que, entre los estereotipos femeninos comunes, todos tienen connotaciones positivas, excepto el de la Mujer Adúltera.

Palabras Claves: Representación femenina. *Úrsula*. Género. Maria Firmina dos Reis.

Abstract: This article aims to analyze the female characters portrayed in the novel *Ursula* (1859) by Maria Firmina dos Reis. The author from Maranhão was one of the forerunners among black female writers in Brazilian literature, writing the first female anti-slavery novel in the Portuguese language. Initially, we present a biography of the author and her erasure from the Brazilian canon. Then, we discuss gender issues that underlie the analysis of the female characters and how they are configured in light of feminist literary criticism and studies of literature by women authors, based on Zolin (2009), Woolf (2014), and Millett (1969 *apud* ZOLIN, 2009). Finally, the conclusions are outlined, indicating that among the common female stereotypes, all have positive connotations, except for the Adulterous Woman.

Keywords: Female Representation. *Ursula*. Gender. Maria Firmina dos Reis.

Anna Beatriz Vianna da Silva – Graduada em Letras – Língua Portuguesa (2023) pela Universidade Federal do Pará.
Orcid: [0009-0002-2979-2825](https://orcid.org/0009-0002-2979-2825). E-mail: beatrizvianna4@gmail.com

Juliana Maia de Queiroz – Doutora em Teoria e História Literária (2011) pela Universidade Estadual de Campinas.
Professora da Faculdade de Letras (FALE) do Instituto de Letras e Comunicação (ILC) da Universidade Federal do Pará.
Orcid: [0000-0002-1741-1725](https://orcid.org/0000-0002-1741-1725). E-mail: julianamaia@ufpa.br

INTRODUÇÃO

1. *Úrsula* (1859): produção e contexto

Nascida em São Luís (MA), em 11 de outubro de 1825, Maria Firmina dos Reis foi uma professora e escritora que buscou denunciar as práticas opressoras da época contra mulheres e negros. De acordo com a professora e historiadora de literatura feminista Zahidé Muzart (1999), a escritora maranhense, em sua atividade de professora, tomou medidas como a criação da primeira escola gratuita e mista do Maranhão. Fundar este tipo de escola mostra sua atuação revolucionária e as ideias avançadas para o período em que viveu.

Também foi bastante subversiva em suas narrativas. Foi a primeira escritora brasileira negra a produzir um romance, *Úrsula* (1859), em que se expressa artística e politicamente desde as primeiras páginas, ao apresentar a perspectiva de personagens negros pela primeira vez. Por iniciar esse tipo de narrativa, implica dizer que Maria Firmina dos Reis também foi antecessora de autores antiescravistas renomados, como Castro Alves e Bernardo Guimarães. No entanto, apesar de tão importante obra e atuação política, ainda posto o seu pioneirismo, a autora passou por um apagamento, reflexo do paradigma branco e masculino do nascente cânone literário brasileiro. A autora Constância Duarte (2019, p. 10) apresenta este fenômeno sob o nome *Memoricídio*, que implicaria ser um “processo de opressão e negação da participação da mulher ao longo da história”.

Compagnon (2010) compartilha que o cânone é composto por obras valorizadas universalmente, pelo menos em escala nacional, por seu conteúdo e forma e que:

Identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas, e, de modo mais geral, de outros gêneros de verso e de prosa. (COMPAGNON, 2010, p.33)

Ou seja, todo julgamento de valorização de um texto literário vai implicar na desvalorização de outrem. E, no caso de *Úrsula*, mesmo com os rearranjos do cânone brasileiro nos últimos anos, Maria Firmina dos Reis não o adentrou plenamente. A autora não foi devidamente valorizada. Este fato foi evidenciado pela exposição *As mensageiras: Primeiras Escritoras do Brasil* (BRASIL, 2018), uma das exposições da série *Histórias Não Contadas*, feita na Câmara dos Deputados, em 2018. A exibição apresentou escritoras oprimidas e menosprezadas por uma sociedade patriarcal, vítimas de um silenciamento na historiografia e literatura brasileira. Maria Firmina dos Reis está entre elas, seu trabalho foi esquecido por mais de um século e, mesmo resgatado, ainda é pouco conhecido (BRASIL, 2018), de modo que é raramente discutido em salões literários, nas escolas e universidades.

O resgate do romance se deu de forma nada programática. No ano de 1962, Horácio de Almeida, escritor paraibano, encontrou um exemplar de *Úrsula*, de 1859, em um sebo do Rio de Janeiro. Somente com apoio do MinC/Pró-Memória, a obra foi reeditada e passada ao público, passando a integrar a *Coleção Resgate* (SCHMIDT, 2018).

Para entender o panorama literário de que Maria Firmina dos Reis foi excluída, Bonnici (2011) introduz a perspectiva de que, nos períodos entre o século XVIII a 1950 – e provavelmente esse período é muito mais extenso –, na América e Europa, houve uma predominância de autores

homens, eurocêntricos, brancos, heterossexuais e cristãos considerados “clássicos da literatura”. Não apenas isto, mas também o perfil dos críticos literários que definiam o que seria canônico era o mesmo. O autor afirma que, em todas as listas canônicas, mulheres, grupos étnicos minoritários, trabalhadores e até mesmo obras de continentes inteiros foram excluídos. Ademais, se adotarmos a perspectiva de Frank Kermode (1975, p. 44) para dizer que “os livros qualificados como clássicos têm propriedades intrínsecas permanentes, embora também possuam possibilidade de acomodação que os mantém vivos sob condições infinitamente variáveis”, *Úrsula* deveria adentrar a lista de livros canônicos. A obra, apesar de, obviamente, conversar com o período histórico em que foi escrito, ainda dialoga com a modernidade e a luta feminista e racial, o que construiria uma permanência, debatendo com os novos leitores.

No entanto, conforme exposta a situação de *Úrsula*, e de tantas outras obras de autoria feminina, o que se constata é o pensamento de Bonnici (2011), de que o cânone admite uma considerável influência das elites (homens, brancos, cristãos, heterossexuais e de classe média/alta), de tal forma que as grandes obras literárias, mesmo sempre se alternando, continuam apenas abrangendo a história social, política, econômica e cultural desses mesmos; são os que decidem o que é canônico e excluem os grupos minoritários (BONNICI, 2011).

Bonnici (2011) aponta que, nos casos de autoria feminina, era argumentado serem obras de “baixo nível estético”; o que, na realidade, era apenas uma forma de suprimir e marginalizar a escrita feminina para consolidar a hegemonia das elites e fortalecer o *ethos* patriarcal. O autor questiona:

[...] se não fosse essa a razão principal [a exclusão de grupos sexuais, entre outros], como se explica o fato de que nos últimos vinte e cinco anos pesquisas feministas, garimpando arquivos, deram à luz várias antologias de textos ‘esquecidos’ de autoria feminina? (BONNICI, 2011, p. 114)

Ainda expõe diversas antologias que resistem contra a invisibilidade feminina, como as inúmeras publicadas pela Editora Mulheres, a exemplo das organizadas por Zahidé Muzart. Essas antologias, por si só, já “indicam a existência suprimida de trabalhos literários e que jamais podiam pertencer ao cânone literário brasileiro, devido a preconceitos de gênero” (BONNICI, 2011, p. 116).

Dentre os vários exemplos que justificam o argumento de Bonnici (2011), está o caso de *Úrsula*, que não fez e não faz parte do cânone, sendo uma das tantas obras “esquecidas”. Esse apagamento das obras de autoria feminina revela “a perda que a literatura sofreu diante dessa ausência provocada pelo preconceito e pela visão estreita predominante” (BONNICI, 2011, p. 116). Maria Firmina dos Reis tinha consciência das represálias e apagamento que uma mulher negra daquela época poderia sofrer, visto que, no prólogo de sua primeira obra, quase pede desculpas por uma mulher de “pouca educação” ter publicado algo para um leitor.

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. [...] Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados”. (REIS, 2018, p. 93)

Ainda que a velha tópica da humildade fosse comum em prefácios coletâneos, Muzart (1990) defende que esta “culpa” aparenta ser mais acentuada e verdadeira nos escritos de mulheres:

Nos prefácios femininos, transparece o peso da “culpa” (?) e o medo de ser repudiada, ou de ser ignorada, compondo um estranho jogo. Decorrendo desses sentimentos escondidos, uma humildade ou modéstia meio forjadas e, muitas vezes, exageradíssimas. Embora as fórmulas de humildade sejam usadas desde a Antiguidade, nas mulheres são às vezes tão acentuadas, tão repetidas, que se torna evidente haver outra coisa atrás das palavras. (MUZART, 1990, p. 65)

Vale lembrar que Maria Firmina dos Reis não ousou assinar seu nome, apenas indicando “uma maranhense” como autora. Usar pseudônimos era praxe entre autoras para sua proteção e foi um fato que contribuiu para seu esquecimento (MUZART, 1999). Woolf (2014) corrobora também neste debate, uma vez que a autora justifica que diversas escritoras fazem uso de pseudônimos por não encontrarem a devida legitimação perante à sociedade e por tentarem se esquivar de retaliações por suas condições.

Úrsula é um romance abolicionista, publicado pela primeira vez em 1859. Um marco de sua narrativa é a reprodução da perspectiva dos negros e brancos sobre a escravidão e a inauguração do uso de uma voz legitimada dos personagens afro-brasileiros (BRASIL, 2018). Retrata também a condição tirana que mulheres sofriam na época. O romance é tido como uma crítica ao período em que foi publicado, marcado pelo regime escravagista brasileiro. O fim do século XIX tem como principal característica a luta negra e o embate pela instituição de leis que garantiriam direitos ao povo escravizado.

Se *Úrsula* pode ser tido como um romance progressista em relação à temática feminista, ele também o é, com certeza, em relação à temática negra. Os personagens falam em primeira pessoa, a fim de atingir a consciência do leitor sobre as questões patriarcais e raciais. A personagem que dá nome ao livro tem a pele branca, mas foi, com sua mãe, destituída de posses, o que as coloca em situação de vulnerabilidade perante aos abusos do senhorio, assim como os escravos negros, Túlio e Susana, sofrem (VIANNA, 2018).

Roger Chartier (1990), historiador cultural, diz que as representações culturais humanas são influenciadas pela leitura que os autores fazem da sua vivência, dando sentido de acordo com o seu presente. Nesse sentido, *Úrsula* pode consistir-se no reflexo da leitura que sua autora faz da realidade, da sociedade brasileira do fim do século XIX e da sua perspectiva acerca da problemática dos papéis sociais femininos e negros. Essa coesão social da produção busca, de certa forma, denunciar as injustiças resultadas do racismo e machismo que estavam estabelecidos e expor a inquietude da autora quanto ao lugar social destinado às suas vítimas.

No século XIX, a condição feminina era resumida ao cuidado com as tarefas domésticas e ao âmbito familiar, como explica a professora Constância Duarte (2018):

Os homens dominavam sozinhos o espaço público, enquanto as mulheres ficavam confinadas, cuidando unicamente de afazeres relacionados à casa e à família. (...) foram necessários alguns séculos para as mulheres se tornarem as pessoas participantes que são hoje. (DUARTE, 2018, p. 6)

As personagens Adelaide, a mãe de Tancredo, Luiza B., Úrsula e Preta Susana são as mulheres que, durante a narrativa, vão sofrer com um sistema patriarcal em que prevalece o poder do

homem branco perante elas. Apesar dessas personagens femininas se manterem, no decorrer do texto, em ambientes domésticos, algumas buscam expor e queixar-se dessas opressões sofridas.

Sobre as mulheres negras pesava o agravante da discriminação racial, não permitindo com que elas tivessem voz e qualquer chance de serem vistas como humanas. A personagem Preta Susana pode ser lida como a representante do posicionamento político da autora. A moça relata sobre o mal que africanos sofreram no processo do tráfico negreiro, sobre a violência vivida no Brasil e a liberdade experimentada na África.

Úrsula é um romance dividido em 20 capítulos e pode ser dividido em 4 momentos: o primeiro momento busca apresentar Tancredo, Túlio, Úrsula, Luiza B. e Preta Susana. O cavalheiro chega machucado e fica sob o cuidado de todos, conta a sua história de decepção amorosa, ao mesmo tempo em que se apaixona por Úrsula. Em seguida, temos o segundo momento: o rapaz segue com Túlio, agora escravo alforriado, em sua missão definida pelo governo e voltaria para casar-se com Úrsula. A moça o espera com saudades, até que, um dia, acidentalmente, encontra-se com o Comendador, seu tio e antagonista da obra, que também se apaixona pela moça e quer forçar um casamento. O terceiro momento é o de fuga: Luiza B. morre e Úrsula fica sozinha, com medo do Comendador. Tancredo e Túlio retornam, para então fugir do perigo iminente. Este momento de fuga termina com o trágico casamento do casal, em que Tancredo e Túlio morrem nas mãos do Comendador. O último momento é um desfecho dramático, em que Úrsula enlouquece de tanto sofrimento e, um tempo depois, morre sob os cuidados do Comendador. Preta Susana também padece por conta dos maus-tratos, resultados do ódio e vingança do vilão. O Comendador se arrepende de todo o mal feito, passa a frequentar o convento das carmelitas em busca do perdão de Deus e morre por tanto desgosto.

Zahidé (1999, p. 266) evidencia que “o tom lembra velhas narrativas de tempos medievais, cavaleiros e damas em perigo, promessas, conflitos entre amor, honra e dever”. A obra é representante do que se convencionou chamar de terceira geração do Romantismo brasileiro, que busca dar força ao movimento abolicionista, como se nota nas diversas passagens que denunciam as violências da escravidão. Seus personagens lutam pela liberdade e contra a opressão de um homem branco e autoritário, que trata a todos os negros e/ou mulheres como meros objetos de sua posse. O desfecho trágico também é uma marca das obras românticas.

Na obra em questão, Nascimento (2010) propõe que, através do diálogo, os personagens conseguem formar a perspectiva ideológica de serem contra o sistema escravagista, de modo a expor e denunciar, também estabelecendo a africanidade do negro. Por conta disso, eles se tornam mais humanizados, por estarem mais identificados às suas características coletivas que às suas condições de mercadoria. Apesar de não ser o foco desse trabalho, é importante evidenciar a existência da narrativa negra, quase que uma história à parte desse romance, que é interessante por dar voz a personagens negros pela primeira vez e o enfoque na personagem Preta Susana.

2. A Literatura de Mulheres

Destacaremos, nesta seção, discussões sobre gênero, produção literária feminina e a condição feminina, que é intrínseca à vida das personagens mulheres. As subseções seguintes têm como proposta apresentar o olhar da Crítica Literária Feminista e as teorias referentes à Literatura de Autoria Feminina quanto ao gênero, bem como analisar como as personagens femininas se comportam diante destas.

2.1. Diálogos sobre Gênero

Simone de Beauvoir (2019) foi pioneira no questionamento do papel social em que as mulheres estavam sujeitas ao reivindicar direitos femininos, por meio de sua obra *O segundo sexo* (PRIORE, 2019, p. 13), visto que, nela, a autora buscou desmistificar os mitos relacionados ao feminino. De acordo com Mary del Priore (2019), Beauvoir:

Destrói o essencialismo que pretendia serem as mulheres criaturas simplesmente definidas por seu sexo, mostrando, ao contrário, que elas eram construídas e doutrinadas para representar papéis idealizados pela sociedade. (PRIORE, 2019, p. 14)

Ou seja, Beauvoir apontou que as mulheres estavam condicionadas a se manterem no papel passivo e a permitir que os homens se mantivessem no papel ativo na sociedade. A autora Djamila Ribeiro expõe que “a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar masculino, que a confina em um papel de submissão que comporta significações hierarquizadas” (RIBEIRO, 2019, p. 19). Deste modo, a mulher se torna o objeto, o “outro” do homem, e, de maneira mais profunda, em uma reflexão de gênero e raça de Grada Kilomba (2010), as mulheres negras se tornam ainda “o outro do outro”, mais submissas e alheias se comparadas com mulheres brancas.

Saffioti (1976) também procura esclarecer sobre a posição social das mulheres na relação escravocrata-senhorial e expõe que, nesse modelo, as mulheres brancas “igualam-se, deste ângulo, aos escravos” (SAFFIOTI, 1976, p. 95) por não terem a garantia de determinados direitos, como o direito ao voto, enquanto que as mulheres negras seriam ainda mais alienadas, por conta da transfiguração que chama de “coisificação”, isto é, “ser instrumento de trabalho sem direitos de nenhuma espécie” (SAFFIOTI, 1976, p. 88-89).

Assim sendo, aplicando na narrativa o entendimento das teorias feministas de que as mulheres devem ser donas de seu destino e não os homens (PRIORE, 2019), nota-se que as personagens femininas lutam por sua emancipação e liberdade. Luiza B., Úrsula e outras personagens batalham para que a jovem não seja obrigada a se submeter às perversidades do tio que insiste em dominá-la, mesmo após a sua recusa. Infelizmente, a luta contra o patriarcado não se mostra igual para a única personagem mulher e negra, Susana, que vive sob o domínio e as maldades do Comendador até o fim de sua vida.

Na obra *Um teto todo seu*, Virginia Woolf (2014) debate o papel da mulher na produção literária e diz que ali também a mulher está sujeita a ser “o outro”, pois depende das decisões de quem está no poder, os homens, ainda que no meio literário. A autora buscou expor que mulheres não eram retratadas devidamente na literatura por homens e que a literatura escrita por mulheres não era levada a sério – fato que se esclarece com a citação de Lobo:

Ser o outro, o excluído, o estranho, é próprio da mulher que quer penetrar no “sério” mundo acadêmico ou literário. Não se pode ignorar que, por motivos mitológicos, antropológicos, sociológicos e históricos a mulher foi excluída do mundo da escrita - só podendo introduzir seu nome na história europeia por assim dizer através de arestas e frestas que conseguiu abrir através de seu aprendizado de ler e escrever em conventos. (LOBO, 2011, n. p.)

Woolf (2014) buscou mostrar que as mulheres necessitam de condições iguais às dos homens para que conseguissem concretizar suas produções literárias. Necessitam de um teto todo seu, ou seja, um local livre de alheamentos, como também de recursos financeiros e validação social, ou melhor dizendo, diversos artifícios que não são comuns na vida das mulheres.

O estabelecimento da mulher como escritora e crítica literária, produzindo discursos divergentes, acarretou na quebra do tradicional e a autora Lúcia Osana Zolin (2009) buscou elucidar isto, fazendo uso das teorias críticas feministas, que são resultado do trabalho de resgate da produção literária feminina e um estímulo ao rompimento com esses critérios de valor herdados da cultura patriarcal. O cânone literário, por ser construído por homens ocidentais, brancos e de classe média/alta, com posicionamentos marcados por preconceitos de raça, gênero e classe social, justificava o falocentrismo e contribuía para a invisibilidade da mulher no campo literário, seja como autora, crítica ou até mesmo como personagem. A intenção do texto de Zolin é demonstrar o valor da literatura feminina e a próxima subseção buscará esclarecer sobre as questões de gênero dentro das narrativas, usando a teoria da Crítica Feminista e um pouco sobre a Literatura de Autoria Feminina.

2.2. A Crítica Feminista

A *mulher* tem sido objeto de estudo de diversas áreas e, acompanhando isto, a Literatura e a Crítica Literária abordam também a temática, mediante a Crítica Feminista. O estudo busca analisar a presença das mulheres autoras e personagens – já que a condição das duas é a mesma (ZOLIN, 2009). Constatar que as experiências femininas e masculinas são diferentes, enquanto leitores e escritores, “implicou significativas mudanças no campo intelectual, marcadas pela quebra de paradigmas e pela descoberta de novos horizontes de expectativas” (ZOLIN, 2009, p. 161).

A Crítica Feminista procura interferir na ordem social, estudando os textos literários fazendo uso de instrumentos, como os conceitos operatórios de feminino em oposição ao masculino, que servem para a investigação da situação do gênero e a transformação de subjugada da *mulher*, de modo a romper com a tradição patriarcal de que esta ocupa um local secundário e a desconstruir outras associações discriminatórias de gênero (ZOLIN, 2009).

Zolin (2009) expõe que a autora Simone de Beauvoir faz uso da noção sartreana de “má-fé” para explicar a condição da mulher. A autora menciona a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre ao dizer que os seres humanos são livres, mas podem enganar-se, fingindo não o ser. Assim sendo, na situação da mulher, a sociedade estimula a anulação de sua liberdade e esta, enquanto cúmplice da própria opressão, aceitaria a sua condição. Para mudar isto, cabe à mulher inverter os papéis, pois, ao recusar as imposições, ela passaria de mulher-objeto para mulher-sujeito.

Zolin (2009) ainda evidencia que o feminismo no Brasil oitocentista se fortaleceu ao lado dos movimentos que lutavam pela abolição da escravatura, junto à proclamação da república, e, com isso, muitas vozes femininas puderam romper com o silêncio e publicaram boas obras. Maria Firmina dos Reis e sua obra *Úrsula* são exemplos dessas vozes.

A autora Elaine Showalter enxerga padrões em cada geração das obras femininas e chama isto de *Female Literary Tradition* (Tradição Literária Feminina, tradução nossa) (SHOWALTER, 1985 *apud* ZOLIN, 2009). A autora norte-americana analisa o comportamento das minorias em relação à sociedade dominante e afirma que esses grupos têm reações próprias. Dentro do âmbito da literatura feminina, podemos dizer que as autoras criaram uma tradição

literária de acordo com essas reações, dividida em três fases expostas no Quadro 1: Feminina, Feminista e Fêmea.

Quadro 1 – Fases da tradição literária de autoria feminina

Fases	Principais características
Fase Feminina	Imitação e internalização dos valores e padrões vigentes.
Fase Feminista	Protesto contra os valores e os padrões vigentes; Defesa dos direitos e dos valores das minorias.
Fase Fêmea (ou Mulher)	Autodescoberta; Busca de identidade.

Fonte: Adaptado de Zolin (2009, p. 330).

As obras brasileiras também podem ser classificadas dentro dessas fases e notamos que existem casos que podem não se encaixar em apenas uma, por conta de as fases não serem tão rígidas. A Fase Feminina tem como principal característica ser uma imitação da tradição, trazendo ainda muitos elementos do patriarcado. *Úrsula* se configura como uma obra desta fase por conter elementos românticos – uma donzela frágil sendo disputada –, apesar de se mesclar com elementos da Fase Feminista, já que, em alguns trechos, busca protestar em defesa dos direitos e valores das minorias, como a liberdade das mulheres e o embate à violência contra a população negra escravizada.

Na Fase Feminista, começa-se a criticar os valores tradicionais e a condição feminina, mas não há relação com o movimento feminista. É apenas uma conscientização da invisibilidade da mulher. Já na Fase Fêmea, emerge uma nova forma de representar a mulher, pondo em discussão os valores da ideologia dominante, superando-os. São obras que trazem protagonistas com crises existenciais desencadeadas pelo patriarcado, mas que encontram sucesso em relação à busca de sua identidade, livre de imposições. Zolin (2009) traça a trajetória da produção literária feminina do Brasil, a notar no Quadro 2.

Quadro 2 – Algumas obras representativas da literatura de autoria feminina no Brasil

Fases	Exemplos
Fase Feminina	<i>Úrsula</i> (1859), de Maria Firmina dos Reis; <i>D. Narcisa de Villar</i> (1859), de Ana Luísa de Azevedo Castro; <i>A intrusa</i> (1908), de Júlia Lopes de Almeida.
Fase Feminista	<i>Laços de Família</i> (1960), de Clarice Lispector; <i>As parceiras</i> (1980), de Lya Luft; <i>A casa da paixão</i> (1972), de Nélide Piñon.
Fase Fêmea (ou Mulher)	<i>República dos sonhos</i> (1984), de Nélide Piñon; <i>O homem da mão seca</i> (1994), de Adélia Prado; <i>Jóias de família</i> (1990), de Zulmira Ribeiro Tavares.

Fonte: Adaptado de Zolin (2009, p. 335).

Kate Millett (1969 *apud* ZOLIN, 2009) concorda com a teoria de Simone de Beauvoir de que as mulheres perpetuam sua condição por “consentirem” com o sistema patriarcal. Para a autora, esse consentimento é influenciado pelas instituições, como a família, que impulsionam a dominação masculina sobre as mulheres. A autora chama isto de “política sexual”. Suas discussões são classificadas, atualmente, como uma vertente mais tradicional da crítica feminista. Millett procura debater a posição secundária das personagens femininas, que tipo de papéis estas estão representando, que temas são associados a elas e quais pressuposições podem estar implícitas no texto. Sua Crítica Feminista denuncia que é comum representarem a mulher de três maneiras: sedutora, perigosa ou indefesa, estereótipos expostos no Quadro 3.

Quadro 3 – Estereótipos femininos comuns

Estereótipos femininos	Conotação	Exemplo na Literatura
Mulher Sedutora/Perigosa/Imoral	Negativa	Luísa (<i>O primo Basílio</i> , de Eça de Queiroz).
Mulher Megera	Negativa	Juliana (<i>O primo Basílio</i> , de Eça de Queiroz).
Mulher Anjo/Incapaz/Indefesa	Positiva	Teresa (<i>Amor de Perdição</i> , de Camilo Castelo Branco).

Fonte: Adaptado de Zolin (2009, p. 227).

Zolin (2009) explica que a única representação positiva é a de Mulher Anjo, que se sacrificaria por outros personagens da narrativa. Já as outras carregam uma imagem negativa: a Mulher Megera, por conta da busca de sua independência e identidade; e a Mulher Imoral, pela antipatia gerada por seu comportamento adúltero. O próximo capítulo procura analisar as personagens femininas de acordo com estes estereótipos.

3. As Mulheres em *Úrsula* (1859)

Graças ao trabalho de resgate da produção literária de autoria feminina, foram encontradas inúmeras obras de escritoras do século XIX no Brasil que haviam sido descartadas sob o pretexto de serem obras de baixo valor estético quando comparadas com a literatura de autoria masculina. Isto ocorreu por conta de o cânone dificilmente aceitar obras que não estivessem em concordância com os propósitos do patriarcado (ZOLIN, 2009). *Úrsula* foi uma dessas obras resgatadas.

Uma importante contribuição para o resgate de *Úrsula* foi o trabalho da professora Zahidé Muzart, *Escritoras brasileiras do século XIX* (1999). A antologia “revela uma produção literária e jornalística de 52 autoras, marcada por vigor estético e por uma atualidade surpreendente, que, apesar disso, foi esquecida por todo o século” (ZOLIN, 2009, p. 329). Muzart (1999) dedica um capítulo todo para Maria Firmina dos Reis, em que conta sobre a vida da autora e analisa suas obras.

Úrsula é um romance romântico e abolicionista. O principal enredo é o do casal Úrsula e Tancredo, mas não se pode desprezar a imagem e narrativa das outras personagens, principalmente as femininas, como Preta Susana, Luíza B., Adelaide e a mãe de Tancredo.

Nesse momento, vamos expor a análise de como essas personagens femininas se comportam na obra, se baseando pelo estudo dos estereótipos femininos comuns de Kate Millett (1969 *apud* ZOLIN, 2009), fazendo também distinção de raça, visto que é um tema que atravessa toda a narrativa, e levando em consideração a forma como as personagens são julgadas e comentadas pelo narrador, que é observador, de forma a considerar que este olhar é o mesmo de Maria Firmina dos Reis.

3.1. Adelaide

Adelaide é apresentada como a filha de uma prima da mãe de Tancredo. O rapaz é incumbido de cuidar da moça, pois esta é órfã de mãe e de pai. Neste primeiro momento, a moça é apresentada de forma angelical e indefesa, que necessita dos cuidados de Tancredo. Ele acaba se apaixonando pela moça, mas sabe que teria um problema com o próprio pai, visto que a moça não possuía posses. Quando tenta conversar com a família sobre seu desejo de se casar, o pai de Tancredo desvalida Adelaide não apenas por ela não ter posses, mas também por ser filha de um pai pobre. Ou seja, a moça tem sua existência invalidada por conta de sua relação de propriedade de um homem sem posses, seu pai.

— Sabes tu quem era o pai dessa menina? Não te falarei — continuou — de seus cofres vazios de ouro pelo seu péssimo proceder; mas, Tancredo, sobre o nome desse homem pesa uma... (REIS, 2018, p. 145)¹

Em outro momento, quando Tancredo viaja para cumprir ordens do pai, retorna após a morte de sua mãe e se assusta ao ver seu pai casado com Adelaide, que agora anda coberta de joias e ouro. Neste momento, Adelaide se transfigura para uma imagem imoral de uma mulher sedutora que encantou o pai de Tancredo, vislumbrando a fortuna.

— Que fizestes delas, senhor? Compreendo agora, o vosso silêncio assaz mo tem explicado. Sondastes o coração de uma, e sem dificuldade conhecestes que era vil e baixo, que o ouro a deslumbrava, a enlouquecia, a aviltava, e essa, que com tanta felicidade sacrificava ao luxo os afetos de seu coração, ou que com infame procedimento esquecia o amor desinteressado, e puro do homem, que sabia idolatrá-la; essa, roubando-a ao meu coração, levastes aos altares, e fizestes a vossa esposa! Tivestes razão, ela não era digna do meu amor. (REIS, 2018, p. 159)

Essa transfiguração de Adelaide na Mulher Imoral precisava ser contida e, como *Úrsula* ainda é uma obra da fase feminina, que imita e internaliza os valores vigentes, a personagem deve sofrer as consequências do seu comportamento. Dessa forma, a moral seria restabelecida. Adelaide sofre até o fim para isso: o primeiro marido morre de desgosto e o segundo não lhe amava; ela se torna tão triste que põe fim à sua vida.

3.2. Mãe de Tancredo

A mãe de Tancredo é uma personagem que aparece apenas em 3 capítulos da obra. É uma personagem angelical, retratada como alguém cuidadosa e amorosa. Cuidou de Adelaide até en-

¹Todas as citações do romance *Úrsula* são retiradas da edição da Zouk, de 2018.

tregá-la ao filho. Em determinado momento, Tancredo expõe que o pai era violento e impiedoso com a mãe:

Meu pai era para com ela um homem desapiedado e orgulhoso — minha mãe era uma santa e humilde mulher.

Quantas vezes na infância, malgrado meu, testemunhei cenas dolorosas que magoavam, e de louca prepotência, que revoltavam! E meu coração alvorçava-se nessas ocasiões apesar das prudentes admoestações de minha pobre mãe.

É que as lágrimas da infeliz, e os desgostos que a minavam, tocavam o fundo da minha alma. (REIS, 2018, p. 134 -135)

A mãe fica triste quando o filho é obrigado a viajar por ordem do pai, mas o escreve com frequência, até mesmo quando Adelaide já não escreve mais ao noivo. No momento em que as cartas param, chega a notícia de que sua mãe faleceu. Tancredo retoma às lembranças de violência quando confronta o pai e Adelaide.

Ainda que tenha a representação angelical, a mãe de Tancredo é maltratada e sofre com a violência do patriarca, demonstrando que, mesmo que tenha uma imagem positiva, a mulher não está livre das violências de uma cultura patriarcal. A personagem nem ao menos é apresentada com um nome, sua existência na narrativa é justificada unicamente pela maternidade.

3.3. Luiza B.

Luiza B. é uma mulher paralítica, tida como generosa e bondosa. Ela conta na narrativa que sofreu por muitos anos com as violências do marido e do irmão. Ambos eram agressivos com a senhora e se viam como seus donos. Isso é, inclusive, o motivo da rivalidade entre os dois e que fez com que um matasse o outro. Com essa violência, fica claro no texto que Luiza se tornou reprimida, ao ponto de ter receio de falar com personagens masculinos no decorrer da narrativa.

— Falai, minha querida senhora — apressou-se o mancebo em dizer, reparando nessa penosa reticência —, falai, não sabeis que nutro satisfação em escutar-vos?

— Ah, senhor — exclamou Luísa B. reprimindo amarguradas lágrimas —, sou tão desditosa que, falando de mim, só poderia dizer-vos coisas tão tristes e fastidiosas, que vos cansaríeis de as ouvir. (REIS, 2018, p. 165)

Em determinado trecho do texto, Luiza passa a contar que o Comendador, seu irmão, a amou até o momento em que ela não foi o que ele queria (quando se casou com Paulo B.), o que mostra o comportamento de domínio deste, o que era natural de um patriarca familiar à época. Diante disto, a personagem aparentava ter, até este ponto, a imagem de obediente, ou de Mulher Indefesa, mas quando passou a ter suas próprias vontades, como casar, se tornou uma Mulher Megera aos seus olhos. Então, o personagem passa a maltratá-la. Luiza também tem um fim trágico, o que era condizente com as histórias românticas. Ela morre após novas perturbações do Comendador, que agora deseja perseguir e maltratar sua filha.

3.4. Úrsula

A lua ia já alta na azulada abóbada, prateando o cume das árvores, e a superfície da terra, e apesar disso Úrsula, a mimosa filha de Luíza B., a flor daquelas solidões, não adormecera um instante. É que afora esse anjo de sublime doçura repartia com seu hóspede os diuturnos cuidados que dava a sua mãe enferma; e assim, duplicadas as suas ocupações, sentia fugir-lhe nessa noite o sono [...]

Era ela tão caridosa... tão bela... E tanta compaixão lhe inspirava o sofrimento alheio, que lágrimas de tristeza e de sincero pesar se lhe escaparam dos olhos, negros, formosos e melancólicos. Úrsula, com a timidez da corsa, vinha desempenhar à cabeceira desse leito de dores os cuidados que exigia o penoso estado do desconhecido. (REIS, 2018, p. 110)

Como se nota pelos excertos reproduzidos, Úrsula é descrita com a aparência e o comportamento de um anjo. Bela e caridosa, exala compaixão a todos, até mesmo ao desconhecido rapaz enfermo que apareceu em sua casa. Em determinados momentos, a moça demonstra ser de tamanha inocência, como em um trecho em que assume que não sabe a identidade do estranho, não tem conhecimento de sua história, mas jura por sua mãe que o amará eternamente.

Por outro lado, Úrsula é a única que tenta fugir da condição de mulher-objeto, mesmo tendo a imagem de Mulher Angelical e Indefesa. Quando se vê pressionada a ceder à dominação do Comendador, mostra ter voz e vontade ao rejeitá-lo.

—Oh, quem quer que sejais, senhor, que me quereis? Segui o vosso caminho, e deixai-me sossegada e tranquila.

— Meu Deus, senhora! — exclamou ele. — Não vos compreendo. Em que vos posso incomodar?

— Acabai, senhor — continuou ela —, esta penosa entrevista. A vossa presença não só incomoda-me, como me causa susto [...]

— Úrsula — tornou ele —, que prevenção é essa? Úrsula, vós me odiais [...]

— Sim, tínheis razão quando dissestes que eu vos odiava. Sois obstinado em incomodar-me; sabeí, pois, que me é insuportável a vossa presença. Vedes esta avezinha? Para que a matastes? Não era ela tão inocente e bela? A dor do seu coração feriu o meu, e o seu sangue tingiu-me os vestidos. Esse ato de inútil crueldade faz-me aborrecer-vos. (REIS, 2018, p. 190-191)

Em certa altura da narrativa, Úrsula não apenas o rejeita, como também reconhece o perigo para a sua liberdade e foge do tio que deseja afugentá-la, chegando até mesmo a não confiar cegamente na defesa de Tancredo. A personagem, por demonstrar insatisfação com a condição que querem lhe colocar e ao tentar defender sua liberdade, passa a ter a imagem da Mulher Megera. Isto aborrece o Comendador e faz com que ele tenha mais vontade de “domesticá-la” e obrigá-la a casar-se com ele.

— Fugamos, Tancredo! Mas, ah, o seu ódio pode seguir-nos por toda a parte.

— Úrsula, o meu braço é bastante forte para defender-te; estás ao abrigo do seu furor.

—Fujamos! — tornou a moça, desvairada. — Ele não tarda a chegar. (REIS, 2018, p. 228)

Outro momento de transgressão de sua condição de mulher-objeto é durante a fuga com Tancredo. Úrsula decide se abrigar no convento, ignorando o chamado do noivo. Este tenta impedir que se escondam, alegando que ele os protegerá contra a ira e a cega paixão do Comendador. Então, a moça demonstra sua autonomia, e que não confia de maneira absoluta no cuidado do rapaz, ao buscar asilo.

Para o Comendador, Úrsula seria uma posse sua e, de acordo com os trechos abaixo, estendendo até à noção de escravo, o que foi dito até mesmo pelo narrador. Ele sugere que mataria Tancredo para ter a moça, não se importando com o fato de que a mesma já o havia rejeitado duas vezes. O comportamento do Comendador se insinua como uma forma de denúncia da autora de expor a conduta masculina da época, já lida como reprovável e autoritária por ela.

Úrsula podia deixar de aceitá-lo por tutor, e, ainda aceitando-o, recusar-se energeticamente a ser sua esposa. O comendador estava afeito a mandar, e por isso julgava que todos eram seus súditos, ou seus escravos. (REIS, 2018, p. 232)

Apesar de Úrsula ter parcialmente essa identidade de Megera para o Comendador, ela não parece ter mudado sua imagem para o narrador. Úrsula segue sendo lida com a imagem positiva, ainda que procure lutar por sua independência. O narrador não a condena em nenhum momento, como chega a fazer com o comportamento de Adelaide; outra ocasião em que um juízo de valor do narrador é sugerido é quando este lamenta o infortúnio de todas as outras personagens femininas terem sido vítimas de violências decorrentes da cultura patriarcal. Podemos notar um exemplo disto no trecho a seguir, em que ele lamenta que Úrsula seja desafortunada: “Pobre e desditosa Úrsula... era essa a única ventura que lhe restava – o único elo que ainda a prendia à cadeia da vida” (REIS, 2018, p. 213).

A autora Linda Gualda (2007) desenvolve o pensamento de que a narração em terceira pessoa tem a função de relatar e julgar os fatos ocorridos de acordo com a ordem e moral da sociedade e/ou autor. Assim sendo, se Úrsula não tem sua imagem retratada de forma negativa, podemos afirmar que Maria Firmina dos Reis concordava e defendia a emancipação da personagem, em consequência, a de todas as mulheres com comportamento igual. Úrsula tem sua imagem representada como angelical até o fim, mesmo após a tragédia em seu casamento que a levou à loucura.

3.5 Preta Susana

Susana é a única personagem a ter um capítulo inteiro dedicado para si. A personagem segue o papel doce de mãe, cuidadora com todos e se configura na Mulher Megera, aos olhos do patriarcado, pois, apesar de ser boa, é o princípio da emancipação feminina, que luta para se proteger e aos seus. No entanto, a sua figura de mãe implica na sua existência em relação aos outros, a personagem também é chamada de Mãe Susana em diversos trechos da narrativa. Sobre sua imagem, Duarte (2009) afirma que:

Além de reforçar a própria condição afro-descendente do texto, a entrada em cena da velha africana confere maior densidade ao sentido político do mesmo. Mais uma vez, o território de origem é mencionado sem rodeios, ao contrário do que se vê em outros escritos do século XIX, inclusive assinados por afro-brasileiros. Sobressai, então, a condição diaspórica vivida pelos personagens arrancados de suas terras e famílias para cumprir no exílio a prisão representada pelo trabalho forçado. (DUARTE, 2009, n. p.)

No capítulo de seu nome, Susana protagoniza uma cena especial em que retoma historicamente o sequestro e a escravidão do povo africano, mas lembra com carinho da vida feliz que tinha no outro continente. Mãe Susana consegue explicar a Túlio, escravo recém-alforriado por Tancredo, que a verdadeira liberdade era o que tinha na África e não o que um escravo alforriado teria em terras brasileiras, onde o racismo e a escravidão ainda eram estabelecidos. Referente a isso, Silva (2022) declara que:

É nesta parte da obra que além de apresentar mais de uma perspectiva ideológica sobre a liberdade para o negro em condição de escravizado, que Maria Firmina dos Reis representa mais substância à africanidade, ao discurso abolicionista e à exaltação da África. (SILVA, 2022, p. 44)

A professora Muzart (1999) elucida que os dois escravos, Susana e Túlio, são o diferencial da obra. É a primeira vez que escravos negros têm voz, não são sexualizados e falam sobre suas vontades, suas memórias. Abaixo, um trecho referente às memórias de Susana:

— Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla [liberdade], não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor; eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah, meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma. Uma filha que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh, tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p. 179-180)

Aqui, há de se fazer um recorte de raça na narrativa, visto que Susana vai apresentar vivências divergentes das outras personagens brancas. Comparando com Úrsula, Lima (2023) aponta a condição das duas personagens:

Essas personagens possuem diferenças culturais de raça e posição social, revelando assim o feminino a partir de múltiplas perspectivas que se desdobram em diferentes papéis sociais, que são condicionados culturalmente unificando o

gênero feminino, dado que as ideias dessas personagens perante a masculinidade acabam sendo semelhantes, apesar de estarem em situações distintas. Enquanto, Úrsula, uma jovem branca, filha de Luiza B, sofria com as maldades de seu tio. Preta Susana, por outro lado, estava exposta às violências de seus senhores pelo fato de ser negra e escravizada, sendo considerada posse daqueles para quem era forçada a trabalhar, por esse motivo sua dimensão feminina se desdobrou em diferentes papéis. (LIMA, 2023, p. 21-22)

Susana estava sujeita à violência perpetuada pelo contrato social da escravidão e ela tinha consciência disso. Seu enredo expõe a dura realidade de sua vida como escrava e revela uma personagem que reconhece a perda de sua dignidade sob a pressão do patriarcado e da escravidão.

Por seu comportamento altruísta para ajudar Úrsula, Susana foi jurada de morte pelo Comendador e, mesmo que não tenha mentido e nem enganado o patrão, ela se torna alvo de sua ira. A personagem sofreu também com as maldades do ex-patrão, Paulo B. Esses trechos demonstram o tratamento que uma mulher preta vivenciava na época, de invisibilidade e maus-tratos. Mulheres pretas eram vistas como mercadorias, ou seja, ainda mais inferiores que as mulheres brancas, e tinham sua humanidade ignorada, ao ponto de serem torturadas.

— Que me tragam sem detença Susana. Ouvis, senhor? Que a tragam de rastos. Que a atem à cauda de um fogoso cavalo, e que o fustiguem sem piedade, e...

— Senhor comendador — observou o homem, que recebia as ordens — ela chegará morta.

— Morta?... Não, poupem-lhe um resto de vida, quero que fale, e demais reservo-lhe outro gênero de morte. (REIS, 2018, p. 238)

Quando Susana se vê sendo perseguida pelo Comendador, sugerem-na que fuja, mas a senhora se recusa e, com tamanha honra, explica que os inocentes não fogem. Em toda a narrativa, Susana é retratada como bondosa, inocente e caridosa, ainda que lute para ajudar os seus. O narrador trata de contar sua história com um tom de injustiça, no qual a personagem é defendida por outros personagens, como o padre e o ex-feitor.

Susana não resiste aos maus-tratos, devido a sua idade, e morre após um período de torturas ordenado pelo Comendador. Novamente, a personagem tem o auxílio do padre para apontar a injustiça de seu sofrimento. Inocente, morre sem ter participação na fuga de Úrsula. Preta Susana parece ser cúmplice de sua situação, pois nada pôde fazer. Mas como poderia escapar das amarras de um sistema escravocrata vivendo em um país ordenado por este regime? Ela deixa bem claro no capítulo de seu nome que pensa que não há liberdade de verdade no Brasil.

— Vedes? — lhe disse apontando com o dedo na direção do poente. — É ela, é Susana!

O comendador levantou maquinalmente a cabeça e olhou. Em uma rede velha levavam dois pretos um cadáver envolto em grosseira e exígua mortalha; iam-no sepultar. Então Fernando P. estremeceu, porque aos ouvidos ecoou-lhe uma voz tremenda e horrível que o gelou de medo. Era o remorso pungente e

agudo, que sem tréguas nem pausa acicalava o seu coração fibra por fibra. Escondeu o rosto, espavorido, e meneando a cabeça disse:

— Não! Não fui eu!

— Fostes! — tornou-lhe o padre com o acento do que vai julgar — A infeliz sucumbiu à força de horríveis tratos. Martirizastes a pobre velha, inocente, e que não teve parte na desapareição de Úrsula! (REIS, 2018, p. 273)

A história da personagem manifesta a reflexão da autora acerca da situação da mulher preta na sociedade brasileira do fim do século XIX, sendo uma denúncia das injustiças do racismo e machismo. Não se deve esquecer que Maria Firmina dos Reis foi uma mulher preta que reconheceu em suas obras como outras mulheres pretas eram sujeitas às violências da discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura não pode deixar de ser vinculada aos valores vigentes da época, como qualquer outra expressão artística. Logo, *Úrsula* não pode deixar de carregar a visão da sociedade oitocentista, pelo menos em parte. Como dito anteriormente, Linda Gualda (2007) apresentou a teoria de que a narração em terceira pessoa pode ter a finalidade de julgar as personagens de acordo com a moral do período.

Em *Úrsula*, notamos a presença dos três estereótipos femininos comuns e a transgressão entre um e outro de acordo com o comportamento da personagem. O diferencial é o claro posicionamento da autora dentro da obra, o que ocorre através da narração em terceira pessoa e pelo posicionamento diante dos alguns personagens. Apesar de alguns comportamentos transgressores terem conotações comumente negativas, não parecem tê-lo nesse romance. Susana, Luiza B. e Úrsula rompem com o comportamento esperado que tivessem e passam a ser vistas como megeras pelas figuras masculinas, mas a transformação de mulher-objeto para mulher-sujeito não é mal vista pelo narrador, que não condena seus comportamentos, ao contrário, lamenta que tenham sofrido represálias por suas atitudes.

O único estereótipo que ainda carrega uma conotação negativa nessa obra é da Mulher Imoral, representado por Adelaide. Esse conceito carregado pela personagem rompe com a moralidade da sociedade e a da autora. Adelaide é uma moça conveniente e ambiciosa, que se mostra até grosseira com Tancredo, seu ex-noivo. O seu julgamento é o seu fim, em que tira sua própria vida por viver tanta tristeza, consequência de suas atitudes.

Em suma, este artigo teve por objetivo fazer uma análise sobre as personagens femininas da obra *Úrsula*. E assim, iniciando mais um debate sobre essa questão, sob a ótica da Crítica Literária Feminista, da Literatura de Autoria Feminina e dos estudos dos estereótipos comuns. Por meio da análise, neste artigo, verificou-se que a representação feminina do romance demonstrou o posicionamento político e social progressista de Maria Firmina dos Reis, que buscou defender, dentro dos limites de seu tempo, direitos das minorias sociais. As personagens femininas aparentam ter o aval da autora para se tornarem mulheres-sujeito, ainda que estejam compelidas a sofrer represálias do sistema patriarcal. Este é o princípio de um encorajamento às mulheres, como Maria Firmina dos Reis também buscou fazer no prólogo ao se dirigir às moças, leitoras de sua obra e possíveis futuras escritoras. Portanto, esta pesquisa colaborou para a formação do esclarecimento sobre o estudo

das personagens femininas de *Úrsula*, como também auxiliou para evidenciar o posicionamento revolucionário da autora.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BONNICI, Thomas. O cânone literário e a crítica literária: o debate entre a exclusão e a inclusão. In: BONNICI, Thomas; FLORY, Alexandre Villibor.; PRADO, Márcio Roberto do (org.). *Margens Instáveis: tensões entre teoria, crítica e história da literatura*. Maringá: Eduem, 2011. p. 101-128.
- BRASIL. SECOM. *As mensageiras: primeiras escritoras do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- DUARTE, Constância Lima. Literatura de autoria feminina: a história possível. In: BRASIL. Se-com. *As Mensageiras: primeiras escritoras do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. p. 6-7.
- DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta presente: uma brasileira ilustre*. Natal: Mariana Hardi, 2019.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira*. Belo horizonte: LiterAfro, 2009. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/29critica-deautoresfeminios/317mariafirminadosrei>>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- GUALDA, Linda Catarina. Representações do feminino em O Primo Basílio e Dom Casmurro. *SOLETRAS*, São Gonçalo, n. 13, p. 152-170, 2007.
- KERMODE, Frank. *The classic: literary images of permanence and change*. New York: Viking, 1975.
- KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast Verlag, 2010.
- LIMA, Leticia Oliveira. *Representação das vozes femininas no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 2023. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2023.
- LOBO, Luiza. *A literatura de autoria feminina na América Latina*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://lfilipe.tripod.com/LLobo.html>>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. *Travessia*, Florianópolis, n. 21, p. 64-70, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17202/15776>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

- MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (org.). *Escritoras Brasileiras do Século XIX: antologia*. Florianópolis: EDUNISC, 1999. p. 264-273.
- NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *A construção do negro no romance Úrsula*. Belo Horizonte: LiterAfro, 2010. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/318-a-construcao-do-negro-no-romance-ursula-critica>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- PRIORE, Mary del. Ser ou não ser Simone... In: GOLDENBERG, Mirian. (org.). *O segundo sexo: 70 anos depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 11-15.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- RIBEIRO, Djamilá. 70 anos de uma obra insuperável. In: GOLDENBERG, Mirian. (org.). *O segundo sexo: 70 anos depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 17-21.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Uma voz das margens: do silêncio ao reconhecimento. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 13-24.
- SILVA, Cecília Sousa da. O negro como símbolo de libertação em *Úrsula*: um olhar para Túlio e Preta Suzana como sujeitos de sua própria história. *Revista Zabelê*, Teresina, v. 3, n. 1, p. 31-48, 2022.
- VIANNA, Eduardo Rodrigues. Este Livro. In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. Jundiá: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018. p. 5-9.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.
- ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de Autoria Feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2009. p. 327-336.

Maturidade Feminina: discursos impressos e estigmas em Belém do Pará (1920-1930)¹*Madurez Femenina: discursos impresos y estigmas em Belém do Pará (1920-1930)**Female Maturity: printed speech and stigmas in Belém do Pará (1920-1930)***Breno dos Santos Santana**

Resumo: Os discursos impressos que circulavam na capital paraense durante as décadas de 1920 e 1930, inúmeras vezes, falavam do dilema do envelhecimento. Quando no centro dos debates se colocavam as mulheres, as “penalizações” afligiam principalmente aquelas que ultrapassavam a terceira década de vida: era dito que se tornavam “feias” e “indesejáveis”. Destarte, a partir da análise de textos veiculados pela imprensa paraense do período em questão, esta pesquisa investigou representações da maturidade feminina construídas pelos discursos noticiosos e literários presentes em revistas ilustradas como “A Semana” e “Pará-Médico” – utilizadas como documentação primária nas análises percorridas. Diante do exposto, concluiu-se que, apesar dos descréditos, as mulheres não se rendiam às ideias de vida madura propostas, pois seguiam em direções opostas ao esperado.

Palavras-Chave: Jovialidade. Envelhecimento. Maturidade. Gênero. Belém do Pará.

Resumen: Los discursos impresos que circulaban en la capital paraense durante las décadas de 1920 y 1930, muchas veces, opinaban del dilema del envejecimiento. Cuando se colocaban las mujeres en el centro de la discusión, las “penalizaciones” afligían sobre todo las que sobrepasaban los treinta años: se decía que ellas iban tornasen “feas” y “indeseables”. Así, con la análisis de los textos publicados por la prensa paraense del período, esta investigación analizó las representaciones de madurez femenina construidas en los discursos de las noticias y literarios de las revistas ilustradas como “A Semana” y “Pará-Médico” - usadas como fuente documental principal de las análisis. Así, se ha concluido que, las mujeres no se rindieron a las ideas de madurez propuestas, siguiendo direcciones opuestas que lo esperado.

Palabras Claves: Jovialidad. Envejecimiento. Madurez. Género. Belém do Pará.

Abstract: The printed speeches that circulated in the capital of Pará during the 1920s and 1930s, countless times, spoke of the dilemma of aging. When women were placed at the center of the debates, the “penalties” mainly afflicted those who exceeded their third decade of life: they were said to become “ugly” and “undesirable”. Thus, based on the analysis of texts published by the Pará press during the period in question, this research analyzed representations of female maturity constructed by news and literary discourses present in illustrated magazines such as “A Semana” and “Pará-Médico” – used as primary documentation in the analyzes carried out. Given the above, it was concluded that, despite the disbelief, women did not surrender to the ideas of mature life proposed, as they followed in directions opposite to what was expected.

Keywords: Joviality. Aging. Maturity. Gender. Belém do Pará.

¹ Essa pesquisa contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da concessão de bolsa de doutorado por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Breno dos Santos Santana – Graduado em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), mestre em História Social da Amazônia no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA), doutorando em História Social da Amazônia pelo mesmo programa e pela mesma instituição.

E-mail: breno1898@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto da pesquisa de doutorado (em andamento) em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA) intitulada “Envelhecimento: Corpo, Saúde, Sexualidade e Gênero (Belém-PA, 1920-1930)”, a qual analisa questões relacionadas às representações sociais do envelhecimento corporal humano na capital paraense do período histórico delimitado. A metodologia empreendida nessa investigação foi o cruzamento das informações contidas nas fontes históricas encontradas; nelas, foram analisadas as recorrências e as divergências de discursos relacionados à saúde, à sexualidade, ao corpo e ao envelhecimento, tudo para tentar montar os quadros possíveis acerca das imagens construídas pelos sujeitos naquele contexto histórico. A documentação foi colhida de duas revistas ilustradas que circularam na capital paraense na primeira metade do século XX, sendo elas “A Semana” (1918-1942)² e “Pará-Médico” (1915-1939)³. Os exemplares analisados estão disponíveis para consulta pública no acervo de Obras Raras da Fundação Cultural do Estado do Pará (CENTUR).

Durante o levantamento de dados, surgiram elementos discursivos a respeito das inúmeras imagens projetadas pelos intelectuais belenenses a respeito do corpo feminino na dita “maturidade” – período que começaria a partir dos trinta anos. Nesse conjunto, os corpos, diante do processo aparente de envelhecimento, eram constantemente alvos da imposição de simbologias e de regras, muitas delas relacionadas à interdição do desejo sexual e amoroso; assim como ao distanciamento da vida pública.

Nesse conjunto, o corpo, entendido como principal ponto de identificação de uma pessoa “velha” e outra “jovem”, foi constantemente acionado como instrumento de legitimação dos desejos românticos e sexuais. Em escritos divulgados nas revistas ilustradas (principais meios de entretenimento e comunicação da época), eram recorrentes os testemunhos da propensão feminina aos olhares masculinos, e qualquer sinal de desgaste corporal relacionado ao tempo viria atribuir visões vexatórias às moças. Nesse preâmbulo, para uma mulher, possuir cabelos brancos, perder a vivacidade no olhar ou o “frescor juvenil”, tudo isso significava o malogro da ausência do comportamento sexual, porque era dito que nenhum homem viria a se interessar por tais características corpóreas maduras. Através desses segmentos, elas eram alvos de constantes julgamentos caso se apresentassem de maneira “não aconselhada” na maturidade.

No entanto, as simbologias do rechaço em torno da “idade feminina avançada” jamais foram capazes de criar aprisionamentos eficientes para as mulheres, uma vez que muitas delas se distanciavam daquilo que os estigmas propunham, aspectos esses visualizados de maneira indireta nas fontes analisadas. Em conformidade, as representações coletivas em torno da maturidade e, conseqüentemente, do processo de envelhecimento, pareciam estar em constantes disputas, como parte de elementos intrínsecos aos modos de subjetivação, da construção de personalidades e dos comportamentos dos belenenses na primeira metade do século XX.

Para o melhor entendimento desses fenômenos, foi imprescindível recorrer a leituras referentes ao modo como aquela sociedade pensava as relações de gênero, o envelhecimento e as suas características sociais. Para tal, o trabalho da historiadora Cristina Donza Cancela (1997), acerca do cotidiano amoroso das meninas de camadas populares em Belém, foi importante na visualização de determinados padrões de pensamento a respeito da prática sexual e da imagem

² 333 exemplares analisados durante a pesquisa de mestrado.

³ 7 exemplares analisados durante a pesquisa de mestrado.

corporal; assim como as elucidações de Ipojucan Dias Campos (2011-2014) condizentes ao matrimônio e aos conflitos existentes dentro dessa esfera conseguiram elucidar importantes ideais a respeito de como aqueles sujeitos belenenses pensavam suas vidas, a passagem do tempo e as relações amorosas.

De maneira semelhante, as bases teóricas focadas na “sexualidade” auxiliaram no exame dos dados coletados. Em razão disso, a perspectiva de Simone de Beauvoir (1970) quanto ao silenciamento do desejo sexual feminino contribuiu para a elaboração de elementos explicativos acerca das projeções masculinas encontradas nas fontes históricas analisadas. Nesse ínterim, a compreensão dos discursos sobre a sexualidade na história ocidental foi necessária, e tudo também esteve ligado às elucidações de Michel Foucault (1999). Para o autor, a sexualidade foi colocada cada vez mais em debate a partir do período moderno, momento em que os Estados passaram a tentar intervir no comportamento sexual da população, fosse para o controle da natalidade, fosse para a “cura” de determinadas “perversões”. Nesse sentido, o entendimento foucaultiano dos dispositivos discursivos concentrados na prática sexual foi importante para elucidar as expectativas do comportamento sexual diante do envelhecimento, tais arranjos foram inúmeras vezes encontrados nos documentos históricos utilizados neste artigo.

Para além desses recursos, as fundamentações de Roger Chartier (1991) acerca da categoria “representação” foram decisivas para entender como operavam os discursos dos intelectuais belenenses no conjunto de estigmas lançados às mulheres. Segundo o autor, num trabalho de pesquisa detido em tais interlocuções, deve-se classificar e a recortar as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade foi contraditoriamente construída pelos diversos grupos sociais; em seguida, visualizar as práticas que reconhecem uma identidade social, exibindo uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição (CHARTIER, 1991). Todas essas interlocuções auxiliaram na forma como os dados foram equacionados e analisados; no entanto, não se trata de um “trabalho guiado por teorias dominantes”, pois as conclusões levadas a efeito nessa pesquisa foram traçadas, em grande parte, pelas indicações dadas pelas fontes históricas, as quais ganharam protagonismo na historicização daquele universo.

Diante do assinalado, a categoria “corpo”, para além de um elemento descritivo, aparece enquanto objeto a ser historicizado durante as abordagens feitas neste trabalho. Tal domínio surgiu aos olhos do pesquisador enquanto um “espaço sintetizador” para se compreender ideias e expectativas acerca da maturidade feminina naquele contexto. Dito de outra forma, os corpos das mulheres eram alvos de julgamentos sem economia de palavras pelos “intelectuais” da época em questão, o que deixava claro os seus próprios dilemas, os seus conflitos e os seus anseios diante do envelhecimento. Inobstante, quando aqui se fala de “corpo”, trata-se da materialidade corpórea e dos seus significados construídos tanto pelos sujeitos que escreviam para as revistas ilustradas, quanto por aqueles que eram alvos dos discursos (as mulheres ditas maduras). Frente a esses aspectos, o “corpo” se tornava a instância biológica que dava acesso às vivências proporcionadoras de felicidade, e o desgaste físico ocasionado pelo tempo era visto de maneira nada aprazível, em razão de impedir a continuidade dos prazeres da “juventude” – tida como uma qualidade universal a ser exaltada. Tais conflitos serão dissecados mais atentamente nos parágrafos que seguem.

1. Conjunto de Estigmas sobre Corpo e Sexualidade Lançados às Mulheres pela Intelectualidade Belenense

Em “A Semana”⁴, num conto intitulado “Envelhecer”, o cronista e poeta Paulo Maranhão escrevia sobre uma mulher madura que era apresentada pelos moldes de um “ser” quase anônimo na cena dos desejos sexuais e dos sentimentos românticos. Com a chegada das rugas, aquela “senhora” não mais possuiria determinadas qualidades tidas como essenciais para alavancar o “apetite” masculino, afinal, a qualidade juvenil, principalmente relacionada à aparência, se tornava essencial na construção do imaginário feita por Maranhão – as pernas, os seios, os cabelos foram vistos como partes corporais dignificantes, causadoras de êxtase. Em vista disso, o envelhecimento corporal feminino era tido como altamente grave, fenômeno exposto de maneira fremente nos dizeres do autor, como na seguinte sentença: “Ainda é rubro o teu lábio, ainda as trevas reinam em teus cabellos, porém o viço juvenil dos 15 anos não unge mais o arzinho da tua face. Ao matiz delicado da juventude, seccede o tom crestado dos 30 anos”.⁵

Nesse primeiro trecho, ficava evidente um julgamento recaído sobre as mulheres trintenárias: sua aparência, na percepção masculina, começava a perder os aspectos juvenis, relacionados à beleza e ao desejo. Em outro fragmento, Maranhão iria além: “Hoje, ninguém mais se volta para te vêr, porque ha milhares de raparigas, no vigor dos anos que desafiam os olhares dos homens... perdoame se te digo que me alegre porque envelheces... ninguém mais te cobiçará”.⁶

As interpretações de Paulo Maranhão também foram analisadas pelo historiador Ipojucan Dias Campos em sua discussão concernente ao problema do “solteirismo” na capital paraense em período análogo. Para Campos, a denúncia do “fator tempo” (feita por Maranhão) alertava para o processo de envelhecimento, pois as características físicas da maturidade feminina se configuravam como maneiras de mostrar o “terror” enfrentado pelas moças chegadas à terceira década de vida sem contratar matrimônio (CAMPOS, 2014). Corpo e sexualidade, esses marcadores pareciam vibrar a todo o momento nas ideias expostas; nelas, as mudanças corporais atribuíam determinadas periodizações para as vivências, dessa forma, os anos percorridos por um sujeito estavam inseridos num jogo de significações acirrado. Como resultado, às jovens, as expectativas de uma vida “animada” podiam ser constantes; já às velhas, tentativas de impedir aqueles “sentimentos calorosos” foram divulgadas através de diferentes meios.

Ocorria disputa, principalmente entre os sentidos de “juventude” e os de “velhice”: o envelhecimento automaticamente definido enquanto processo marcado por melancolia, por recato e pela “assexualidade” – mulheres maduras deveriam se manter alheias ao desejo sexual; chegado o “outono” da vida, os movimentos cessariam – tendo em vista essas expectativas, longe da excitação, da descoberta do corpo e dos sentimentos eufóricos, somente existentes na adolescência, restaria a tristeza. Ademais, a questão da aparência caía como um grande peso, dado o persistente fascínio da beleza juvenil, num tipo de concepção sobre a vida o qual impunha “prazos” para

⁴ A revista “A Semana” começou a circular na capital paraense em 1918, sendo distribuída semanalmente até o ano de 1942. Uma das revistas de maior tempo de circulação no Pará do século XX, tratava-se de um semanário impresso que discutia sobre política, esporte, eventos sociais, moda, lazer, literatura, dentre outros infindáveis temas tidos como muito pertinentes para alavancar a curiosidade do público leitor. O impresso teve como primeiro proprietário o comendador Alcides Santos, uma figura de destaque no *set belenense* da época. Contou com artigos escritos por grandes nomes da poesia e da literatura paraense como Paulo Maranhão, Oswaldo Orico, Gildo Rocha, Antonio Tavernad, dentre outros.

⁵ A Semana. Belém, 25 de janeiro de 1919, n.º. 44, p. 9.

⁶ A Semana. Belém, 25 de janeiro de 1919, n.º. 44, p. 9.

o desejo amoroso, e esses limites eram percebidos conforme ocorriam mudanças na estética corporal. Consequentemente, essas mudanças conferiam privações, em elaborações que possibilitaram entender a aparência enquanto um fator fundamental na construção dos modos de existir socialmente.

Firmava-se a concepção da sexualidade feminina entendida pelo esgotamento, presente em verbalizações marcadas por necessidade de beleza, de agilidade, de vibração. Ou seja, perder a “vivacidade do olhar” ou o “rubro dos cabelos” poderia significar a exclusão, a melancolia, o desgaste. Destarte, esses pensamentos não permaneciam isolados, faziam parte de exercícios de construção de significados coletivos.

Concentrada na sexualidade feminina, Michelle Perrot, ao questionar as concepções aristotélicas das diferenças sexuais, indica o seguinte contraste: “Ela é passiva e ele, ativo. O homem é criador, por seu sopro, o *pneuma*, e por sua semente. Na geração, a mulher não passa de um vaso do qual se pode esperar apenas que seja um bom receptáculo” (PERROT, 2007). Nesse arsenal, ao homem foi atribuída uma potência sexual engrandecedora, visto que, no contexto reprodutivo, era o responsável por dominar e tornar o corpo da mulher “útil” à comunidade – porque possuía a “semente” capaz de iniciar a gestação – consequentemente, as mulheres deveriam aprender a lidar com duras restrições de uma construção falocêntrica. Postas essas questões, apesar de a autora não discutir Belém do Pará, suas interpretações contribuíram para elucidar pontos importantes das expectativas lançadas às mulheres durante a construção histórica ocidental.

Dito isso, a ideia da limitação do desejo sexual das mulheres se prolongou desde a antiguidade: a libido deveria ser neutralizada através de diferentes estratégias. Nessa linha interpretativa, para parte dos articulistas em Belém do Pará nos anos 1920 e 1930, determinada “perda da sexualidade” estivera sumariamente transferida às mulheres ditas “velhas”⁷, pensadas distantes do “âmbito sensual” do cotidiano, em concordância com esses termos, quando as questões amorosas e os arranjos sexuais apareciam, os redatores usavam de qualquer pretexto para inserir o tema da idade avançada, geralmente em construções vexatórias sobre o feminino.

Em Belém, as festas na cidade e os locais de convívio público se concretizavam em espaços propícios para os comentários focados nas proporções do corpo, da animação e do desejo amoroso. Por esse motivo, a afirmação da amargura mediante os anos passados, quase sempre, contrastava com cenários de felicidades juvenis e a euforia proporcionada pelos sentimentos multiformes da adolescência, numa visão que buscava exemplificar e medir tipos possíveis de aflições vividas por mulheres maduras. Como no seguinte excerto extraído de texto sobre o carnaval em Belém. Nele, o articulista de pseudônimo “Pan Demonio” tecia aferições, no que tange às formas pelas quais aquelas “senhoras de cabelos brancos” enxergavam tais períodos festivos:

Leitora, se és jovem, esperas o carnaval, como esperarás por mezes ou anos, o noivo que te há de falar de sonhos lindos e pintar um mundo de illusões: se, porém, a neve da velhice derramou-se-te por sobre a cabeça, que sei eu?, bôa, terás um sorriso de indulgencia para com os que são novos: egoísta, condenarás os prazeres que libaste em tempos outros e que não podes ver outrem fruir sem que o acicate da inveja te fira o coração.⁸

⁷ Termo constantemente utilizado para descrever mulheres acima dos 30 anos de idade.

⁸ A Semana. Belém, 25 de janeiro de 1919, n.º. 44, p. 10.

Havia contraponto de expectativas, mulheres aos trinta anos, tidas como velhas, deviam cessar suas vivências afetivas e sexuais; em oposição às moças muito jovens e até mesmo às pré-adolescentes, constantemente inseridas em uma visão eufórica quanto a tais aspectos, de modo que os marcadores quinze e trinta anos pareciam ser recorrentes nessa elaboração dicotômica de representações coletivas. Sobre tais sistemas etários, a antropóloga Guita Grin Debert explicou que o processo de individualização, próprio da modernidade, se tornou um fator importante no sentido de institucionalizar o curso da vida em dimensões essenciais. Para a autora, uma forma de vida em que a idade cronológica passava despercebida, foi substituída por outra na qual a idade se torna fundamental na organização social após a Idade Média. Tais critérios etários, no mundo moderno, estabeleceram direcionamentos específicos para organizar o universo do trabalho, do consumo, da educação (DEBERT, 1999).

Como parte desse fenômeno, as mensagens analisadas em Belém formulavam, sobremaneira, uma “cronologização” dos próprios sentidos dados à sexualidade. Em exercícios de poder, firmava-se as idades do desejo, da felicidade e, indiretamente, da própria prática sexual; do lado oposto, apresentavam-se as idades do distanciamento, da melancolia e da assexualidade. Às mulheres tidas como maduras, para além dessa interdição sexual, não se lhes poderiam ser aconselhadas a entrada no universo amoroso e matrimonial. A partir dessa desvantagem, elas precisavam lidar com sentenças pouco gentis para com os seus comportamentos, seus sentimentos e seus desejos.

Ao redor do envelhecimento, as mensagens quase sempre vinham do ponto de vista pretendido hegemônico: os critérios etários foram construídos socialmente, e os intelectuais belenenses surgiam como elaboradores de pesados estigmas. Nesse preâmbulo, ter uma aparência enrugada e “desgastada” se tornava um grande problema, e mesmo determinados padrões da moda eram deslegitimados na maturidade, como os cortes de cabelo e a maquiagem, tais modelagens deveriam estar diretamente relacionados à jovialidade e à sedução. Esse tipo de encaminhamento vinha tanto do discurso masculino quanto do feminino. Em texto dedicado a discutir cortes de cabelos modernos, a articulista de nome “Lucimar”, em “A Semana”, parecia não aprovar o hábito de mulheres maduras encurtarem as madeixas, como explica: “É bem verdade que, a uma senhora casada, a moda actual não condiz bem. Uma mulher depois dos vinte e quatro annos, começando a perder aquella graça de rosa em botão, que possuía, deve deixar crescer os cabellos e prega los”.⁹

Esconder o corpo que envelhecia estava ligado à necessidade de limitação da sexualidade feminina, elas não poderiam se apresentar socialmente sensuais e desejáveis (condutas somente associadas ao corpo jovem). As vivências “prazerosas” deveriam ser consideravelmente curtas, as moças começavam a ter a vida sexual instigada por volta dos quinze anos, passavam a ser consideradas velhas perto dos trinta, ou até mesmo, como mencionava Lucimar, depois dos vinte e quatro. O cabelo branco e as rugas estariam muito longe de significar o charme, a beleza e a saúde (talvez esses fossem os requisitos essenciais para não ser vista como uma figura decadente), visão não muito distante das concepções correntes entre o século XIX e início do século XX que elencavam um conjunto de critérios avaliativos do fenótipo humano – do corpo e seus formatos e da aparência – para caracterizar as personalidades e, até mesmo, a propensão de um indivíduo ao crime e à perversão; sobre tais preâmbulos, o historiador francês Jean-Jacques Courtine indica que a chamada “frenologia” formulava um arsenal de indícios físicos, num testemunho inédito do

⁹ A Semana. Belém, 19 de julho de 1924, n.º. 326, p. 20.

corpo como nova visão da identidade: dispositivo que, estabelecido primeiramente para designar suspeitos, pode estender-se para designar a todos (COURTINE, 2009).

As mulheres maduras de Belém do Pará, de maneira parecida com as especificações da frenologia, estiveram enquadradas em diferentes critérios de avaliação física, em modelos de adaptação aos novos cenários da vida inaugurados pela dita “idade avançada”. De maneira concomitante, os marcadores corporais da maturidade geravam opiniões e consequências no próprio convívio social – em locais ditos oportunos, na moda dita adequada, no comportamento aconselhado para quem ultrapassava a terceira década de vida. Às vezes, tornava-se difícil mensurar quantos aspectos da vida foram explorados de maneira deliberada, mas era nítido que os dispositivos de observação estavam equipados com ideias bastante hostis, sequer o mínimo fio de cabelo branco passava despercebido aos olhos. Com esses filtros de análise, os escritores sancionavam penalidades, se apropriavam dos corpos femininos e elaboravam pontos de vista marcados pelo rechaço nada disfarçado.

Paulo Maranhão, no texto analisado anteriormente, expunha uma constante aflição mediante os cabelos brancos surgidos nas senhoras: “Occultam-se na sombra, á maneira de bandidos, e esperam, para se mostrar, a hora em que a mulher quer parecer mais bella – a hora em que ela desperta para o amor”, dizia o autor.¹⁰ Nesse sentido, presumia-se que o envelhecer distanciava a mulher da realização pessoal e da felicidade, sentimentos que só existiriam no momento de um enlace amoroso, culminando no matrimônio. O surgimento de cabelos brancos se transformava e um lugar de mudança nada sutil, trazia consigo um pessimismo incessante, logo, o ponto de vista masculino tentava a todo custo implantar a angústia feminina. “A hora em que ela desperta para o amor” dizia Maranhão, tais sentenças imediatamente poderiam gerar preocupações por estar velha e sozinha, deixar o tempo passar e não buscar a dita felicidade seria uma desatenção bastante perigosa.

Sem dúvida, era imprescindível que elas fossem jovens, a admiração da juventude foi legitimada em razão da primazia de uma sociedade moderna e urbanizada. Concentrada na compreensão de tais aspectos, a historiadora Júlia Hasselmann Calvet analisou as charges do cartunista J. Carlos, em suas representações femininas no Rio de Janeiro dos anos 1920. Nos desenhos, a valorização das chamadas donzelas (moças jovens e atraentes) surgiam enquanto necessidade do artista de demonstrar as novas perspectivas sociais da época. Pois as “feições de menina moça” estariam sempre relacionadas ao sentido de novos hábitos, novos comportamentos observados na cidade, qualificados como o ápice do que havia de mais moderno (CALVET, 2019). Nesse processo, o fascínio pela juventude parecia estar intrinsecamente ligado ao almejado como modelo de sociedade em progresso, e a qualidade juvenil era tangenciada como maneira de legitimar a ocupação de determinados espaços para alguns, em detrimento de outros.

Nesses espaços simbólicos e materiais, as mulheres “velhas” deveriam esconder seus corpos da visão alheia, em razão de não transmitirem mais graciosidade; também não sendo aconselhadas a casar-se, porque o período correto seria antes dos vinte e cinco anos (quando acendiam para o amor). Todas essas atribuições de sentido influíam na definição da maturidade feminina, ideia oposta ao novo e ao belo. Resultava que, a sensualidade, os sonhos eróticos, os toques lascivos, a prática do “flirt”, tudo isso deveria se transformar em passado distante, transmutando-se na lembrança do tempo vivido, da felicidade de outrora. Principalmente na mentalidade masculina, a libido feminina na maturidade acionava determinada repulsa, pois uma mulher velha em contexto erótico seria desdobramento quase “anti-higiênico”. No fim de contas, a performance do macho devia estar

¹⁰ A Semana. Belém. 25 de janeiro de 1919, n°. 44, p. 9.

alicerçada na dominação, no defloramento de moças ingênuas, na capacidade de manipular a imaginação, o toque, o gosto e os sentimentos (uma mulher dita madura não instigaria esse desejo de controle masculino), nesse ambiente simbolicamente hostil, a idade das senhoras se tornava uma “vergonha”, uma sanção pejorativa, uma marca de desânimo.

O humor configurava importante recurso discursivo usado para apresentá-las, em mensagens construídas para mostrar temores íntimos, os quais gerariam risos nos leitores, principalmente ao abordar as aflições e os medos, pouco levados à sério. Cercavam-nas de todas as formas, excluídas de determinados lugares e inseridas em outros, como no espaço do ridículo, para gerar entretenimento aos demais. As narrativas cômicas a respeito de histéricas senhoras perante as suas questões íntimas, das rugas e da apreensão ao ser questionada a idade, se firmavam como alguns dos exemplos verificados, como escrevia o cronista de pseudônimo “Poty”: “Até os 15 annos as meninas dizem a idade levanamente, com ingenua alegria; dos 15 aos 20, ellas o dizem sem tristeza, porem tambem sem alegria: d’ahi aos 25, só o dizem contrariadíssimas”.¹¹

Segundo o autor, em tempo posterior aos trinta anos, ficava impossível “arrancar a idade de uma mulher”. Essa narrativa cômica, ao usar critérios etários como sinônimo de irritabilidade feminina, era marcada por determinada “cronologização da vida”. Afinal, indicava o quão curta deveria ser a duração de algumas vivências: em menos de dez anos – dos quinze aos vinte e cinco – as projeções da angústia se tornariam exacerbadamente fortes em relação ao tempo vivido, essas mulheres não poderiam conseguir visualizar suas vidas sem determinados critérios lançados pelo meio social circundante, numa ansiedade pretendida generalizada, sobretudo ao se ter em mente alguns segmentos importantes, tais como: o casamento, os filhos e o lar, instituições que, no mundo ocidental, foram vistas como sinônimo de felicidade.

Todavia, as contingências dificilmente se encaixavam em modelos pré-concebidos (os quais explicavam melhor a mentalidade de quem discursava em detrimento dos alvos do discurso). Os textos divulgados em revistas ilustradas foram pensados em meio a universos burgueses e intelectuais, quase sempre masculinos: os articulistas discorriam sobre suas ideologias, suas percepções do mundo, do vivenciado na cidade de Belém do Pará, em divagações indicadoras de interesses e ideias próprias do modo de reprodução dos costumes burgueses. Esse fator limitava a ocorrência de concepções mais diversas sobre algumas temáticas expostas, associava-se ao envelhecimento feminino diversos estereótipos: a prática sexual interdita, a beleza impossibilitada, o casamento desacreditado, conceitos lançados ao olhar dos demais, principalmente para um público letrado e restrito de leitores.

Mas, nas entrelinhas discursivas, ficava evidente que a supressão de práticas amorosas por mulheres, com o surgimento dos primeiros fios de cabelos brancos, estaria longe de ser algo verificado no dia a dia, inclusive o olhar de desejo voltado para elas – exposto como inexistente – viria a ser revelado em muitos discursos contrários ao visto anteriormente.

Não obstante, quando o poeta Paulo Maranhão falava dos fios de cabelos brancos, era dito que as madeixas cinzas significavam a aflição feminina; entretanto, o autor revelava, contraditoriamente, seu deleite mediante ao desvelar da “aparência da mulher madura”, de modo que fez menção elogiosa para com aquela figura vista, em um primeiro momento, enquanto decadente. Nas palavras do autor: “para mim, tu continuas a ter de fogo no olhar, de carmim o lábio, de neve a pelle, de nacar as unhas, de ouro a voz, de crystal o riso”,¹² então, a sensualidade feminina, com

¹¹ A Semana. Belém, 08 de novembro de 1919, n° 85, p. 2.

¹² A Semana. Belém, 25 de janeiro de 1919, n°. 44, p. 9.

a chegada do chamado “outono da vida”, parecia causar determinada ambiguidade de sensações, tanto nas próprias mulheres quanto nos homens que assistiam aquelas mudanças.

Em face ao envelhecimento, outros tipos de imagens existentes no período histórico em questão começavam a sinalizar algumas mudanças atribuídas aos temas da sexualidade em idade madura, mesmo diante de tais concepções limitantes em relação às práticas sexuais das senhoras “no outono da vida”. Em estudo referente à sociedade francesa, a historiadora Anne-Marie Sohn analisa diferentes formas pelas quais o corpo era colocado em debate sexualizado. Segundo a autora, em meio às significativas mudanças relacionadas à liberdade sexual no percurso do século XX, a ideia de envelhecer passou por determinadas transformações importantes, relacionadas ao alongamento da expectativa de vida e aos progressos na saúde através do desenvolvimento da ciência médica e da indústria da beleza que, de maneira eficiente, possibilitaram uma ampliação dos usos dos prazeres por parte das pessoas velhas; como após a Primeira Guerra, quando as mulheres maduras puderam se sentir sedutoras, contando que pintassem os cabelos (SOHN, 2009).

A ebulição de mensagens relacionadas aos cuidados corporais, destinadas ao público feminino, denunciavam profundas mudanças na relação das mulheres com a idade. Esses discursos pareciam evidenciar a “reversão das consequências da passagem do tempo” enquanto possibilidade de lucro, de constante visão para a compleição como “um produto a ser aprimorado”, “dissecado em todas as suas conexões” e “melhorado” segundo as tendências vigentes. Os anunciantes possuíam a “solução” para problemas imaginados como significativamente frequentes entre as mulheres ditas velhas, nesse percurso, geravam a esperança de permanecerem saudáveis, desejáveis e bonitas. Ao mesmo tempo, indicavam as desigualdades sociais, ou seja, somente aquelas que tivessem recurso financeiro teriam a oportunidade de estar na moda, de cuidar da pele e de resolver desconfortos da idade.

Esses constantes acionamentos da idade, por amplo conjunto de segmentos da organização social, constituíram forma de compreender os usos do corpo (com todas as suas possibilidades e aflições) sob a ótica de campos multifacetados e, por vezes, antagônicos, tendo em vista o choque dessas mudanças ensejadas pela ciência com opiniões mais conservadoras sobre a posição feminina. Mediante a dita modernidade, muitas configurações imaginativas relacionadas à imagem da mulher velha, lentamente, começariam a mudar para disposições menos centradas no engessamento da libido, desde que elas pudessem cuidar do corpo, comprando os produtos mais eficazes ou se submetendo às técnicas cirúrgicas complexas, divulgadas enquanto altamente eficientes. No panorama geral, determinados testemunhos do passado revelavam dados da realidade os quais poderiam ir de encontro às narrativas masculinas e burguesas sobre o comportamento sexual na maturidade.

2. Maturidade e Sexualidade: o contraponto feminino

Mas de modo contrário àquilo que os estigmas prescreviam, seria possível afirmar que os movimentos da sexualidade feminina na maturidade eram constantes; emergindo determinadas ressignificações do envelhecimento através dos comportamentos desviantes, em reorganizações das esferas do “permitido” e do “proibido”.¹³ De tal forma, as mulheres vislumbrariam construções “libertadoras” diante das rugas e dos fios de cabelos brancos; no entanto, diferente dos homens, os

¹³ Expressão utilizada para designar uma pessoa que passou da chamada “juventude” ou da “primavera da vida”, geralmente a partir dos 30 anos de idade.

quais possuíam vastos instrumentos de propagação das suas ideias, os testemunhos femininos se encontravam de maneira prevalentemente indireta.


Como parte desses testemunhos indiretos, o avanço científico relacionado à medicina e ao campo farmacêutico evidenciavam a ocorrência de algumas configurações de sexualidade (na dita maturidade) ligeiramente opostas ao entendido como normal e higiênico. Nesse sentido, determinados escritos chegados ao presente indicavam como as mulheres maduras, em seus comportamentos cotidianos, contrastavam com as opiniões dos literatos e dos intelectuais burgueses da capital paraense no período em questão, principalmente quando questionavam a ideia da interdição sexual. Nesse particular, em textos publicados na revista “Pará-Médico”¹⁴, sobretudo relacionados aos estudos da gestação e das práticas cirúrgicas, surgiam indícios de intercursos sexuais femininos constantes a partir da terceira e da quarta década de vida. Destarte, ficava entendido que nenhum tipo de enquadramento seria tão potente ao ponto de limitar as demandas construídas pelos próprios sujeitos históricos no decorrer da vida, pois as personagens em cena conseguiram reelaborar suas narrativas, desviando das rotas propostas pelo discurso presumido “oficial”.

A respeito de tais fenômenos, no “Pará-Médico”, em estudo desenvolvido pelo dr. Orlando Lima, falava-se da evolução nos procedimentos de cesariana: denominada tecnicamente de “parto abdominal”, no artigo, o autor exaltava a simplicidade do processo operatório em gestantes (tido como pouco suscetível a erros) dada a segurança proporcionada pelas abordagens cirúrgicas modernas. O médico buscava discorrer sobre a sua experiência com gestantes na Maternidade de Belém no ano de 1920; segundo suas prescrições, somente em casos raros a cirurgia do parto abdominal não obteria sucesso; no texto, ele aconselhava a outros médicos a utilização da técnica no cotidiano cirúrgico. Em conformidade, quando as gestantes foram colocadas em cena no relatório escrito por Lima, uma informação se destacava: a recorrência de mulheres em idade acima dos trinta e dos quarenta anos em estado de prenhez, a exemplo do parto da senhora denominada “J.N”, descrita no texto do médico como “Primipara, 39 annos. Bacia moderadamente viciada. Entrou depois de cerca de 70 horas de trabalho. Tentativa improficua de extração do forceps. Cesareana abdominal. Operação praticada a 4 de outubro, Mãe e filho deixaram a clinica no dia 30”.¹⁵

A partir do século XX, a sexualidade entrou num contexto multiforme de análise, de estudos e de medicalização, elaborando diversos “scripts sexuais”: cenários e representações, fossem reais ou fantasiosas, da reprodução ou do controle da natalidade. Os “scripts” puseram em campo diferentes especialistas, acompanhados por conjunto de exames e tratamentos, em políticas de saúde pública que se efetuavam de maneiras diferentes para os homens e para as mulheres. De modo que a sexualidade feminina ainda fora exacerbadamente atrelada à concepção da vagina apenas enquanto possibilitadora da gestação, e as mulheres eram colocadas em um conjunto de prescrições médicas para o aleitamento correto, ou para o combate ao aborto. Naquele momento, havia grande preocupação com a questão reprodutiva, iniciando os primeiros tratamentos contra a infertilidade (SOHN, 2009). Referente a esta questão, se tornou importante salientar que os cuidados com a mulher no momento do parto configuravam aspectos de suma importância, como explica a historiadora Maria Izilda Santos de Matos – as altas taxas de mortalidade de mães e filhos e a necessidade

¹⁴ A revista Pará-Médico foi criada no ano de 1915 pelos membros da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará – fundada 1 ano antes – e tinha como principais objetivos a divulgação de estudos científicos e das informações sobre instituições médicas ao público em geral. Faziam parte da sua Comissão de Redação os Drs. Porto de Oliveira, Oswaldo Barbosa, Jaime Aben-Athar, Veiga Cabral, J. de Magalhães, Arthur França e Penna de Carvalho.

¹⁵ Pará-Médico. Belém. Setembro de 1922, nº 10, p. 30.



de uma ação preventiva ampliaram a preocupação da medicina e levaram ao desenvolvimento da maternologia no Brasil da primeira metade do século XX. Essas abordagens eram impulsionadas por médicos, higienistas e reformadores sociais, resultando na chamada “profissionalização da maternidade”, também no aprimoramento das técnicas de parto e da própria assistência às grávidas, sumariamente exposto através da imprensa ilustrada (MATOS, 2003).

O importante a destacar desses fenômenos seria o fato que cada vez mais se tornava possível uma reelaboração dos padrões de natalidade, coisa que iria influenciar diretamente as ideias a respeito da própria sexualidade. Na cena belenense, a presença de mulheres grávidas em idades distantes do entendido como “normal” revelava que os “scripts sexuais”, tão bem formulados por amplo conjunto de teias científicas, médicas e conceituais, foram igualmente construídos pelas próprias mulheres frente aos cenários desafiadores de uma vida após os trinta anos. Pareciam assinalar a dilatação de um vigor sexual incessante, de maneira concomitante, não havia nenhuma garantia, dadas as prescrições sociais, de que aquelas senhoras fossem castas o suficiente para reger suas narrativas sexuais conforme o discurso oficial previamente estabelecia enquanto higiênico. Porque, como demonstrado nas entrelinhas de uma narrativa científica exposta no “Pará-Médico”, as técnicas modernas de parto tratariam de resolver quaisquer intempéries relacionadas à gestação, principalmente das mulheres em idade madura, elas poderiam aproveitar de tais avanços ao seu favor. Da mesma maneira, a presença de gestantes aos quarenta anos denunciava usos recorrentes da sexualidade, em formas de reconhecer a idade “avançada” como apenas um dado propício a ser significado de diferentes formas entre os sujeitos em meio a um universo de contingências naturais do percurso da vida pessoal.

A maternidade, naquele cenário, certamente viria acompanhada de inúmeras mudanças no ciclo de vida daquelas mulheres; parir aos 39 anos parecia muito mais complexo do que na dita “juventude” devido a quantidade de estigmas em voga (das imagens da saúde reprodutiva e sexual atribuídas apenas às moças muito jovens, as quais tinham corpos ideais para gerar filhos saudáveis, em detrimento das maduras), ou seja, a maternidade no “entardecer” da vida geraria algum tipo de desconforto social. No entanto, as mulheres ditas “velhas” pareciam reclamar para si a habilidade de elaborar regras para suas vidas, nas possibilidades de contatos amorosos e o direito de serem mães. Dentre os “partos abdominais” bem-sucedidos na maternidade em Belém, a maioria das gestantes estava no período trintenário e quadragenário, entretanto, elas passaram pelos processos cirúrgicos, em sua maioria, sem grandes complicações. Nesse conjunto, os avanços científicos, apesar de condicionarem potente supervisão aos corpos, poderiam se tornar aliados indiretos para a abertura de novas configurações sexuais e maternas diante do processo de envelhecimento, devido a capacidade de salvaguardar a vida, mediante os riscos naturalmente surgidos numa gestação em idade madura.

No período que compreende a segunda metade do século XIX, o mundo ocidental viu os médicos se tornarem os “intermediários obrigatórios da gestão dos corpos presos em uma rede de obrigações em concordância com os grandes acontecimentos da socialização: entrada na escola, serviço militar, viagens, escolha de uma profissão” (MOULIM, 2009). Ou seja, a medicina teve um papel fundamental na manutenção de “corpos saudáveis” para exercerem diversas obrigações sociais; identificado esse fenômeno, não seria imprudente dizer que os médicos se tornaram agentes de influência direta no comportamento sexual da população

(num conjunto de diferentes prescrições comportamentais) muito em função avanços científicos e farmacêuticos relacionados à natalidade e ao desempenho sexual.

Em Belém, mediante a ausência de maiores testemunhos, não seria possível indicar com mais precisão a influência dos fatores médicos no comportamento sexual de mulheres maduras; todavia, os discursos centrados nos avanços científicos (como observado no texto do dr. Orlando Lima) poderiam indicar sutil alargamento de perspectivas sociais a circunscrever a mulher frente ao seus trinta ou quarenta anos de idade, em circunstâncias da vida as quais fugiriam completamente do controle normativo. Muitas delas estavam gestantes e, muito provavelmente, se permitiam comportamentos libidinoso; a exemplo da senhora denominada “R. O.”, gestante apresentada por Orlando Lima como: “Grande Multipara, 42 anos, placenta previa central, oitavo mez de prenhez”.¹⁶

As vantagens e desvantagens de ser mãe em período avançado da vida pareciam estar cada vez mais no horizonte daquelas mulheres, nesse caminho, existia um acentuado desvio quando chegassem ao período quadragenário, imagina-se que era totalmente possível continuar a prática sexual em detrimento da interdição constantemente sancionada. Afinal, mulheres aos quarenta e dois anos praticavam sexo, davam à luz a diversos filhos (múltiparas) e reelaboravam suas narrativas de maneira singular, apesar de haver todo um tabu referente aos seus corpos e às suas idades. Elas poderiam usar dos avanços científicos ao seu favor, por causa das ditas técnicas desenvolvidas para assegurar as vidas das mães e as dos filhos, era dito que a gravidez não deveria mais preocupar tanto essas senhoras, elas chegariam aos hospitais e saíam com novas perspectivas de vida.

Uma perspectiva “alternativa” de maturidade feminina se configurava como exemplo de potencial “insurgência”. Essas “anomalias” determinavam o envelhecimento como parte de um campo de negociação – as suas características negativas foram manipuladas pelos sujeitos em diferentes contextos de comunicação direta ou indireta – e tudo ocorria de acordo com as vontades, os interesses e os privilégios envolvidos. Nesse percurso, eram fundamentados os requisitos como: a idade para a prática sexual, a idade para ser mãe e a idade para a vida pública, marcadores acionados no decorrer das circunstâncias para legitimar os comportamentos tidos como adequados ou como inadequados; mas, da mesma maneira, a própria existência de hábitos desviantes parecia assegurar uma forma de comunicação nessas “negociações”, como no caso das mulheres gestantes (pareciam afirmar que podiam decidir seus destinos diante ao processo natural do envelhecimento).

No mundo feminino, se verificava a prática sexual como aspecto nada distante de seus cotidianos, e, apesar de não se ter maiores informações sobre as gestantes – se casadas ou solteiras –, o documento indica a existência dessas pessoas em contextos nos quais a sexualidade, na entendida maturidade, estivera emoldurada por novo arsenal de sentimentos, responsabilidades e aflições; dos treze casos analisados, apenas três apresentavam mulheres de até vinte e sete anos de idade, a maioria estava na faixa etária superior a três décadas de vida; cinco entre as dez mulheres acima dos trinta anos eram primíparas (aquela que pariu pela primeira vez). Essas configurações demonstrava as mudanças possíveis no ciclo de vida daqueles sujeitos, colocando em discussão uma cadeia de significados da maturidade e do próprio envelhecimento em constante reordenamento na cidade de Belém do Pará.

¹⁶Pará-Médico. Belém. Setembro de 1922, n° 10, p. 30.

Figura 1 – “Povoar! Eis o problema”.

Mulher de trinta e seis anos pariu trigêmeos em Belém



Fonte: A Semana. Belém, 10 de junho de 1939, nº 1035, p. 23.

Diante das concepções da maternidade configurada quase como um dever primordial feminino, as notícias traziam mensagens de exaltações para os “casos peculiares” de gestação, sempre colocando a reprodução como uma das metas prioritárias atribuídas aos casais; nesse sentido, chegaram ao presente algumas mensagens de vanglorio das mães que, mesmo em idade madura ou depois de muitos partos, pareciam possuir a força necessária para gestarem novos bebês. No ano de 1939 o periódico “A Semana” noticiou uma gestação atípica na capital paraense: o nascimento de trigêmeos na Maternidade da Ordem Terceira. A parturiente era Elora Maux Passos Pereira, na idade de trinta e seis anos, esposa do senhor Manoel Passos Pereira. O jornalista que escreveu a notícia parecia estar comovido, tendo em vista uma suposta baixa fecundidade existente no Brasil: “positivamente, na marcha em que vamos, dentro de pouco tempo a mulher que tiver 1 filho causará admiração”.¹⁷ Ele parabenizava os pais pela chegada das crianças e, principalmente, a mãe pelo feito, diante da dita diminuição no número de gestações naquele período histórico.

A proximidade dos quarenta anos de idade (como estava Elora) significava posicionar-se frente a grandes estigmas; todavia, a gestação poderia sancionar imagens mais prestigiosas em torno daquelas mulheres, tendo em vista o forte olhar de vanglorio lançado à maternidade naquele contexto histórico. Dito de outra maneira, elas poderiam reequacionar suas trajetórias de vida com a chegada dos filhos, encontrar novos sentidos para aquele intervalo etário entendido, em um primeiro momento, pelo viés de determinadas privações e impotências; além de colocarem em pauta o discurso sobre a sexualidade feminina que, num universo cristão e heterossexual, estava estritamente relacionada ao âmbito da reprodutividade.

Existia teia de significados possíveis referentes às questões de sexualidade na idade madura. Em primeiro lugar, os testemunhos vindos dos discursos médicos ganhavam contornos diferentes em relação aos definidos pelos poetas, pelos jornalistas e pelos cronistas, para os quais a maturidade condensava a premissa de aspectos tais como: o esgotamento da sexualidade feminina em detrimento da masculina. Em segundo, no periódico “Pará-Médico”, as mulheres, não se sabe se burguesas ou pobres, apareciam em contextos de gestação após a trigésima década de vida, e algumas na quadragésima década parindo pela primeira vez, o que denotava um comportamento

¹⁷ A Semana. Belém, 10 de junho de 1939, nº 1035, p. 23.

sexual feminino ainda muito presente. Nessa conjuntura, o avanço científico poderia resolver os problemas da gravidez, numa elaboração de novos sentidos dados ao período gestacional, e os textos indicavam o parto nas mulheres de intervalo etário dito avançado.

As meninas pertencentes às classes populares em Belém, historicizadas por Cristina Donza Cancela, não aceitavam a prerrogativa de colocá-las em posições de vítimas mediante o processo crime de defloramento; pelo contrário, muitas daquelas garotas reivindicavam o direito de “seduzirem”: elas contavam sobre a espontânea vontade de praticar sexo, saindo da posição de importunadas e passivas, tomavam para si a responsabilidade pelo ato lascivo (CANCELA, 1997). Se por um lado as meninas muito jovens demonstraram a capacidade de articulação e reivindicação de seus direitos ao uso do corpo, por outro, seria demasiado ingênuo avaliar as mulheres maduras como vítimas “caladas” do conceito dominante, dado o contexto de grande efervescência de formas de contestação do *status quo*.

Insurreições parecidas foram percorridas por Ipojuca Dias Campos em trabalho historiográfico intitulado “Adelina e Carlita”, no qual analisou dois processos de divórcio contenciosos transcorridos entre os anos de 1897 e 1900. Neles, estavam em cena Adelina Rosa da Cruz Louzada e Carlita Gonçalves Viveiros, mulheres acusadas de adultério e amplamente submetidas a julgamentos morais elencados pela justiça paraense do período em questão. Na contramão do discurso oficial, elas conseguiram elaborar estratégias, não se sabe involuntárias ou premeditadas, para acelerar os processos de separação conjugal, em métodos que envolviam principalmente o silêncio, nos arredores da justiça, mediante acusações de deslealdade infligida ao parceiro. O historiador expõe uma concepção contrária aos mitos da figura feminina construídos no decorrer dos séculos (a ideia de passividade absoluta); pelo contrário, aquelas moças acionavam maneiras próprias de viver, em novos destinos a envolver infidelidade conjugal (CAMPOS, 2011). Mas, apesar das mulheres como Adelina e Carlita serem exemplos de desvios, os privilégios atribuídos aos homens na vida cotidiana eram mais amplamente divulgados. Para as mulheres, eram constantes os ataques morais, vindos de diversas direções, caso resolvessem deixar o lar para viver com outro homem ou para viver plenamente sua sexualidade a partir dos quarenta anos, mas elas não deixariam de explorar seus desejos, e os próprios discursos oficiais revelavam indiretamente esses arranjos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simone de Beauvoir, ao fazer uma análise de alguns conceitos psicanalíticos, criticou o pensamento freudiano na sua falta de ênfase na sexualidade feminina. Para Freud, a libido apenas existiria enquanto energia sexual masculina. Já para Beauvoir, o desejo atuaria da mesma maneira para ambos os sexos: “todas as crianças atravessam uma fase oral que as fixa no seio materno, em seguida uma fase anal e atingem finalmente a fase genital: é então que se diferenciam” (BEAUVOIR, 1970). Não existiria, no desenvolvimento humano, um momento de completa perda do desejo sexual feminino, essa atribuição estaria muito relacionada a ideias socializadas, tidas como verdades absolutas.

Diante do assinalado, os textos veiculados por determinados núcleos intelectuais na cidade de Belém do Pará, nas décadas de 1920 e 1930, tentavam mostrar que a chegada da “idade avançada” significava a perda do desejo amoroso e sexual para as mulheres. Os escritores usavam de suas posições de destaque para sancionar diversos estigmas, os quais teriam efeito em múltiplos contextos da vida social, tais como aqueles relacionados aos divertimentos na cidade, onde as mulheres

maduras seriam vistas como tristes e indesejáveis. Esses deméritos também ocorriam nos padrões de vestimenta, pois presumia-se que, após os 30 anos, as mulheres deveriam esconder os corpos com o uso de roupas adequadas. Em consonância, as disputas de significados estavam muito centradas na visualização dos corpos, numa excessiva valorização das características juvenis. Essas expectativas atuavam como pontos de identificação para as mulheres, pois aquelas que fossem jovens seriam famigeradas, e as ditas “velhas” seriam supostamente rechaçadas, numa preocupação compartilhada diante das rugas e dos fios de cabelos brancos.

Todavia, essas elaborações não poderiam ser interpretadas como definidoras das práticas sociais observadas naquele contexto histórico, afinal, tratava-se das idealizações (em grande parte masculinas) do comportamento feminino na maturidade. Ao compreender esse aspecto, quando outros elementos discursivos vieram aos olhos do historiador, observou-se que as mulheres estavam tendo filhos a partir da terceira e da quarta décadas de vida, prática completamente oposta ao esperado por muitos escritores. Conseqüentemente, a presumida interdição sexual não era tão bem estabelecida no cotidiano feminino; então, elas poderiam criar seus próprios significados para uma vida após os 30 anos, como muitas o fizeram, ora quando pariram trigêmeos, ora quando tinham seus primeiros filhos na idade madura. Os indícios analisados demonstraram que a maturidade feminina seria entendida de maneira complexa e que não existia apenas uma possibilidade de vivência para as senhoras, porque tudo dependeria das escolhas feitas no universo individual, em grande parte, à revelia do aconselhado pelas ideias pretendidas hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- CALVET, Júlia Hasselmann. J. Carlos: imprensa e representações femininas na década de 1920. In: Anais do 2º encontro internacional, *História&Parcerias*, 6º Seminário Fluminense de pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2019.
- CAMPOS, Ipojucan Dias. *Adelina e Carlita: adultério, divórcio e poder judiciário em Belém no final dos oitocentos*. Fronteiras 13 (24): 2011, p. 207 - 236.
- CAMPOS, Ipojucan Dias. Solteirismo e tempo matrimonial, Belém (1916-1925). Cordis: *Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, no 13, 2014.
- CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. Dissertação (mestrado), Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1997.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das revistas. Estudos avançados* 5 (11), abril, 1991, p. 183-191.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 253-340.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MATOS, Maria Izilda S de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 -1930). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Raquel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 107–27.

MOULIM, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 15-82.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Traduzido por Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 109 - 154.

Fontes:

Setor de Obras Raras da Fundação Cultural do Estado do Pará (CENTUR)

A Semana. Belém, 25 de janeiro de 1919, nº. 44.

A Semana. Belém, 19 de julho de 1924, nº. 326.

A Semana. Belém, 08 de novembro de 1919, nº 85.

Pará-Médico. Belém. Setembro de 1922, nº 10.

A Semana. Belém, 10 de junho de 1939, nº 1035.

Lista de figuras:

Figura 1: A Semana. Belém, 10 de junho de 1939, nº 1035, p. 23.

Mulheridades e Diversidades do Carimbó Amazônida: sim, nós existimos, resistimos e insistimos!

Mujer y Diversidaden Carimbó Amazônida: ¡sí, existimos, resistimos e insistimos!

Womanhood and Diversity in Carimbó Amazônida: yes, we exist, we resist and we insist!

Sil Lena Ribeiro Calderaro Oliveira

Marizete Fonseca da Silva

Natasha de Queiroz Almeida

Elison Antonio Paim

Resumo: Este ensaio relata as discussões em torno da categoria “mestra de Carimbó”, bem como a construção da coletiva de mulheres, trans e não-binárias do Carimbó, realizadas durante o I Fórum da Coletiva Mulheridades e Diversidades Amazônidas do Carimbó, em 2023, na cidade de Belém do Pará. Com efeito, priorizamos as transcrições orais das seis narradoras participantes do encontro para, em diálogos, conceituarem sobre o fazer-se mestra de Carimbó e as suas relações com esse patrimônio cultural brasileiro permeadas pela questão de gênero, cujas reflexões dialogam com as autoras Conceição Evaristo, Alcineia Santos, Catherine Walsh e Elison Antonio Paim. Metodologicamente, trabalhamos com as narrativas orais na perspectiva da monadologia, inspirado no filósofo Walter Benjamin, organizadas em mônadas, narratividades construídas na horizontalidade da produção de conhecimento, respeitando as subjetividades de quem narra e se narra.

Palavras-Chave: Carimbó. Memória. Maestria. Mulheridades.

Resumen: Este artículo da cuenta de las discusiones en torno a la categoría de «maestra carimbó», así como de la construcción del colectivo de mujeres trans y no binarias carimbó, que tuvieron lugar durante el Primer Foro del Colectivo Carimbó Mulheridades e Diversidades Amazônidas, en 2023, en la ciudad de Belém do Pará. De hecho, priorizamos las transcripciones orales de las seis narradoras que participaron del encuentro, para conceptualizar, en diálogo, el modo de ser profesora de Carimbó y su relación con este patrimonio cultural brasileño, permeado por la cuestión de género, cuyas reflexiones dialogan con los autores Conceição Evaristo, Alcineia Santos, Catherine Walsh y Elison Antonio Paim. Metodológicamente, trabajamos con narrativas orales desde la perspectiva de la monadología, inspirada en el filósofo Walter Benjamin, organizadas en mônadas, narrativas construidas horizontalmente en la producción de conocimiento, respetando las subjetividades de quienes narran y se narran.

Palabras Claves: Carimbó. Memória. Maestria. Mujeres.

Abstract: This article reports on the discussions around the category of “Carimbó mistress”, as well as the construction of the collective of women, trans and non-binary Carimbó performers, held during the First Forum of the Collective Mulheridades e Diversidades Amazônidas do Carimbó, in 2023, in the city of Belém do Pará. In fact, we prioritized the oral transcripts of the six female narrators who took part in the meeting to conceptualize, in dialogue, how to become a Carimbó teacher and their relationship with this Brazilian cultural heritage, permeated by the issue of gender, whose reflections dialogue with the authors Conceição Evaristo, Alcineia Santos, Catherine Walsh and Elison Antonio Paim. Methodologically, we worked with oral narratives from the perspective of monadology, inspired by the philosopher Walter Benjamin, organized in monads, narratives constructed in the horizontality of knowledge production, respecting the subjectivities of those who narrate and narrate themselves.

Keywords: Carimbó. Memory. Mastery. Women.

Sil Lena Ribeiro Calderaro Oliveira – Doutoranda do PPGE UFSC 2023. E-mail: sil-lena@hotmail.com

Marizete Fonseca da Silva – Doutora em Educação (UFPA). E-mail: marizete@unifesspa.edu.br

Natasha de Queiroz Almeida – Doutora em Estudos Linguísticos e Literários (UFPA). E-mail: nasha.almeida@gmail.com

Elison Antonio Paim – Pós doutor pelo programa de Ensino de História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla- Angola (2020). E-mail: elison.paim@ufsc.br

INTRODUÇÃO

“Menina sacode a saia, menina não dança só
Menina venha comigo pra dançar o carimbó”
(*Mestra Bigica* – grupo de carimbó Sereia do Mar)

Queremos abrir essa roda de diálogos na primeira pessoa do plural: nós, mulheres do carimbó, e construir essa escrita na perspectiva da escrevivência, de Conceição Evaristo (2020), por entendermos que a memória é a escrita oralizada do corpo, da fala, do gesto de fazer política de resistência com a palavra dita, das experiências sentidas, porque vividas são:

Escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência. (...). É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. (EVARISTO, 2020, p.34,35)

A autora ainda nos sensibiliza mais quando adverte que, com essa escrevivência, ao escrever a si próprio, “seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno” (EVARISTO, 2020, p.37), e, por isso, é uma escrita que não se esgota em si, mas aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Assim é esse movimento para se construir coletividades, rompendo com a lógica do neoliberalismo que prioriza as individualidades. Ser da coletividade é, acima de tudo, assumir as resistências para a produção de vidas vivíveis.

O objetivo deste ensaio é partilhar memórias e experiências, a partir das narrativas orais, organizadas em mônadas, inspiradas no filósofo Walter Benjamim, que “significa, em suma, que cada ideia contem a imagem do mundo, nada menos que a descrição abreviada do mundo” (BENJAMIN, 2007, p. 69). Cyntia Simioni França interpreta afirmando que “a mônada é concebida como a cristalização das tensões nas quais se inscrevem práticas socioculturais, plurais, contraditórias” (FRANÇA, 2015, p. 105). Entendo mônadas como esse dizer sobre mundos editados pela memória para que as experiências possam ser narradas. Portanto, trazer esses relatos construídos durante o I Fórum da coletiva¹ Mulheridades e Diversidades Amazônicas do Carimbó – ocorrido em 2023 – de seis narradoras participantes do encontro para, por meio de diálogos, conceituarem sobre o fazer-se mestra de Carimbó e as suas relações com esse patrimônio cultural brasileiro, oportuniza abrir a roda para a ancestralidade e para o sentimento de pertencimento.

A Mestra Bigica, do grupo Sereia do Mar, nos convida, através da letra do seu carimbó, como epígrafe, a sacudir a vida, a não andar só, mas com outras manas, convidá-las às coletividades femininas – é o carimbó que ensina a dançar em rodas anti-horárias, não lineares do tempo cronológico, em campos outros de existências embebidas de culturas afro e indígenas.

A essência da ancestralidade volta-se para a união do velho com o novo, da influência do passado no presente, do visível com o simbólico. Trata-se da relação dos antepassados, com os que se encontram presentes e àqueles que ainda

¹ Optamos pelo uso da expressão no feminino, como ressignificação política. Considerando o poder subversivo do termo de caráter feminista e de linguagem inclusiva. Como referente de luta pela 'desminização' da palavra.

chegarão, muito além das de parentesco, pois diz respeito à história e tradição de uma cultura. (SOUZA, 2017, p.14 *apud* SANTOS, 2022, p.14)

O carimbó é o chamado para fazer emergir as narrativas contra-hegemônicas de rios profundos, de memórias que o colonialismo tentou e tenta matar com a mesma perversidade do garimpo que mata nascentes, fauna, flora e povos da floresta – mas há resistências. O carimbó nos chama a produzir auto-histórias, performa a arte de contar/cantar histórias, prática cultural africana (EVARISTO, 2020) que o tambor evoca a aglutinar memórias de resistências afro-diaspóricas.

[...] tambor o objeto cultural africano que mais se disseminou pela diáspora. Tanto quanto o navio, o tambor encenam o signo da dispersão dos povos africanos pelo Novo Mundo. A continuidade do instrumento, adaptado nas Américas, entretanto, oferece uma leitura do tambor como um signo aglutinador de lembranças evocadas e produzidas pelos africanos no Novo Mundo. (EVARISTO, 2020, p.120)

Sendo o tambor um signo, encharcado de sentidos, a ancestralidade dissemina também episteme, que, com o corpo e voz, constrói memórias narráveis – cantos que marcam e demarcam o existir e o resistir. Assim foi e é a re-existência do Carimbó.

1. O Carimbó não é Somente Dança e Batuque, mas Modo de Viver, Dizer-fazer e Resistir

Aos olhos da polícia, no final do século XIX, o carimbó (historicamente, os batuques) era reprimido porque atentava contra a ordem de um capitalismo pós-colonial representado por uma elite branca, cristã e europeizada da Belém da *Belle Époque* amazônica. Nesse contexto, o carimbó foi proibido em espaços públicos e privados através da Lei municipal de Belém nº 1.028, de 5 de maio de 1880, presente no código de Posturas (COSTA, 2011), pautado por um pensamento homogeneizante, característico do pensamento colonizador. Vicente Salles e Marena Isdebski Salles (1969) remetem ao Código de Posturas de Belém – da Coleção de Leis da Província do Grão Pará, Tomo XLII, Parte I, com título “Das Bulhas e Vozerias” – para falar da proibição e perseguição ao carimbó:

Artigo 107. É proibido, sob pena de 30.000 réis de multa.

Parágrafo 1º. Fazer bulhas, vozerias e dar altos gritos sem necessidade.

Parágrafo 2º. Fazer batuques ou samba. Parágrafo 3º. Tocar tambor, carimbó, ou qualquer instrumento que perturbe o sossego durante a noite, etc. (SALLES; SALLES, 1969, p. 260).

Hoje, sua prática é reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão pelo IPHAN em setembro de 2014, graças à mobilização dos grupos de carimbó do Estado do Pará e ativistas culturais que construíram um movimento intitulado “Campanha do Carimbó Patrimônio Cultural”. E foi a partir dessa patrimonialização que surgiram, e surgem, vários outros grupos de carimbó, principalmente em Belém. E com esse “bum” de grupos, o que mais temos visto são coletivas de mulheres produzindo, ensaiando, se apresentando em rodas e lugares em que o carimbó dos mestres prevalecia. O grupo pioneiro foi

o Sereia do Mar, da vila Silva, no município paraense de Marapanim, mulheres que são referências para a nova geração de carimbozeiras².

O carimbó vem resistindo e se firmando em vários chãos, sejam eles de areia, piçarra (brita) ou asfalto, construindo narrativas tecidas e repassadas por gerações de carimbozeiras/os que, entre o sagrado e o profano, alimentam memórias de carimbó de matriz africana e, criativamente, encharcado de culturas também amazônicas, como a indígena. Sim, o carimbó é uma cultura afro-indígena que vem construindo processos de identidade, de identificação a partir de coletivas. Vicente Salles, estudioso da cultura afro-brasileira na Amazônia, mergulhou nas manifestações culturais como o batuque, o carimbó e o boi-bumbá, sobre o assunto, afirma que o:

Carimbó e gambá designam o mesmo tipo de tambor [...] E por extensão designam também duas modalidades de expressão do folclore paraense. No Pará, nos últimos tempos, alguns comunicadores insistem na desinformação da origem indígena do carimbó, como derivado de curimbó, contrariando as lições mais antigas, quase como reivindicação de “branqueamento” da dança de terreiro. [...] É verdade que além dos negros, os tapuias adotaram vastamente o carimbó e seu assemelhado gambá, sendo esta denominação imitativa da maneira da gambá, transportar o filhote sobre seu dorso, um tanto semelhante à maneira do tocador enganchar-se sobre o dorso do tambor. (SALLES, 2016, p. 36-37)

Considerando-se o tempo das produções de Vicente Salles – do século passado – e sua observação a respeito da origem do carimbó, ainda hoje são produzidos textos acadêmicos que reforçam a ideia da influência europeia na cultura do carimbó, contrariando o que o autor comprovou nos seus estudos de décadas de pesquisa. Além disso, temos as narrativas orais de mestras e mestres que contam histórias de carimbó, e muitas continuam invisibilizadas, não documentadas. Mas, por hora, essa roda é para falar sobre e com a coletiva que vem se fortalecendo e resistindo aos diversos obstáculos que nós mulheres precisamos enfrentar para que possamos nos ajuntar. O patriarcado muito se incomoda quando as mulheres se coletivizam, porque ameaça o *status quo* garantido estruturalmente por uma sociedade, ainda, muito sexista – como bem nos alerta bell hooks (2019):

As mulheres são um grupo mais vitimado pela opressão sexista. Tal como outras formas de opressão de grupo, o sexismo é perpetuado por estruturas sociais e institucionais; por indivíduos que dominam, exploram ou oprimem; e pelas próprias vítimas, educadas socialmente para agir em cumplicidade com o *status quo*. (HOOKS, 2019, p.79)

A cultura do patriarcado propaga que existe uma rivalidade entre as mulheres, que, juntas, produzimos fofocas e não solidariedade política. bell hooks alerta para que nós desprendamos os ensinamentos patriarcais “caso queiramos construir um movimento feminista duradouro” (HOOKS, 2019, p.79). É mais desafio, mas sigamos!

² Para conhecer mais sobre o grupo Sereia do Mar, ler a dissertação de: OLIVEIRA, Sil-Lena Ribeiro Calderaro. *Antes que o tempo passe tudo a raso: tambores matriarcais do grupo de carimbó Sereia do Mar da vila Silva em Marapanim, no Pará*. Dissertação – UFSC/CED/PPGE, Florianópolis, 2017.

2. Eis que Nasce a Coletiva..

O movimento Mulheridades³ Amazônidas do carimbó (MAC) surgiu como resistência às situações desafiadoras impostas às mulheridades do carimbó, reflexo de uma cultura que supõe não pertencer às mulheres o lugar do canto, da composição, do tocar – daí decorrendo retaliações e tentativas de silenciamentos em rodas em que os homens são os organizadores e a maioria participante.

Essa resistência à presença das mulheres em eventos organizados por carimbozeiros, vivenciamos durante um Festival de carimbó ocorrido num município da ilha do Marajó, em julho de 2023, com a presença de muitos mestres e poucas – mas resistentes – mestras. Quando as mestras foram chamadas ao palco para palestrarem e cantarem, os homens se retiraram, se afastando daquele momento que acontecia o protagonismo feminino. E muitos são os relatos compartilhados pelas mestras sobre tentativas de silenciamento. Frente a isso, foi criado, por duas mestras de carimbó, o movimento Mulheridades Amazônidas do Carimbó, composto por mulheridades em diversidades. Hoje somando sessenta e cinco mulheres.

Após os primeiros diálogos, surgiu a ideia de criação de um grupo de *Whatsapp* para dialogarmos sobre questões que nos alcançam nos nossos fazeres de carimbozeiras, divulgando shows, comercializando instrumentos musicais feitos por mãos de algumas mestras, marcando encontros para ensaios e fortalecendo, assim, nossa rede das mulheridades. Desse movimento, houve a necessidade de construirmos o nosso 1º Fórum de Mulheridades e Diversidades do Carimbó Amazônida, para que pudéssemos sair do virtual para o presencial, a fim de nos ver, escutar, fazer batuque, cantar e dançar. Dizer para o que viemos fazer enquanto coletiva de resistência a qualquer tipo de opressão. Pensamos numa pauta a partir dos questionamentos, denúncias, desejos e sonhos compartilhados, e o fazer-se mestra foi um dos temas bastante caro durante nossa roda de conversa.

Figura 1- Cartazes de divulgação dos eventos



Fonte: fotografia de Márcia Gomes os cartazes de divulgação do I Fórum regional – Marabá/ Pará

No primeiro fórum, realizado na segunda quinzena de outubro de 2023 (Figura 1), em Belém, dialogamos sobre o fazer-se mestra, sobre a construção das experiências e os desafios enfrentados

³ Esse termo foi pensado pela socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí, baseado na filosofia yorubá e sobre como as pessoas nas nossas culturas ocidentais veem a mulher de um jeito só, com papéis sociais fixos e identidades uniformes. Da obra “A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”.

por cada uma. A expressão ‘fazer-se’ é inspirada no conceito construído pelo educador Elison Paim (2005) na sua tese para pensar sobre o fazer-se dos professores e professoras a partir das suas memórias e experiências vividas, enquanto profissionais de História em início de carreira – que “é entendido como um processo ao longo de toda vida, e não situado num dado momento ou lugar” (PAIM, 2005, p.160), ou seja, um devir. Ainda segundo Paim, esse fazer-se é permanente e sempre numa relação interpessoal; assim, percebemos, a partir das falas das mestras, que tornar-se mestra é uma prática processual e relacional.

Além disso, levantamos proposições, dentre elas, a de realizarmos encontros por região do Estado para agregar mulheridades amazônicas e expandir os diálogos rumo a um encontro estadual a ser realizado no segundo semestre. Em dezembro de 2023, realizamos o Encontro de Mulheridades do Carimbó do Sudeste do Pará, em Marabá, cujos resultados estão presentes em uma carta coletiva do encontro.

Dizer mais dessas memórias e experiência ancestral das culturas do carimbó, na Amazônia paraense, trata-se de um posicionamento antimodernidade. Uma das tantas maneiras de anunciar esperanças e denunciar colonialidades. Uma brecha aberta, rasgada dessa lona pesada sustentada pelo patriarcado, pela misoginia, pelo machismo, racismo e pela LGBTQIA+fobia, um sistema contra a vida. Mas há também outros projetos, outras lógicas construídas coletivamente por pessoas que existem, resistem e (re)existem (WALSH, 2014). Por mais *grietas* que, segundo Walsh (2013, p. 32) é de onde “brotam e crescem os modos-outros, as esperanças pequenas para aprender a desaprender e reaprender a pensar, atuar, sentir e caminhar decolonialmente”, em nível individual e coletivamente.

Na ocasião do fórum, nasceu o grito das Mulheridades, expresso de forma poética neste texto que traz, em seu contexto, a luta diária das mulheres contra a invisibilidade, contra o patriarcado:

MULHERIDADES

Padrão não pode ser o padrão
Somos livres em rebeliões diárias empurrando a mão pesada do patriarcado
É preciso ser sendo
Somos muitas, diversas, plurais, rios que vão desaguar num grande rio-mar
Mar de amar e desamar, e amar, e desamar e amar
Há mares que nos levam para o bem comum
São muitos os caminhos e descaminhos
De erros e acertos, de silêncios e gritos
De morte e também de vida, de gozos
Mas a força que nos une é o voo que cada uma se propõe a alçar
Sejamos rampa de outras e não peso
É preciso se deslocar, mudar de chão, de céu, de ar
Deixar verdades desgastadas, amareladas feito página antiga de livro, se queimar
A tradição só guarda o que a memória consegue REMEMORAR,
porque é vida e não morte.
Batucando a memória vem, já disse mestra Mimi.
Qual memória que te alimenta a contar/cantar/batucar teus dias?
Eeeeeeeee carimbóóó matriarcal
Roda a saia, batuca curimbó, balança as maracas

Abre a roda, puxa as manas
São muitas as mãos, pés e bocas pra se fazer um carimbó
Mestras, carimbozeiras, brincantes, curiosas, assanhadas
Do campo, da cidade, das florestas, das frestas da vida
Senta tu num curimbó e dá-lhe no couro como quem acorda a outra pra vida
Canta, ouve o chamado, vai com medo mesmo, mas segue teu querer
Quem faz a gira girar desvia das armadilhas, caça jeito, acha a Vida.
A resistência é o segredo da alegria, já disse uma mulher.

Sil (Texto da autora, lido durante o fórum)

Convidamos para a roda das narrativas orais, transcritas aqui, sobre esse movimento das Mulheridades e Diversidades Amazônicas do Carimbó, uma coletiva que se uniu pelo fortalecimento das mulheres no carimbó: mestras, cantadoras, compositoras, carimbozeiras, maraqueiras, dançarinas, produtoras culturais, pesquisadoras e brincantes. Vamos priorizar as falas, interlocuções encharcadas de memórias e experiências sem cair na tentação de analisá-las, interpretá-las, pois Alessandro Portelli nos convence sobre o interpretar no ato de narrar, quando diz que: “[...] recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso” (PORTELLI, 1996, p.2).

Esses blocos narrativos, das escrituras produzidas pela coletiva de mulheres também dialoga com a concepção de monadologia, inspirado no filósofo Walter Benjamin e pensado pelo museólogo Valdemar de Assis Lima, que assim explica:

Monadologia é método e metodologia por ensinar, simultaneamente, leitura e atuação na realidade segundo a compreensão que se tem desta realidade. Na medida em que são guia e caminho, a monadologia permite um percurso de interpretação e de experiencialidade, logo, é um contraponto à concepção de neutralidade científica. (LIMA, 2023, p.107)

Organizar, editar as narrativas orais transcritas e organizadas em mônadas é um exercício para aprender a construir uma relação dialógica textual na horizontalidade da produção de conhecimento que cada carimbozeira traz nesse ensaio, longe das hierarquias pela disputa discursiva muito cultivada na lógica da colonialidade. Sigamos entendendo que todo discurso é imbuído de valores e, portanto, de disputa porque são construções sociais encharcadas de subjetividades (OLIVEIRA, 2017, p.64). São falas que instigam reflexões sobre imagens carregadas de mundos, abreviadamente, assim são as mônadas (BENJAMIN, 2007, p. 69); experiências narradas que são configuradas em mônadas que apresentam como se dá o uso social da memória e as experiências que traduzem o devir (LIMA, 2023, p.6). São experiências narráveis de si.

3. Germinando Coletivas Educadoras

Iniciamos a roda do encontro com místicas, fazendo denúncias, recitando poema, cantando e rodando a saia. O batuque alegrava e nos encorajava para seguir a programação na sede do MST, cedido solidariamente para o evento. Fizemos acontecer sem nenhum apoio institucional, só com o desejo de nos juntarmos para falar e ouvir sobre as mulheres do carimbó. Mas antes, orga-

nizadas no grupo de *Whatsapp*, partilhamos por alguns meses inquietações e propostas para o 1º Fórum das Mulheridades e Diversidades do Carimbó. Escolhemos a palavra “mana” para nomear nossas interlocutoras por ser um vocábulo bastante usado entre nós paraenses, mais precisamente em Belém e municípios próximos, uma fala que carrega também um sentimento de pertencimento à cultura do carimbó. Então, vejamos o que as manas têm a nos dizer

Mana 1

Meninas, também tem a questão do assédio nas rodas, alguns homens acham, na visão deles, que muitas mulheres estão disponíveis quando dançam, jogando a saia, fazendo suas coreografias... presencio muito isso durante as rodas em vários espaços... têm alguns que se aproximam pra dançar realmente, mas a maioria não passa de assédio... isso é horrível.

Mana 2

Por exemplo, se pegarmos as músicas gravadas a partir de 1950, 60 e 70 é só homem..., mas têm muitas músicas de mulheres na pajelança, no batuque, na encantaria... só não foram gravadas, daí não aparece mulher compondo, gravando carimbó. A pajé Zeneide de Soure tem mais de 400 músicas na pajelança marajoara, e tantas que conheci. E a harmonia, melodia é do gênero carimbó.

Mana 3

Verdade, aí temos que ver o que se repassa? Como se repassa? Porque cada pessoa tem uma maneira de ensinar, educar, repassar... muitas vezes não é a partir de projetos sociais que se contém em uma data, mas também estudando outras formas ou métodos contínuos como uma letra de música que fique na cabeça da pessoa que ouve e pode ser trabalhada em escolas de todos os níveis de educação, ou nos grupos parafolclórico e de culturas tradicionais... Ou das danças, enfim são muitas formas da mulher se tornar mestra.

Mana 4

Quando falamos de homens darem esses títulos é no sentido de que eles que estão geralmente na linha de frente das comunidades. Eles são a esmagadora liderança dessas comunidades sempre. Homens darem títulos também tem a ver com políticos e órgãos que não tem competência patrimonial e fornecem títulos como forma de homenagem a algumas pessoas específicas, deixando para trás toda uma coletividade de mulheres com mestria inquestionáveis e invisibilizadas.

Mana 5

Detalhe: geralmente, os títulos de mestria são pensados e dados de homens para outros homens ou homens que “dão” o título para mulheres. Precisamos de conceitos que deem conta da nossa existência, como nos disse aqui mestra Naraguaçu. Só quem pode fazer isso são mulheres pensando o caminho de mulheres.

Mana 6

Bom dia, Potências! Acredito que um dos temas-base que podem dar o pontapé inicial para tudo mais que será discutido no nosso Fórum é o conceito de Mestra para a comunidade carimbozeira, para além do que os editais colocam, pois muitas mulheres passam a vida sem serem reconhecidas e muitas vezes por não alcançarem os mesmos feitos de homens considerados mestres.

A partir das diversas inquietações e reflexões postas pelas integrantes durante o Fórum, questiono: 1º) Se passamos a vida sendo apagadas e silenciadas por homens, será que os mesmos critérios que servem a mestria de homens do Carimbó devem ser os mesmos para a mestria de mulheres? Já que eles sempre puderam e fizeram, com toda a liberdade (dentro de suas condições de homens pobres, óbvio!) muito mais do que mulheres que crescem sendo condicionadas à dança do Carimbó. 2º) Se tantas mulheres crescem na cultura carimbozeira mais vinculadas à dança do Carimbó do que aos outros aspectos, como a poesia (composição) e ao ritmo (melódia), não seria mais justo pensar em critérios que levem em conta essas questões particulares de cada mestra-mulher? E 3º) Quais seriam, então, os critérios para compreendermos quem são as mestras do Carimbó? Como a comunidade pensa e vê uma mestra?

Uma das reflexões reporta sobre a história das mestras:

Mana 6

Cada uma tem uma história importante no carimbó que não pode ser desprezada e que às vezes não cabe num edital, e mesmo assim seguem invisibilizadas. Pensar esse conceito é muito importante e seria um avanço, pois a nossa comunidade não tem claro nem o conceito de mestre e nem o de mestra, inclusive para fins de editais e muito menos no Dossiê. Penso que seja urgente pensar, registrar e disseminar um pontapé inicial sobre isso para que a comunidade volte a se mobilizar e a pensar em quem carrega no corpo e na voz o Carimbó pelas linhas do tempo. Temos aqui, graças a Deus, mestras consagradas que podem nos ajudar pela sua atuação e pela sua história de vida a entender os caminhos da mestria de mulheres. Mas cada uma tem a sua história e ser mestra precisa levar em conta o formato como cada uma conseguiu atuar na vida, apesar de tantas dificuldades.

Após esse rico debate de ideias e provocações, tiramos alguns temas para serem dialogados durante o Fórum, como: conceito de mestra (roda de conversa com as mestras presentes); análise das letras e a dimensão machista, como intervir sem violentar; como desconstruir a ideia de que mulher não senta no Curimbó (tambor horizontal); carimbó da espiritualidade, pajelança, batuque, encantaria; carimbó pau e corda (tradicional) versus carimbó estilizado (moderno); carimbó e seus processos educativos. No entanto, o que queremos pontuar aqui se trata da roda de conversa sobre fazer-se mestra, momento de muita troca e aprendizado para nós todas e todes, trazendo algumas transcrições das falas de quem estava compondo a mesa e das demais participantes do fórum.

Esperamos construir, nessa roda, diálogos que respeitem a horizontalidade nas interlocuções sobre o fazer-se mestra na tríade: experiência, memória e narrativa, nos ancorando nas teóricas decoloniais – priorizando a escrita feminina. O nosso movimento é de volta, no desejo maior de nos reconectar às ancestralidades africana e indígena, insistir numa contranarrativa.

Priorizamos num caminhar desviando colonialidades e reconstruindo outros caminhos com teóricos e teóricas decoloniais que defendem a “opção decolonial epistêmica, teórica e política para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013, p. 34). Isto é, poder desembraçar mais o espelho do eurocentrismo, por onde querem que nos enxerguem e acreditemos ser segundo o que ditam para sermos.

O carimbó, que se produz em choque à modernidade, pode ser identificado como diferença colonial (MIGNOLO, 2003), que produz conhecimentos distintos da modernidade ocidental num processo de resistência. Movimento que faz brotar, a partir das *grietas* (WALSH, 2013), modos outros – em contextos sociais, históricos, geográficos que geram a união das comunidades em torno do carimbó.

4. Delas são Muitas as Histórias...

Figura 2- Participante da roda de conversa



Fonte: Registro da autora durante o Fórum, 2023.

Tantas histórias, tantas mulheres interessantes. Enfim, como o carimbó entrou na minha vida? Quando eu era criança, lembro que a gente ia de pau de arara lá pra Marapanim e nos quintais assistir, eu não lembro se era a mestre Nizinda, não lembro, eu sei que a gente ia nos quintais em cima da cerca e eu já me apaixonando pelo carimbó. Minha família também é do Marajó, eu tenho uma ancestralidade do Marajó, minha mãe é de Cachoeira do Arari, uma marajoara. Embora eu tenha sido criada em Belém, mas minhas raízes sempre ficam. Eu sou apaixonada pelas maracas. Eu tenho uma relação, eu considero que eu tenho uma relação espiritual com as maracas, até eu fui mal compreendida um dia. Eu tava em um grupo de amigas e mexeram nas maracas e acabou que caíram no chão. Eu fiquei desesperada, parecia que eu fui cortada. Minha maraca teve uma história até chegar na minha mão, ela chegou pra mim de uma forma muito especial, que é aquela vermelhinha que tá aí. Nessa época aí de 2008, o carimbó ainda não estava essa efervescência toda. Tinha a Déia, tinha já a Gisele Monteiro, que tocava com o seu Juvenal, tocava banjo. Aí fizemos um show no teatro Waldemar Henrique e seu Juvenal ganhou um prêmio de música na rádio Cultura

Nacional, a gente tem até no *YouTube*. Tem lá, eu toda tímida, tocando a maraca escondendo a minha cara pra não aparecer. Aí começou nesse processo, depois eu me afastei do seu Juvenal. Eu sou professora, né, do município de Belém e do estado sou coordenadora. Aí eu disse, olha seu Juvenal, eu vou me afastar, não tenho condições de tudo isso, eu não consigo. E me afastei durante muito tempo do carimbó. Aí, depois a mestra Regina Lopes, que é da banda do carimbó, me convidou pra as maracas, com ela, né? E aí estou como maraqueira do grupo “Manas do carimbó”. **(Tereza – maraqueira do grupo Manas do carimbó)**

Figura 3- Mestra Jesus



Fonte: Registro da autora durante o Fórum, 2023.

Mas assim, a natureza nos ensina. Quer aprender? Aprenda com a natureza: com o mar com a mata, com o ar e com a terra. Então eu me aproprio disso pra fazer, compor minhas obras, e a inspiração vem desses elementos, se não for desses elementos não existe humildade, não existe referência. **(Mestra Jesus, cantora e compositora de carimbó)**

Figura 4- Déa Pallheta



Fonte: Registro da autora durante o Fórum, 2023.

Então, essa coisa de trazer o carimbó para minha vida foi com data, gente, com data, 1991 foi conhecer Rosinha. A Rosa de Oliveira vem de uma família amante da cultura. Então a cultura popular, eu passei a abraçar porque eu senti naquela família o amor e dedicação que depois a gente traduz da palavra mestria ou maestria, que é viver a tua vida, que se transforma como um cordão umbilical, de novo a gente se arrepia porque é orgânico né?! É o teu corpo que fala, é a tua mente que fala na criação, a tua ancestralidade que brota, e não tem como você guardar isso. Porque essa coisa que vem com você, que você abraça que é teu e que é dos outros também; e se você começa a experienciar de uma forma que você sente a necessidade de transmitir, não precisa ninguém dizer: olha, tá aqui um prêmio pra você fazer, aqui trinta mil, cinquenta mil, olha vai lá tocar eu vou te dar cachê, claro que se tiver, vai ser bem vindo, tem que ter né? Porque a gente não vive de saco vazio, mas o repassar não tem preço gente. Existem coisas que não tem preço, existem questões que um cachê de cinquenta mil não vai cobrir, uma premiação de uma mestra, por exemplo, que levou a vida toda para construir, um prêmio de cinquenta mil não vai cobrir. Então esse abraçar ele vem com data de 1991 depois da criação do Iaçá de 1997, ainda lá na Paróquia Luterana depois criou-se a associação cultural ponto de cultura, em que aflorou, aflorava as composições de carimbó. A poesia já existia na minha vida desde menina, desde o colégio eu participava dos concursos de poesia. Tem os animais que eu amo tanto e que eu consegui levar na minha formação, que não impede nada você ser acadêmico, você ser um doutor médico, um doutor veterinário, você fazer um mestrado um doutorado, não impede, gente. Quantas vezes eu não fui recriminada e hoje eu tenho a oportunidade de passar isso conversar sobre isso, eu não falava nada. O preconceito que minha amiga passou no Marajó, o preconceito que eu passei dentro da academia mesmo, de ser uma carimbozeira de me tirarem de um projeto de pesquisa porque eu era uma professora e não me davam respeito de estar tocando por aí nos bares, de estar por aí metida com esse povo da cultura que não tem o que fazer; de falarem na minha cara te aposenta logo que é, pede aposentaria”, sabe? Esse tipo de coisa que existe na academia burguesa, que quer calar os mestres, mestras. Quantas pessoas temos na academia, gente, dentro da universidade Federal do Pará, dentro da UFRA [Universidade Federal Rural da Amazônia], da Unifesspa [Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará], da Uepa [Universidade do Estado do Pará] que são acadêmicas, do diploma do mestrado, do doutorado e que são mestres, mestres natos em alguma arte, mas caladas, entendeu? Eu digo isso porque eu sei, e eu lutei minha vida toda e ainda tô ativa na academia e luto até hoje, e agora eu tenho uma força e a coragem que eu consegui tirar de dentro de mim de tanta opressão que a gente passa lá dentro, porque a arte quando ela é tua, ela tá dentro de ti organicamente; ela não se cala, tentam te calar. E outra, digo de carteirinha e assinatura, não se prendam jamais com sua arte, não se escondam da sua arte, porque ela grita, e quando você cala a sua arte, seja ela qual for, na pintura na escultura, você adoce e pode até morrer, como aconteceu comigo. Das vezes que eu disse eu não quero mais, eu preciso terminar o doutorado, o doutorado em neurociências, tinha que fazer experimento, tinha que fazer um monte de coisa. Eu tranquei a música, eu disse ‘não quero saber do Iaçá, eu vou me dedicar aos meus estudos’. Quase morro duas vezes, em três anos, quase morro literalmente, enfim, depois na terapia quase enlouque-

cendo, não queria saber de nada, não queria mais terminar doutorado não queria mais saber de nada, nem de música nem de nada, aí na terapia veio, na terapia veio a negação, você está se negando, onde está aquela pessoa? Esse modelo de academia, que eu sempre digo: gente, você que é uma professora que é uma artista e vai pra academia, a gente tem que mudar essa academia’, entendeu? **(Mestra Déa, cantora e compositora de carimbó)**

5. Fazer-se mestra

Antes de conhecer os conceitos construídos pelas manas que participaram da mesa durante o I Fórum de Mulheridades e Diversidades do Carimbó, conheceremos um pouco da pesquisa de Alcinéia Santos, que buscou saber sobre o “Lugar de fala das mestras: espaços de experiência social, temporal, simbólica e de resistência artística” (SANTOS, 2022). Neste trabalho, a autora discute as relações de gênero, questionando o número reduzido de mestras nos folguedos no âmbito da dança, na Bahia, e constata que:

Na pesquisa para instigar o processo criativo tomei conhecimento da existência da primeira e única mestra de Maracatu Nação, até aquele momento. E só então percebi a desproporção descomunal de mestras em relação ao quantitativo de mestres da cultura popular. Esse fato me chamou atenção diante de tantos grupos dessas manifestações populares espalhados pelo Brasil. (SANTOS, 2022, p.18)

É o que as mestras e carimbozeiras também constatarem e questionam, as poucas mulheres mestras do carimbó e outras questões de gênero observadas por elas. São falas de denúncias, desabafos, dúvidas, de empoderamento, sagacidade, de alegria e de muita presença. No momento que todas falavam, cada uma no seu tempo, parecia que ecoavam gritos – uma força de um querer dizer quase aos berros, como se há muito tempo tivesse ficado sufocado, silenciado. Catherine Walsh (2014) parece traduzir esse sentir coletivo quando diz sobre si, que também é sobre nós: “Mi grito es producto y reflejo de la acumulación de um sentir. De unos sentires sentidos y vividos” (WALSH, 2014, p. 18).

A pesquisadora Alcinéia Santos ainda nos chama mais atenção ao relatar que:

Apesar de uma expressiva presença feminina, é notória a enorme quantidade de grupos tradicionais de danças populares comandados por um mestre. O número de mestras assim, se torna inexpressivo quando considerado o conjunto dessas agremiações. A fim de compreender essa disparidade, propõe-se analisar quais espaços estão reservados às mulheres, não apenas no âmbito social mais abrangente, mas mais especificamente, neste ramo da cultura popular. No entendimento de que assim como nas demais instituições sociais, o patriarcado, sistema social de dominação masculina sobre as mulheres, que se estrutura de modo a determinar uma distribuição desigual do exercício do poder, tem restringido o lugar de fala dessas mulheres a posições subalternas. (SANTOS, 2022, p.20)

Mas as mulheres resistem com arte às opressões. Como afirma Santos (2022) sobre a arte: “não deve ser vista apenas como estética, mas como propulsora de transformações sociais” (SANTOS, 2022, p.21). No carimbó não é diferente. As manas Jesus, Tereza, Dea, Gleyci e Natasha comprovam isso com as experiências narradas compartilhadas que trazemos a seguir.

Figura 5 – Mesa de abertura do fórum



Fonte: Registro de Jam Sancas, 2023.

Você acha mesmo que eu sou Mestra?

Eu me considero uma brincante, não é que brincante não tenha seriedade, mas é que eu prefiro levar essa leveza de ser brincante no carimbó, e de repente eu tava na praça em Ananindeua, ah, vai ter um carimbó que eu não sei o quê. Vou lá! De repente, a Mestra lá de Cotijuba: oi, Mestra Tereza, venha pra cá. Aí, eu disse: meu Deus do céu, meu Jesus! Aí, eu fiquei tímida e eu não fui, claro! Porque eu queria que ninguém soubesse que era a tal da Mestra Tereza e fiquei lá um tempão, e aí eles começaram depois que eu fui e entrei na roda do carimbó, porque eu entro na roda de carimbó sempre que eu puder. Eu sempre falo, né, eu toco de enxerimento – então, se tiver oportunidade pra pegar minhas maracas eu vou, porque eu sou toda apaixonada; eu entro no processo, em transe, às vezes, né? De repente, escuto a Mestra Jesus me chamando de Mestra, aí eu falei com a Mari e ela - deixa rolar, deixa rolar. Aí, eu: mano, pelo amor de Deus, ela tá me chamando de Mestra, aí depois eu falei com a Natasha, e a Natasha fez uma fala que eu tava ficando até cheia de Pavulagem, né? (risos) Diz que, que eu sou Mestra e tal, mas assim, porque eu sei dessa construção histórica, né? Acho que a Mestra Naraguassu foi muito humilde na fala dela, então acho que ainda falta muito. Será que é porque eu tenho cabelos grisalhos? Deve ser isso, né, que tem essa regra de sessenta anos e tal e é isso então. Eu acho que é uma construção histórica, depois eu disse, você acha mesmo que eu sou Mestra? Então é! Quem sou eu pra dizer pra Mestra que eu não sou Mestra, se ela tá me considerando? Existimos e resistimos, então palmas, sempre! Obrigada, gente! **(Mestra Tereza, maraqueira do grupo Manas do carimbó)**

Não fui eu quem inventei isso

Então é ser chamada de Mestre, de repente, quando me toquei estavam me chamando de Mestre, e não fui eu quem inventei isso. Eu penso que quando eu comecei a participar do segundo Marajó Paidégua, e só penso que 2016 por aí, começaram a falar Mestre pra lá Mestre pra cá, e eu não entendia muito porque existe vários tipos de mestria, e a pessoa vem desde lá da bíblia quando os apóstolos chamavam Jesus de Mestre. Por que chamavam ele de Mestre? Porque ele ensinava com amor, com carinho, ensinava com devoção, dedicação de maneira muito natural Ele nunca ficou boçal por causa disso, nunca se exaltou por causa disso, e aí tem também mestre acadêmico, que é aquela pessoa que estuda na universidade, que faz mestrado aí recebe diploma defende uma tese, é Mestre. E até no Marajó Paidégua a gente vinha numa van, todo mundo, aí todo mundo Mestre pra cá Mestre pra lá, aí um cidadão, um jovem que falou: Mestre? Mestre? Aí ele começou a dar um saravá lá, porque Mestre a pessoa entende que é só do acadêmico. Então é aquele que ensina que leva conhecimento e que se preocupa de ter a sua integridade com a sua preservação muito valorosa, que passa isso com carinho, com amor, e não é preciso se envaidecer por isso. Eu não me sinto melhor do que ninguém aqui, não me sinto pior, eu me sinto pleiteada, quero contribuir o que eu penso contribuir com a raiz, com a cultura do carimbó. Mas pô, eu não sei fazer um curimbó, eu não sei como se confecciona um banjo, não sei confeccionar uma maraca, o que eu sei fazer é confeccionar letra de música, então é uma maneira de contribuir para o mundo do carimbó, né? Lá no Marajó, hoje, graças a Deus, as pessoas estão evoluindo nessas questões da cultura popular. As mulheres, elas já estão tendo uma representatividade, você vai em Soure, por exemplo, e você nota mulheres tocando os instrumentos de carimbó, cantando, compondo e a gente fica feliz. A gente diz: “eu não tô mais sozinha nessa”. Isso é muito maravilhoso! E hoje estamos aqui, gente. Então pra mim, essa mestria ela veio disso, desse momento de quando me chamaram de mestra eu fiquei assustada, mas hoje eu posso dizer que eu tenho orgulho mesmo de saber o que é ser um Mestre ou uma Mestre, então hoje eu me orgulho de ser chamada e me aproprio disso mesmo, e fico na pavulagem, mas não fico boçal, tá? (risos). Obrigada! **(Mestra Jesus, cantora e compositora de carimbó do Marajó)**

E isso é maestria, gente, isso é dom

Então eu acredito também que a nossa maestria, hoje, ela é algo como ferramenta. Minha fala eu conduzo nesse sentido político também, mas como uma ferramenta diante de modelos, sabe gente? Diante de modelos que a gente vive que tentam apagar essa força da Mulheridade, diante de tantas coisas erradas que estão aí na frente. Por que será que estão tão erradas assim? O que será que não dá certo? Por que tanta violência? então hoje a música, o carimbó - pareceu que eu tava fugindo um pouco do tema, mas o carimbó ele é a resistência, ele é a tua identidade, ele é modelo, é modelo na tua letra, no teu ritmo do carimbó. Eu lembro que faz mais de dez anos, a Alda Piani numa roda de conversa lá no casarão de Icoaraci, ela me chamou pra uma roda de conversa e me chamou de Mestre, Mestre Dea. Eu disse: Não que não, eu não sou Mestre não tenho idade

pra ser Mestre, nem vivência para ser Mestre. Na época, o Minc dava com sessenta anos pra você concorrer a um prêmio, alguma coisa de Mestre. Eu tinha quarenta e poucos anos ou por aí assim, não tinha nem quarenta anos, eu disse não, não me chamem de Mestre, quando eu tiver quase sessenta anos até pode. Obrigada! **(Mestra Déa, cantora e compositora de carimbó)**

Ela tava lá

Eu queria trazer umas reflexões pro debate sobre essa questão, porque no carimbó, pela vivência que eu tenho, o tempo, ainda hoje essa questão de ser mestre ela é ainda polêmica. E eu vejo, assim, uma análise minha, eu vejo que é um território, seja de relações de poder inclusive. Com a mulher, claro, não seria diferente. Daí, eu vejo, por exemplo, algumas falas, inclusive de mulheres, que eu já ouvi tipo – ah, mas fulana não faz instrumento, como a mestra Jesus já falou; ‘ah, eu faço instrumento, eu faço curimbó’. Mas, aí, isso determina o que é ser um Mestre? No caso, a ideia que eu quero trazer, é que a gente tem uma ideia do que é um mestre de carimbó a partir de um olhar masculino né? Então, por exemplo, quando a gente pensa em um mestre de carimbó é aquele que faz instrumentos, aquele que faz... só que normalmente quando a gente vai ver historicamente a mulher ela tava lá, ela tava fazendo uma saia, ela tava fazendo uma comida né? Enfim, então assim, trazer... não sei eu não sei o que é ser Mestre eu não tenho essa resposta, mas eu queria trazer um pouco pro debate essas reflexões também, é... existem critério para ser um Mestre ou uma Mestre de carimbó? Será que esses critérios que são usados pros homens cabem por exemplo às mulheresidades? São esses questionamentos que eu trago pra gente refletir, porque no edital, infelizmente, a gente ainda vê que algumas questões são burocráticas, algumas coisas eles colocam critérios. Só que eu vejo também que a partir do momento que a gente, de repente, eu sou contra um pouco essa questão dos critérios, mas já que eles existem pra gente concorrer aos editais, eu acho que seria interessante a gente pautar quais são os critérios de repente para as mulheresidades, e a gente levar isso pro poder público também: olha, vocês colocam esse edital aqui pra Mestre de carimbó, mas para Mestre de carimbó não é o mesmo critério - um exemplo, que a nossa vivência é outra. Eu percebi aqui na fala das meninas e às vezes a gente fica meio assim, como a Tereza falou: égua, mas eu sou Mestre? E às vezes a gente tem... como já dizia a mamãe, a gente fica encolhida, a gente fica com medo, assim, a gente se esconde, porque parece que não cabe talvez pra gente esse lugar, então a gente pensar também sobre essas questões, aí eu lanço essa questão para a mulheridade. **(Gleyci Itaguari, vocalista e maraqueira do grupo Manas do carimbó)**

Não dá pra incluir quem já estava lá

Isso que a Gleyci falou, né? Por exemplo, a Naraguassu pra mim era uma Mestre dançando, ela é brilhante, ela domina vários passos, vários passos. A gente observa a Naraguassu, a gente que é muito ligada, metida a dançadora, a gente observa as variações dela dançando, quando muda a rítmica, a rítmica do corpo dela, o que ela escreve com o corpo dançando. É muito peculiar, e aí como fica

no edital né? Uma pessoa que domina os dançares, né, não pode ser considerada Mestre? Essa partilha de saberes quando ela ensina fazendo, ensina dançando às vezes não verbalizando, mas cantando, não é só falando, mas cantando, e cantando com o corpo que é a dança, né? Então é preciso a gente pensar sobre essas subjetividades igual a gente falou até no grupo de carimbó das mulheridades. Como é que fica esses critérios a partir desse olhar tão masculino como a Gleyci falou, né? E a gente precisa pensar, por exemplo, no tempo de existência dessas mulheres, o tempo delas de fazer cultura. Será que é o mesmo tempo dos homens? Mas como é que a gente vai calcular isso se nós sempre estivemos lá, é importante falar que não se trata de incluir ninguém, porque não dá pra incluir quem já estava lá. Nós não precisamos ser incluídas em nada, nós já somos carimbó muito tempo junto com eles e eles. Mas, e onde estavam esses corpos? Onde estavam? Escondidos, apagados, porque na frente do palco o grupo de carimbó eram os homens que estavam ali nos instrumentos, principalmente né? Às vezes as mulheres tocando, mas tocando escondido, então é muito diverso e aí a gente precisa tirar da forma do modelo o homem, porque ele acaba sendo foco e impondo, pra nós, modelos de maestria que não nos pertencem e isso é importante a gente falar, pensar isso inclusive, pautar isso. **(Natasha Almeida, professora e pesquisadora de carimbó)**

Que possamos mobilizar nossos cantos e de outras/es para ações questionadoras, provocadoras e transformadoras de realidades, principalmente questionando o sexismo que é alimento para opressões e explorações. Precisamos de mais cantos de esperança, mas “sem sermos esperançosas por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico”, para lembrar Paulo Freire (1999, p. 38). A história do Carimbó é permeada de opressão, mas, também, de resistência e de muitas memórias que precisam ser rememoradas, cantadas/contadas e escutadas. É durante o ato de rememorar que podemos perceber o sentimento de pertencimento de uma comunidade, do seu grupo social, “a memória é sempre uma construção onde a lembrança é parte constitutiva de nossa identidade, do nosso sentimento de pertencimento” (ARAÚJO, 2012, p. 34). Contar, cantar, dançar, tocar, é tudo construção de narrativas. Nas orais, é quando “na palavra dita e cultivada, conserva-se a memória e a história do grupo”, ensina Evaristo (2020, p.103). Sejam mulheres revolucionárias, construtoras de “poder criativo e afirmativo diante da vida” (HOOKS, 2019, p.132). O Carimbó produz ambiências culturais e políticas afro-indígenas, resistindo à cultura hegemônica, às tantas colonialidades.

Penso que, desde quando você começa a questionar sobre o que se repete, o que exclui, o que segrega, o que é imposto, o que é mono e não multi, já está a se decolonizar. Durante 1º Fórum de Mulheridades e Diversidades Amazônidas do Carimbó, foi muito evidente e recorrente essa reflexão sobre as colonialidades, tão reforçadas pelas instituições de ensino, por exemplo, porque nos ensinaram que “o plural era e é indicativo de inferioridade em relação à civilização no singular” (SILVA, 2007, p.495), criada pelos e para os europeus – a dita civilização europeia. Mas houve e sempre haverá resistência em sociedades multiculturais, como nos alerta a professora Petronilha Silva (2007): “O Brasil, como outras sociedades ocidentais se descobre multicultural quando os oprimidos, que alguns designam como “minorias inúteis”, reagem” (SILVA, 2007, p.498). O carimbó também nos ensina a reagir quando somos oprimidas, quando tentam nos silenciar e negam a diversidade. Mas onde houver opressão, haverá resistências.

Sim, nós existimos, resistimos e insistimos!

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Helena Maria Marques. *Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2012.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013, pp. 89-117.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2007, pp.. 213-240.
- COSTA, T. L. Carimbó e Brega: Indústria cultural e tradição na música popular do norte do Brasil. *Revista Estudos Amazônicos*. v. 6, n. 1, 2011, p. 149-177.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima & NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrivivência: a escrita de nós - Reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- EVARISTO, Conceição. *Poemas malungos: cânticos irmãos*. 2011
- FRANÇA, Cyntia Simioni. *O canto da Odisseia e as narrativas docentes: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento histórico-educacional*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HOOKS, Bell. *Teoria Feminista: da imagem ao centro*. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- LIMA, Valdemar de Assis. *O Branco no Preto e o Preto no Branco: uso social da memória no fazer-se antirracista de pessoas brancas*. Florianópolis-SC, 2023. 160f. Tese de doutorado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- OLIVEIRA, Sil-Lena Ribeiro Calderaro. *Antes que o tempo passe tudo a raso: tambores matriarcais do grupo de carimbó Sereia do Mar da vila Silva em Marapanim, no Pará*. Dissertação – UFSC/CED/PPGE, Florianópolis, 2017.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PAIM, Elison Antonio. *Memórias e Experiências do Fazer-se Professor*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Trad. Ingeborg K. de Mendonça e Carlos Espejo Muriel. Tempo: Dossiê Teoria e Metodologia. *Universidade Federal Fluminense, Departamento de História*, v. 1, n. 2, 1996.
- SALLES, V.; SALLES, M. I. Carimbó: Trabalho e lazer do Caboclo. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, v. 9, nº 25, set./dez., p. 257-282, 1969.
- SALLES, Vicente. *Lundu: canto e dana do negro no Pará*. 1ª edição - Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.
- SANTOS, Alcinéia Soares dos. *O lugar de fala das mestras: espaços de experiência social, temporal, simbólica e de resistência artística*. Dissertação - Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Salvador, 2022.



SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação*, vol. XXX, núm. 63, setembro-dezembro, 2007, pp. 489-506 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo II. Ediciones Abya-Yala. Quito: Equador, 2013.

WALSH, Catherine. (2014). Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales. In: *E-misférica*, vol. 11, nº 1, 2014. Disponível em: <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es/e-misferica-111-gesto-decolonial/walsh>> Acesso em: 30 outubro de 2017.



Rosa/Lena: uma personagem, dois nomes e uma sexualidade enclausurada em romances de Lindanor Celina¹

Rosa/Lena: un personaje, dos nombres y una sexualidad enclaustrada en romances de Lindanor Celina

Rosa/Lena: a character, two names, and a cloistered sexuality in Lindanor Celina's novels

Paula Fernanda Pinheiro Souza

Raquel Terezinha Rodrigues

Resumo: Por meio de um olhar que investiga as pluralidades femininas em romances da escritora Lindanor Celina, este texto analisa a figuração da personagem Rosa/Lena nas obras *Menina que vem de Itaiara* (1963), *Estradas do tempo-foi* (1971) e *Eram seis assinalados* (1994); com o objetivo de compreender os significados envoltos na mudança do seu nome e de seu protagonismo “encoberto”. Com base em apontamentos de Candido (2006), ao explicar como elementos externos à obra se tornam internos na estrutura narrativa, e de Butler (2003) e hooks (2019), ao tratarem, respectivamente, de heterossexualidade compulsória e lesbianidade, concluímos que a mudança de nome da personagem e seu protagonismo velado relacionam-se com o enclausuramento de sua orientação sexual, em um contexto conservador de anos das décadas de 1930 e 1940.

Palavras Chave: Lindanor Celina. Pluralidady feminina. Heterossexualidade compulsória.

Resumen: Por medio de una mirada que investiga las pluralidades femeninas en romances de la escritora Lindanor Celina, este texto analiza la figuración del personaje Rosa/Lena en las obras *Menina que vem de Itaiara* (1963), *Estradas do tempo-foi* (1971) y *Eram seis assinalados* (1994); con el objetivo de comprender los significados involucrados en el cambio de su nombre y de su protagonismo “encubierto”. Con base en apuntes de Candido (2006), al explicar cómo elementos externos a la obra se tornan internos en la estructura narrativa; de Butler (2003) y Hooks (2019), al tratar, respectivamente, de heterosexualidad obligatoria y lesbianidad, concluimos que el cambio de nombre del personaje y su protagonismo velado se relacionan con el enclausuramiento de su orientación sexual, en un contexto conservador en las décadas de 1930 y 1940.

Palabras Claves: Lindanor Celina. Pluralidad feminina. Heterossexualidad obligatoria.

Abstract: This text analyzes the depiction of the character Rosa/Lena in the works "Menina que vem de Itaiara" (1963), "Estradas do tempo-foi" (1971), and "Eram seis assinalados" (1994) through an investigative lens focused on the pluralities of female representation in the novels of writer Lindanor Celina. The objective is to understand the meanings behind the change in her name and her "hidden" protagonism. Based on Candido's (2006) insights on how external elements become internal within the narrative structure, Butler's (2003) concept of compulsory heterosexuality, and Hooks' (2019) discussions on lesbian identity, we conclude that the character's name change and veiled protagonism are linked to the cloistering of her sexual orientation within the conservative context of the 1930s and 1940s.

Keywords: Lindanor Celina. Female plurality. Compulsory heterosexuality.

¹ Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos, sobre a escrita feminina da escritora paraense Lindanor Celina.

Paula Fernanda Pinheiro Souza – Doutoranda em Estudos de Literatura no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos – PPGLit/UFSCar. E-mail: pinheir paula178@gmail.com

Raquel Terezinha Rodrigues – Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos – PPGLit/UFSCar. E-mail: raquelterezinharodrigues@ufscar.br

INTRODUÇÃO

1. Lindanor Celina: uma escritora de personagens femininas plurais

Lindanor Celina Coelho de Miranda nasceu em 21 de outubro de 1917 no município Castanhal no Estado do Pará. Foi a primeira das três filhas de Oscar d' Andrade Schmidlin Coelho e Francisca Coelho. Quando tinha seus primeiros anos de idade, sua família se mudou para o município de Bragança, interior do Estado do Pará, e foi lá que ela passou toda a sua infância. Aos onze anos, foi morar em Belém para estudar o Ensino Normal no colégio religioso Santo Antônio e se tornar professora do primário. Quando se formou, retornou para Bragança, onde trabalhou como professora até passar em um concurso público da Justiça do trabalho, no qual foi nomeada para trabalhar em São Luís no Maranhão. Posteriormente, passados alguns anos, ela foi transferida para Belém. Casou muito jovem e teve três filhos. Só depois de tudo isso é que sua escrita literária teve, enfim, seu início.

De acordo com Pereira (2020), ao publicar seu primeiro romance, *Menina que vem de Itaiara*, em 1963, foi que Lindanor Coelho passou a ser Lindanor Celina, em homenagem a uma amiga-irmã e porque achou que o nome ficaria melhor para uma escritora:

deixou de ser Lindanor Coelho e acrescentou ao seu o nome Celina, homenagem àquela que foi uma de suas melhores amigas e colega de colégio, em Bragança, dona Celina Mártires Coelho [...]. Imaginava que Lindanor Coelho não era exatamente um nome de escritor, um tanto árido, talvez, e precisava de outro que desse a ela a doçura infinita que sua amiga-irmã possuía. Por isso cortou o Coelho e passou a se chamar apenas Lindanor Celina. (PEREIRA, 2020, s/p)

Já era, portanto, Lindanor Celina, a escritora e mulher madura, quando retomou seus estudos e ingressou em um curso superior. Nessa época, ela já tinha quase cinquenta anos e era mãe de três rapazes: Henrique Oscar, Fernando Lúcio e Cláudio Antônio. Sobre essa parte de sua vida, há algumas informações no Livro *Lindanor: a menina que veio de Itaiara* (2004), obra organizada por Amarílis Tupiassú, João Carlos Pereira e Madeleine Berdan. Sua irmã, Lucimar Coelho Penna (2004), lembra como 'Linda' passou por sacrifícios para conciliar trabalho e estudos: “passou vários anos trabalhando todas as manhãs na Justiça do Trabalho – quando o expediente era à tarde – para conseguir fazer os seus cursos na Universidade Federal do Pará” (PENNA, 2004, p. 51).

A respeito desse mesmo período, Tupiassú (2004) conta que foi quando conheceu Lindanor Celina, que cursava em 1967 o segundo ano da graduação em Letras e Artes na Universidade Federal do Pará:

Já era mulher, mãe de filhos homens, quando, no ano de 1967, num casarão antigo sobrevivente ainda na rua Arcipreste Manoel Teodoro, imediações da praça de Ferro de Engomar, Lindanor cursava o segundo e eu, o primeiro ano de Letras e Artes [...]. À primeira aproximação, ver-se-ia: extrovertida, risonha de gestos rápidos e inquietos; era o que se pode chamar de uma pessoa “dada”, simpaticíssima e livre, no dizer o justo que lhe viesse à telha. Podia até chocar, mas sabia interferir nas situações, mesmo nas difíceis. Era franca e delicada, muito terna, nunca arredia e ensimesmada, aqui e ali, esfarinhando jatos de raiva quando

se sabia pasto das maledicências, maldades mesmo, geradas por viver o que bem entendia, parecendo não estar nem aí para o disse-me-disse que provocava. Seguiu em frente, aparentando impassibilidade ao alarido, nunca ensarilhou revides nem cobranças. (TUPIASSÚ, 2004, p. 9)

A autora menciona ainda que Lindanor, a mulher já vivida, “nas rodas, pelo casarão das letras, participava sem reservas, quantas e quantas vezes, dos complôs estudantis num tempo de medo e repressões políticas, ela a dama ousada, experimentada, pontificando entre os muito jovens” (TUPIASSÚ, 2004, p. 9). Etarismo, bem como outros preconceitos, não faziam morada na vida da escritora. O seu espírito era de uma eterna aprendiz curiosa e, até quando pôde, estudou, escreveu, amou e se encantou.

Lindanor também foi aluna da Escola de Teatro da mesma universidade, onde, posteriormente, foi professora de Estética. Ela foi chamada para ministrar a disciplina antes mesmo de terminar o seu curso: “E mais tarde, quando Benedito Nunes e Paulo Mendes se aposentaram da dita Escola, Cláudio e eu fomos convocados, os dois (eu ainda nem terminara o Curso), para lecionar, respectivamente, ele, História e Teoria do Teatro, eu, Estética” (CELINA, 2003, p. 23).

Em algumas de suas crônicas, ela comentava satisfeita sobre ter sido atriz e das aulas de estética que ministrou na UFPA. A respeito dessa sua última atividade, em *Roteiro Amsterdam (II)*, escrita em outubro de 1973 – do livro *A viajante e seus espantos* (1988) –, ao visitar um museu, a escritora expressa um pouco da metodologia que usava em suas aulas:

Mas quem eu queria aqui comigo era meu filho Pintor e meus alunos de Estética! A estes, diria nadíssima, só os levaria pela mão, os colocaria assim de manso, perante a Beleza, e me ficava de lado, assuntando. Eles que fossem despertando, se alumbrassem, curtissem, e até chorassem. (CELINA, 1988, p. 16)

Levando isso em consideração, e diante de escrita literária de Lindanor, compreendemos o quanto a escritora prezou pelo “não dito”, mas recuperável; isso para que leitoras/es pudessem se deleitar perante suas obras por meio de um sentir que não advém do que está somente posto em palavras, mas também na estrutura textual – como será apontado neste texto ao analisarmos a personagem Rosa/Lena.

A escritora fez doutorado em Paris, na Sorbone, onde defendeu tese sobre a ficção de Mário de Andrade. Conhecer Paris era um sonho seu de infância, despertado por meio das leituras literárias que fez por influência de seu pai quando ainda era uma menina. Ao falar sobre a sua vontade de ser romancista, ela revela que avaliava ser um sonho tão impossível como um dia imaginou ser o de conhecer Paris:

Talvez no muito escondido, sem falar a ninguém, a vontade de escrever umas estórias, contar coisas. Mas remota e irrealizável como a de conhecer Paris - esta vinha de mais longe, dos recuados da infância, dos volumes que pilhava na estante de Papai, os Balzac, os Pardaillan, os Rocambole. Ia criando filhos. Funcionária (de mediana competência). Assim ia levando os meus tantos deveres, mais ou menos capengando. E cronicava, depois de haver tentado, sem mais o mínimo sucesso, a poesia. (CELINA, 1983, p. 11-12)

O anseio de ir à Paris se concretizou de uma forma que a escritora nunca imaginou: antes do seu doutoramento, ela fez algumas viagens ao país, devido ao vínculo que possuía com a Aliança Francesa de Belém. A sua primeira ida ocorreu quando, em 1957, ela ganhou um concurso da Aliança Francesa, cujo prêmio era uma viagem para aquele lugar que sempre despertou sua curiosidade e encantamento.

Sobre essa viagem, em crônica intitulada *A Cinderela da piedade*, contida no livro *Crônicas intemporais* (2003), a escritora afirma que ainda guardava alegrias sem fim daquela sua primeira viagem e fala um pouco sobre como se sentiu quando ganhou o concurso:

Das alegrias sem fim dessa viagem (sim, sem fim, pois que até hoje delas me nutro), o relato não cabe mais aqui. Numa manhã de março, resplandecente e linda, naquela cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, eu virei Cinderela. Eu, que não tinha um pau para dar num cachorro (como se diz no Nordeste), vi-me dona do mundo, em passe de mágica; coquetéis, entrevistas, fotos, toda essa agitação era quase como se o acontecido fosse a uma outra, eu era a ator e o espectador, ao mesmo tempo. (CELINA, 2003, p. 96)

Mas foi em 1974 que ela passou a morar lá permanentemente e se tornou professora da Universidade de Lille III, onde ministrava aulas de Língua e Literatura portuguesa e brasileira. Para ir de sua casa até a universidade, ela enfrentava um longo caminho de trem – árduo para uma senhora; mas sua alegria eram os seus muitos alunos, que, de três em seu primeiro ano de trabalho, se multiplicaram significativamente nos anos seguintes:

Os três alunos do meu primeiro ano ali se multiplicaram de maneira assustadora. Tivemos que ocupar um anfiteatro, os efetivos, centenas, mais. A secretária alarmou-se, vimo-nos compelidos a reduzir a matrícula dos optativos a 100. Como dar conta do recado sozinha? Até hoje não sei. Sei que nos amávamos. De repente me vi “mãe” de 150 filhos. O vocábulo “mãe” não é por acaso: um dos raros senões, diria mesmo o único, a única restrição que alguns maiores da área fizeram sobre a minha pedagogia, foi: madame de Miranda é demais maternal para com os seus alunos. (CELINA, 2003, p. 100)

Foi pelo amor em ensinar e, especialmente, aprender que, por dezessete anos, fez aquele caminho de trem até a Universidade do Lille III. Com a vontade de compartilhar conhecimentos e o carinho e o cuidado dos seus alunos, Lindanor cumpria seis horas ininterruptas lecionando:

A maior alegria eram os alunos, aquele amor ainda nascente, mas já tão consolante. Uma prova? Inúmeras eu lhe daria, leitor, por exemplo: as fomes e as sedes que eles me aliviavam, como se eu fora deles uma tia, a madrinha? É, que meu horário de trabalho era duro: seis horas ininterruptas de aula, das 10 da manhã às 16, sem pausa para engolir um pouco d'água. Pois aquelas meninas, aqueles rapazes não raro me surpreendiam: subiam até a minha “cátedra”, um copo com café escaldante na mão; ou uma fruta, um docinho: “Para a senhora levantar forças”. (CELINA, 2003, p. 81)

Desde que se fixou em sua nova morada na França, a escritora se tornou uma “viajante”. Ela se descrevia como “uma passeadeira” e o “dinheirinho” que ganhava “dando aulas ou escrevinhando” era “para ‘badalar’, furar o mundo” (CELINA, 1992, p. 75). Além de passear, ela pretendia, obviamente, aprender cada vez mais. Em suas viagens para Portugal, por exemplo, não apenas visitar amigos e conhecer lugares lhe prendiam, mas também estar sempre aprendendo sobre a língua e suas transformações, tudo isso para ministrar com competência suas aulas na Universidade do Lille:

Eu ia, em média, duas vezes por ano a Portugal. É que, leciono língua e Literatura portuguesa e brasileira, tinha de estar atenta, língua é organismo vivo, e como mudam as expressões, a gíria etc. Não fosse bastante esperta, para “estar em dia” com as novidades linguísticas, meus alunos de origem portuguesa da Universidade de Lille III, me apanhariam em flagrante de incapacidade para o cargo. (CELINA, 2003, p. 105)

Com sua alma de viajante, a escritora conheceu, amou, se espantou e gravou poeticamente em suas crônicas momentos que viveu na França, Holanda, Espanha, Portugal e Grécia – algumas dessas crônicas estão reunidas em *A viajante e seus espantos* (1988) e *Diário da ilha* (1992). Já separada do seu marido brasileiro, muitas dessas viagens ela fez ao lado de um grande amor que conheceu naquele país que foi também sua morada. Lá, casou no religioso com Serge Casha e passou a viver com ele em Clamart até os seus últimos dias de vida.

Lindanor teve muitos momentos felizes ao lado de Serge, mas a sua mudança para França não foi somente alegrias. Em algumas crônicas, especialmente nas do *Diário da Ilha*, a escritora fala sobre suas maiores saudades do Brasil: mãe, filhos, amigos, Belém, Bragança... Por ser mulher e mãe, de filhos já adultos, como enfatiza Amarilis Tupiassú (2004), ela foi julgada por tomar a decisão de ir viver sua vida longe dos seus:

O certo é que a escritora também escandalizava. Escandalizou, quando jogou para o alto seu tesouro belenense, quando pareceu jogar para o ar os seus afetos, seus cuidados. Insistia em que não por desamor, desapego e sim por salvação própria, o coração aos pinotes, indo fincar seu pé de vida na França. Foi muito apontada por isso. “A egoísta, mãe desalmada, ter coragem, a impiedade de largar os filhos [já adultos] e abalar para o desconhecido de si, para si, ao usufruto do seu desejo”. Poucos poderiam medir, entretanto, o tamanho de seus tormentos quando desmontou teres e haveres tão certos e assegurados e afivelou os fechos dos baús da travessia, sem alhear-se, contudo, de suas pátrias originárias; sem deixar, de longe, que seus enraizados, sua lavra amazônica, sua fala amazônica se estorricassem. (TUPIASSÚ, 2004, p. 12)

Ao se estabelecer em um novo país, Lindanor Celina jamais deixou de lembrar com saudade dos seus familiares e amigos, do seu Estado do Pará, da sua amada Belém e do Círio de Nazaré. Ao ler uma carta de sua amiga Leonor, que falava sobre o Círio, ela tem um momento de reflexão profunda da vida que levou e do desejo de deixar um legado relevante em seu Estado natal:

Daí me mandam recados de amor: “Quando a Santa passou, rezei por você”. Quanta verdade nova me tem vindo nestes dias, da minha Belém, dos meus amigos, neste outubro final, contraditório outubro, portador de amargas

lembranças, mas que me traz também, nestas horas, a doçura de saber que, apesar de tudo, alguma coisa ficou, algo plantei ali, algo fabriquei, teci – de durar, quem sabe... (CELINA, 1988, p. 27)

Nesse trecho fica perceptível a vontade da escritora em fixar a sua contribuição literária nos solos que tanto amava. Isso também expressou em entrevista para Elias Pinto, em 1990, quando ela fazia uma de suas visitas ao Brasil. Ao final da matéria, o jornalista pergunta se ela gostaria de acrescentar mais alguma coisa e ela revela que trabalhava em Paris também para falar do seu Estado:

Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Eu amo vocês todos. Não se esqueçam de mim. Só peço que me deem um pouquinho do amor que eu tenho por vocês, gente do meu Pará. Eu trabalho por vocês lá na França esses anos todos. Sem Lindanor, ninguém saberia o que é o Pará, pelo menos nos círculos universitários. (PINTO, 2017, 124)

Esse sentimento dividido, entre saudades da família e viver seus sonhos, se encontra retratado em várias de suas crônicas. Mesmo morando fora do país, ministrando aulas e escrevendo seus romances, ela ainda continuava escrevendo para um jornal de Belém, como é possível verificar no trecho a seguir:

Hoje – coisa que nunca fiz e contrariando um hábito de mais de trinta anos de jornalismo – reverencio o meu jornal. Que me acolheu quando, morta A Folha do Norte, e após um breve “passar chuva” em o *O Jornalista*, A Província do Pará abriu-me suas portas. Ali achei um cantinho que venho mantendo, como posso, com interrupções e colapsos (que desesperavam o saudoso Roberto Jares), pois não é fácil morar em Paris, lecionar em Lille, trabalhar romances e colaborar firme num periódico na Amazônia. (CELINA, 2003, p. 49)

Lindanor Celina foi uma mulher fascinante, que fazia amizade com facilidade, não apenas com intelectuais iguais a ela: formados em universidades. Outros intelectos também lhe fascinavam, isto é, aqueles advindos de pessoas simples cuja sabedoria não se limitava aos livros, mas as experiências do cotidiano. Tudo isso é perceptível não só nas suas crônicas, mas também em seus romances e personagens, sobretudo, as femininas que são destaque em sua trilogia.

Ela se descrevia como uma rezadeira e era apegada aos santos católicos. Mas nem por isso deixou de ser crítica ao que via como equívoco naquela que foi sua religião – como teceu, por exemplo, na trilogia. Celina tinha muitas faces, sua sobrinha Madeleine Bedran (2004), ao falar dela, a descreve como “tia Linda, tia danada, tia assanhada, tia engraçada”, que “viajou, cantou, chorou, dançou, desenhou, escreveu, viveu, pintou e bordou, ousou” (BELDRAN, 2004, p. 55).

Em 4 de março de 2003, a escritora faleceu em seu apartamento em Clamart. Suas cinzas foram trazidas alguns meses depois para o Brasil para serem jogadas em Belém, na baía do Guajará, como foi desejo seu em vida. Até no momento de despedida, Lindanor Celina se fez poesia, como descreveu Madeleine Bedran:

E quando foi embora, quando suas cinzas caíram na baía do Guajará, na-

quele fim de tarde no dia do seu aniversário, a Natureza saudou seu retorno com uma imensa coroa de mururés, um círculo verde de folhagem de aguapés que saiu do porto de Belém acompanhado o barco onde estavam seus amigos e familiares. E não voltou. (BELDRAN, 2004, p. 55)

É certo que ela se foi fisicamente, mas permanece viva em suas obras como uma grande escritora, mesmo que de maneira ainda muito marginal devido aos preconceitos que a autoria feminina sofreu ao longo da história. Mesmo sabendo disso, Linda ousava escrever. Em crônica de *O diário da Ilha* (1992), ela afirma que escrever lhe mantinha viva:

Tentei mais de uma vez “não-escrever”. O resultado foi uma espécie de mal-estar físico – sim senhor, não moral, físico, quase como quem está se afogando. Talvez seja bom sinal: enquanto me debato e meu corpo recusa o falso sossego (largar a pena, abandonar os cadernos), não será signo de que a morte ainda não me tocou a fonte com seu dedo gelado? (CELINA, 1992, p. 161)

Depois que iniciou sua escrita literária, portanto, não conseguiu mais parar; segundo ela, somente a morte podia lhe separar da escrita: “com a pena te uniste, nas amenas, nas escuras horas; na empolgação, na tristura; no momento mais vibrante, no mais descolorido, até que a morte vos separe” (CELINA, 1992, p. 38). Escrever, para Lindanor Celina, era uma necessidade vital. Se não tivesse partido, é certo que outros títulos teriam sido publicados.

Apesar de amar verdadeiramente sua vida literária, a escritora era muito realista quando comentava sobre os sacrifícios da vida de um romancista. Ao refletir sobre a vida de Dalcídio Jurandir, ela enfatizava “quão cruel e ingrata e árdua e inglória” era a profissão de um escritor; ainda “mais num mundo onde não se dá nenhuma relevância à nossa arte, e onde os poderosos não têm remorsos de deixar morrer na indigência os seus gênios” (CELINA, 1983, p. 30). Apesar dessa lucidez, assim como o amigo, Celina, desde que começou a escrever, jamais deixou seus cadernos. No conjunto total das obras da escritora, há seis romances, quatro coletâneas de crônicas, um livro de memórias e duas peças teatrais.

As obras de Lindanor Celina, infelizmente, há anos não são reeditadas, mesmo ela sendo umas das escritoras paraenses mais conhecidas no Estado, ao lado de nomes como Eneida de Moraes (1904-1971), Maria Lúcia Medeiros (1942-2005) e Olga Savary (1933-2020). Apesar de tal reconhecimento, Santos e Ribeiro (2013) chamam atenção para o fato de que ela e as outras escritoras citadas não são estudadas nas escolas e até em alguns cursos de formação de professores de Língua Portuguesa no Estado do Pará. Nesse mesmo sentido, Silva Neto e Vidal (2020), ao mencionarem as mesmas escritoras, esclarecem como a literatura delas ocupa um lugar de subalternidade, mesmo elas sendo mulheres brancas e que tiveram acesso à educação formal:

A escrita paraense de autoria feminina, mesmo a produzida por mulheres brancas de classe média, permanece na condição de literatura marginal, no sentido de ser tradicionalmente considerada uma literatura menor, de qualidade inferior. Quanto aos textos de escritoras negras, ameríndias e afro-ameríndias, que compõe grande parcela da população local, o espaço é ainda mais restrito. (SILVA NETO; VIDAL, 2020. p. 18)

Em âmbito nacional o cenário não é diferente, a escritora não é sequer mencionada no âmbito do cânone literário. Isso porque ela, que foi reconhecida merecidamente em seu tempo no meio literário por meio de prêmios, veio tendo a sua voz/produção silenciada. O que é consequência de um projeto misógino e colonialista que inviabiliza o (re)conhecimento de inúmeras escritas literárias em nosso país, especialmente aquelas advindas de regiões que se encontram às margens do cenário literário nacional, como a Amazônia. Tudo isso não pela falta de bons escritores, mas por questões geográficas, sociais e políticas que silenciam muitas vozes literárias da região. No que tange à escrita feminina, a invisibilidade é ainda maior.

Apesar disso, felizmente, há em nosso século o interesse de muitas/os pesquisadoras/es em resgatar, analisar e tornar acessível muitas escritas de autoria feminina que sofreram processo de apagamento ou tentativa de silenciamento. A respeito da literatura de Celina, encontramos artigos, dissertações e teses que enriquecem a fortuna crítica da autora.

Sobre os romances de nosso interesse, *Menina que vem de Itaiara* (1963), *Estradas do tempo-foi* (1971) e *Eram seis assinalados* (1994), há três dissertações produzidas: “A cartografia de Irene na trilogia de Lindanor Celina”, de Maria das Neves de Oliveira Penha (2008), defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, campus Belém; “Reflexões sobre a estrutura narrativa em *Eram seis assinalados*, de Lindanor Celina”, de Rosa Helena Sousa de Oliveira (2009), defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, campus Belém; “Lugares de Lindanor: um estudo sobre as perspectivas de região e espaço nos romances de Lindanor Celina, de Lindanor Celina” de Abílio Cavalcante Dantas Neto (2018), defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia da Universidade Federal do Pará, campus Bragança.

Além das pesquisas de mestrado, há ainda duas teses, defendidas recentemente, que têm como objeto de pesquisa romances da trilogia. A primeira, intitulada “Pelos olhos de Irene – deslindando Lindanor Celina, Escritora, Personagem” (2022), de Carla Figueiredo Marinho Saldanha, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, campus Belém. Já a segunda, “A professora primária nas personagens femininas nas obras romanescas de Lindanor Celina (1920-1930) Belém – Pará” (2023), de Guthemberg Felipe Martins Nery, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará.

As três dissertações analisadas são muito diferentes entre si, pois cada uma segue um caminho de interpretação muito peculiar sobre os romances. Caminhos necessários e extremamente relevantes para que possamos também caminhar pela direção que escolhemos. Maria Penha (2008) aborda em suas pesquisas toda a trilogia, com o objetivo de analisar o desenvolvimento da protagonista Irene por meio de conceitos da psicanálise. Dessa maneira, a interpretação sobre papéis sociais femininos aparece, em alguns momentos, através de comentários não muito profundos, o que é compreensível, já que se trata de uma pesquisa de mestrado que tinha o objetivo de realizar interpretações psicanalíticas.

Rosa Oliveira (2009) optou por analisar apenas a última obra da trilogia e seu objetivo se concentrou na estrutura da narrativa do romance. Ao apresentar personagens e enredo, ela também aponta algumas interpretações relacionadas à questão feminina, mas sem maiores aprofundamentos, pois o trabalho se propôs a dar conta de muitos aspectos: narradores, personagens, espaço, enredo, tempo e estilo. Logo, não houve o intuito relacionado a interpretações mais sociológicas em relação a estrutura narrativa, o que é compreensivo por não ser a intenção da pesquisa.

Na dissertação de Dantas Neto (2018), o autor aborda um pouco sobre a questão feminina em Lindanor, pois considera “ser inapropriado, e mesmo passível de duras críticas, abordar a Região em Celina [...] sem que a condição da mulher fosse focalizada em sua complexidade e especificações preliminares no campo da teoria literária” (DANTAS NETO, 2018, p. 116). Entretanto, ele explica aquilo que também observamos nas outras pesquisas sobre as obras que investigamos, que o aspecto ligado ao gênero em Lindanor Celina ainda precisa ser discutido em outras pesquisas acadêmicas e que a sua dissertação “procura contribuir com discussões introdutórias nesse aspecto” (DANTAS NETO, 2018, p. 117).

A duas teses, contudo, tem como objetivo analisar personagens femininas e suas condições de gênero de forma central. De tal modo, apontam discursos e costumes misóginos que atingiam as personagens, mas também as transgressões que as personagens traçaram. Percebemos que, nesses textos, os autores conseguem alcançar a importância dos femininos em Lindanor Celina de maneira aprofundada. Posto que consideram várias figurações femininas e seus problemas de gênero. Saldanha (2022) analisa as personagens: Irene, Célia Martins, Heloísa e Aldora e Adélia. Nery (2023), por sua vez, analisa: as professoras Angelina, Delmira, Ivanildes e Irene.

É certo que a trilogia figura vivências femininas marcadas pela cruel condição de gênero. Dessa maneira, destacamos a genialidade que vários problemas femininos vividos pelas personagens são entrelaçados nos três romances. Assim, a escritora problematiza sobre misoginia, casamento, maternidade, recato, trabalho..., mas é imprescindível notar ainda as pluralidades identitárias das personagens e como essas diversidades passam a ser determinantes em suas respectivas vivências.

Percebemos ainda que ela tece personagens femininas muito distintas quanto à classe, raça, sexualidade e localização geográfica; assim, a escritora imprime em sua trilogia a figuração de inúmeros conflitos marcados por condições muito específicas. Dessa forma, acrescentamos que, nos três romances, as vivências femininas díspares se ampliam com o desenrolar da “história de Irene”. Na pesquisa de doutorado que estamos produzindo, destacamos personagens e intersecções: Irene e Adélia (mulheres brancas pobres); Maria Alzira e Heloísa (mulheres negras); Rosa/Lena (mulher homossexual); e, Diquinha (mulher ribeirinha); a fim de analisar como a escrita feminina de Lindanor teceu os problemas de gênero femininos permeado pelas pluralidades e valorizou as diversidades das personagens que vivem dores, amores e resistem aos seus modos.

Deixar de analisar as intersecções é perder a grandeza da escrita de Lindanor Celina, uma mulher branca, jornalista, professora e escritora que conseguiu adquirir ao longo de sua vida uma visão ampla e questionadora acerca de si e do mundo, das suas dores e das dores de outras mulheres. Ao alcançarmos essa interpretação, percebemos que a escritora tece, portanto, uma crítica não apenas contra o patriarcado, mas também contra a branquitude, contra a heteronormatividade e contra outros preconceitos colonialistas que atingem as mulheres de maneiras cruéis.

Neste artigo, devido ao espaço limitado para análise, destacamos a personagem Rosa/Lena; com intuito de verificar como a escritora trouxe, nas linhas e entrelinhas das três obras, questões ligadas à sexualidade feminina. Destacamos essa personagem pois sua vida amorosa foge dos padrões impostos pela heterossexualidade. Para isso, a partir de agora, o artigo encontra-se dividido em quatro partes: no tópico *Rosa/Lena: para além de apenas a melhor amiga da protagonista*, apresentaremos os motivos pelos quais a personagem chamou nossa atenção para análise, bem como a metodologia e as teóricas feministas que embasam nossa análise. Em *Rosa/Lena/Rosa: quem é essa personagem?*, analisaremos os significados das mudanças do nome da personagem nos três romances. Em *Livro*

de Lena: censurado socialmente, mas narrado na ausência, interpretaremos os motivos do protagonismo encoberto da personagem no romance *Estradas do tempo-foi*, no qual há vários protagonismos femininos destacados. Em seguida, em *Pelas ruas dos fundos, terrenos baldios, becos e arruados de subúrbio: vivendo e resistindo pelas margens*, nos centraremos em analisar como Rosa/Lena lida com os enclausuramentos que lhe são impostos. Por fim, traremos as considerações finais, na qual enfatizaremos o comprometimento da escrita de Lindanor Celina com a pluralidade feminina.

2. Rosa/Lena: para além de apenas a melhor amiga da protagonista

A trilogia, escrita por Lindanor Celina, formada pelos romances *Menina que vem de Itaiara* (1963), *Estradas do tempo-foi* (1971) e *Eram seis assinalados* (1994), retrata, sobretudo, a formação da personagem Irene, desde a sua infância até os primeiros anos da sua fase adulta nas cidades paraenses Itaiara² e Belém. A personagem, ao longo da sua jornada de formação, desafia regras impostas às mulheres e se torna uma mulher transgressora que, em meio às dificuldades, consegue se formar professora e fugir daquilo que a sociedade da época impunha como lugar de mulher: o casamento e a maternidade. Em meio à história de Irene, há outras trajetórias femininas que consideramos relevantes nos romances. Desse modo, por meio de uma perspectiva que investiga a pluralidade feminina na obra da romancista, destacamos a personagem Rosa/Lena que, até o momento, não possui maiores interpretações sobre sua trajetória.

Rosa Martins é uma personagem que, assim como Irene e dona Adélia, se encontra presente nos três romances analisados. A personagem se torna amiga de Irene em Itaiara, quando elas ainda não tinham nem doze anos de idade. É perceptível que a amizade das duas se consolidou em irmandade devido aos comportamentos parecidos que elas possuíam. Rosa/Lena, bem como Irene, desde a infância e adolescência, apresentava comportamentos que não eram condizentes com o que a sociedade patriarcal ditava e esperava das meninas e moças durante anos das décadas de 1930 e 1940. Tratam-se, portanto, de duas personagens que desafiavam desde muito cedo os padrões de feminilidade impostos socialmente. Ao narrar momentos da programação do Círio em Itaiara, Irene conta como ela e a amiga se divertiam durante os festejos:

Eu e Rosa, esgotados os divertimentos comuns, tratávamos de criar outros, saíamos a malinar com Deus e o mundo. Alfinete em punho, estourávamos balões sem conta, de meninos que berravam, desadorados, as mães no descomposto: “Menina sem termo, onde está a tua mãe que não te dá uma criação, assanhada?” Fugíamos, a fogueatear noutro canto, a surrupiar varetas, delas fazíamos estoque. Com as varetas, gostoso era pegar um desprevenido, e sentá-las na cabeça: toque! Ou tirar, em passe de mágica, chapéus de sisudos cavalheiros. Ouvíamos era os resmungos, a pragas nos nossos rastros. (CELINA, 1997, p. 86)

Nessas brincadeiras, consideradas “de menino”, as duas amigas se tornaram cúmplices. Dessa maneira, compartilharam muitos momentos da infância. Várias foram as vezes que elas fugiram do grupo escolar para andar por Itaiara aprontando tudo que podiam para viverem momentos divertidos. Em uma dessas vezes, elas encontraram um vendedor de cocadas e, mesmo sem dinheiro para comprar o doce, Rosa fala para o homem que depois de brincar elas iam adquirir alguns dos

²Itaiara é o nome fictício dado por Lindanor Celina para cidade de Bragança/PA nos romances que compõe a trilogia de Irene.

doces que ele estava comercializando. O plano inicial de Rosa era pedir dinheiro para o tio de Irene, que era namorado de uma de suas tias:

Cocadas de Josino eram famosas, tal como os pés-de-moleque, broas e tacacá da tia Joana, da dona Cota. A fome nos roía, a merenda, tínhamos comido cedo. O Josino descansou o tabuleiro na calçada da igreja. Viu-nos aproximar, descobriu as cocadas, amarelinhas, cheirosas, que benza-te Deus: “Quantas querem, meninas?”. A Rosa, em certas horas mais expedita, falou: “Já, não, seu Josino, inda é cedo, vamos brincar um bocado, depois a gente vem. Eu disse: “Pra que tu enganaste, o coitado vai ficar de castigo. Esperando”. “Cala a boca, sua burra, vamos arranjar o dinheiro, é que é”. “Mas como, Rosa, de que jeito?”. “Ora, pedir pra teu tio Queto na loja. Ele nem vai negar, nem dizer nada, por causa de tia Elisa”. “É o que tu pensas, ele vai é nos ralhar, nos mandar para o grupo. Não, tio Queto não serve”. (CELINA, 1997, p. 110)

Como Irene descartou a ideia inicial da amiga para conseguir o dinheiro, ela teve uma ideia mais errada ainda, especialmente para duas meninas que faziam aulas de catecismo e iriam confessar seus pecados ao padre antes da cerimônia da catequese. Irene propôs que elas fossem tirar esmola para São Benedito, santo padroeiro da cidade, para que, assim, pudessem comprar as cocadas que tanto desejavam:

Foi aí que me deu uma ideia do diabo: “E se a gente fosse tirar esmola pra santo, pra São Benedito?” Rosa me olhou espantada, mas o espanto nem durou, depressa aceitou. As cocadas do Josino nos esperavam na calçada da igreja [...]

- Sim, vamos tirar esmola, mas pra São Benedito não, não vê que essa festa ainda está meio longe, falta quase um mês. (CELINA, 1997, p. 110)

Apesar do espanto inicial, Rosa cede sem hesitar e ainda contribui para o plano imaginado pela amiga. Nesse primeiro romance, Rosa não é uma personagem que desperta tanto interesse para se tecer uma crítica aprofundada de sua figuração, pois ela é apenas a amiga da protagonista e não tem uma história propriamente sua desenvolvida. Em *Estradas do Tempo-foi*, contudo, apesar de não ter um capítulo todo seu, ela ganha mais espaço na narrativa; além disso, ao olharmos mais cuidadosamente para sua condição nos romances, compreendemos que Lindanor Celina a construiu também nas entrelinhas das narrativas, o que despertou nossa atenção crítica para ela. O que inicialmente chamou nossa atenção foi a mudança de nome que a personagem passa ao longo da trilogia.

Na infância, quando a personagem vive em Itaiara, ela é a menina Rosa, sem muita aparição e sem nenhum namoro citado, diferente da amiga Irene que tinha um certo chamego com Maurício – primeira obra. Em seguida, quando está no internato em Belém, é a Lena, apaixonada por uma outra moça e disposta a quebrar regras conservadoras – segunda obra. Por fim, quando retorna para Itaiara já adulta, ela é Rosa, que se casa com um homem e tem uma filha – terceira obra.

Além da mudança no nome da personagem nos romances, o que também nos despertou o desejo de investigar sua trajetória nos romances foi uma paixão que ela teve por uma freira. O romance “proibido” é descrito na obra como algo passageiro e sem concretização. Foi preciso desconfiar disso para encontrarmos os conflitos que a personagem vive devido sua sexualidade considerada desviante por aquela sociedade.

Tudo isso possibilitou refletirmos sobre algumas situações que a personagem vive em *Estradas do tempo-foi* e que apontam para o enclausuramento social que ela foi obrigada a viver. Dessa maneira, o nosso objetivo neste texto é analisar a mudança do nome da personagem de Rosa para Lena no segundo romance, bem como o retorno para Rosa no terceiro, e verificar os significados do seu “protagonismo”, que caracterizamos como “encoberto”.

Diante dessas considerações e tendo em vista que, “o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CANDIDO, 2006, p. 14), buscaremos compreender metodologicamente como elementos sociais estão estruturados no romance para enfatizar a condição de uma personagem que acreditamos merecer mais destaque do que a crítica até então lhe deu.

Como Rosa/Lena nos permite fazer importantes reflexões acerca de uma sociedade que, infelizmente, até hoje interpreta a sexualidade de maneira normativamente conservadora, utilizaremos contribuições de intelectuais feministas como Butler (2003) e hooks (2019), para tratar, respectivamente, sobre heterossexualidade compulsória e lesbianidade, a fim de compreender como a narrativa constrói uma crítica social por meio da figuração dessa personagem. Desse modo, esperamos destacar como essa personagem não caminhava lado a lado com suas amigas de internato, pois ela vivia problemas de gênero relacionados à sua homossexualidade, especialmente, ligados ao fato de ela não poder viver como tinha vontade. Na luta contra o patriarcado, portanto, ela se sentia junto com suas amigas em alguns momentos, mas também sozinha e, por isso, acreditamos que, no último romance, ela foi construída aparentemente solitária e fria, porque, em Itaiara, quem vivia publicamente sua homossexualidade era ridicularizada/o socialmente.

3. Rosa/Lena/Rosa: quem é essa personagem?

Dantas Neto (2018), em sua dissertação de mestrado intitulada “Lugares de Lindanor: um estudo sobre as perspectivas de região e espaço nos romances de Lindanor Celina”, faz um breve comentário acerca da mudança do nome de Rosa/Lena no romance *Estradas do Tempo-foi*. O pesquisador menciona que tal alteração pode ter motivações relacionadas à biografia da romancista, mas deixa a possível constatação sem conclusão, visto que não é o seu objetivo no momento:

A mudança do nome da personagem em *Estrada* seria uma forma encontrada por Lindanor Celina de resguardar a identidade da pessoa que motivou a criação da personagem? Encontrar a resposta objetiva dessa questão caberá ao raciocínio daqueles que busquem reconstituir historicamente, com ênfase em acontecimentos reais, a estruturação da obra da escritora. O que faço aqui nesta apresentação é identificar a discussão sobre a presença decisiva e quase óbvia até, para alguns estudiosos, como se verá, da biografia de Celina na construção de seus livros. (DANTAS NETO, 2018, p. 29)

Não pretendemos negar as considerações do autor, nem as responder com base em conclusões biográficas como ele sugere. Por meio do comentário dele, contudo, propomos uma interpretação voltada para o texto literário, com intuito de compreender quais significados as alterações do nome da personagem trazem para as narrativas. Para isso, acompanharemos o desenvolvimento dela ao longo da trilogia e, por meio daquilo que tais textos nos permitem inferir, isto é, por meio

dos seus ditos e, sobretudo, dos seus não ditos, faremos análise da personagem à luz da crítica sociológica; assim, consideraremos as ideologias extremamente conservadoras da sociedade da época – momento em que o país vivia sob o autoritarismo da Era Vargas.

No romance *Menina que Vem de Itaiara*, narrado em primeira pessoa por Irene, conhecemos Rosa por meio da memória e conclusões de sua melhor amiga. A narradora rememora vários momentos nos quais ela e a amiga compartilharam de cumplicidade e bagunças. Assim, sabemos que elas eram ótimas alunas no grupo escolar, mas também conhecidas na pequena Itaiara pelas desordens que causavam. Em uma de suas memórias, Irene descreve como eram as brincadeiras entre elas:

Brincadeiras perigosas, no quintal do grupo, sob o velho tamarindeiro. Que os anjos nos guardavam, que escapamos tanta vez da morte, penduradas só pelos joelhos na trave do poço, as colegas batendo palmas e dando gritos de excitação ante nossas proezas? Hoje, revendo tais cenas, é como se me visse um susto, um tardio sobressalto. Onde andavam, que faziam as professoras, que não viam duas meninas em tempo de morrer de morte horrível naquele poço que eu, cabeça para baixo, olhava lá dentro e mal divisava o brilho d'água, uma rodinha de nada, tão fundo era? (CELINA, 1997, p. 35-36)

Da união dessas duas meninas, que não se comportavam como era ensinado que uma menina devia se portar naquela época, surgiu uma linda e sincera amizade de infância. Em *Menina que vem de Itaiara*, sabemos pouco sobre a vida pessoal de Rosa, não há muita menção sobre seus pais; sobre sua mãe, sabemos que morreu no parto, informação que, no último romance, é revelada ser uma mentira contada pela sua família, pois, na verdade, sua mãe fugiu com um poeta e abandonou o marido e a filha. A menina mora com o pai, o avô e as tias e, apesar de ela ser uma menina muito levada, não há menções de grandes conflitos entre ela e seus familiares.

Em *Estradas do Tempo-foi*, romance em que Irene divide seu protagonismo com outras meninas, um narrador em terceira pessoa é responsável por contar as aventuras de Irene e suas amigas, que vivem suas adolescências no internato Santo Amaro em Belém. Dentre essas amigas, está a já conhecida Rosa, que passa a se chamar Lena, conforme explica Dantas Neto:

Heloísa, Lena e Aldora são as melhores amigas de Irene e moram, assim como ela, no Colégio Interno Santo Amaro, em Belém. A personagem Lena é a única que não possui um “livro” próprio na narrativa. No entanto, sua presença é outro elemento forte de ligação de *Estradas* com o primeiro romance de Lindanor, pois, pelas características descritas, assemelhasse a personagem Rosa Martins, presença constante em *Menina* como amiga de Irene e a companheira de brincadeiras e estudos, além de possuir origem pobre e também ser natural de Itaiara, como Irene. Lena constitui mais um sinal que aponta o caráter de continuação de *Estradas do Tempo-foi* em relação à *Menina que vem de Itaiara*. (DANTAS NETO, 2018, p. 27)

Lena é a mesma Rosa de Itaiara, contudo, algumas de suas características sofrem alterações: isso porque ela não segue apenas as bagunças iniciadas por Irene, ela comanda suas próprias; talvez isso ocorra porque Lena possui mais espaço na segunda obra, o que nos leva a conhecê-la para além

de apenas “a amiga da narradora-protagonista” do primeiro romance, ou porque, longe de Itaiara e de sua família, apesar de morar em um colégio interno católico, Lena sentia mais liberdade para desafiar com voz ativa os conservadorismos da época. O grupo que ela e Irene andavam no internato era formado por moças mais velhas, inteligentes e questionadoras. Por meio dessa amizade, Lena aprendeu organizar boas desordens e passou a ser uma líder nas bagunças:

Por isso Irene e Lena, ao invés de no recreio permanecerem com as de sua classe, ficavam a ouvir-lhes as conversas, querendo ser um pouco assim, adquirir o à-vontade, o prestígio delas.

Heloísa liderando brincadeiras. Lena com ela fazendo parelha. Ambas grandonas, seus tiros os mais violentos, no vôlei, no beisebol. Lena nas diabruras, já meio líder. (CELINA, 1971, p. 41-41)

Há nesse segundo romance, portanto, uma marcante mudança nas características da fiel companheira de Irene, que passa a ser apresentada como uma moça de personalidade forte, cheia de opinião e atitudes. Diante disso, interpretamos que a alteração no nome dela, de Rosa para Lena, acompanha a transgressão de sua identidade e personalidade.

Em Santo Amaro, Lena era uma das líderes por quebrar a tranquilidade “forçada” no dormitório do internato religioso. Nos trechos a seguir, por exemplo, ela e Irene executam um plano para enganar as freiras. As duas amigas arquitetam a pantomima para quebrar o silêncio imposto a elas após o jantar, momento em que devem se preparar para dormir. No desenrolar da encenação, no entanto, somente Lena se sobressai ao conseguir convencer a Madre com seus fingimentos:

Quem as visse subindo as escadas duas a duas na maior seriedade, iguais até nos passos que mais suaves se faziam a tais horas, não suspeitaria de coisa alguma. Foram entrando as primeiras, já ensinadas, caminhavam rente às camas, marginando, prudentes, a perigosa pista. Chegavam aos seus lugares, iam se despidendo, o olho na Lena. Esta foi se ficando para trás até ser a última e, mesmo bem defronte à sua cama, olha o quedaço. Logo Irene, mais aqui, das primeiras, imitiu-a. O ruge-ruge. A Lena aos urros: “Ui, ui, ui, meu mucumbu, meu mucumbu!” “Jesus, que horror é êste? Meninas, em nome de Deus, silêncio”, bradou a Madre. Mas as duas finórias, estendidas a comprido no chão, rebojavam-se, a dor mais lancinante estavam sentindo, ô queda traiçoeira. “Mas o que é isso, demônios, o que é isso? Ah, meu Jesus Cristo!” “O chão mestrinha – Irene nos lamentos – algum diabo encerrou este chão de proposito para nos desgraçar, ai, ai, meu mucumbu!”

[...]

Irene, na voz da Mestra Geral – era uma Irmã nova, vinda de Cajazeiras, intimidade nenhuma com ela se tinha ainda – calou-se aos poucos e foi-se erguendo, alisando o traseiro que dizia tão machucado. Porém, a Lena, não era com duas risadas que abdicava dos eu papel [...] A boa Madre começou a entrar em dúvida. E se aquele demônio tivesse sido castigado justo na hora da cavilação? Cavilação, pantomima, isso sabia, então era tôla? (CELINA, 1971, p. 136-138).

Interpretamos essas desordens, dentro de um ambiente extremamente conservador, como uma figuração do despertar que as mulheres do século XX estavam tendo e que as possibilitaram questionar com mais ênfase as regras “sagradas” que até então moldavam seus comportamentos, visto que até “o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua enorme maioria, viviam enclausuradas em antigos preceitos e imersas numa rígida indigência cultural” (DUARTE, 2019, p. 27).

Irene é desmascarada sem dificuldade pela Madre, mas Lena, mestra em bagunças, coloca em dúvida as certezas da religiosa em relação a sua queda. Consideramos que essa façanha da personagem ressalta como ela era especialista em “encenar” – não no sentido de vê-la como uma fingida. Tal proeza, contudo, interpretamos como uma maneira encontrada pela romancista para revelar que, desde muito nova, Lena sabia se colocar em um papel que não era o seu; como veremos mais adiante neste texto, ao analisarmos a vida adulta da personagem em *Eram Seis assinalados*.

Ao longo de *Estradas do tempo-foi*, Lena é descrita como uma moça que sabe o que quer e não tem medo de se arriscar para conseguir o que deseja. Como pode ser visto na menção de sua paixão por uma freira e em suas atitudes perante à sua amada. No trecho a seguir, há a narração do momento em que ela decide iniciar uma “amizade particular” com a sua paixão:

Quem lucrava era Lena, que paixões não tinha. Amara, em tempos, uma freirinha coadjutora, uma das mãos brancas e grandes olhos. Amor começou na galhofa. A freira transitava pelo recreio, fim de tarde, cabeça baixa, em direção a capela. Lena achava-a lindinha: “Ei irmãzinha.” A irmã levantou os olhos do chão, que olhos bonitos, enormes, ô pestanas! “E como é o seu nome?” Freirinha sacudiu o dedo, vermelhinha ralhando-sorrindo, seguiu sem responder. Mas Lena deu de tocaia, para dar adeus, êsses dengos. (CELINA, 1971, p. 103)

Após Lena ter coragem de iniciar uma aproximação mais íntima com a freirinha, o narrador conta que elas começaram a se corresponder por bilhetes. Além da liderança, da ousadia para tentar iniciar algo duplamente proibido naquele ambiente conservador, isto é, um namoro com uma outra moça e, ainda por cima, uma freira; Lena tinha espírito de justiça e estava sempre disposta a defender sua amiga Irene de quem ousasse ofendê-la e/ou magoá-la.

Em *Eram Seis assinalados*, no entanto, todas essas características da personagem parecem ter se modificado. Nesse último romance, em que há múltiplas vozes responsáveis pela narração – um narrador em terceira pessoa e as vozes de Irene, dona Adélia e Maria Alzira, em monólogos interiores –, Lena é mencionada algumas vezes por Adélia, mãe de Irene, que a despreza por ela ter se afastado da filha, que sofria desprezo social por ter se envolvido com um padre.

O intrigante nesse último romance é que a personagem volta a se chamar Rosa, o que analisamos como uma evidência de que, naquele momento de sua vida, ela não podia ser mais quem era quando estava longe da família e dos julgamentos sociais dos moradores de sua pequena cidade do interior, ou seja, a Lena destemida, que brigava com quem fosse para defender sua amiga Irene e que tinha coragem de iniciar um namoro com outra moça. Mesmo considerando o retorno do nome da personagem no último romance para Rosa, como uma evidência de que ela não podia mais ser a Lena transgressora, veremos a seguir que ela criou estratégias para transgredir ao enclausuramento social que lhe era imposto.

4. Livro de Lena: censurado socialmente, mas narrado na ausência

Por meio da análise da fortuna crítica das três obras estudadas, constatamos que a sexualidade da personagem Lena não foi mencionada e analisada até o momento – mesmo após mais de cinquenta anos da publicação de *Estradas do tempo-foi*, obra na qual sua paixão por uma mulher é revelada.

O interesse da personagem por uma outra mulher é mencionado na narrativa como algo passageiro, como é possível notar em: “quem lucrava era Lena, que paixões não tinha. Amara, em tempos, uma freirinha coadjutora, uma das mãos brancas e grandes olhos” (CELINA, 1971, p. 103). Isso revela como as relações e desejos homossexuais eram vistos naquela época: algo temporário e por isso não mereciam grandes destaques e discussões – o que demonstra a discriminação que aquela sociedade perpetuava.

Em seguida, o narrador traz mais informações sobre o romance. Dessa maneira, a própria narrativa contradiz a pouca importância dada inicialmente ao introduzir o assunto; o que acreditamos enfatizar como relacionamentos homossexuais não eram passageiros, como aqueles que detinham poder para ditar regras sociais queriam que todos continuassem a acreditar. O romance mostra que as relações homossexuais eram impedidas de serem vividas livremente:

Heloísa notou: “Estas de amizade particular com essa? Hum, hum vê lá, olha a perseguição”. Que diabo, não se podia simpatizar especial com uma irmã, com uma menina, as outras já punham uns olhos farejadores de ... namôro, sim, namoro. Mulher namorando mulher, pro diabo. Coisa em que não fazia fé. Sempre ouvia ali veladas alusões às famosas “amizades particulares”: “Fulana está de amizade está de amizade particular com Fulana”. Em geral internas com externas, trocando bilhetes, santinhos, bombons. Aquilo tinha mal nenhum? Ora que coisa. Mas muitas sustentavam que no Santo Eustáquio, na Deodoro. Havia menina que de noite deixava tudo dormir e ia, de quatro pés, por debaixo das camas, até a da “namorada”, para ternos boas noites, no maior amor. Possível? Apaixonar-se por uma menina, axi! Heloísa, essa cuspiu, só de falar nesses xodós. Mas Lena, parecia-lhe bem simpática a Irmãzinha de Manaus, gostaria de conversar com ela, e não podia, era proibido, quem sabe por ser proibido é que reinava a tentação? Por isso acabavam apelando para correspondência secreta. Se ela escrevesse um bilhetinho àquela irmã, que cara que ela faria? Imaginava o bilhete: “Querida irmãzinha F. Gostaria tanto de conversar com a senhora, que a senhora fôsse minha amiga. Senhora quer?” Pois a Irmã respondeu. Deu santinho junto com o bilhete, devia estar bem precisada de uma amizade, pobre da freirinha. A Lena mostrou para Irene: “Que pena, mana, meu amor é analfa”: “Minha filha, seja prodente, reze por mim. Sua em Cristo, F”. O santinho era uma escada subindo para a claridade, e uma menina, uma alma em camisola, botando o pé no primeiro degrau, onde estava escrito prodência. Que lindo, a Lena entusiasmou-se, tinha uma amizade particular, e com uma freira, pena fôsse analfabeta, “prodente”, aquilo tirava um bocado à oculta afeição. (CELINA, 1971, p. 103-104)

Nesse trecho fica evidente como as relações entre pessoas do mesmo sexo eram censuradas. É possível constatar ainda que, aos olhos de Lena, o único defeito da relação entre ela e a freira não está no fato de ambas serem mulheres, mas no fato da outra moça não saber escrever conforme

as normas da Língua Portuguesa. Isso traz um certo humor para a narrativa, mas também mostra como sentir atração por uma pessoa do mesmo sexo não deveria ser um empecilho para iniciar uma relação amorosa com alguém; através de um humor aparentemente inocente, Lindanor faz uma crítica aos preconceitos homofóbicos que o conservadorismo possuía enquanto norma a ser seguida.

Para além dos explícitos e implícitos nas falas das personagens, nossa crítica também se constitui por meio do olhar atento para a própria divisão estrutural do romance *Estradas do Tempo-foi*. A obra possui quatro capítulos e estes estão dispostos como pequenos livros que compõem um maior, intitulados: Livro de Irene; Livro de Heloísa; Livro de Aldora; e *Sor Nogueira* – nesse último, há um avanço temporal significativo em relação aos demais e se concentra em narrar o retorno de Aldora para o internato Santo Amaro, como a freira Sor Nogueira.

Cada uma das protagonistas da narrativa possui problemas de gênero muito próprios. Irene é uma moça pobre que lida com opressão de classe, vinda das mães e de alguns colegas do internato; tem um amor de infância, mas se decepciona com ele. Heloísa é destemida, linda e rica, mas, por ser negra, sofre preconceito racial da família de seu namorado. Aldora lida com o fato de ser uma moça órfã e vive sob os cuidados de uma tia rica; seu destino é casar com seu primo, plano projetado por todos em sua volta, mas que não se concretiza. Lena, também pobre como a amiga Irene, não parece lidar com muitos problemas, a sua paixão pela freira é mencionada como algo passageiro e que não gerou sofrimento para ela.

Dessas quatro meninas, apenas Lena não tem um capítulo seu, o que consideramos intrigante, pois ela é uma personagem inegavelmente importante como as demais; o que demonstra uma descontinuidade na divisão do romance. Além disso, o quarto capítulo é bem menor que os demais e seu objetivo é narrar o desfecho do romance, o que poderia ter sido incorporado no próprio capítulo intitulado “Livro de Aldora”, posto que é através da interação dessa personagem com a Mestra Geral que temos o desfecho da obra.

Com base no despertar de sexualidade de Lena, que se dá fora dos padrões heterossexuais, concluímos que suas vivências não foram explícitas em um capítulo próprio para denunciar como sua orientação sexual era tratada com censura naquela época. Afinal, nos três primeiros capítulos do romance, Irene, Heloísa e Aldora vivem amores e desejos com rapazes, mas o desejo de Lena por uma mulher é mencionado apenas uma vez e em um único e longo parágrafo; como uma forma de marcar a marginalidade vivida pela personagem e apontar na tecitura narrativa como socialmente relações homossexuais eram consideradas ilegítimas. É como se a obra dissesse: tais relações existem e, mesmo que nossa estrutura social prefira tratá-las como caprichos passageiros da adolescência, a fim escondê-las e contê-las, elas são dignas de estarem figuradas na literatura.

É importante mencionarmos ainda que, apesar das amigas viverem romances com rapazes, suas histórias também são marcadas por transgressões, isto é, mesmo nas figurações de romances heterossexuais, a romancista optava pelo não conservadorismo. Como acontece com o despertar sexual de Irene, que foi por ela iniciado sem a presença física de um rapaz:

As mãos dele já desciam, erravam-lhe pelo corpo, buscando-lhe o colo, os pequeninos seios, ah! Isso não, moço! Pode agradar, se quiser, meus cabelos, comer de beijos minhas mãos, meus braços, mas isso, não! Olhe, sinta meus cabelos são cumpridos, macios como sua barba, mas meus seios, não, moço, não pode! Segura-lhe a mão, rebelde a mão insiste, mas ela segura com força, desvia do pe-

rigoso caminho, leva-a ao próprio rosto, assim, quero que desenhe o meu rosto assim como eu desenho o seu, na treva, mas, seu rosto!, ela acariciava o próprio rosto, sentia-lhe as espinhas, a pele áspera; não, as espinhas não, ele não ia gostar, bom que tocasse mesmo onde sua pele era de seda, bem onde queria, os braços, o colo, os seios que ele buscava, louco, seios tão macios e brancos e duros. Ah, as mãos dela desprezavam o próprio rosto, e acariciavam seus próprios seios rijos e virgens, arrepiados pelo frio da madrugada, ela está pecando, sem ir a cabana nenhuma, sozinha, sem dar um passo fora do dormitório, está pecando, segurando os seios, fechando os olhos, fazendo de conta que era ele, o barba-loura, os dos olhos cadentes, ai, minha comunhão que estou perdendo!, como seria o corpo dele, como seriam os beijos dele, nunca iria saber, nunca! Tentava reagir, mas estava era se rebolando no maior pecado, desejando aquele homem que ela mal conhecia como jamais em um dia de sua vida desejara Maurício. Pela primeira vez figurava na mente, visualizava, querendo-o, o corpo de um homem. Isso na brancura do dormitório, a Madre bem ali, a santidade muita, debulhando terços, e ela debulhando suspiros, lágrimas de desejo por ele, ah! (CELINA, 1971. p. 55-59)

Por meio de uma linguagem carregada de suspense, a narração proporciona a sensação de angústia, como aquela sentida pela personagem que imagina e vive algo considerado proibido, já que o sexo fora do casamento e a masturbação feminina eram vistos como um dos piores pecados, sobretudo, dentro de um ambiente religioso como o internato. A linguagem suaviza poeticamente o deleite da personagem que, sozinha, lhe proporciona suspiros de gozo ao se tocar. Debulhar o terço tem a ver com o ato de usar os dedos para marcar as orações nas bolinhas que compõem o objeto religioso. Assim, compreendemos o “debulhar suspiros” e “lágrimas de desejo” não só com os pensamentos sexuais que ela estava tendo, mas com a utilização dos dedos para o seu próprio prazer, ou seja, assim como a narrativa diz que ela tocou os seios, a metáfora mostra que ela também tocou sua vulva e vagina para se masturbar e, assim, teve seu gozo: lágrimas e suspiros de prazer ao se debulhar/tocar.

Esse episódio, além de tratar o desejo feminino de forma natural, mostra como o sexo para uma mulher podia ser desvinculado de sentimentos, compromissos, namoros e casamentos, tal como os homens estavam autorizados a viver há séculos. O gozo é tecido como algo natural e não como algo imoral como os costumes da época apontavam ser para uma mulher. Lindanor, portanto, ousou desafiar o patriarcado com suas personagens e suas sexualidades – heterossexuais e também homossexual, como acontece com Rosa/Lena.

Por meio da ausência do capítulo de Lena e da inegável importância das suas experiências, concluímos que o capítulo “Livro de Lena” foi construído estrategicamente pela romancista em meio aos Livros de Irene, Heloísa e Aldora, visto que é através deles que as informações sobre a personagem nos chegam, isto é, suas transgressões e desejos que não se encaixam no padrão heteronormativo e, por isso, não estão em evidência no romance como as experiências das demais moças, pois, como afirma Butler (2003), a heterossexualidade compulsória tem como consequência a tentativa de apagamento de outras formas de se viver a sexualidade:

A ‘unidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir

os significados relativos de ‘heterossexualidade’, ‘homossexualidade’ e ‘bissexualidade’, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. (BUTLER, 2003, p. 57)

De tal maneira, há séculos nossa sociedade tende a se pautar em concepções normativas para manter a heterossexualidade como a forma única e correta de vivermos nossa sexualidade, o que contribui para manutenção de preconceitos que enclausuram muitas vivências. Nesse romance, portanto, com a personagem Lena e seu “Livro censurado”, a escrita da romancista enfatizava a falta de espaço para narrativas lésbicas na sociedade, mas também lembrava que o texto literário é lugar de resistência, por ter a possibilidade de trazer tais narrativas, ainda que de forma esteticamente escamoteada, para driblar conservadorismos.

Por meio da ênfase na ausência de um capítulo dedicado para as vivências de Lena, afirmamos que a escrita feminina de Lindanor ressalta a presença de vivências lésbicas marginalizadas socialmente naquela época, pois, por mais que a sociedade patriarcal subalternizasse tais existências, elas sempre existiram e resistiram, mesmo que relegadas às margens. A lacuna do “Livro de Lena” e sua narrativa tecida aos poucos ao longo do romance destacam, portanto, a sua presença enquanto mulher lésbica merecedora de espaço para ter sua narrativa contada.

5. Pelas Ruas dos Fundos, Terrenos Baldios, Becos e Arruados de Subúrbio: vivendo e resistindo pelas margens

Em *Eram seis assinalados*, como já mencionado, Rosa/Lena não possui tanto destaque; a personagem é citada poucas vezes por Dona Adélia, que demonstra mágoa e desprezo pela amiga da filha. As informações que temos é que ela estava trabalhando como professora após retornar formada do internato, assim como a sua melhor amiga Irene, e estava noiva de um juiz. Dona Adélia, ao lamentar sobre o caso de Irene com o padre, fala da amizade das duas e do afastamento de Rosa:

Ciente de tudo deve ser a Rosa. Eu, às vezes, compreendo a atitude péssima da Rosa, que num minuto passou uma borracha em quantos anos de amizade. Medo faz coisa, pavor do escândalo, ser igualmente demitida, por cúmplice, afinal o que seria dela se lhe falhasse o emprego? Não perderia o noivo, no mesmo seguinte? Não é fácil se ter dessas coragens. Mas doe! Em mim, que a Irene não liga. Me pergunto se tem um tico de amor próprio. Pois abre os braços à antiga colega como se nada fosse:

“Mamãe, a Rosa mandou dizer que vem almoçar amanhã, a senhora faz galinha, de molho pardo? Faz?”

Eu abanei a cabeça, minha pobre burra, não aprendes nunca? Esqueceste o que te fez essa diz-que amiga? (CELINA. 1994, p. 60)

Para Adélia, que viu a amizade da filha e de Rosa se constituir desde a infância, o desprezo de Rosa é como um soco no estômago. Aquela/e que leu toda trilogia e acompanhou toda a amizade e cumplicidade entre as amigas Irene e Rosa pode interpretar essa situação como uma imperdoável traição – posto que elas eram como irmãs e confidenciavam segredos íntimos –, mas essa seria uma leitura superficial e desatenta, por desconsiderar toda crueldade patriarcal que influenciava severamente as atitudes e decisões de muitas mulheres naquela época.

Esse diálogo entre Adélia e Irene possibilita que verifiquemos que a alcunha de traidora dada para Rosa é advinda da interpretação pessoal de Adélia. Por meio de uma conversa entre mãe e filha, narrada por Adélia, sabemos que Rosa não se afastou totalmente de Irene e a própria moça defende a amiga da mágoa da mãe. Mas Adélia, furiosa, insiste em discordar e comenta que Rosa só visita Irene escondida:

- Vem escondido! Por detrás do campo de futebol! Cadê que escolhe as ruas de toda gente? Cada vez, é que nem um ladrão, pelos becos, pelos arruados de subúrbio até chegar aqui, não sei como não entra pelos fundos.

E a tola da minha filha inda desculpa: “Mamãe, pela Rosa, ela seria toda vida a minha irmã. É o dr. Junqueira. Ele é juiz, ele quem exigiu que ela não fosse vista comigo, Rosa me contou chorando, ela me quer bem, mas não vai por minha causa arruinar seu futuro. Senhora não sabe as lutas que dr. Junqueira teve de enfrentar para manter esse noivado, pessoas que saíram dos meus cuidados e foram lá, como para uma audiência, só que no hotel, no quarto dele, num ato de amizade,

‘de quem quer o seu bem, doutor, evitar que o senhor se deixe enlear como um patinho e arrepende-se quando tarde for...’

isso porque a mãe da Rosa... coisas o passado, doutor Junqueira não a amasse muito, teria pedido transferência para outra comarca ou simplesmente rompido com ela. Eles sofrem, aqueles dois, mãe!”. (CELINA, 1994, p. 61)

Nesse momento, Irene revela para a mãe que o companheiro de Rosa/Lena, Dr. Junqueira, que era juiz na cidade, é quem mandou que Rosa/Lena não fosse vista publicamente com ela. O que enfatiza a subalternidade de uma mulher perante ao marido naquela época, algo recorrente no século passado; pois com lembra Scott (2018), por longos séculos no Brasil todos os parentes e/ou dependentes eram submissos ao poder do patriarca da família; assim, a mulher passava da autoridade do pai para a do marido, pois “o domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana” (SCOTT, 2018, p. 16).

Em anos de 1940, as leis do país ainda ditavam como as mulheres deveriam desempenhar um modelo ideal de papel social feminino, no qual o casamento era o objetivo a ser perseguido e mantido. A historiadora brasileira Del Priore (2014) comenta que o presidente Getúlio Vargas, em um decreto de abril de 1941, ainda perpetuava que a educação feminina deveria ter como finalidade formar mulheres para o casamento, administração do lar e maternidade.

Nesse contexto, Junqueira, como legítimo representante patriarcal, não se importava com as vontades da noiva, mas com a imagem da sua futura família. Por isso, a amizade de Rosa/Lena com Irene era inaceitável, visto que a relação da noiva com uma mulher mal falada socialmente mancharia seu nome; lembremos que, naquela época, as mulheres consideradas dignas de serem escolhidas por um homem para o casamento deviam ser “as recatadas, capazes de se enquadrar nos padrões de ‘boa moral’ e da ‘boa família’” (DEL PRIORE, 2014, p. 67). Ainda no diálogo anteriormente citado, verificamos que Rosa não obedeceu totalmente a vontade do marido, pois não deixou sua amizade com Irene totalmente de lado e, para visitar a amiga, passou a andar por caminhos “invisíveis” aos olhos sociais vigilantes:

quando aqui comparece, vem pelas ruas dos fundos, pelos terrenos baldios, para não ser de ninguém apercebida, vem, come que nem um cavalo, mal acaba, pé no mundo, cadê que se lembra de dizer, por uma elegância de quem teve afinal cinco anos de educandário: Ô Irene, aparece lá em casa, larga de andar socada pelos morros, tu acabas emburrando, de tanto frequentar analfabetos, mas os analfabetos não lhe fecharam a porta. A tal Rosa anda nos trinques, só recebe as princesas-professoras suas colegas, oferece almoço à mulher do médico, aos altos comerciantes, Rosa arrota grandezas. (CELINA, 1994, p. 44)

As andanças da personagem por caminhos poucos frequentados e, portanto, clandestinos, foram adotados estrategicamente por ela para poder ver a amiga Irene, ou seja, para realizar uma vontade própria sua. Com tal informação, sentimos ainda um resquício da presença da destemida e transgressora Lena, aquela moça cheia de vontades, líder em desordens e que se apaixonou por uma mulher no internato Santo Amaro.

Consideramos a tática da personagem em andar pelas “margens dos caminhos sociais” como forma de resistência ao que o patriarcado lhe ordenava através do poder do seu futuro marido. De tal modo, acreditamos que Rosa adulta era habituada a ter experiências escondidas, ou seja, vivências socialmente proibidas pela “moral e bons costumes” da época. Nesse sentido, enfatizamos que o seu interesse por mulheres não foi algo passageiro, como a superfície textual de *Estradas do Tempo-foi* deixa explícito.

Ao tratar sobre lesbianidade e feminismo, hooks (2019) comenta que “a homossexualidade entre homens era mais aceitável que a lesbianidade”. Segundo a autora, as lésbicas “eram normalmente casadas. Ainda assim, sabiam quem realmente eram. E elas deixavam seu verdadeiro eu ser conhecido entre quatro paredes, em casas noturnas e festas” (HOOKS, 2019, p. 138). Diante de tal comentário e da situação que a personagem Rosa vive no último romance da trilogia, compreendemos que suas andanças pelas ruas dos fundos, terrenos baldios, becos e arruados de subúrbio, podem indicar sua forma de resistência, o que demonstra que a personagem não era tão submissa ao marido como os ditos da narrativa nos contam.

Tudo isso nos leva a perceber que Lena passou a ter uma vida dupla em Itaiara. Assim, em alguns momentos ela era a Rosa: que agradava o marido e, portanto, o patriarcado em sua vida socialmente pública; mas, em outros, ela era Lena, que realizava seus desejos em uma vida que só podia ser concretizada na clandestinidade, nas “ruas dos fundos”, “terrenos baldios”, “becos” e “arruados de subúrbio”, ou seja, pelas margens daquela sociedade misógina e homofóbica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos personagens femininas de Lindanor Celina como Rosa/Lena, cuja figuração pouco é mencionada nas pesquisas até então realizadas, nossa pretensão é alargar os estudos sobre a literatura dessa escritora que não tem seu projeto literário conhecido como o mesmo é merecedor e, conseqüentemente, fazer uma contribuição para movimento de revisão do cânone literário. Além disso, ressaltamos como a sua escrita estava comprometida com os femininos de maneira potente.

Acompanhar o desenvolvimento da personagem Rosa/Lena nos romances *Menina que vem de Itaiara*, *Estradas do Tempo-foi* e *Eram Seis assinalados* nos possibilitou verificar como sua sexualidade não pôde ser vivida publicamente. Os seus dois nomes revelam tanto a sua transgressão quanto sua

repressão; o seu protagonismo encoberto mostra como vivências que não acompanhavam a heterossexualidade compulsória eram marginalizadas em nome de uma normatividade carregada de conservadorismo, defendido e mantido pelo patriarcado para dominar corpos, mentes e existências que não seguem suas preconceituosas normas.

Com base em todas essas interpretações, afirmamos que a escrita feminina de Lindanor Celina estava comprometida com questões femininas/feministas plurais. Afinal, ela coloca em evidência, no segundo romance da trilogia, mulheres com problemas de gêneros permeados por várias intersecções, como a condição da lesbianidade de Lena analisada neste texto. Ao fazer isso, ela problematiza como a sociedade daquela época era predominantemente conservadora e, apesar de já ser aceito socialmente que uma mulher podia ter uma profissão, ela estava presa em outras opressoras regras patriarcais.

Lembremos, como menciona Del Priore (2014), que o perfil da mulher brasileira nas décadas finais do século XX havia mudado bastante em relação ao que era perpetuado nos séculos anteriores. Entretanto, segundo a autora, o pensamento feminino encontrava-se dividido entre valores novos e tradicionais; assim, mesmo as mulheres estando a favor do direito ao trabalho fora de casa, elas não tinham certeza quanto à vida sexual livre para as solteiras, a legislação do aborto e eram contra a homossexualidade.

Se tal mentalidade era vigente no final do século passado no país, imaginemos como era a de mulheres e homens das primeiras décadas daquele mesmo século. Nesse sentido, as vivências figuradas por Rosa/Lena em anos de 1930 e 1940 apontam potentes reflexões sobre como a sexualidade de mulheres lésbicas foi enclausurada por longos anos, pois ter um relacionamento homossexual público foi inconcebível para a personagem naquele contexto conservador ambientado na pequena Itaiara.

Em relação à representatividade feminina, consideramos Rosa/Lena duplamente interessante, pois, além de ser uma moça que transgredia regras que a subalternizava, ela não era uma mulher hétero, o que é significativo, tendo em vista que “a mídia de massa convencional sempre acolheu uma mulher heterossexual para representar o que o movimento feminista defende – quanto mais hétero melhor” (HOOKS, 2019, p. 142). Desse modo, um dos protagonismos femininos presentes em *Estradas do tempo-foi* está centrado em uma mulher que não “apela” para a universalidade feminina, o que vai na contramão de pensamentos colonialistas que desconsideram as intersecções entre gênero, raça, classe, sexualidade, geopolítica e etc.

Rosa/Lena não teve sua relação com uma mulher descrita e narrada explicitamente, mas mandou bilhetinhos para sua primeira paixão e, depois de casada, viveu sua sexualidade como podia. No entanto, mesmo sem uma descrição explícita, suas vivências homoafetivas estão ali, encobertas nas estruturas textuais dos romances, isto é, tal qual sua sexualidade foi vivida: às margens. Essas margens, contudo, gritam por espaço e respeito – da escritora e daquelas/es que leem a trilogia e conseguem captar nas entrelinhas o quanto essa personagem resistiu à heteronormatividade mesmo não podendo amar uma mulher em público como gostaria e merecia.

REFERÊNCIAS

- BELDRAN, Madeleine. Menina Linda. In: TUPIASSÚ, Amarilis; PEREIRA, João Carlos; BELDRAN, Madeleine (Org.). *Lindonor, a menina que veio de Itaiara*. Belém: Secult-PA, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CELINA, Lindanor. *Estradas do tempo-foi*. Belém: JCM, 1971.
- CELINA, Lindanor. *Pranto por Dalcídio Jurandir*. Belém: SECDET, 1983.
- CELINA, Lindanor. *A viajante e seus espantos*. Belém: CEJUP, 1988.
- CELINA, Lindanor. *Diário da ilha*. Belém: CEJUP, 1992.
- CELINA, Lindanor. *Eram seis assinalados*. Belém: CEJUP, 1994.
- CELINA, Lindanor. *Menina que vem de Itaiara*. Belém: CEJUP, 1997.
- CELINA, Lindanor. *Crônicas intemporais*. Belém: CEJUP, 2003.
- DANTAS NETO, Abílio Cavalcante. *Lugares de Lindanor: Um estudo sobre as perspectivas de Região e Espaço nos romances de Lindanor Celina*. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2018.
- DEL PRIORE. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2014.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.
- NERY, Guthemberg Felipe Martins. *A professora primária nas personagens femininas nas obras romanescas de Lindanor Celina (1920-1930)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- OLIVEIRA, Rosa Helena Sousa. *Reflexões sobre a estrutura narrativa em Eram seis assinalados, de Lindanor Celina*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Letras/Estudos Literários, Campus Belém, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- PENHA, Maria das Neves de Oliveira. *A cartografia de Irene na trilogia de Lindanor Celina*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Letras/Estudos Literários, Campus Belém, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- PENNA, Lucimar Coelho. Linda. In: TUPIASSÚ, Amarilis; PEREIRA, João Carlos; BELDRAN, Madeleine (Org.). *Lindonor, a menina que veio de Itaiara*. Belém: Secult-PA, 2004.
- PEREIRA, João Carlos. *O amor segundo Lindanor Celina e Serge Casba (II)*. Belém, 15 jan. 2020a. Disponível em: <<https://ignatiana.blog/2020/04/15/lindanor-2/>>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- PINTO, Elias Ribeiro. Lindanor e o demônio da escrita. In: *Revista sentidos da cultura*, v. 4, n.7, Belém, 2017, p. 117-124.
- SALDANHA, Carla Figueiredo Marinho. *Pelos olhos de Irene - deslindando Lindanor, Escritora, Personagem*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SANTOS, Eunice Ferreira dos Santos; RIBEIRO, Lilian Adriane dos Santos. A escritura literária das mulheres paraenses: recepção entre leitores/as e cânone. In: *Revista Itabaiana: GEPLADDE*, Ano 07, V. 14, jul./dez, 2013.

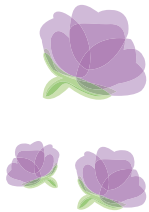
SCOTT, Ana Silva. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA NETO, Francisco Rodrigues. VIDAL, Cláudia Valéria França. Literatura paraense de autoria feminina: uma perspectiva diacrônica. In: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 13, n. 1, p. 07-20, jan./abr. 2020.

TUPIASSÚ, Amarilis. Lindanor, qual um rio a fluir impetuoso. In: TUPIASSÚ, Amarilis; PEREIRA, João Carlos; BELDRAN, Madeleine (Org.). *Lindanor, a menina que veio de Itaiara*. Belém: Secult-PA, 2004.



Seção



B



**Violência de gênero em
diferentes dimensões**



Psicanálise, Mulheres e Violação de Direitos: relato de experiência de um atendimento clínico no estágio de psicologia de uma universidade particular de ensino superior do RN/BR

Psicoanálisis, Mujeres y Violación de Derechos: informe de experiencia de una atención clínica en la pasantía de psicología de una universidad privada de educación superior del RN/BR

Psychoanalysis, Women and Violation of Rights: report of experience of a clinical care in the psychology internship of a private university of higher education of the RN/BR

Anne Isabelita Sabino de Mendonça Costa

Resumo: O trabalho apresentado relata a atuação como estagiário do curso de psicologia da Universidade Potiguar, inserida no *Projeto Enlace*. O objetivo dessa proposta foi a prática profissional da psicologia no atendimento de mulheres e familiares que sofreram violência doméstica. Buscando a melhor compreensão da descrição dessa vivência, foi escolhido um único caso acompanhado para ser relatado no artigo. O relatório foi dividido nas seguintes seções: apresentação geral; caracterização da instituição em que foram realizados os acompanhamentos; exposição da base teórica; desenvolvimento da análise crítica teórica e prática da atividade; e considerações finais.

Palavras Chave: Clínica. Psicologia. Mulheres.

Resumen: El trabajo presentado relata la actuación, como pasante de la carrera de psicología de la Universidad Potiguar, inserto en el proyecto enlace. El objeto de esta propuesta es la práctica profesional de la psicología en la atención a la mujer y su familia que han sufrido violencia intrafamiliar. Buscando una mejor comprensión de la descripción de esta experiencia, se eligió un solo caso para ser relatado en el artículo. El informe se dividió en las siguientes secciones: presentación general; caracterización de la institución donde se prestaron los servicios; presentación de las bases teóricas que se trabajaron para el ejercicio del cuidado; desarrollo del análisis crítico teórico y práctico de la actividad y consideraciones finales.

Palabras Claves: Clínica. Psicología. Mujeres.

Abstract: The study presented reports on a performance as an intern in the Psychology course at Universidade Potiguar, inserted in the "enlace" project. The objective of this proposal is the professional practice of psychology in the care of women and family members who have suffered domestic violence. To better understand the description of this experience, a single case that was followed was chosen to be reported in the article. The report was divided into the following sections: general presentation; characterization of the institution where the care was provided; presentation of the theoretical basis that was worked on for the exercise of care; development of the theoretical and practical critical analysis of the activity, and final considerations.

Keywords: Clinic. Psychology. Women.

Anne Isabelita Sabino de Mendonça Costa – Geógrafa licenciada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), participou do Programa de Educação Tutorial (PET) e atualmente é professora de Geografia do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e Psicóloga formada pela Universidade Potiguar. Integrou o Projeto Educacional Urpi Wasi, em Lima (PERU) e tem interesse nas áreas de ensino de Geografia e tecnologias educacionais.
E-mail: prof.isabelita@gmail.com

INTRODUÇÃO

1. Apresentação Geral

O presente trabalho refere-se ao relato de experiência de estágio em Psicologia, mediante supervisão acadêmica, com enfoque na área da Psicologia de orientação basilar em psicanálise. O objetivo primário dessa atividade foi conhecer a atuação da(o) psicóloga(o) e, desta forma, adquirir a habilidade profissional na prática a fim de contribuir, de modo efetivo, para a formação da(o) futura(o) profissional.

Visando compreender a partir de uma inserção teórico-prática e, assim, cumprir um dos principais objetivos da disciplina de estágio, o campo escolhido para a atuação foi o atendimento clínico no Centro Integrado de Saúde (CIS) da Universidade Potiguar (UnP), localizado em Natal/RN (Rio Grande do Norte). O foco da psicoterapia foi voltado para a temática das mulheres e familiares em situação de violência, por meio de um projeto denominado *Enlace*.

A Psicanálise tem como primícia a terapia pela fala: é no discurso que o próprio analisando realiza a associação livre. Por sua vez, o terapeuta exerce a atenção flutuante pela escuta ativa. Desta forma, as situações vividas pelo sujeito adquirem novas significações, o que, por vezes, diminuem algumas angústias e sintomas apresentados pelo paciente. Entretanto, é importante ressaltar que, pelo viés psicanalítico, não há promessa de cura “já que não podemos nos curar da ferida de sermos humanos”, mas um movimento de acolher a vida em sua dimensão real (MAURANO, 2010).

1.1 Breve Caracterização da Instituição

O lócus da prática, como mencionado anteriormente, foi o Centro Integrado de Saúde (CIS - UnP), ligado à Universidade Potiguar e localizado na rua general Francisco Monteiro, 371 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59056-030. O CIS é um centro clínico que, além de realizar atendimentos à baixo custo para a população em geral, é um local propício para que os alunos-estagiários da instituição realizem suas práticas de estágio. Desta maneira, o centro oferece à comunidade consultas médicas, exames laboratoriais, clínicos, tratamentos e assistências nas demais áreas da saúde: conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por conseguinte, a marcação de consultas, seja por telefone ou de forma presencial, ocorre durante a semana, das 7h às 18h. Para o atendimento, é exigido ter em mãos carteira de identidade e o comprovante de residência do paciente. Entretanto, para consulta pediátrica, é possível apresentar também a certidão de nascimento da criança. Além do trabalho oferecido aos cidadãos das classes menos favorecidas, o serviço colabora com a formação e capacitação dos profissionais e estudantes da instituição.

2. Descrição do Aporte Teórico para o Exercício Profissional no Campo de Estágio

A princípio, há dois pontos importantes para destacarmos: o primeiro é a questão da violência doméstica e, o segundo, a escolha do aporte teórico. Podemos definir violência como o ato de alguém impor ao outro através da força (BERENSTEIN *apud* MANDELBAUM; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2016).

Ademais, quando esta ocorre dentro da convivência familiar, a concebemos como violência doméstica. Contudo, é importante ressaltar que, embora as mulheres sejam mais agre-

didadas dentro de casa (NITAHARA, 2017), esse tipo de hostilidade, por ser reflexo de uma cultura patriarcal, apresenta-se de formas distintas, em variados contextos fora do lar: como, por exemplo, no trabalho e nas relações sociais.

Corroborando com esta afirmativa, em reportagem pela Agência Brasil, em 2020, a Jornalista Letycia Bond revela os números de uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão. Estes dados demonstram que mais de 74% das mulheres já sofreram algum tipo de violência no espaço do trabalho. Outro relatório divulgado pela profissional foi o elaborado com a ajuda da *Laudes Foundation*. O compilado demonstrou que quatro em cada dez trabalhadoras foram alvo de xingamentos, importunações sexuais ou receberam assédio sexual de colegas homens. Além disso, quatro dentre dez mulheres tiveram seu trabalho supervisionado excessivamente. Ainda sobre os números levantados por esse mesmo relatório, mais de 30% das profissionais ganhavam um salário menor do que colegas homens com o mesmo cargo e, além disso, passavam por circunstâncias de depreciação das funções que exerciam, tendo suas observações anuladas. Por fim, mais de 29% das pesquisadas alegaram receber críticas excessivas sobre o esforço com que exercem as atividades (BOND, 2020).

Evidencia-se, desse modo, a relação intrínseca entre a violência e o cotidiano da mulher: sobretudo na esfera doméstica e no exercício laboral. Apesar dos recentes avanços no que diz respeito aos direitos adquiridos pelas lutas feministas, é inegável que o cenário ainda permanece desigual e, mais do que isso, uma realidade de ódio às mulheres. Portanto, é fato que todas as violências atravessadas refletirão, maciçamente, nos âmbitos psicológicos dos seres humanos de gênero feminino, bem como em todas as demais condições das suas existências.

Outro aspecto em evidência foi a escolha da psicanálise para um serviço de acolhimento às mulheres e familiares em contexto de violência doméstica. Esta opção foi realizada diante da possibilidade da transversalidade entre a psicanálise e as questões acerca dos estudos de gênero. Desta forma, conforme Maurano (2010), a psicanálise se situa nesse campo entre a ciência e a arte; dessa maneira, a sua prática clínica se articula em reflexão com a história da cultura e demais ciências humanas e sociais.

Além dessa conexão teórica, a Psicanálise contribui na compreensão desse fenômeno pelas faces da subjetividade do sujeito vítima (MANDELBAUM; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2016). Sendo assim, o tema violência contra a mulher, mesmo que algumas vezes sendo abordado de modo genérico, deve considerar o contexto e as interseccionalidades existentes entre essas mulheres: como etnia, religião, maternidade e classe social; que fazem com que a violência tome forma e magnitudes distintas (PORTO; BUCHER-MALUSCHKE, 2014).

Para trabalharmos a pauta da violência doméstica, é preciso refletir sobre a questão social de gênero, tendo em vista que são as mulheres as principais vítimas deste fenômeno. Sabemos que a discussão acerca do gênero é bastante ampla, mas acreditamos que, embasando-se em trabalhos recentes de autores reconhecidos, é possível um breve comentário sobre a temática.

É através da cultura que se forma e se define o que é o feminino e o masculino, e não há somente o determinismo biológico para definir essas funções (PORTO; BUCHER-MALUSCHKE, 2014). Inevitavelmente, essas designações e todo o apanhado de socialização se refletem na subjetividade do sujeito.

A visão dualista – que ao longo da história de diversas ciências definiu homens e mulheres como seres radicalmente opostos – vem sendo criticada nas últimas décadas por teorias que apresentam uma perspectiva mais integral da sexualidade e dos seres humanos. Propõe-se, hoje, sobretudo, uma visão a respeito das relações entre homens e mulheres como resultado de processos sócio-históricos, simbólicos, construídos e passíveis de transformação. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.57)

Posto isto, há vários pretextos, intrínsecos a esses reforçadores dos papéis sociais de gênero, que são usados para praticar o ato de violência contra a mulher ou para que ela permaneça vitimada. Desta forma, “se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é reproduzida e mantida” (BUTLER, 2003).

É preciso esclarecer que, ao discutirmos a questão de gênero e realizarmos estudos e trabalhos sobre essa temática, não negamos o masculino e o feminino, mas acreditamos que o binarismo, por ser definido pela cultura e patriarquismo, proceda como um “enrijecedor” dos papéis sociais dos sujeitos, contribuindo com a violência que sofrem as mulheres. Além disso, a violência doméstica é um resultado direto do sexismo e somente cessará com mudanças fundamentais no modo de pensar o gênero praticado atualmente (HOOKS, 2018).

Uma outra face revelada perante os atendimentos realizados foi a questão racial: as mulheres atendidas pelo serviço, em sua maioria, são de baixa renda e não-brancas. Neste sentido, não devemos apenas evidenciar o tema de gênero, também é preciso refletir sobre a questão racial. Desta forma, trazendo as mulheres não-brancas para o centro do debate, acreditamos que seja possível ocorrer uma real equidade e sonoridade entre as mulheres. Segundo hooks (2018), situar a esfera racial foi muito importante para a compreensão das diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres e, ao contrário do que imaginavam, não enfraqueceu o movimento feminista, mas o fortaleceu.

Em resumo, dentro do nosso aporte teórico, podemos destacar como a violação de direitos das mulheres é intrínseca à cultura patriarcal. Essa, por sua vez, perpetua o pensamento de dominação entre gênero, classe e raça. Face ao exposto, acreditamos que é possível um acolhimento dessas mulheres sob a perspectiva da psicanálise, como defende o Conselho Federal de Psicologia:

A divisão dicotômica dos gêneros produz relações de violência e exploração, entre homens e mulheres, mas também entre diferentes mulheres. Além disso, o gênero precisa ser analisado como uma categoria atravessada por outros marcadores identitários que produzem explorações como orientação sexual, raça/etnia, geração, relações urbano-rurais, poder aquisitivo, capital cultural, escolaridade, dentre outros. Isso aparece na questão das práticas profissionais, mas não na contextualização da violência da mulher – e são dados fundamentais na construção da violência no Brasil. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.59)

3. Análise Crítica Teórico-Prática do Desenvolvimento do Estágio

O referente estágio ocorreu dentro do projeto *Enlace* e a proposta de ação foi idealizada pelas professoras Antonimária Freitas, Aparecida França e Nívia Andrade – na época, todas

professoras atuantes na Instituição de ensino. Tal núcleo operante, além de pensar especificamente o acolhimento e acompanhamento de mulheres e familiares em situação de violência doméstica, atua também com aquelas que já romperam com o ciclo da violência, porém ainda estão atravessadas pelos traumas e fragilidades decorrentes das agressões vividas.

É certo que o ato da violência doméstica não distingue a classe social, etnia e religião. Entretanto, é irrefutável que, por se tratar de um atendimento em uma clínica-escola, a ação atinge mulheres de classes mais desfavorecidas ou ainda em ascensão. Portanto, ao avaliarmos o desenvolvimento da atividade, deve ocorrer transversalidade com outros temas; entre eles, destacamos a condição social, etnia e gênero. Diante do que foi posto, observamos um campo favorável para a atuação da psicanálise.

É claro que na clínica ainda há tido demandas de tratamento motivadas por quadros sintomáticos de enurese, encoprese, dificuldades alimentares ou outras do gênero. Mas essas queixas tornaram-se periféricas, pois o que passamos a ter é a clínica viva da violência social. Esse quadro exige o desenvolvimento de pesquisas clínicas que possam apontar direções de intervenções e interpretações psicanalíticas que ajudem a conteúdos traumáticos a alcançar um estatuto digno de entrar no circuito psíquico representacional. (adaptado de WINOGRAD; CREMASCO, 2019)

Definitivamente, é quase desnecessário dizer que, pelas histórias de vidas testemunhadas dentro do *setting terapêutico*, todas as mulheres e crianças acolhidas pelo projeto *Enlace* se constituem de grandes fenômenos para aprendizagem. Todavia, para melhor descrição do relatório, decidimos escolher um caso, dentre todos os outros, pela sua complexidade e representatividade frente à temática. A interlocutora amparada em nosso projeto é uma senhora denominada pelo pseudônimo de Rita de Cássia, encaminhada por um órgão da rede de proteção social da prefeitura municipal de Natal. A mulher tem medida protetiva e seu ex-marido segue sob custódia do Estado.

Primeiramente, se faz necessário ressaltar que, na psicanálise, para termos a melhor conduta no manejo da clínica, é de extrema importância identificar a possível estrutura psíquica do sujeito atendido. Para que isso ocorra, é preciso observar e analisar o discurso do sujeito. “O psicanalista tem que se despir de suas próprias vestes egóicas, suspendendo juízos, valores e preconceitos, assumindo a roupa disponível para o papel requerido pelo paciente” (DUNKER; THEBAS, 2021, p. 51).

Ainda sobre o discurso do analisando, é desta forma, no campo epistemológico da psicanálise, conforme a fala da paciente, que é possível lançar uma hipótese em relação à sua estrutura psicanalítica. Tal estrutura se apresenta no sujeito após a fase do Édipo, conforme responde a castração simbólica. Dentro desse prognóstico, repousam três classificações: Psicose, Neurose e Perversão (GALVÃO; BRITTO, 2019).

Seguindo a narrativa apresentada por Rita de Cássia, identificam-se características do discurso do psicótico. Os elementos que marcam esse relato são os pouquíssimos casos de atos falhos ou lapsos na linguagem que ocorrem no discurso; outra particularidade no feitiço da fala dessa estrutura clínica é definida na psiquiatria pelo termo vago concreto (FINK, 2017), logo, isso significa que o psicótico exprime somente aquilo que de fato ele quer dizer, não há brechas para ironias e duplos sentidos.

A narrativa persecutória é mais um elemento revelador da estrutura psíquica, e esse item se fez presente em algumas sessões como, por exemplo, o dia em que a atendida relatou que sua casa sofrera um rompimento e que tinha certeza de que fora sua irmã a autora do delito. Na semana seguinte a essa descrição, a guarda municipal refutou qualquer possibilidade de indícios de violação do imóvel da depoente. Em outro momento, a paciente cita ter visto seu ex-marido dentro do transporte coletivo em que estava. Todavia, na data em que o infortúnio foi contado, o homem estava em cárcere privado. Tivemos acesso às evidências que contradizem esses relatos, mas, para o melhor manejo clínico, estas não foram apresentadas para a cliente.

Em outras sessões, a interlocutora seguia absolutamente convencida que ocorrera o ato de violência contra seu patrimônio e o infeliz encontro. A forma com que sua narrativa é apresentada, com uma certeza inabalável, também é mais um dado para a construção da hipótese diagnóstica (FINK, 2017). De modo breve, Galvão e Britto (2019) descrevem como se forma a estrutura psicótica.

A psicose é resultante da ausência da metáfora paterna, ou seja, forclusão do Nome-do-pai e ausência da significação fálica. A forclusão deixa os sujeitos psicóticos, em um gozo desmedido, sem freio, não simbolizável. A falta do nome-do-pai enquanto significante, deixa o sujeito a “deriva” e a psicose é a resposta possível. As alucinações e as alterações da linguagem também são fenômenos da Psicose. (GALVÃO; BRITTO, 2019, p.127)

Defendemos a hipótese de que durante muito tempo nossa cliente se manteve dentro dos limites da dita “normalidade” em seu dia a dia, com bordas forjadas para sua vivência. Contudo, foi a violação de direito ocorrido através da violência doméstica que promoveu o rompimento desses limites, desencadeando a formação dos furos psíquicos e fazendo com que sua psique afrouxasse os nós simulados. “é um ponto ou um nó que une a linguagem (o simbólico), o corpo (o imaginário), e o prazer (o real). O ponto de capitonê, constituído pela metáfora paterna, pode ser pensado como apenas um ponto dentre tantos” (FINK, 2017).

Ressaltamos que a terapia realizada com Rita de Cássia foi conduzida pela fala livre e escuta ativa ou associação livre e atenção flutuante. Ainda conforme esse embasamento teórico, como dito anteriormente sobre o caso específico desta mulher, conforme o discurso apresentado por ela, o caminho diagnóstico é orientado para psicose. Com isso, a clínica que é ofertada é a análise do secretariado: as intervenções são mais pontuais, sem ambiguidades, buscando evitar a crise nesse paciente, promovendo o auxílio ao psicótico com suas angústias; “lidar com a questão da psicose requer manejo e habilidade por parte do analista, uma vez que um significante pode ser fator desencadeador de surto do paciente” (GALVÃO; BRITTO, 2019, p.128).

Um outro ponto relevante é que, no projeto *Enlace*, quando surge a necessidade, pontuamos e orquestramos ações fora da terapia. Como, por exemplo, recorrer às práticas jurídicas e outras ações que sejam necessárias para cada caso. Depois dos primeiros encontros, percebemos que o caso exigia ações clínicas além do *setting terapêutico*. Sendo assim, entramos em contato com outros órgãos do SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que atendem a paciente, buscando melhor compreensão do caso e coo-

peração entre as partes, assim como o acolhimento da proposta de realização de um Projeto Terapêutico Singular (PTS).

No princípio do atendimento, a interlocutora afirmou que era preciso conhecer a sua história para, desta maneira, termos a maior compreensão do momento vivido atualmente por ela. Desta forma, contou que, quando conhecera seu ex-companheiro, ela já era viúva, seu falecido marido era alcoolista e que, desta relação, teve dois filhos: um falecido aos 10 anos de idade e o outro ainda vivendo na mesma casa que ela (um jovem que sofre com psicopatologia grave e faz uso de medicamentos para o tratamento de transtorno mental). Após o descrito, Rita de Cássia seguiu elucidando os momentos de violência promovidos pelo ex-marido. As ações de crueldade realizadas pelo ex-companheiro se fazem presentes na maioria dos discursos dentro do *setting terapêutico*.

Tais atos de violência, além de físicas, também se configuravam na violência moral – como a tentativa de controlá-la dopando-a com o remédio do filho (*Haloperidol*) –, violência sexual e patrimonial (agressões e conduta que o ex-marido teve em reter, subtrair, destruição parcial ou total de documentos pessoais e recursos econômicos da depoente). Ademais, o agressor, percebendo a fragilidade psíquica da mulher, arquitetou um discurso sob a imagem de sua vítima que resultou como “aquela que não é desejada na sua comunidade, a que não se deve confiar”. Desta forma, causou a eliminação de uma possível rede de apoio advinda de seus vizinhos. “Estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial – Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V” (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018).

Além do que foi descrito anteriormente, a interlocutora também informou que, pela denúncia da violência doméstica realizada, sofreu uma repressão vinda da facção local, já que sua delação convocou a figura policial para dentro do bairro.

Embora tenha sido a violência doméstica o marco para o desequilíbrio psicoemocional da paciente – e o principal motivo para a entrada dela na rede de atenção à saúde e assistência social –, a vida de Rita de Cássia foi permeada por grandes dificuldades e sofrimentos. Afirmou que, por duas vezes, se recuperou da morte e contou com detalhes sobre esses acontecimentos: resistiu às complicações sofridas em seu segundo parto e o quanto agradecia à obstetra que lhe acompanhava no pré-natal, pois foi a mesma que a tratou neste quadro de adoecimento. A outra ocasião eleita pelo discurso foi um extremo sangramento sofrido depois de saber da morte do filho mais velho. Tal adoecimento a deixou muito debilitada e só conseguia comer com o auxílio da mãe. Segundo a depoente, graças a uma intervenção cirúrgica realizada por um determinado médico, ela conseguiu se recuperar.

Outro evento provocador de grande dor à mulher foi o desaparecimento e morte do seu filho mais velho. Segundo ela, a criança desapareceu enquanto ia ao banheiro nas dependências da escola na qual era matriculada. Infelizmente, com o decorrer da investigação, foi descoberto o assassinato do infante cometido pelo inquilino da família no intuito de provocar angústia ao pai do garoto. Depois desse trágico ocorrido, a família passou por inúmeras dificuldades emocionais e financeiras. No momento desse depoimento, houve grande emoção por parte da depoente, além disso, caracterizou-se em um momento de escuta de grande dificuldade pela delicadeza temática.

Diante do exposto, é possível dizer que, para o inconsciente, não importa o tempo transcorrido, em depoimento, o paciente acessa o que viveu, o que passou e o sofrimento é vivido outra vez.

Voltando nossa atenção para as circunstâncias nas quais a memória deixa de ser um registro do passado e comparece como uma experiência atual. Nossa hipótese é de que a experiência traumática pode ser pensada como "um passado que não passa" ... Assim uma determinada experiência dotada de grande intensidade e, porque não dizer, de excesso, pode vir a produzir uma "falha" (recalçamento) no processo de transcrição e de descarga das intensidades. Com isso a lembrança deixa de se constituir como lembrança, mas sim como atualidade. Dessa forma o trauma pode ser pensado numa experiência na qual o excesso produz uma descontinuidade temporal. O passado deixa de ser passado, comparando assim, como pura atualidade. (Adaptado de AVELAR, 2013)

Mesmo após a denúncia dos ataques sofridos, Rita de Cássia ainda atravessa as consequências dos abusos realizados pelo ex-marido, como mudança de bairro, sentimento de insegurança e perseguições. Mas, mesmo diante de uma vida transpassada pela dor, Rita de Cássia é um símbolo de resistência. Sempre se faz presente nos eventos voltados para o Agosto Lilás (campanha de conscientização sobre as violências contra as mulheres), é assídua em seus acompanhamentos psicoterapêuticos e ainda cumpre com seu papel de cuidadora/acompanhante de seu filho.

A interlocutora sempre se reafirma como uma mulher forte e se orgulha de sua autonomia. É muito comum ouvir em seus discursos "*Sou eu quem pega o ônibus, pergunto para um e para outro, até chegar ao local que preciso ir para resolver o problema*". Neste ponto, percebemos o quanto o sujeito se faz como desejos e vontades e ele não pode se desenvolver preso ao desejo do Outro, é necessário se separar do Outro para se constituir a partir do seu próprio desejo (SBARDELOTTO *et al.*, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, é possível constatar que o trabalho de estágio realizado na universidade, dentro do contexto do projeto *Enlace*, promove o encontro do alunado com a prática, tendo como base a teoria e as orientações recebidas. Além disso, as atividades oriundas dessa ação acadêmica contribuem para sensibilizar o futuro profissional para as questões do sujeito em situação de violência domésticas e outras violações de direito e reflexões sobre as questões dos papéis de gênero e suas consequências sociais. Ademais, as ações que exigem conhecimento além do *setting terapêutico* fazem com que o aluno se familiarize com as redes que atuam no enfrentamento e na prevenção à violência contra as mulheres.

Por outro lado, é fundamental destacar que a abordagem da psicanálise e os precedentes da clínica ampliada fazem com que o espaço terapêutico seja um local de acolhimento e de reconhecimento do sujeito como ser de desejo, de direitos e deveres. Ocorre também a promoção da organização egoicamente ao ser ouvido. Em consonância com os pressupostos defendidos pelo Conselho Federal de Psicologia, o profissional da psicologia deve colaborar para o estabelecimento das reflexões acerca das violências sofridas, bem como elucidar a importância da busca pela garantia de direitos e combate à violência.

Face ao exposto, é permitido destacar outro ângulo indispensável no nosso trabalho, a questão do sujeito psicótico. O estágio com aqueles que possuem transtornos mentais graves exige o

exercício do olhar e do ouvir os sujeitos, além dos seus sintomas, sempre levando em conta a condição de sua estrutura psíquica.

REFERÊNCIAS

AVELAR, A. S. P. *Trauma e prática clínica: um percurso entre Freud e Ferenczi*. 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://teopsic.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/06/Andre-AvelarTESE-FINAL-ultima-versao.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BOND, L. *Estudo mostra que 76% das mulheres sofreram violência no trabalho*. Agencia Brasil, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/estudo-mostra-que-76-das-mulheres-sofreram-violencia-no-trabalho>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

DUNKER, C.; THEBAS, C. *O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas*. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2021. 255 p.

FINK, B. *Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem lacaniana para praticantes*. Tradução: Carolina Luchetta e Beatriz Aratangy Berger. São Paulo: Blucher, 2017. 496 p.

GALVÃO, A. C.; BRITTO, C. G. (org.) *Direção do tratamento e modalidades de intervenção: Percurso de uma clínica*. 1. ed. Natal: Caravela, 2019. 328 p.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução: Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. *Tipos de violência*. Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

MANDELBAUM, B.; SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero. *Saúde e Sociedade*, vol. 25, n. 2, p. 422-430, 2016. DOI 10.1590/S0104-12902016145768. Disponível em: <[Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero \(redalyc.org\)](https://doi.org/10.1590/S0104-12902016145768)>. Acessado em: 08 dez. 2022.

- MAURANO, D. (org) *Para que serve a psicanálise?*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- NITAHARA, A. *Dossiê mulher: maior parte da violência contra a mulher ocorre dentro de casa*. Agência Brasil, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/dossie-mulher-maior-parte-da-violencia-contramulher-ocorre-dentro-de-casa>>. Acesso em: 02 dez. 2022.
- PORTO, M.; BUCHER-MALUSCHKE, J.S.N.F. A permanência de mulheres em situações de violência: Considerações de psicólogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 30, n. 3, p. 267-276, 2014. DOI [10.1590/S0102-37722014000300004](https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000300004). Disponível em: (19) (PDF) A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas (researchgate.net). Acessado em: 08 dez. 2022.
- SBARDELOTTO, L. et al. A constituição do sujeito na Psicanálise. *Akrópolis*, Umuarama, v. 24, n. 2, p. 113-129, 2017. ISSN: 1982-1093. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/6331>>. Acessado em 08 dez. 2022.
- WINOGRAD, M.; CREMASCO, M. V. F. (org.) *O que pode a psicanálise*. São Paulo: Blucher, 2019. 324 p.

Repúdio a “Presenças Feministas”: análise do discurso em comentários masculinos quanto ao feminismo em Belém do Pará

Repudio de las “Presencias Feministas”: análisis del discurso de los comentarios masculinos sobre el feminismo en Belém do Pará

Repudiation to “Feminist Presences”: speech analysis of male comments regarding to feminism in Belém, Pará

Fernanda Almeida de Souza

Karla Jamily Gomes Pereira Ribeiro

Maria Eduarda Pinheiro da Silva

Bárbara Araújo Sordi

Resumo: A violência contra as mulheres é um problema de saúde pública na capital paraense. Sendo um constructo sócio-histórico desde período colonial, sua ocorrência se dá em várias formas e espaços, como em discursos misóginos nas redes sociais. Este artigo analisou o repúdio ao feminino praticado por homens em comentários sobre um livro feminista em plataforma digital de grande circulação em Belém do Pará. Utilizou como método a análise de discurso, onde se encontraram três categorias de análise: deslegitimação do movimento feminista e de mulheres feministas, defesa da matriz heterocolonial de gênero e a “Casa dos Homens”, que resultou na afirmação das redes sociais como uma tecnologia da matriz colonial de gênero. Concluiu-se a importância da desnaturalização e politização de práticas cotidianas de violências de gênero a partir de referenciais feministas.

Palavras-Chave: Feminismo. Misoginia. Redes Sociais. Masculinidade. Casa dos Homens.

Resumen: La violencia contra las mujeres es un problema de salud pública en la capital de Pará. Al ser un constructo sociohistórico desde la época colonial su ocurrencia se da en diversas formas y espacios, como en los discursos misóginos en las redes sociales. Este artículo analizó el repudio a lo femenino realizado por hombres en comentarios a un libro feminista en una plataforma digital de amplia circulación en Belém do Pará. Se utilizó como método el análisis del discurso, donde se encontraron tres categorías de análisis: deslegitimación del movimiento feminista y mujeres feministas, defensa de la matriz de género heterocolonial y “del hogar de los hombres”, que derivó en la afirmación de las redes sociales como tecnología de la matriz de género colonial. Se concluyó la importancia de desnaturalizar y politizar las prácticas cotidianas de violencia de género a partir de referentes feministas.

Palabras Claves: Feminismo. Misoginia. Redes Sociales. Masculinidad. Casa de los Hombres.

Abstract: Violence against women is a problem of public health in the capital of Pará. Being a socio-historic construct since the colonial period, its occurrence happens in various forms and spaces, such as misogynistic discourses on social media. This article analyzed the repudiation towards the feminine made by men in comments about a feminist book on a digital platform of great circulation in Belém, Pará. By utilizing speech analysis, three categories of analysis were found: delegitimization of the feminist movement and feminist women, defense of the heterocolonial gender matrix, and “the house of men”, which resulted in the statement of social media as a technology of the colonial gender matrix. It was concluded that the importance of denaturalization and politicization of daily practices of gender violence from feminist references.

Keywords: Feminism. Misogyny. Social Media. Masculinity. House of Men.

Fernanda Almeida de Souza – Psicóloga pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia. E-mail: fernandaa.souza.psyco@gmail.com

Karla Jamily Gomes Pereira Ribeiro – Psicóloga pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia. E-mail: karlajgpr@gmail.com

Maria Eduarda Pinheiro da Silva – Psicóloga pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia. E-mail: contatomariedu.p@gmail.com

Bárbara Araújo Sordi – Doutora em psicologia pela Universidade Federal do Estado do Pará. Especialista em Psicologia da saúde e hospitalar. Psicanalista. Professora universitária. E-mail: barbarasordi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As violências de gênero, em especial as violências contra as mulheres, são um verdadeiro problema de saúde pública que atinge tanto a saúde mental quanto a física de mulheres brasileiras, produzindo sofrimentos psíquicos e somáticos de diversas ordens, causando impactos não apenas individuais mas também estruturais, dada a necessidade de oferecimento de serviços públicos para acolher estas demandas, que não se encerram nas violências e que se estendem a familiares. A realidade alarmante da permanência da violência doméstica em solo brasileiro pode ser evidenciada em números estatísticos que se mantêm ano após ano, tal como pode ser observado em dados recentes: em 2022, os feminicídios cresceram 6,1%, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres; além disso, houve aumento de 2,9% de violência doméstica (245.713 casos), 7,9% (613.529 casos) dos registros de ameaça, 49,7% do assédio sexual (6.114 casos) e 37% (27.530 casos) de casos de importunação sexual segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2023).

Dados também revelam que apenas no Estado do Pará, entre o período de 1 de janeiro a 18 de junho do mesmo ano, houve um aumento de 25% dos casos de violência doméstica, e de 20% em casos de feminicídio, sendo uma mulher vítima de feminicídio a cada 6 dias (G1, 2023). Esses indicadores denunciam a necessidade masculina de reafirmação do poder sobre os corpos e a vida de mulheres, através da manipulação, da força e, por fim, do feminicídio. Destaca-se o marcador “raça” como fator de vulnerabilidade, uma vez que, das mulheres vítimas, 61,1% eram negras e 38,4% brancas (LARA *et al.*, 2016; BRASIL, 2023).

Sendo um fenômeno complexo e multideterminado, partimos da premissa da existência de uma matriz colonial de gênero, proposta por Maria Lugones (2020), que refere um modelo binário cisheteronormativo, patriarcal e racista que se instaura desde a invasão colonial, produzindo ditames sobre o binarismo universalizante dividido entre os polos homem e mulher brancos, os humanos e os não humanos (pessoas negras escravizadas e sequestradas e indígenas), isto é, desumanizando pessoas fora do padrão hegemônico. Esta matriz, por sua vez, seria produtora de modos de subjetivação, de emocionalidades, de performances de gênero e das relações de poder, sejam elas linguísticas, espaciais, econômicas ou políticas, dentre outras.

Desta forma, operações generificadas, afirma Lauretis (1996), são mantidas por meio de tecnologias de gênero, isto é, instrumentos que manipulam um sistema de representações que atribuem significados (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, tabus, entre outros) a indivíduos dentro da sociedade, internalizando relações de poder e criando a ideia de essência feminina e masculina, como a mídia, as músicas, as piadas, as cores relacionadas ao gênero e afins. Sendo assim, não apenas violências fatídicas podem ser observadas em dados estatísticos mas também violências simbólicas que justificam, toleram e mantêm, de maneira naturalizada, quaisquer violências (LARA *et al.*, 2016; BOURDIEU, 1998).

As redes sociais podem, portanto, ser consideradas como tecnologia de gêneros por serem veículos de produção, divulgação e manutenção das práticas de relações de raça e gênero. Dentre estas, também servem como ferramentas de manutenção do ódio e de desqualificação de mulheres e dos movimentos feministas – embora mascaradas de sítios de “liberdade de expressão” –, assim como caracterizam-se em espaço de socialização masculina, pois reiteram práticas viris e de agressividade, presentificando relações de poder.

Apresentadas tais reflexões, este artigo propõe analisar o repúdio ao feminismo proferido por homens em comentários realizados na rede social *Facebook*, e seus significados culturais nas relações de poder. Compreendendo práticas discursivas como maneiras singulares nas quais as pessoas produzem ativamente realidades psicológicas e sociais, e que o uso da linguagem pode revelar aspectos microfísicos das relações de poder e do nível macro (estrutural) dos sistemas políticos e disciplinares, escolheu-se a publicação realizada em jornal local de grande circulação acerca da divulgação de um livro de crônicas feministas de autoras de Belém (SPINK; GIMENES, 1994).

Esta escolha se deu, inicialmente, pela posição política em realizar uma pesquisa local, valorizando nossos saberes, práticas e cultura da região Norte – tão marginalizada como periferia nacional –, como também por permitir perceber a reação de homens diante da publicação de um livro feminista, escrito por mulheres e crítico das normativas sociais de relações de gênero.

A origem das crônicas publicadas veio da rede social *Facebook*, cujas autoras objetivavam democratizar debates acadêmicos, com linguagem acessível, partilhando vivências diárias e descortinando violências naturalizadas; logo, disputando espaços de poder e propondo uma narrativa feminista crítica, a divulgação do lançamento local não ocorrera sem receber resistências. É nesta direção que este trabalho também propõe uma narrativa de desnaturalização de violências cotidianas, bem como de comentários nas redes sociais diante do evento em Belém. Nossa ferramenta é a literatura feminista e anticolonial, considerando-a fundamental para reflexões críticas que aqui se propõem.

Assim, esta é uma pesquisa feminista regional que se propõe a analisar o discurso em comentários masculinos na rede social *Facebook* a partir das lentes de autoras decoloniais, que vêm contribuindo para fissuras da heteronormatividade e colonialidade de poder e saber.

Reitera-se a importância destes estudos no campo da psicologia não apenas pelo gênero se configurar como um importante determinante social de saúde (ZANELLO, 2020a), mas por acreditarmos que a compreensão de práticas discursivas e de tecnologias de gênero permitem aproximações das construções discursivas e seus efeitos nos modos de subjetivação, assim como essas aproximações possibilitam aspirar meios e dispositivos para enfrentamento de violências de gênero.

Com efeito, este trabalho tem o intuito de compreender, contribuir e agregar material bibliográfico da realidade paraense, muitas vezes desvanecido ou pouco divulgado pela academia.

1. Metodologia

A Análise de Discurso Crítica (ADC) se baseia em uma abordagem interdisciplinar de estudos, empregada para investigar criticamente a estrutura de um problema social em relações assimétricas de poder, com desenvolvimento de estratégias e reflexões para a superação de problemas sociais existentes, de acordo com o contexto social, por meio do discurso. É comprometida com a emancipação social e compreensão mais ampla da vida social para contrapor estas práticas hegemônicas, a saber, machistas, racistas e classistas, sustentadas pela colonialidade (LAZAR, 2008).

Como campo de análise, escolheu-se uma reportagem jornalística, de plataforma digital local paraense, consolidada em Belém do Pará, a partir de comentários realizados nessa plataforma digital de rede social. O objeto de análise foram comentários de homens em relação à matéria acerca do lançamento de livro de crônicas feministas de autoras da região. Dessa forma, elegeu-se esse objeto partindo do amparo metodológico da Análise do Discurso Crítica

Feminista (ADCF) de Lazar (2008), que propõe os seguintes elementos: 1) Ativismo analítico; 2) Gênero social como estrutura ideológica; 3) Complexidade das relações de gênero e poder; e 4) Reflexividade crítica e feminista.

A primeira etapa – a coleta de dados – foi realizada em setembro de 2023, tendo como critério analisar os comentários disponíveis no período, proferidos por homens. Logo, comentários adicionais que possam ter ocorrido após tal período não foram analisados.

Neste momento da pesquisa, encontraram-se 25 comentários masculinos. Em seguida, esses foram discriminados para leitura e análise minuciosa. Verificou-se, então, que 23 comentários abor-davam o repúdio ao feminino e apenas 02 tinham movimento de apoio e admiração ao trabalho de mulheres, porém, recebendo grande resistência dos demais homens, fato que fora analisado ao longo dos resultados. Logo, constatou-se que a maior parte das manifestações eram de desqualificação feminina. Em um terceiro momento, tabelaram-se os 23 comentários negativos para uma análise discursiva pormenorizada.

Os comentários foram tabelados pela proximidade discursiva do conteúdo narrativo manifesto, permitindo a criação de categorias de análise. Foram utilizadas as categorias de análise como método por concordarmos com Chouliaraki e Fairclough (1999) em relação ao seu uso, que, além de facilitar a compreensão, permitem alcançar complexidade analítica e reflexões críticas feministas ao se considerar o gênero como uma estrutura ideológica e de relações de poder, demonstrando o que as falas anunciam de estrutural e o contexto que comunicam, isto é, as práticas discursivas sociais.

Como categoria, encontrou-se “Repúdio ao feminino” como eixo comum a todos os comentários, porém, com estratégias distintas de manifestação que, embora se entrelacem e se retroalimentem, produzem linhas discursivas importantes de serem destacadas. Portanto, nesta etapa, optou-se em dividir “Repúdio ao feminino” em três pontos de análise: 1) deslegitimação do feminino e de mulheres feministas; 2) defesa da matriz heteronormativa colonial de gênero; e 3) a Casa dos Homens.

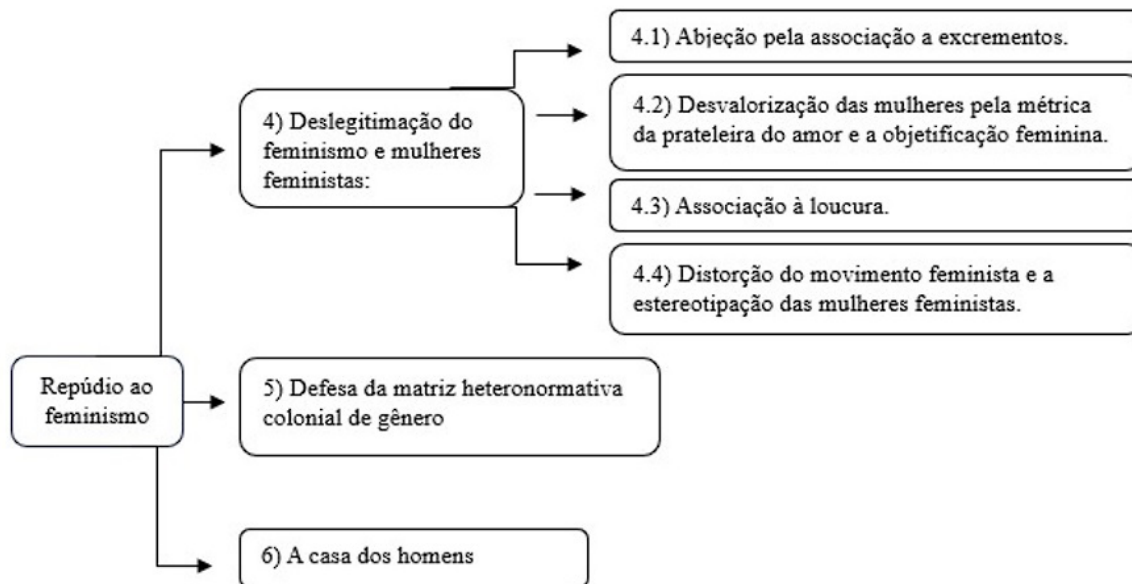
Em relação ao item “deslegitimação do feminino”, também se ramificou a análise a partir dos eixos: abjeção pela associação a excrementos; desvalorização das mulheres pela métrica da Prateleira do Amor e objetificação feminina; associação à loucura; distorção do movimento feminista e estereotipação das mulheres feministas. Ressalta-se que alguns comentários se enquadram em duas categorias, como fazer associação a excremento e, no mesmo comentário, desqualificar a mulher pela métrica da Prateleira do Amor. Portanto, embora a quantificação dos dados seja fidedigna em relação aos eixos centrais de análise, optou-se por não realizar tal quantificação nos subitens, devido a esta peculiaridade.

2. Resultados e Discussão

Como já referido, para analisar cada comentário, elencaram-se categorias de análise. Dos 23 comentários selecionados na reportagem, verificou-se que todos faziam alusão ao repúdio ao feminismo, que se manifesta a partir de uma capilaridade discursiva que reitera a matriz colonial de gênero. Destes, 12 comentários demonstraram repúdio ao feminismo e a mulheres feministas, a partir da abjeção pela associação a excrementos, desvalorização das mulheres pela métrica da Prateleira do Amor e a objetificação feminina, associação à loucura, distorção do movimento feminista e a estereotipação em mulheres feministas, sendo consideradas, portanto, subcategorias de análise.

Somado a isso, foram também encontrados 7 comentários que representam a defesa da matriz heteronormativa colonial de gênero, e 4 comentários encontrados acerca da manutenção da Casa dos Homens, sendo estas categorias elencadas no fluxograma a seguir:

Figura 1: Fluxograma ilustrativo



Fonte: Elaboração própria.

3. Deslegitimação do Feminismo e de Mulheres Feministas

O repúdio ao feminismo se materializa nas mais diversas formas, tanto em práticas sociais que dominam e subjagam corpos, como na tentativa ativa de apagar e diminuir anos de história e lutas dos movimentos feministas. De acordo com Sordi (2022), há um motivo para tal resistência, uma vez que proposições feministas têm como intuito transformar a realidade estabelecida e tensionar relações de poder, denunciando e questionando o privilégio masculino, branco, heterossexual e cisgênero, como cita:

Neste sentido, os feminismos convidariam a uma troca de lentes, nas quais as opressões ocultas e a história oficial passariam a ser questionadas e as microrrelações de poder, analisadas e refletidas, não permanecendo impunes e lidas como naturais. (SORDI, 2022, p. 21)

Dentre as formas apresentadas como resultado, fora a deslegitimação do feminismo e de mulheres feministas, encontram-se: abjeção pela associação a excrementos; desvalorização das mulheres pela métrica da Prateleira do Amor e a objetificação feminina; associação à loucura; distorção do movimento feminista e a estereotipação das mulheres feministas, as quais serão desenvolvidas a seguir.

3.1. A Abjeção pela Associação a Excrementos

Em relação à noção de abjeção, foram encontradas nos comentários variadas associações entre feminismo a excrementos: “CREDO (emoji de vômito)”, “Emoji de fezes”, “Representam as suvaquentas” e “Que merd”.

A marginalização de mulheres e de tudo o que o feminino representa é a forma mais ativa e plausível de apagamento da luta. Judith Butler (1990a), em sua obra *Gender Trouble*, traz o conceito de *abjeto* atrelado a gênero e inteligibilidade. Isto porque, na matriz heteronormativa, há a exigência de coerência inteligível entre genitália, identidade, desejo (orientação sexual) e expressão sexual. Sendo assim, é abjeto aquilo que se encontra à margem da sociedade e do corpo; tudo o que é considerado indesejável, que rompe com suposta coerência discursiva lógica de essencialização dos corpos, na esfera cotidiana e social, tratados como excrementos.

Mary Douglas (1996) atesta que aquilo que é sujo vai contra a própria ordem social, e Rodrigues e Gruman (2021) atrelam diretamente a ideia da sujeira com o abjeto, na qual o abjeto, por ser parte integrante do corpo em algum momento e ter sido expelido, representa uma lembrança constante de que um dia fez parte daquele corpo, limpo e íntegro. A pessoa abjeta é desumanizada e representaria, portanto, uma ameaça constante ao ser o que se é; ao mesmo tempo, recai sobre ela uma projeção do que é socialmente considerado à margem: aquilo que, embora faça parte de nós, é um excremento, que causa vergonha e precisa ser expurgado.

Desta forma, há uma ligação direta entre a ordem social, as normas e a forma de ver o abjeto, na qual essa ordem é diretamente ameaçada pela sua existência; o paradoxo de que, ao mesmo tempo que esse abjeto representa a existência de algo ameaçador para a ordem, ele se faz necessário para que a ordem exista (RODRIGUES; GRUMAN, 2021, p. 72).

Lugones (2020), ao pensar sobre colonialidade de gênero, afirma-nos que o modelo binário pautou lugares muito bem estabelecidos para os homens (aqueles fortes, viris, mas também que detêm a vida e espaços públicos) e para mulheres (aquelas passivas, doces, frágeis, voltadas ao cuidado e espaço privado). Pautou também um processo de desumanização para indivíduos não brancos europeus, como indígenas e pessoas negras, sequer lidas como seres de direitos.

Neste caso, cabe também ressaltar que mulheres que fogem do padrão imposto pela colonialidade de gênero acabam sendo consideradas ameaças, muitas vezes desumanizadas, tratadas como objeto. Se pensarmos a noção binária colonial entre a representação das mulheres santas (aquelas voltadas ao lar) e as putas (marginalizadas e perigosas), compreende-se uma gama de práticas discursivas em que mulheres precisam seguir um destino normativo, de subjugação, para serem legitimadas. Ainda assim, tudo que remete ao feminino é menos valorizado, remunerado e associado à fraqueza, passividade, restando a elas o casamento e a maternidade, mesmo que a solidão¹ seja condição às negras e trans.

Contudo, cabe ressaltar que não se trata apenas do repúdio às mulheres feministas: há um repúdio ao feminino em si enquanto atributo biológico e cultural das mulheres, sendo as características de ambos os aspectos considerados como “menores”, fato escancarado estatisticamente nos salários inferiores ou não remunerados². Esta base também coloca mulheres como propriedades, cuja função é servir, e o rompimento disto traz retaliações misóginas, podendo evoluir tanto para violências psicológicas como também infligidas em seus corpos, culminando até na morte.

¹ Zanello (2020) aponta que há uma solidão específica, racializada, o que faz com que grande parte das mulheres solteiras (que nunca casaram, viúvas e separadas) no Brasil sejam negras (pretas e pardas).

² Aqui se fala da economia do cuidado, na qual o trabalho de cuidadora é desvalorizado no Brasil. De acordo com Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE, as taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres brancas (90,5%), pretas (92,7%) ou pardas (91,9%) são sempre mais altas que a dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça (80,0%, 80,6% e 78,0%, respectivamente).

Sendo assim, na análise das mensagens de homens na matéria do jornal belenense, foram encontradas representações que nos levam a associar a figuração de escárnio e abjeção, sendo elas *emoji* de vômito e *emoji* de fezes. Seguindo essa lógica, reconhece-se que mulheres em espaços de poder e que propõem reflexões críticas sobre as normativas de gênero, ameaçando privilégios garantidos com as assimetrias, podem ser tratadas como verdadeiras aberrações, que precisam ser expelidas e excretadas.

3.2. Desvalorização das Mulheres pela Métrica da Prateleira do Amor e a Objetificação Feminina

Zanello (2020b) desenvolve o conceito de “Prateleira do Amor” ao discorrer sobre o modo de subjetivação proposto pela colonialidade para mulheres. Sendo assim, o amor romântico – monogâmico, patriarcal, que exige sacrifícios e identificação com cuidado para as mulheres – faz com que haja grande dispêndio de energia física e psíquica, de tempo, voltada às relações amorosas. Nesta lógica, o amor romântico é palco de ideais subjetivos, fazendo com que a subjetivação consigo mesmas (autoimagem, autoestima, forma de se relacionar) tenha como parâmetro os ditames culturais do olhar desejante e privilegiado masculino, isto é, que estejam aptas a serem escolhidas por algum homem.

Esta lógica que cria adubo para rivalidades femininas também impõe um padrão hegemônico de beleza inalcançável, marcando uma eterna insatisfação e vínculo com o sistema capitalista das indústrias de beleza. Esta lógica também é efêmera, pois está em constante ameaça e é profundamente desempoderadora, uma vez que o poder está nos homens que avaliam, julgam, escolhem mulheres, conferindo seus valores.

Além disso, ainda dentro do repúdio ao feminino e refletindo sobre qual a ideia de feminino que a norma social considera “a mulher” (universal), parte-se de um pressuposto que exista uma imagem padronizada o suficiente que se encaixe dentro desta norma, sendo a idade mais um fator/marcador de vulnerabilidade.

A noção de “solteirona”, discorre Zanello, foi uma criação que emergiu ao longo do século XX no Brasil, diante do exercício da sexualidade feminina, em que a prostituta passa a ser lida como doente, perdida, excessiva, ao passo que a solteira é vista como não escolhida, fracassada, incapaz de amar e infeliz por não cumprir seu destino como mulher pela via da maternidade. Logo, não ocupar um lugar na “Prateleira” seria degradante, ofensivo, de diminuição dos ditos atributos considerados positivos ao universo feminino, como uma forma de humilhação.

Reitera-se também que a mulher preta sempre esteve em espaços públicos para o trabalho servil, objetificada. Como Grada Kilomba (2020) afirma, corpos pretos, além de sexualizados, são tidos como não merecedores de afetos.

A “solteirona” também estaria relacionada ao etarismo. Yokomizo e Lopes (2019) trazem em suas reflexões que a perda desta idealização da “mulher nova” e o envelhecer são motivos de sofrimento para mulheres, pois passam a ser ameaçadas de perder o lugar social de esposa e sua funcionalidade, estando menos suscetíveis aos olhares e à validação masculina; já para os homens, o sofrimento se dá pela perda de virilidade e força.

Figura 2: Imagem satírica com três mulheres idosas



Fonte: Imagem de circulação em rede social, sem autoria conhecida, utilizada no site pesquisado. Data de acesso: 12 de setembro de 2023.

A imagem acima que relaciona “a crônica” com três mulheres idosas, cuja legenda é “coroa vírus: estado de calamidade”, expõe como a idade chega para as mulheres dentro do imaginário social: no formato de escárnio, trazendo um tipo de humor para suas aparências e pondo um prazo de validade em sua forma de vestir-se e portar-se; elas não estão aptas ao público, ao desejo e ao poder. Impõe, em certa medida, a ideia de que as autoras não estão aptas ao amor; que são descartáveis e indesejáveis, resumindo-as, mais uma vez, ao corpo. Na imagem mostrada, as três mulheres são associadas à palavra “calamidade”, que significa “grande desgraça” e “infelicidade pessoal”, assim como a um estado o qual fora decretado durante a pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2), denominado “estado de calamidade pública”, um vírus mortal. As autoras também completam:

Atualmente, em diversas culturas, a juventude é entendida como um valor, que deve ser conquistado e mantido através de formas de consumo e em qualquer idade, principalmente pelas mulheres. Nesse contexto, a velhice passa a ser também um valor, este negativo, expressando doença, negligência com o corpo e falta de motivação para a vida. (YOKOMIZO; LOPES, 2019, p. 219)

Ainda nesta linha reflexiva, Lugones (2014) confirma a desumanização de corpos que rompem ao binarismo colonial, e Rodrigues e Gruman (2021) afirmam que pela desumanização há também a impossibilidade de vida, na qual lazeres cotidianos são vetados, tais quais comer bem, vestir-se bem e, principalmente, amar (e ser amada). Nos comentários de homens, verificou-se alegoria a animais, como o *emoji* de pererecas (resumindo as mulheres à genitália) e *emoji* de macaco (sendo uma das escritoras uma mulher negra). Ou seja, mulheres reservadas ao sexo, não ao matrimônio; quando não, mulheres sem humanidade, animalizadas.

Nesta direção, também foi possível encontrar tal representação na publicação do comentário que põe em questionamento a possibilidade de afeto recebido por mulheres feministas: “*Ora feministas, depois que inventaram isso, só aumentou o número de mulheres encalhadas*”.

Neste sentido, um marcador é importante de ser destacado na colonialidade de gênero: o casamento para mulheres como lugar de reconhecimento social e como aspecto identitário e subjetivo. Sobre isso, Zanello (2020a) aduz que o amor romântico para mulheres se torna a principal fonte de energia investida e motor para fantasias, idealizações e adestramento de performances femininas. A autora afirma a existência de um “empoderamento colonizado”, pois a mulher casada encontra um lugar social, de ter sido escolhida, de destaque perante outras mulheres, mas, ao mesmo tempo, recai sobre ela uma gama de opressões naturalizadas, como o sacrifício de si em detrimento do cuidado de outros(as), a busca por manter-se desejável e a rivalidade feminina, movida pela insegurança e efemeridade de seu local de poder diante da necessidade de validação masculina.

Diante do comentário “*só uma (emoji de pombo) bem grande poderia acalmá-las*”, é possível notar tamanha exposição e sexualização a respeito dos corpos das mulheres, em uma cultura do estupro que justifica, tolera e estimula a objetificação sexual feminina. Este aspecto colonial, no qual o poder é encarnado ao padrão hegemônico masculino e branco, coloca-se acima de tudo e de todos, considerando a natureza e as mulheres como passíveis de exploração e as pessoas negras mais próximas do polo “natureza”, isto é, passíveis de serem apenas usadas.

No entanto, travestida muitas vezes de piada e/ou opinião, a dominação masculina gera consequências reais na sociedade, como a objetificação e a violência sem filtros, expondo o aspecto do corpo “público” feminino, e na maneira de pensar e julgar as ações dos homens, sempre culpabilizando a mulher por ter “provocado”, “merecido” ou “procurado por isso” (LARA *et al.*, 2016).

Neste processo, desvalorizadas no amor e na intelectualidade, as mulheres que rompem padrões hegemônicos são abordadas como descartáveis, vistas com menos humanidade e, como nos afirma Lugones (2014), animalizadas: vistas como corpos para trabalho pesado, sem sentimentos a serem considerados, como pode ser observado na vivência das subalternas (negras, indígenas, trans e latinas).

3.3. A Associação à Loucura

A história da psiquiatria, como relata Zanello (2020a), contou com a predominância do silenciamento de discursos de mulheres e desvalidação de suas narrativas. A internação psiquiátrica surgiu como reguladora para as insubmissas, com a criação de patologias que justificassem os seus desvios de conduta, tendo as instituições psiquiátricas um papel regulador de gênero e incentivado não somente por médicos mas também pela sociedade, em prol de uma moralidade religiosa atrelada à colonização brasileira (ZANELLO, 2020a, p. 20).

Para tanto, as motivações para a internação de mulheres que supostamente se associavam aos sinais e sintomas fisiológicos considerados como predisposição ao adoecimento psíquico eram lidas a partir de comportamentos e valores morais de gênero e feminilidade, pela perspectiva/leitura do médico (RUSSO, 1996).

Afirma-se, portanto, que a psiquiatria foi uma ferramenta importante na estigmatização de mulheres como “loucas”, e dos tratamentos severos para docilização, configurando-se como uma pedagogia eficaz na manutenção do ideal de maternidade e subserviência, bem como na regulação

das performances sociais femininas (ZANELLO, 2020a). Rebecca Solnit (2017) assevera existir um verdadeiro canibalismo narrativo na atualidade, pelas interrupções de falas, questionamento da veracidade dos fatos e o não reconhecimento de argumentações femininas, ou explicar às mulheres o que elas já sabem.

Sendo assim, no comentário “*psiquiatra liberou as duas de uma vez*”, identifica-se imaginário acerca das mulheres feministas: elas que precisam ser cerceadas de liberdade por romperem com o poderio hegemônico, assim como o argumento irônico e jocoso de deslegitimação pela loucura, a qual não merece ser ouvida. Portanto, a associação à loucura é uma estratégia patriarcal de desvalidação da narrativa das mulheres e dos limites solicitados por elas (SORDI, 2022).

3.4. Distorção do Movimento Feminista e a Estereotipação das Mulheres Feministas

Segundo Sordi (2022), os movimentos feministas são movimentos sociais, políticos, teóricos e filosóficos, embora ao longo da história venham passando por inúmeras estratégias de distorção quanto às suas lutas e desqualificações. Para Faria Alves e Silva Alves (2013), o movimento feminista e o empoderamento das mulheres assumiram papéis atrelados à busca de direitos, mas também à emancipação. A busca por autonomia e os questionamentos sobre as imposições sociais fizeram com que mulheres feministas se tornassem estereotipadas, sendo um dos recursos de estigma referente a padrões estéticos, como presença de pelos e peso.

Associando-as ao descuido e à sujeira, passaram a ser ridicularizadas pela forma que sustentam seu corpo ou por rótulos que pressupõem uma forma de existir, como pode ser observado neste comentário: “*As crônicas de como deixar o SUVACO, VIRILHA, (emoji de sapo) CABELUDAS E FEDO-RENTAS (emoji de macaco) essas feminazis só se acalmam com uma (emoji de pombo) bem grande (emojis de riso)*”.

O uso da metáfora como figura de linguagem para compará-la a um animal, remetendo-a ao corpo feminino e ao imaginário da mulher feminista, além de possuir o teor animalesco/sexual, também remonta às marcas do colonialismo com a objetificação de mulheres negras, vistas como selvagens. A animalização serve como um dispositivo de distinção do Outro, demarcado nas redes sociais com o uso de *emojis*, onde a sátira funciona como um ataque e manutenção à imposição colonial de gênero (LUGONES, 2014, p. 935).

Assim, a padronização dos corpos das mulheres e o padrão de beleza disseminado em nossa sociedade possui sua origem no colonialismo, que ditou e marcou o que é tido como “belo”, aceito e desejado, diretamente ligado ao modelo europeu branco (GÓMEZ; DA ROCHA, 2018). Entretanto, não há mulher que se encaixe completamente neste padrão, visto que ele é simbólico, uma forma de limitar e pôr rédeas no feminino e em suas subjetividades.

No entanto, somos ensinados a classificar os sujeitos pela forma com que se apresentam corporalmente. Desta maneira, para classificar uma mulher, ela precisa obedecer aos padrões estéticos impostos a ela, como a remoção de pelos, um corpo magro e branco; além disso, precisa performar feminilidade, chegando até mesmo a submeter-se a diversas cirurgias para então ser considerada uma mulher “padrão” (LOURO, 1999, p. 15). A partir disso, o movimento feminista surge também com o intuito de romper com essas imposições culturais e sociais diante do corpo das mulheres que, mais uma vez, tornam-se estigmatizadas e associadas ao que foi dito como abjeto anteriormente: sujas e desleixadas. Constata-se essa afirmação conforme comentário na imagem abaixo: “*Elas se preparando para ir ao lançamento*”.

Figura 3: Mulher penteando os pelos da axila



Fonte: Imagem de circulação em rede social, sem autoria conhecida, utilizada no site pesquisado. Data de acesso: 12 de setembro de 2023.

Tais imagens e comentários antifeministas publicados – “*Ora feministas, depois que inventaram isso, só aumentou o número de mulheres encalhadas*” / “*Ok segue aí com teu feminismo, quem sabe tu consegue algum incentivo pra poder comprar um Prestobarba e se depilar*” / “*feminismo é a pior coisa que existe no mundo*” – permitem visualizar como as mulheres feministas são vistas: como seres de aparência horrenda e desleixadas com a higiene pessoal.

Demarca-se, portanto, pelas falas, a descredibilização virtual do movimento feminista a partir da rotulação dessas mulheres como um abjeto, algo que deveria ser extinguido da sociedade, associando a luta feminista a algo “impuro” e sujo, recorrendo à ideia de abjeto social (DOUGLAS, 1996). Outro aspecto que aparece nos comentários é associar o feminismo ao nazismo, o que também é uma forma de deslegitimação do movimento, referindo-as como “feminazis”. Torna-se um dispositivo de ataque, como se o movimento tivesse o objetivo de propagar o ódio aos homens.

Portanto, o tom utilizado faz entender que quem conta uma piada ofensiva também acredita que esse discurso será aceito pelo interlocutor, uma vez que é normalizado na sociedade, desqualificando pautas importantes que o movimento propõe para homens e mulheres (LARA *et al.*, 2016). Doravante, mostra-se como mais um mecanismo para distorcer e desqualificar a luta e a emancipação feminina dentro do movimento feminista.

4. Defesa da Matriz Heteronormativa Colonial de Gênero

Há uma construção histórica das relações de poder gendrificadas. Laqueur (1992) relata que a Revolução Francesa fez com que o contrato social precisasse legitimar a exclusão das mulheres dos direitos civis, resultando que o discurso biológico garantisse e justificasse, às mulheres, o espaço privado, e, aos homens, o público. Já Lugones (2020) afirmou como esse modelo dominante e imperialista chegou às américas, impondo a forma de ser e existir.

Sendo assim, a noção de público e privado, abordada pelas feministas, demonstra como foram criados espaços distintos para homens e mulheres, delegando às mulheres o trabalho doméstico e a esfera do privado; e, para as negras, o espaço público de trabalhos menos valorizados econômica e socialmente, geralmente trabalhos braçais, relacionados ao cuidar da casa de outras mulheres, as brancas (ROCHA-COUTINHO, 2004). Quando há uma inversão destes papéis, ou quando mulheres rompem com estes espaços e adentram o espaço público para trabalhar em outro formato, acontecem críticas como as dos comentários escolhidos no post: “*Lavar uma louça não quer*” e “*Não presta nem pra acender um fogo!*”. Ambos os comentários reforçam a ideia já previamente discutida do local que uma mulher ocupa dentro da esfera privada, seja pela desqualificação de que não faz o básico, seja pela ideia de preguiçosa, como reforçamento do lugar da mulher de servidão ao lar.

É dentro destes conceitos que se compreende o que o seguinte comentário elucidava: “*Descarregar uma carreta de cimento é direitos iguais, bora feministas, amanhã tem duas aqui na Batista Campos!*”. Percebe-se que, para a admissibilidade de trazer mulheres para o espaço de trabalho comum, o discurso proferido por homens é em forma de convite à subalternidade e nunca para trabalhos intelectuais, reforçando a diferença binária por marcadores biológicos masculinos, inclusive apagando a existência do corpo negro, do qual sempre fora exigida a força física.

Djamila Ribeiro (2017), ao destacar a mulher negra como “outra do outro”, também demonstra como a branquitude ignora as pautas das questões raciais, mesmo em correntes feministas. Assim, as marcas das violências estruturais evidenciadas levam a uma espécie de desumanização e marginalidade, com ausência de direitos garantidos e pautas ignoradas.

Diante disso, a principal ferramenta da mulher para alcançar sua própria emancipação é o investimento em sua própria intelectualidade, para que, segundo hooks (1995), consiga entender sua realidade e o mundo em sua volta. Sobretudo, no caso de mulheres negras, que buscam a intelectualidade não em prol de um local de poder, mas em busca de sobrevivência e resistência.

É o que se pode ver no comentário: “*Nem vale a pena ler uma parada dessas. Tudo o que tem, narrativa identitária não vale 1 centavo, é tudo panfletagem ideológica e nada demais*”, deslegitimando o movimento como mais uma prova de que o machismo se utiliza das redes para efetivação e manutenção das tecnologias de gênero nos dias atuais, e de que sua perspectiva acerca da conquista intelectual de mulheres, bem como do local em que elas ocupam, ainda é motivo de rejeição por esses homens. Adicione-se, corroborando esta afirmativa, o seguinte comentário: “*Professoras da UFPA onde não forma um empreendedor pró futuro de um estado sem futuro, imagina o tipo de profissional que essas FORMAM*”, ridicularizando e inferiorizando o papel de mulheres dentro de universidades, como educadoras.

Cabe ressaltar que os feminismos têm denunciado como a ciência é um espaço de poder longe da neutralidade. Sendo assim, lugar de fala e representatividade³ se tornam aspectos importantes. Nesta direção, a ideia de uma disciplina reflexiva e política acaba sendo atacada com a crítica de se resumir à militância, onde se ignoram a subjetividade e a educação como construções sociais e políticas.

³ Ambos os conceitos podem ser melhor estudados em “O que é lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), obra onde a autora descreve local de fala como sendo um local dentro do ponto de vista discursivo; local este no qual corpos subjugados e subalternizados reivindicam sua existência a partir de suas vivências e saberes. E representatividade é lida por Djamila como poder ver este local de fala sendo exercido pelos corpos que são realmente afetados por esse discurso.

Desta forma, reitera-se, a partir das reflexões de Kilomba (2020), que a estrutura de opressão tem por objetivo silenciar e deslegitimar mulheres, principalmente negras, para que essas vozes não sejam ecoadas e suas pautas atendidas, e assim não possuam um espaço de debate ativo frente ao machismo, ao colonialismo e ao racismo.

5. Casa dos Homens

Pensar a construção e o estudo das masculinidades também dialoga com o debate aqui proposto: o repúdio ao feminino. Os comentários por homens ao longo do *post* que remeteram à obra das autoras – como “*Inveja mata*” – para defender o trabalho também são levados a um tom jocoso pela feminização – “*ainnn noffa lacrou menine*” –, na qual a desqualificação vai pela associação do repúdio ao feminino e à discriminação da diversidade sexual, logo, à defesa do modelo hegemônico da masculinidade como único prevalente, aceitável e respeitável.

O controle social entre homens se dá justamente pela vigilância e desqualificação, associando a menos valia a atributos femininos, não heterossexuais, ou pela ameaça de exclusão perante o grupo ou por violências concretas, pela via da agressividade.

Ir contra o *script* masculino terá um custo: o de ser rechaçado pelo grupo identitário da masculinidade. Nesse diapasão, Zanello (2020a) afirma existir um movimento presente na cultura, reiterado através de um caráter de performance que reafirma e recria valores históricos e sociais, principalmente na mídia, onde são naturalizados e reproduzidos de forma desenfreada os comportamentos machistas.

Não obstante, além do feminino tornar-se um ponto de rejeição, também é notável nos comentários o reflexo das relações estruturadas entre homens pela dominação.

Concordar com uma opinião feminina tem consequências: o concordante passa a ser alvo de ataque/combate de outros homens, tendo a sua virilidade questionada, pois ele se torna uma ameaça à própria união masculina e sua força em relação aos privilégios. Welzer-Lang (2001) remonta esta ideia à “Casa dos Homens”: metáfora utilizada para demonstrar o comportamento homoafetivo como influente na origem da masculinidade, no qual quem avalia a conduta e a tomada de decisão de saberes nas relações interpessoais são os homens para os próprios homens, e não as mulheres.

Sendo assim, a homossociabilidade é vivida e experimentada nestes grupos em que homens corrigem e modelam outros homens, seja por uma etapa de construção de um ideal masculino, seja pela imposição e punição daqueles que tentam resistir aos códigos e hierarquias; uma guerra contra eles mesmos, em que a melhor defesa é o ataque (WELZER-LANG, 2001). Tais formas de manutenção hierárquica nas redes sociais se dão pela linguagem, pela violência simbólica, sendo mais um locus de imposição do poder masculino refletido pela cultura paternalista, e a linguagem como produto de uma lógica de dominação (BOURDIEU, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos feministas e os estudos de masculinidades têm demonstrado como o gênero é identitário, afetando a saúde mental populacional e reverberando em fatores sociais. Este tema se reputa importante devido à imensa demanda de comentários misóginos que foram registrados na matéria analisada, como reflexo discursivo de relações identitárias coletivas e sociais que se man-

têm e se materializam em ações no cotidiano, nas quais o ódio ao que se entende como feminino e feminista se institui e consolida, como se comprova nesta pesquisa.

Verificou-se que o repúdio ao feminismo se ampara em uma capilarizada rede de estratégias para deslegitimar os movimentos e mulheres militantes, manter a égide da matriz colonial de gênero e o pacto simbólico e factual da “Casa dos Homens”. Tudo isso, por meio da abjeção pela associação a excrementos, da desvalorização das mulheres pela métrica da Prateleira do Amor e da objetificação feminina, da associação à loucura, da distorção do movimento feminista e da estereotipação das mulheres feministas.

Demarcou-se, portanto, que a violência contra as mulheres se manifesta de inúmeras formas, dentre elas, as simbólicas, que se inscrevem por práticas discursivas e se materializam em ataques por meio de desqualificação intelectual, da aparência física e de desvalidação dos espaços públicos ocupados, sendo estes um campo de disputa de poder. Neste sentido, analisar os ataques às mulheres que propõem fissurar o padrão docilizado e passivo por meio do saber é o mesmo que questionar a suposta naturalidade da colonialidade de poder, de saber e de ser.

Logo, por meio de uma perspectiva reflexiva crítica decolonial feminista, os resultados apontaram as redes sociais como uma tecnologia da matriz colonial de gênero, na qual se produz, reproduz e reitera discursividades dentro da colonialidade, reiterando violência contra as mulheres e o repúdio ao feminismo.

Consideram-se essenciais os estudos feministas e os estudos de gênero em espaços de formação educacionais – incluindo as graduações universitárias de formações profissionais – para compreensão crítica das relações de gênero e seus efeitos na saúde mental, assim como a extensão de projetos formativos e de ação em políticas públicas, como em serviços que lidam com demandas de violência de gênero para acolhimento de vítimas e na intervenção com agressores.

Destaca-se que as redes sociais podem se mostrar um campo fértil para ampliação de debates e produção de saberes, com produção de conteúdos acessíveis a toda comunidade, fora do cenário restrito das academias.

No caso de ações de misoginia em meio digital, a necessidade de discussão de leis de combate e de interdição também se fazem necessárias, sendo uma realidade presente nos tempos contemporâneos.

Por fim, reitera-se a importância da existência e o fomento de serviços que acolham as demandas de saúde mental de grupos feministas para fortalecimento individual e coletivo como rede de apoio e estratégia política, destacando a indelével relação entre a matriz colonial de gênero, identidades de gênero, subjetivação e saúde mental.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. *As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres*, 2013. Disponível em: <https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acesso: 5 out. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023*. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-07-o-crescimento-de-todas-as-formas-de-violencia-contr-a-mulher-em-2022.pdf>>.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. Routledge, 1990a.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and danger: An analysis of concept of pollution and taboo*. Psychology Press, 1996.
- Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Agência de Notícias – IBGE, 24 de agosto de 2023. Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso: 14 nov. 2023.
- G1. Notícias. *Pará tem uma vítima de feminicídio a cada 6 dias*. 20 de junho de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/06/19/para-tem-uma-vitima-de-feminicidio-a-cada-6-dias.ghtml>>. Acesso: 09 set. 2023.
- GÓMEZ, Clara Maduell; DA ROCHA, Mariani Viegas. Construindo e padronizando: um estudo histórico-cultural sobre corpos femininos. *Áskesis-Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, v. 7, n. 2, p. 38-51, 2018.
- HOOKE, Bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2020.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- LARA, Bruna et al. *#Meu amigo secreto*. Org: Coletivo Não Me Kahlo [s.l.] Simplíssimo Livros Ltda., 2016.
- LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do gênero. *Revista Mora*, v. 2, p. 6-34, 1996.
- LAZAR, Michelle. Language, communication and the public sphere: A perspective from feminist critical discourse analysis. In: WODAK, Ruth; KOLLER, Veronika. (orgs.). *Handbook of communication in the publQic sphere*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 89-110.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LUGONES, María. “Rumo a um feminismo decolonial”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22 n. 3, setembro-dezembro/2014, p. 935-952. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso: 28 out. 2023.

- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Rev. Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, 2020. p. 320.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2017.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 02-17, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 27 out. 2023.
- RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 3, p. 67-84, 2021.
- RUSSO, Jane. Ser louca e ser mulher. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 04, n. 01, p. 271-275, 1996. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1996000100029&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 05 out. 2023.
- SOLNIT, R. *A mãe de todas as perguntas: Reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo- SP: Companhia das Letras, 2017.
- SORDI, Bárbara Araújo. *Grupos de estudos feministas em espaços universitários e as insurgentes tessituras da descolonização da psicologia*. Orientador: Prof.^a Dra. Maria Lúcia Chaves Lima. 236 f. Doutorado - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- SPINK, M. J. P.; GIMENES, M. DA G. G.. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 149–171, 1994.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 460-482, 2001.
- YOKOMIZO, P.; LOPES, A. Aspectos socioculturais da construção da aparência no envelhecimento feminino: uma revisão narrativa. *Revista Kairós-Gerontologia*, [S. l.], v. 22, n. Especial 26, p. 285–317, 2019. DOI:10.23925/2176-901X.2019v22iEspecial26p285-317. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2176-901X.2019v22iEspecial26p285-317>>. Acesso: 14 out. 2023.
- ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris, 2020a.
- ZANELLO, Valeska. Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “Casa dos Homens”: um estudo sobre os grupos de WhatsApp masculinos no Brasil. *Gênero em perspectiva*. Curitiba: CRV, p. 79-102, 2020b.



Seção

C

Trabalho feminino, Cuidados e
Direitos



Perfil de Acompanhantes de Pessoas Idosas Hospitalizadas: Desafios e perspectivas sobre a feminização do cuidado

Perfil de Acompañantes de Personas Mayores Hospitalizadas: desafíos y perspectivas sobre la feminización del cuidado

Profile of Companions of Hospitalized Elderly People: challenges and perspectives on the feminization of care

Sara Daltro Tavares Paiva

Lissany Braga Gonçalves

Resumo: O presente estudo é resultado de pesquisa no âmbito do programa de residência multiprofissional em saúde do idoso. Como objetivo geral, buscou-se conhecer e analisar o perfil de mulheres acompanhantes de pessoas idosas em um Hospital Universitário de Belém/PA, identificando os desafios e perspectivas do trabalho de cuidado no ambiente hospitalar. A natureza desta pesquisa é qualitativa; como coleta de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e de campo. Como resultados, destaca-se que o cuidado a pessoas idosas no hospital é majoritariamente não remunerado, exercido por mulheres pardas, pretas e pobres, as quais acessam de maneira precária as políticas protetivas. Conclui-se que o acompanhante deve ser considerado na formulação e planejamento das normas e rotinas institucionais, para a garantia de meios de exercer o cuidado de forma digna.

Palavras Chave: Trabalho de cuidado. Reprodução Social. Envelhecimento.

Resumen: El presente estudio es el resultado de una investigación en el ámbito del programa de residencia multidisciplinario en salud del anciano. El objetivo general fue comprender y analizar el perfil de las mujeres acompañantes de ancianos en un Hospital Universitario de Belém/PA, identificando los desafíos y perspectivas del trabajo de cuidado en el ambiente hospitalario. La naturaleza de esta investigación es cualitativa; Como recolección de datos se utilizó investigación bibliográfica y de campo. Como resultado, se destaca que la atención a los ancianos en el hospital es en su mayoría no remunerada, realizada por mujeres mestizas, negras y pobres, que tienen precario acceso a políticas de protección. Se concluye que el acompañante debe ser considerado en la formulación y planificación de normas y rutinas institucionales, para garantizar medios para brindar cuidados de manera digna.

Palabras Claves: Trabajo de cuidados. Reproducción Social. Envejecimiento.

Abstract: The present study is the result of research within the scope of the multidisciplinary residency program in elderly health. The general objective was to understand and analyze the profile of women accompanying elderly people in a University Hospital in Belém/PA, identifying the challenges and perspectives of care work in the hospital environment. The nature of this research is qualitative; bibliographic and field research was used as data collection. As a result, it is highlighted that care for elderly people in the hospital is mostly unpaid, carried out by mixed-race, black and poor women, who have precarious access to protective policies. It is concluded that the companion must be considered in the formulation and planning of institutional norms and routines, to guarantee means of providing care in a dignified manner.

Keywords: Care work. Social Reproduction. Aging.

Sara Daltro Tavares Paiva – Mestra em Serviço Social pelo PPGSS (UFPA), especialista em saúde do idoso pela UFPA e Assistente Social Residente em oncologia pela mesma universidade. Executa suas atividades no Hospital Universitário João de Barros Barreto. E-mail: sara.daltro223@gmail.com

Lissany Braga Gonçalves – Assistente Social graduada (2007) e Mestra (2011) pela Universidade Federal do Pará; Especialista em preceptoria de residências em saúde (2023) pela faculdade Moinhos de Vento.

INTRODUÇÃO

O cuidado é uma atividade fundamental ao ser humano, que em uma ou mais etapas da vida todos precisarão, pois direciona-se ao atendimento de um conjunto de “necessidades físicas, materiais e emocionais, as quais se particularizam ao longo do ciclo de vida e das contingências inerentes à condição humana” (FERREIRA, 2020, p. 25). Para além, entende-se o cuidado enquanto um trabalho, realizado majoritariamente por mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto fora dele, o qual é incorporado pelo capital e, de certa forma, pelo Estado para a manutenção de um sistema de exploração e opressão alicerçado pela lógica patriarcal e pela divisão sexual do trabalho.

A escolha por tratar o cuidado como trabalho advém do entendimento de que as atividades relativas ao cuidar, sobretudo quando estão relacionadas à esfera da vida privada, não são consideradas enquanto tal, do contrário, são subvalorizadas e invisibilizadas. Demanda-se das cuidadoras tempo, abdições, dinheiro, assim como planejamento, meios e condições para serem efetivados (MOREIRA; MOSER, 2019).

A este respeito, Cisne e Morais (2018) discorrem sobre dois pilares que são estruturantes na lógica de exploração do trabalho feminino. O primeiro pilar é a hierarquização, que diz respeito ao maior valor social agregado ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e o segundo pilar é a categorização, voltada para a diferenciação do que é trabalho feminino e masculino, ou seja, não se trata apenas de atividades diferentes, mas “desiguais e assimétricas” (CISNE; MORAIS, 2018, p. 62).

Concomitantemente, é comum relacionar o cuidado apenas ao âmbito doméstico, entretanto, do mesmo modo que essa atividade se processa no ambiente da vida privada, esta também pode ser realizada em outros locais, a exemplo de instituições de saúde, como os hospitais, na ocasião de adoecimento e necessidade de internação de algum ente familiar e/ou afetivo. No hospital, o público que recebe os cuidados é diverso, sendo composto por crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Neste estudo, particulariza-se a discussão para o último grupo mencionado, ou seja, as pessoas que possuem 60 anos ou mais, conforme disposto no Estatuto da pessoa idosa (Lei nº 10.741/2003). As demandas de cuidado dessa população têm diferenciações e singularidades próprias do processo de senescência¹, as quais necessitam de atenção, mas também suscitam questionamentos sobre aqueles e, sobretudo, aquelas que estão diretamente no atendimento a essas necessidades, a exemplo das mulheres que se constituem suas acompanhantes na internação.

Ao citar o termo “acompanhantes” referimo-nos à denominação que é usualmente empregada pela gestão dos hospitais para designar as pessoas (familiares, cuidadores formais ou referências afetivas) que prestam o trabalho de cuidado (remunerado ou não) junto aos usuários do serviço de saúde que se encontram internados. Sendo assim, o objeto desta pesquisa se situa nos estudos sobre a feminização do cuidado, especificamente, a pessoas idosas hospitalizadas, trazendo ao protagonismo do debate os desafios e perspectivas das mulheres acompanhantes que estão presentes no cotidiano do trabalho de cuidado a esse público.

O interesse pela temática advém da realidade vivenciada durante a residência multiprofissional em saúde do idoso, em um Hospital Universitário de Belém/PA. Esta instituição é parte integrante do Complexo Hospitalar Universitário da UFPA (CHU-UFPA) e atende diariamente,

¹ Destaca-se, neste ponto, que envelhecer não é sinônimo de adoecer, entretanto, é relevante salientar que a pessoa idosa possui determinadas limitações, em maior ou menor grau, pelo próprio processo de envelhecimento, o qual também é diretamente influenciado por fatores sociais, econômicos e políticos.

via Sistema Único de Saúde (SUS), a nível ambulatorial e de internação, usuários(as) de diversos municípios do Estado do Pará e de outras regiões do país, sendo referência para o tratamento de doenças infectocontagiosas, HIV/AIDS, fibrose cística e tuberculose multirresistente (TBMR).

Durante a experiência da pesquisadora enquanto assistente social residente, no cotidiano do atendimento direto aos usuários(as) nas enfermarias, despertou atenção o número elevado de mulheres enquanto acompanhantes, em particular, de pessoas idosas, em todas as clínicas dos cenários de prática, comparado ao quantitativo de homens exercendo esta mesma função, o qual era mínimo e, em alguns períodos, inexistente.

Concomitantemente, observou-se, na rotina de atendimentos, que o foco do cuidado hospitalar se concentra, ainda que com algumas exceções, na doença e nas queixas apresentadas pelo paciente internado, de modo que o familiar que o acompanha é frequentemente considerado à margem deste processo, configurando uma lacuna que convida a ser desvelada como objeto de estudo.

Portanto, questionou-se como problema de pesquisa: Qual o perfil das mulheres que se encontram exercendo o trabalho de cuidado a pessoas idosas na hospitalização? E enquanto perguntas norteadoras: como se processa o trabalho de cuidado a estes(as) usuários em condição de adoecimento? Como se dá a inserção das acompanhantes em políticas protetivas de direitos? No intuito de responder as indagações acima, este estudo teve como objetivo geral conhecer e analisar o perfil das mulheres acompanhantes de pessoas idosas em um Hospital Universitário de Belém/PA, identificando os desafios e perspectivas do trabalho de cuidado no ambiente hospitalar.

1. Método e Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, o percurso teórico metodológico partiu de aproximações sucessivas com o objeto de estudo, as quais possibilitaram inúmeras reflexões e análises sobre o tema. Esta pesquisa possui caráter exploratório, de natureza qualitativa, a qual, segundo Minayo (2010), possibilita a apreensão das subjetividades dos sujeitos da pesquisa sobre o objeto de estudo, isto é, de aspectos intrínsecos da relação entre sujeito e objeto, a partir dos significados, valores e crenças por eles atribuídos. Quanto aos procedimentos metodológicos de coleta de dados, realizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), consiste em fazer um levantamento dos estudos já realizados sobre determinado tema, sobretudo em livros e artigos científicos, não se restringindo a uma revisão simples da obra dos autores, mas sim realizando as devidas mediações entre o trabalho destes com o objeto de estudo. Deste modo, foram utilizadas discussões de autores clássicos e contemporâneos que debatem acerca das categorias de análise: reprodução social; trabalho de cuidado; divisão sexual do trabalho.

No que se refere à pesquisa de campo, registra-se que esta pode ser entendida como um recorte espacial feito pelo pesquisador, no intuito de representar “uma realidade empírica a ser estudada, a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação” (MINAYO, 2010, p. 53). Além do recorte temporal, é necessário delimitar o local deste campo, o qual deve privilegiar o ambiente em que os sujeitos da pesquisa se encontram (MINAYO, 2010).

Portanto, o lócus deste estudo foi a Unidade de Clínica Médica de um Hospital Universitário, situado em Belém/PA, a qual possui capacidade máxima para atender até 44 pes-

soas. A pesquisa de campo foi realizada no mês de dezembro de 2023 e, do universo de 17 pessoas idosas hospitalizadas na mencionada clínica, obteve-se como amostra 12 mulheres acompanhantes, sendo 06 acompanhantes de idosas do sexo feminino e 06 de idosos do sexo masculino.

Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado, contendo 24 perguntas fechadas, as quais foram divididas em dois eixos: perfil socioeconômico/acesso às políticas públicas e formas de suporte na internação/tempo dedicado ao cuidado. Com vistas ao aprofundamento destas questões, foram realizados 03 questionamentos abertos, quais sejam: 1) Quais são os motivos pelos quais você presta o cuidado? 2) Quais as principais dificuldades para a realização do cuidado no hospital? 3) Quais os principais tipos de demandas relativas ao cuidado no hospital?

Os critérios de seleção das participantes consistiram em: 1) Livre aceitação em participar da pesquisa; 2) Ser mulher e estar na condição de acompanhante de uma pessoa idosa (homem ou mulher); e 3) Ser referência familiar e/ou afetiva na hospitalização. Como critérios de exclusão, foram elencados: 1) pessoas idosas sem acompanhantes; e 2) mulheres que não eram referência nos cuidados à pessoa idosa. Para tanto, utilizou-se o critério intencional de escolha dos sujeitos, com o objetivo de atingir aquelas que estão no trabalho do cuidado de forma direta e que pudessem contribuir com a presente pesquisa.

A anuência das participantes na pesquisa ocorreu no momento da coleta de dados e foi registrada em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual elucidou as informações necessárias para adesão ao estudo, sendo entregue uma cópia do documento à entrevistada e outra à pesquisadora. O TCLE deste estudo foi elaborado de acordo com as orientações previstas nas Resoluções nº 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e o trabalho foi aprovado no comitê de ética da instituição sob o nº CAAE 70588023.1.0000.0017 e parecer nº 6.513.447.

Em posse dos materiais coletados, a sistematização das perguntas fechadas foi realizada em base de dados criado pela pesquisadora, utilizando a ferramenta *Microsoft Excel*, ao passo que a transcrição das perguntas abertas foi registrada no *Microsoft Word*. No que tange à análise e ao tratamento dos dados alcançados, optou-se pelo uso da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2010), pode ser entendida como um conjunto de técnicas que dão enfoque objetivo na mensagem que o sujeito expressa.

Ainda segundo esta autora, existem três momentos importantes desta técnica de análise, quais sejam: 1) Pré-análise; 2) Descrição analítica; e 3) Interpretação referencial. Na primeira, ocorre a denominada leitura flutuante, a qual consiste no primeiro contato com os dados brutos. O segundo momento refere-se ao tratamento do material, o qual é separado e categorizado a partir do referencial teórico que sustenta e embasa a pesquisa. O terceiro momento da análise de conteúdo configura-se no nível mais profundo de reflexão, no qual se adensa as discussões e estreita-se as relações e conexões encontradas nos materiais.

2. Resultados e Discussões

As aproximações teóricas e empíricas com o objeto de estudo ora proposto são tratadas a seguir, onde foram priorizadas as questões relativas aos aspectos socioeconômicos e de acesso às

políticas públicas, as quais ajudam a elucidar o perfil das mulheres acompanhantes sujeitos dessa pesquisa. Ademais, com vistas à exposição da perspectiva subjetiva de opiniões das entrevistadas, privilegiou-se as respostas das perguntas abertas, no intuito de aprofundar a compreensão sobre o objeto de estudo. Ressalta-se que, embora divididos em subtópicos para fins didáticos, estes resultados estão dialeticamente interligados sob a tríade universalidade-particularidade-singularidade.

2.1. Perfil Sociodemográfico das Mulheres Acompanhantes de Pessoas Idosas na Hospitalização.

A tentativa de análise do objeto de estudo conduziu a construção do perfil sociodemográfico das participantes, no intuito de conhecer a realidade social estudada, sobretudo a partir do entendimento de que “tratar as mulheres como um grande grupo universal não nos permite compreender as diferenças e as desigualdades vivenciadas entre diferentes raças e classes [...]” (SANTANA, 2019, p. 17).

Quadro 01: Apresentação do perfil sociodemográfico das acompanhantes de pessoas idosas hospitalizadas.

Part.	Idade	Esc.	Filhos	Trabalho	Renda	Etnia/cor
A1	19 anos	E.S.I.*	Não	Estudante	Sem renda	parda
A2	21 anos	E.S.I.	Não	Estudante	Sem renda	preta
A3	26 anos	E.M.C.*	Não	Desempregada	Menos de 1 salário mínimo ²	parda
A4	31 anos	E.M.C.	Sim	Desempregada	Menos de 1 salário mínimo	parda
A5	38 anos	E.M.I.	Sim	Desempregada	Menos de 1 salário mínimo	parda
A6	41 anos	E.M.C.	Sim	Confeiteira	Menos de 1 salário mínimo	parda
A7	43 anos	E.S.C.	Sim	Professora	De 1 a 2 salários mínimos	parda
A8	45 anos	E.F.I.*	Sim	Desempregada	Menos de 1 salário mínimo	parda
A9	47 anos	E.M.C.	Sim	Cozinheira	De 1 a 2 salários mínimos	parda
A10	52 anos	E. M. C.	Sim	Desempregada	Menos de 1 salário mínimo	parda
A11	58 anos	E. M. C.	Sim	Desempregada	Sem renda	parda
A12	65 anos	E. M. C.	Sim	Aposentada	1 salário mínimo ³	parda

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa de campo realizada em Dez/2023.

*Ensino Fundamental Incompleto *Ensino Médio Completo *Ensino Médio Incompleto *Ensino Superior Incompleto *Ensino Superior Completo.

Com base nas informações dispostas acima, observa-se que o perfil das acompanhantes se expressa por mulheres com idades entre 19 a 65 anos, com prevalência do intervalo etário de 40 a 59 anos. Importa ressaltar, a partir dos registros do diário de campo profissional, que não é incomum a presença de pessoas idosas como acompanhantes, tal qual ocorre com a participante A12.

Resultado semelhante fora encontrado nos estudos de Almeida et al. (2019), onde se observou que frequentemente mulheres idosas estavam na condição de cuidadoras e que necessitavam, também, de apoio, sobretudo devido a demandas de “suporte social, psicológico e físico, [em]

² Equivalente a R\$ 600,00.

³ No momento da realização do estudo, o valor do salário mínimo equivalia a R\$ 1.320,00.

uma fase em que emergem fragilidades e necessidades próprias do processo de envelhecimento” (ALMEIDA *et al.* 2019, p. 127).

Destaca-se ainda, como elemento fundamental, o quantitativo expressivo de entrevistadas que são mães (N=09), cuja quantidade de filhos varia de 1 a 4. Logo, observa-se que há um duplo cuidado, ao considerar que, além daquele prestado à pessoa idosa hospitalizada, há os filhos que também necessitam desse trabalho, sobretudo quando se trata de crianças. Para Bruschini (2007), “cuidar dos filhos” é uma das atividades que mais consomem o tempo das mulheres e incidem sobre a construção da carreira e vida profissional.

Além disso, é necessário destacar que o resultado encontrado quanto à etnia/cor das entrevistadas corrobora com o entendimento de que é fundamental considerar a raça nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, haja vista que, sem esse componente, a análise torna-se enviesada e homogênea as mulheres, o que não se verifica na realidade. O racismo atinge as mulheres negras de forma que é possível observar diferenças na exploração e opressão que sofrem, pois:

[...] além de assumirem posições subalternas em relação aos homens, ocupam os estratos mais precarizados em relação às próprias mulheres, principalmente no que tange aos cargos relacionados a tarefas intelectuais, sendo, ainda, as principais beneficiárias das políticas sociais compensatórias, que se desmantelam com maior rapidez de acordo com o avanço neoliberal. (VASQUES; FALCÃO, 2019, p. 372)

Sob esta perspectiva, significa afirmar que a divisão sexual do trabalho e as bases criadas por ela, para a opressão das mulheres, sobretudo as negras e pobres, está dialeticamente vinculada à manutenção do sistema capitalista que necessita manter a exploração de classe, raça e gênero (CISNE; MORAIS, 2018). Em estudos sobre esta temática, Nogueira e Passos (2020) afirmam que a dominação e exploração da sociedade brasileira tem em seu cerne tanto o patriarcado quanto o racismo, de modo que enfrentar a divisão sexual e racial do trabalho é também confrontar o capitalismo.

No aspecto religioso, verifica-se a predominância da fé cristã (católica e evangélica) e nota-se a presença do discurso divino atrelado ao cuidado realizado, visto que “a religião atua como suporte, o que pode ajudar a contornar ou superar determinada situação vista como sendo de difícil e até mesmo impossível resolução” (ALMEIDA *et al.*, 2019, p. 128). No relato das entrevistadas, a religião apresenta-se como mecanismo de enfrentamento da realidade de adoecimento, além de uma vocação e dom divino para a realização do cuidado:

[...] eu tenho o **dom de cuidar das pessoas, é o dom que Deus me deu**, aquela paciência de estar cuidando... Porque eu sei que não é fácil estar no hospital, então qualquer pessoa aqui que às vezes precisa, eu vou e ajudo, eu sou assim afetiva com as pessoas, pra poder ajudar o próximo. (A4 – grifos nossos)

Na sociedade capitalista patriarcal e na área da saúde, em particular, é lugar comum a compreensão de que as mulheres possuem um “dom”, um “instinto” capaz de realizar o trabalho de cuidado, com o qual supostamente as acompanhantes já nascem e não aprendem (COSTA, 2019). Sob esta perspectiva, embora se reconheça a importância da religião na composição do ser social, contraditoriamente, observa-se que este elemento, quando analisado na perspectiva de

gênero, também pulveriza e mascara a dimensão da socialização feminina, sob a égide da divisão sexual do trabalho, e, por conseguinte, a exploração e opressão advinda do trabalho de cuidado, em todas as esferas.

Quanto ao local de residência, as acompanhantes, em sua maioria, moram em Belém (N.08), região metropolitana (N.02) e região das ilhas (N.02), o que significa que, embora sejam componentes da mesma cidade, há particularidades, sobretudo, no acesso a saúde, transporte, lazer, dentre outros. No que se refere à condição trabalhista, evidencia-se que apenas 01 acompanhante (A7) tem vínculo de trabalho formal⁴, enquanto as outras 10 estão desempregadas, realizando trabalhos informais, de estudos, ou exclusivamente em atividades relacionadas ao cuidado doméstico e de outras pessoas, como os filhos e/ou familiares:

[...] assim como todos trabalham, todos têm as suas coisas pra fazer, eu também tinha, **acabei perdendo o emprego por causa da situação dele, pra não deixar ele sozinho**, devido a essa lesão dele, ele depende de outra pessoa pra ajudar ele. (A3 – grifos nossos)

O relato acima apresenta a situação de uma acompanhante que trabalhava formalmente, entretanto, devido a necessidade de se ausentar para acompanhar seu genitor em processo de hospitalização, foi demitida. Assim, observa-se a dificuldade de conciliar as atividades de cuidado com o trabalho formal, posto que estar na condição de acompanhante exige dedicação de tempo e necessidade de ausência em outras tarefas, sobretudo quando se trata de pessoas idosas em situação de adoecimento, o que comumente não é considerado no âmbito trabalhista, ainda mais quando se trata de vínculos precarizados, o que incide na perda do emprego.

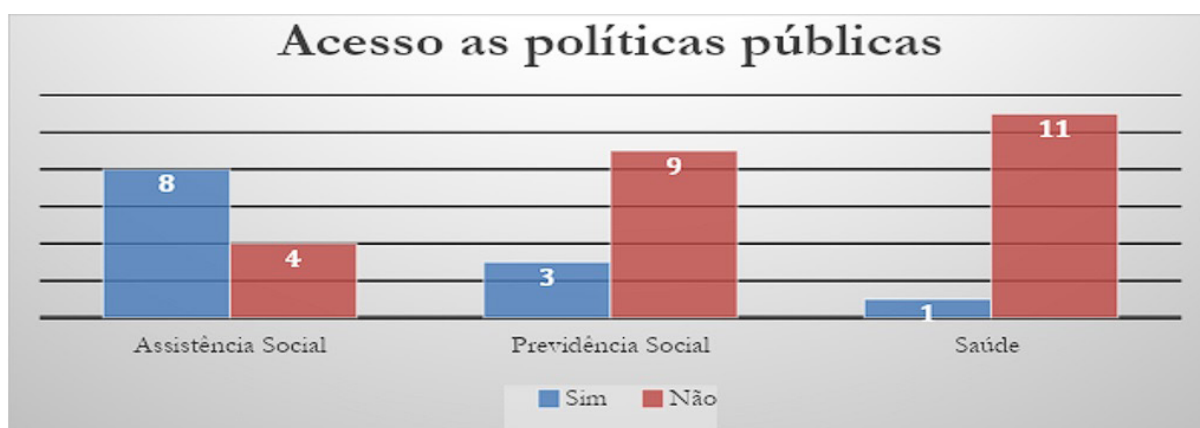
Necessário destacar que a falta de acesso ao trabalho formal e a inserção em atividades laborais precárias ou informais não se deve unicamente em decorrência do tempo dedicado ao cuidado, sendo este um processo multifatorial; entretanto, as entrevistadas mencionaram que as atividades relativas ao cuidar influenciam diretamente nesta realidade, especialmente para aquelas que são mães. Sobre o assunto, autoras como Moser e Dal Prá (2016) enfatizam que, em se tratando da esfera laboral, as mulheres que possuem a atribuição do cuidado enfrentam limitações profissionais, assim como “carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade” (MOSER; DAL PRÁ, 2016, p. 387).

Partindo da constatação das dificuldades de acesso ao trabalho formal e visando aprofundar o perfil das cuidadoras, buscou-se compreender como se dá a cobertura das outras políticas públicas e sociais às acompanhantes, com destaque para as componentes do sistema de seguridade social brasileiro: saúde, assistência e previdência social.

De acordo com Boschetti (2009), o texto constitucional da seguridade social brasileira é híbrido, pois tem influência de dois modelos de proteção social europeus, quais sejam: Beveridgiano e Bismarckiano. Desta forma, “conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência)” (BOSCHETTI, 2009, p. 08). Assim sendo, é considerada um avanço em termos de proteção social, ainda que em processo de contrarreformas (BEHRING, 2003), sendo, portanto, imprescindível na presente análise, conforme demonstra-se a seguir.

⁴ Outra acompanhante que acessou o trabalho formal encontra-se aposentada (A1).

Gráfico 01: Apresentação do acesso das acompanhantes às políticas públicas que compõem a seguridade social.



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa de campo realizada em Dez/2023.

Evidencia-se, mediante os dados acima, que a assistência social é a política que concentra a maior inserção das participantes entrevistadas (N=8) em comparação com as demais (previdência e saúde). Correlacionando os dados dispostos quadro 01 e no gráfico 01, observa-se que a renda menor que um salário-mínimo (R\$ 600,00) da maioria das entrevistadas é proveniente do programa de transferência de renda Bolsa Família, componente da política de assistência social. Este resultado expressa o que autores como Carlotto (2015), Moreira e Moser (2019), Fritzer (2015), Moser e Dal Prá (2016) evidenciam acerca da centralidade da política social na família, em especial, nas mulheres, pois:

Nesse contexto, elas surgem como **agentes de reprodução social**, administradoras de conflitos e mediadoras das expressões da questão social; são responsáveis pelos cuidados com as crianças e adolescentes, **idosos** e pessoas com deficiência, contraditoriamente os principais usuários de atendimento da política de assistência social. Não obstante, reafirmam-se as construções históricas de gênero e as diferenças entre homens e mulheres na condução das relações sociais. (MOREIRA; MOSER, 2019, p. 78, grifos nossos)

Ressalta-se que, embora “o acesso à renda represente um ganho incontestável trazido às mulheres pela inserção no Programa, não logra, porém, produzir alterações estruturais em suas condições de vida” (TEIXEIRA; CERQUEIRA, 2013, p. 225). O programa Bolsa Família é reconhecidamente um dos principais mecanismos de enfrentamento à pobreza no Brasil, entretanto, evidencia-se o familismo em suas concepções, na medida em que reitera a responsabilização feminina através das condicionalidades exigidas como forma de manutenção das famílias à proteção social (FRITZER, 2015).

Ao avançar à previdência social, verifica-se a participação de três acompanhantes na cobertura desta política: duas como beneficiárias (aposentada e pensionista) e uma como contribuinte (modalidade segurada obrigatória). Nesse item, é importante realizar um cruzamento com os dados sobre a inserção no mercado de trabalho, dispostos quadro 01, os quais apresentam um baixo índice de participação no mundo laboral, sobretudo, pelas tensões em conciliar trabalho produtivo e reprodutivo.

Comparando os dados, a baixa filiação previdenciária tem relação com a falta de acesso ao mundo do labor formal, assim como com a baixa renda, visto que, embora a previdência admita contribuições de pessoas que se encontram fora do trabalho formal (contribuintes facultativos), os recursos são insuficientes para o recolhimento ao Regime Geral de Previdência (RGPS), o que as conduz à cobertura pela política contributiva indireta de assistência social, ou seja, sem direitos protetivos, em caso de adoecimento, falecimento, maternidade, dentre outros, dispostos na previdência social.

Há uma tendência em reduzir o reconhecimento da previdência social ao recebimento de benefícios, auxílios, esquecendo-se de que se trata do reconhecimento institucional das demandas relativas ao trabalho. Isto inclui, também, **a negação do direito ao trabalho, ou seja, a negação da possibilidade de o trabalhador sobreviver no capitalismo, vendendo sua força de trabalho.** (TRINDADE, 2015, p. 58, grifos nossos)

Por fim, investigou-se o acesso à política de saúde, no âmbito da prevenção, tratamento e/ou reabilitação de agravos. Como resultado, apenas uma entrevistada é acompanhada com regularidade pelo SUS, embora as outras participantes deste estudo tenham mencionado que apresentam necessidades de buscar atendimento, em decorrência de algum processo de adoecimento em curso.

Esta realidade relaciona-se a diversos fatores, dos quais destacam-se, segundo as participantes, as dificuldades para marcação de consultas e exames, com longo tempo de espera, filas e ausência de atendimento, notadamente, na atenção básica. Entende-se que a precarização e (des) financiamento ou (sub)financiamento da política de saúde pública, sobretudo à atenção básica, influenciam diretamente no acesso ao SUS, haja vista as tensões existentes entre as diversas propostas que induzem à sua privatização (BRAVO; MATOS, 2006).

Para além, evidencia-se os obstáculos quanto à conciliação do autocuidado das acompanhantes com as atividades de reprodução social, que se dividem em cuidado com os filhos, trabalho doméstico, suporte ao familiar doente, em um contexto neoliberal de extrema responsabilização das famílias pelo bem-estar dos sujeitos:

[...] por todas as partes, as mulheres trabalham na sustentação da vida cotidiana, no interior das famílias; e são aquelas que se deslocam, desde muito cedo, para serviços de saúde, levando crianças ou outros/as enfermos/as, assim como são as principais acompanhantes nos hospitais; são também aquelas que compõem majoritariamente as filas de matrícula de filhos e filhas nos serviços educacionais; **e, são, ainda, as principais usuárias dos serviços de Assistência Social.** (FERREIRA, 2020, p. 28 grifos nossos)

Em síntese, tratar o cuidado em sua dimensão coletiva e não individual é condição fundamental para trazer ao centro do debate o contexto neoliberal das políticas sociais, no qual há o enxugamento do aspecto protetivo do Estado e alargamento da responsabilização das famílias, nelas, sobretudo, as mulheres, em um “descaminho da lógica dos direitos sociais” (CARLOTO, 2015, p. 163).

2.2. “Quando a Gente Casa, a Gente Promete na Saúde e na Doença!⁵”: caracterização do trabalho de cuidado no ambiente hospitalar.

Na área da saúde, especificamente no âmbito da atenção hospitalar, a família, em especial as mulheres, desempenham o papel fundamental de prestar suporte de cuidados na internação. Em particular, o suporte familiar à pessoa idosa é direito garantido, de acordo com o seu estatuto, no Art. 16: “Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, **devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral**, segundo o critério médico” (BRASIL, 2013, p. 14, grifos nossos).

Portanto, neste item, apresenta-se a forma como o trabalho de cuidado é desenvolvido por acompanhantes de pessoas idosas, com destaque para os principais arranjos organizativos dispostos na realização destas atividades.

Quadro 02: Caracterização da dinâmica do trabalho de cuidado ao paciente idoso no ambiente hospitalar.

Part.*	Idade do paciente	Sexo	Parentesco	Revezamento	Tempo diário hosp**	Remuneração
A1	69 anos	M	neta	sim	24 a 36 horas	Não
A2	71 anos	F	neta	sim	24 horas	Não
A3	74 anos	M	filha	Parcialmente	integralmente por 3/4 dias	Não
A4	82 anos	F	amiga	sim	24 horas	Não
A5	83 anos	F	neta	Parcialmente	integralmente por 3/4 dias	Sim
A6	61 anos	M	filha	sim	24 horas	Não
A7	92 anos	F	neta	sim	De 24h a 36h	Não
A8	66 anos	F	filha	não	integralmente	Não
A9	73 anos	F	neta	sim	24h	Não
A10	66 anos	M	cuidadora	não	integralmente	Sim
A11	62 anos	M	cunhada	sim	03 a 05 horas	Não
A12	75 anos	M	esposa	sim	12 horas diárias	Não

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa de campo realizada em Dez/2023.

*Participante. **Tempo diário no hospital.

Mediante o exposto no quadro acima, verifica-se que a maioria das cuidadoras possui vínculo familiar com as pessoas idosas hospitalizadas, o que corrobora às assertivas de Moser e Dal Prá (2016) acerca do cuidado familiar: “No âmbito dos cuidadores familiares, na maioria das famílias, uma única pessoa assume a maior parte da responsabilização do cuidado, sendo geralmente as mulheres que assumem essa responsabilidade: **esposas, filhas, noras, irmãs**” (Idem, p. 385, grifos nossos).

Em relação ao tempo diário dedicado ao cuidado, permanecem no hospital por período igual ou superior a 24 horas diárias, com possibilidade de revezamento (N=10) e, em sua maioria, sem remuneração. Há duas participantes que recebem ajuda de custo de outros familiares para a estadia no hospital, com suporte financeiro para cobrir algumas despesas com transporte e alimentação.

⁵Trecho do relato da participante nº 12.

Quando questionadas em relação as outras pessoas com as quais realizam troca, observou-se que a maioria reveza com outras mulheres, especialmente, oriundas da família extensa do/a usuário/a internado/a. Destaca-se que algumas participantes realizam cuidado integral, sem a possibilidade de trocar com outras pessoas, o que, de certa forma, acarreta maior período na hospitalização, corroborando em relatos de dificuldades e sobrecarga:

Geralmente aqui é só eu, né? Eu preciso de uma pessoa a mais, justamente pra estar podendo se locomover, porque só pra mim é difícil ajudar ela a levantar, eu tenho que estar chamando os outros muitas vezes, eu tenho que chamar as pessoas pra me ajudar e eu fico com vergonha e isso aí empata, eu sei que cada um [acompanhante] tem seu paciente pra dar atenção. (A3)

Diante desses resultados, tornou-se fundamental o questionamento: Quais atividades as mulheres acompanhantes estariam realizando se não fosse o cuidado? Nesse sentido, 08 participantes mencionaram algumas ocupações que estão paralisadas em decorrência do período na hospitalização: 1) atividades físicas; 2) tempo com os filhos; 3) universidade; 4) trabalhos informais de vendas; e 5) trabalho doméstico.

Ademais, ao prosseguir com a análise do quadro 02, registra-se que o perfil das pessoas idosas que recebem o cuidado é diverso, com variações nos níveis de dependência, tendo em vista o contexto particular do adoecimento de cada paciente, de modo que alguns se encontram com notáveis limitações para as atividades diárias e, assim, demandam maiores cuidados, como ocorre no relato acima destacado. Em geral, o tempo de internação nas enfermarias desta unidade se constitui de médio a longo prazo, visto que os(as) usuários(as) comumente estão em processo de investigação diagnóstica, tratamentos de complicações de doenças crônicas, metabólicas e oncológicas.

Embora haja especificidades, em um contexto geral, as participantes mencionaram que as principais demandas relativas ao cuidado na internação são: Auxílio no banho (N=12); locomoção (N=10); administração de medicamentos (N=9); alimentação (N=6) e auxílio em procedimentos realizados pela equipe (N=6). Registra-se, no último item citado, que a família, através das acompanhantes, é convocada a suprir as lacunas deixadas pelo sucateamento da política de saúde pública, sendo responsáveis por atividades que deveriam ser realizadas por profissionais de saúde.

Durante as entrevistas, bem como a partir do cotidiano do trabalho profissional, observa-se acompanhantes auxiliando em procedimentos de curativos, banho no leito, dentre outras atividades relativas à equipe técnica assistente. Resultados similares foram encontrados em pesquisa realizada por Steytler e Oliveira (2016), os quais analisaram as incidências de responsabilização de tarefas de cuidado a famílias no contexto hospitalar:

Nesse complexo de relações a família é levada a se responsabilizar por seu familiar, nos cuidados que, de origem, seriam de responsabilidade do sistema de saúde, dos serviços de saúde e dos profissionais de saúde, em um contexto de internação. (STEYTLER; OLIVEIRA, 2016, p. 182)

Importante ressaltar que não se trata de culpabilizar os(as) trabalhadores(as) do hospital que prestam assistência direta, a exemplo da enfermagem, por tais situações, do contrário, evidencia-se que o cenário ora vivenciado é o de redução do número de servidores(as), sucateamento e precarização das condições de trabalho nos processos de cuidado durante a internação hospitalar.

Segundo Steytler e Oliveira (2016), há uma indefinição das tarefas relativas aos profissionais de saúde e ao acompanhante, sendo frequentemente empregadas atribuições de auxiliar nas atividades e rotinas com o paciente, ao mesmo tempo em que se supõe atenção na área dos afetos e suporte emocional. Neste íterim, corrobora-se com os autores na perspectiva de que:

A complexidade das demandas que se apresentam aos usuários e familiares, na internação hospitalar, aprofunda-se diante de um processo de **(des) proteção social às famílias**, em uma conjuntura na qual a família apresenta expressões diversas na sociedade contemporânea, a exemplo do papel da mulher no âmbito familiar, das novas configurações familiares, das transformações culturais e educacionais e outras, conforme citado. Nesse complexo de relações a família é levada a se responsabilizar por seu familiar, nos cuidados que, de origem, seriam de responsabilidade do sistema de saúde, dos serviços de saúde e dos profissionais de saúde, em um contexto de internação. (STEYTLER; OLIVEIRA, 2016, p. 182, grifos nossos)

Nesse ponto, é necessário salientar que a instituição lócus deste estudo é gerida pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Instituída a partir da Lei nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011, a EBSERH configura-se uma empresa pública, de direito privado e patrimônio próprio, com o objetivo de “administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS” (BRASIL, 2011).

Em outubro de 2015, o Hospital Universitário, que se constitui lócus deste estudo, assina contrato com a empresa supracitada, sendo alvo de diversas críticas. Ainda que não se constitua objetivo principal deste trabalho, é indispensável registrar que a mencionada instituição é alvo de diversas críticas, inclusive pelo Serviço Social, por contribuir para a acentuação da precarização dos serviços públicos e das condições de trabalho dos profissionais de saúde, devido a sua forma de gestão gerencialista⁶ (BESERRA, 2018), o que recai também nos usuários(as) atendidos e seus acompanhantes.

Partindo para o aprofundamento dos fatores que incidem na relação de cuidado, torna-se necessário analisar os motivos pelos quais as cuidadoras prestam o suporte de acompanhamento na internação, dos quais se pode realizar determinadas inferências com base na literatura especializada, conforme se demonstra a seguir:

⁶Por gestão gerencialista, entende-se a forma pela qual se introduz no serviço público lógicas de gestão privadas, notadamente a partir da concepção de cidadão-cliente e de mecanismos de modernização, produtividade, eficiência, dentre outros. Ler mais em Mendonça (2020).

Quadro 03: Sistematização dos motivos para a realização do cuidado.

<i>Participante</i>	<i>Relato</i>	<i>Categoria</i>
A3	Por amor a ele , primeiramente, porque eu sei que ele não tem outros apoios como ele tem de mim, né? Porque é uma briga muito grande com os filhos, a gente discute muito devido a situação dele, porque é cansativo ficar só uma pessoa direto.	Amor; Rede de apoio reduzida.
A4	É porque eu gosto dela , é porque eu nunca tive avó, meus avós morreram antes de eu nascer.	
A7	Os motivos são amor e carinho , eu sou muito apaixonada pela minha família, não só pela minha avó, como minha mãe, meu pai [...] eu sou muito emotiva em relação a família, eu deixo tudo, largo, se precisar eu tô ali direto.	
A11	[...] eu faço por amor e porque eu gosto de servir às pessoas, eu sempre me disponho a ajudar.	
A8	[...] é um prazer cuidar dela , ela cuidou de mim, então é um prazer cuidar dela até o último dia da vida dela.	Retribuição
A9	É porque ela é minha mãe, ai tem que cuidar, mãe sabe como é? Eu acho que esse é o motivo, que ela é a minha mãe.	Responsabilidade/obrigação
A12	[...] quando a gente casa, a gente promete na saúde e na doença , então, eu tô com ele, tenho que cuidar dele.	
A1	Olha, eu penso muito na minha futura profissão que é enfermagem, então eu digo que já é um treinamento fazer isso agora. Não que o meu avô mereça que eu esteja aqui , porque o meu avô é uma pessoa muito difícil, então eu venho mesmo pra não ficar com a consciência pesada.	
A2	Porque ela é a minha avó, eu tenho que ajudar , meu pai trabalha também, eu tô de férias e eu também já ajudo ela em casa, eu e a minha irmã a gente reveza.	

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa de campo realizada em dezembro/2023.

Conforme disposto no quadro acima, evidencia-se que o amor é apresentado pela maioria das participantes como o principal motivador para a realização do cuidado. Estudos de Federici (2019) apontam que, a partir do sentimento de amor, ocorre a naturalização da relação de cuidado como afeto e não como trabalho no âmbito da reprodução social, devendo ser realizado, exclusivamente, pela via do sentimento, como um dever moral e não remunerado:

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. **Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor**, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida [...] (FEDERICI, 2019, p. 44, grifos nossos)

Nesta análise, é relevante considerar a importância do relato das pesquisadas quanto à satisfação originada pelo cuidado, porquanto, compreende-se que a maioria se identifica com as atividades realizadas, sobretudo como forma de retribuição pelos cuidados desenvolvidos em outros momentos da vida, conforme se observa em alguns relatos do quadro 03. Entretanto, é necessário salientar também que, contraditoriamente, a partir da apropriação desse trabalho de reprodução, o capital mantém a dominação de gênero necessária à sua manutenção, assim como fortalece a compreensão de que “não se pode ser mulher sem cuidar de algo, da família, da casa, dos filhos, de um ente familiar enfermo” (FERNANDES, 2020, p. 46).

Retomando os dados expostos no quadro 03, aponta-se que a responsabilidade mencionada pelas participantes pode ser entendida em seu sentido amplo, em duplo processo: 1) incum-bência dos contratos sociais, como o casamento; e 2) como responsabilidade/obrigação pelo paciente internado, através do vínculo de parentesco intergeracional. O primeiro refere-se ao compromisso do casamento, no qual o cuidado é, além de dever, uma promessa, intensificada por ideais religiosos, conforme relatado pela participante nº 12.

Quanto ao segundo aspecto, com base nos materiais deste estudo, assim como nos registros do diário de campo profissional, vislumbra-se que, embora com dificuldades e conflitos, a família é cobrada a se responsabilizar pelo cuidado, de modo que, nas narrativas, a expressão “responsabilidade” aparece com frequência. Em se tratando de pessoas idosas, essa realidade é ainda mais evidente, ao considerar que este público possui respaldo legal do direito ao acompanhante, contudo, problematiza-se que este usuário/a hospitalizado/a não deve ser apenas cuidado pelos acompanhantes, o Estado também tem essa atribuição.

Concomitantemente, segundo as acompanhantes, diversas são as dificuldades para a prestação do suporte de acompanhamento na internação, que se relacionam, especialmente, à sobrecarga do cuidado e à invisibilidade de suas necessidades pela instituição. A expressão desta realidade pode ser vislumbrada na ausência ou ínfima informação dos(as) acompanhantes nos registros de atendimentos dos profissionais que compõem a equipe assistente com exceção do Serviço Social e Psicologia⁷.

De outro modo, observa-se que, nas ocasiões em que há algum empecilho na prestação do cuidado familiar ao usuário internado, o foco da instituição é direcionado totalmente às pessoas que estão como acompanhantes, de modo que a capacidade protetiva das famílias, no hospital, é frequentemente questionada, principalmente na perspectiva da responsabilização, e não da escuta/atenção às suas necessidades. Nesse sentido, observa-se que a instituição supõe “[...] relações familiares cristalizadas em paradigmas idealizados e não em situações reais” (STEYLER;

⁷A afirmação acima não significa mencionar que as outras profissões que compõem a assistência não oferecem atenção aos acompanhantes, entretanto, de forma sistemática e em se tratando de registros no prontuário eletrônico, verifica-se com maior capilaridade a inserção de assistentes sociais e psicólogos.

OLIVEIRA, 2016, p. 183), o que acarreta em cobranças àqueles que prestam o cuidado, na perspectiva da culpabilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com o presente estudo não encerram as possibilidades de análises sobre a feminização do trabalho de cuidado no ambiente hospitalar, mas permitem traçar algumas considerações acerca dos objetivos propostos com a realização desta pesquisa. A investigação realizada permitiu constatar, no que tange ao perfil das acompanhantes, que, em sua maioria, trata-se de mulheres autodeclaradas como pardas e pretas, e que, devido ao trabalho de cuidado, possuem inúmeras dificuldades para o ingresso e manutenção do trabalho formal, motivo pelo qual há notável inserção na política contributiva indireta, qual seja, a assistência social, sobretudo, a partir do programa Bolsa Família.

Além disso, nota-se que, embora as mulheres que participaram deste estudo estejam com frequência ocupando lugares de acompanhantes na área da saúde, a sua inserção enquanto usuárias dessa política é baixa, haja vista as dificuldades em conciliar autocuidado e o suporte de cuidados a outrem. Ademais, a baixa cobertura da previdência social dificulta e impossibilita a garantia de direitos protetivos, notadamente aposentadorias na velhice e pensão para seus dependentes.

Ou seja, o Estado, ao relegar o trabalho de cuidado às famílias, em especial às mulheres, corrobora em uma baixa proteção social de suas necessidades via políticas públicas, as quais estão progressivamente mais focalizadas, em detrimento da universalidade proposta pelo sistema de seguridade social. Recomenda-se que outros estudos e pesquisas sobre essa temática sejam conduzidos, a fim de ilustrar as incidências dessa realidade na vida das famílias brasileiras.

No que se refere à dinâmica do cuidado no ambiente hospitalar, destaca-se que as atividades exercidas pelas acompanhantes são extensas, do ponto de vista do tempo dedicado a este trabalho e das atribuições. De acordo com os resultados, em geral, as cuidadoras dispõem mais de 12 horas diárias na realização de atividades, as quais se somam aquelas realizadas em outras instituições de saúde e no âmbito doméstico. Vale ressaltar que, embora o lócus de análise deste trabalho seja o hospital, é necessário considerar que, para muitos usuários, após a desospitalização, as necessidades em saúde permanecerão, o que indica continuidade de cuidado em domicílio.

Em consonância com o que a literatura aponta, verifica-se com nitidez a expropriação do tempo no capitalismo para atividades de reprodução social, sendo esta agravada ainda mais por questões de gênero, raça e classe. Ao considerar o cuidado enquanto trabalho invisibilizado e não remunerado, observa-se que algumas participantes estão realizando jornadas de trabalho contínuas, uma vez que, em determinadas situações, o revezamento com outros familiares ocorre após 24h ou 36h na internação, o que incide em relatos de desgaste, poucos momentos de sono e atividades de lazer.

Portanto, as narrativas das participantes, assim como as leituras da realidade e os apontamentos do diário de campo profissional, conduzem ao entendimento de que o trabalho de cuidado no hospital segue a lógica de apropriação do tempo feminino para a reprodução social, particularmente, de pessoas idosas internadas. Além disso, a invisibilização das demandas das acompanhantes pela instituição relaciona-se a lógica geral da divisão sexual do trabalho, através das quais atividades de cuidado são vistas de forma naturalizada.

Importante registrar que, para além da exploração do trabalho e de seus rebatimentos negativos, o cuidado é apreendido, também, para muitas acompanhantes enquanto fonte de satisfação pessoal, presente na maioria dos relatos através do amor como o estímulo principal para esta atividade. Há que se reconhecer esta questão parafraseando Santana (2019, p. 13), a partir da concepção de que não há problemas, necessariamente, no cuidado, “mas o lugar ocupado pelo trabalho de reprodução da vida no capitalismo”.

Portanto, ao compreender que a realidade é dialética, tendo ainda diversas mediações a serem contempladas nesta discussão, é imperiosa a realização de outras pesquisas com esta temática, com o objetivo de contribuir para as produções críticas no âmbito do Serviço Social, articulado às discussões mais gerais do mundo do trabalho e do modo de produção capitalista. E, em particular, fortalecer esse debate na área da saúde, de modo interdisciplinar, especialmente em âmbito hospitalar, onde se verifica inúmeras requisições institucionais conservadoras, que objetivam a culpabilização das famílias, notadamente, as mulheres no processo de acompanhamento de usuários internados, em especial, de pessoas idosas.

Ressalta-se, ainda, a importância de, na área da saúde, o/a acompanhante ser tratado na perspectiva de um sujeito de direitos, o qual possui necessidades e se constitui fundamental no processo de saúde do/a usuário/a hospitalizado. Deste modo, deve ser considerado na formulação e planejamento das normas e rotinas institucionais, para a garantia de meios de exercer o cuidado de forma digna.

Para além, é imperioso entender que as acompanhantes não são sujeitos passivos neste processo, sendo fundamental aos assistentes sociais fortalecerem as suas estratégias de resistência e seus questionamentos, especialmente no estímulo ao seu protagonismo e mecanismos de participação social na área da saúde, a exemplo das ouvidorias e conselhos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alessandra Vieira de *et al.* Perfil das mulheres idosas cuidadoras e os fatores associados à relação de cuidado. *O Social em Questão* - Ano XXII - nº 43 - Jan a Abr/2019, pg 121 - 142.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. Cortez Editora, 2003.

BESERRA, I. K. N. *A esberb e o serviço social: reflexões sobre o processo de trabalho do assistente social num hospital de alta complexidade*. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. CFESS, 2009.

BRASIL. Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112550.htm>. Acesso em: 02/11/2023.

BRASIL. Portaria nº 280/1999. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt0280_07_04_1999.html>. Acesso em: 13/10/23.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. 3ª Edição, 2ª reimpressão. Brasília: 2013.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. d. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, p. 1-22, 2006.

BRUSCHINI, M. C. A. B. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

CARLOTO, C. M. Programa Bolsa Família, Cuidados e Uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R.; CAMPOS, M. e CARLOTO, C. (Orgs.) *Familismo direitos e cidadania: contradições da política social*. Cortez Editora, 2015.

CISNE, M. e MORAIS, S. M. S. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética do assistente social*. Brasília: 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na política de Saúde*. Brasília: 2010.

COSTA, V.M.C. *Se eu não vier, ninguém vem: tensões femininas no cuidado*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2019. 143 fls.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas*. Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, V. D. O. *A Mulher na Condição de Cuidadora Integral: análise do papel feminino na Clínica Médica do Hospital Universitário Presidente Dutra (HU-UFMA)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão: 2020. 97f.

FERREIRA, V. M. *Apropriação do Tempo de Trabalho das Mulheres nas Políticas de Saúde e Reprodução Social: uma análise de suas tendências*. Recife: Ed. UFPE, 2020.

FRITZER, J. A feminização da assistência social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social. *Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais*. Santa Catarina, 2015.

GIL, A. C. *Modos e técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDONÇA, Tatiana. *Modernização do serviço público no Brasil: os rumos para o trabalho e o servidor no INSS*. 319 fls. Dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza, 2020.

- MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOREIRA, T. A.; MOSER, L. Família, trabalho do cuidado e uso do tempo: desafios para mulheres de baixa renda. *O Social em Questão - Ano XXII - n° 43 - Jan a Abr/2019*.
- MOSER, L. DAL PRÁ, K. R. Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.382-392, dez. 2016.
- NOGUEIRA, C. M. e PASSOS, R. G. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de heleieth saffioti. *Caderno CRH*, Salvador, v. 33, p. 1-9, 2020.
- SANTANA, Bianca. Prefácio. In: FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas*. Editora Boitempo, 2019.
- STEYTLER, S. J. S.; OLIVEIRA, A. D. Direito ou responsabilização das famílias no acompanhamento hospitalar. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 174-190, jan./abr. 2016.
- TEIXEIRA, M.; CERQUEIRA, M. D. S. R. O programa bolsa família/vida melhor e as mulheres – transferência de renda e equidade de gênero no Distrito Federal. In: YANNOULAS, S. C. (Org.) *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013.
- TRINDADE, R. L. P. Questões ético-políticas para o trabalho do/a assistente social na Previdência Social. In: *Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*. 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social (2014). CFESS: Brasília, 2015. p. 57-64.
- VASQUES, A. C. B. e FALCÃO, A. T. S. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. *O Social em Questão - Ano XXII - n° 43 - Jan a Abr/2019*.

Fazeres e Saberes de Mulheres que se Utilizam de Plantas Medicinais em Práticas de Curas na Amazônia Tocantina no Pará

Prácticas y Saberes de Mujeres que Utilizan Plantas Medicinales en Prácticas Curativas en la Amazonía Tocantina de Pará

Practices and Knowledge of Women who use Medicinal Plants in Healing Practices in the Tocantina Amazon in Pará

Benedita Celeste de Moraes Pinto

Daniela Daniele Rodrigues Gaia

Renata Ferreira Siqueira

Resumo: Este trabalho trata das vivências e dos saberes cotidianos de mulheres que utilizam plantas medicinais no município de Cametá, no Pará, região da Amazônia Tocantina. O estudo baseia-se em uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, obtida através de entrevistas e conversas informais com mulheres que fazem uso da medicina popular baseada na utilização de cascas, plantas e óleos de plantas medicinais. Dados da pesquisa apontam que a prática da medicina tradicional realizada por mulheres também pode ser vista como uma fonte de renda para o sustento da sua família, uma vez que algumas mulheres, consideradas as guardiãs desses saberes, preparam banhos, pomadas e garrafadas para vender, sendo, pois, uma forma de gerar renda extra para ajudar na alimentação e nos produtos básicos de suas residências.

Palavras Chave: Mulheres. Fazeres. Saberes. Práticas de Cura.

Resumen: Este trabajo aborda las vivencias y saberes cotidianos de mujeres que utilizan plantas medicinales en el municipio de Cametá, en Pará, en la región amazónica de Tocantina. El estudio se basa en una investigación de campo, de carácter cualitativo, obtenida a través de entrevistas y conversaciones informales con mujeres que utilizan la medicina popular basada en el uso de cortezas, plantas y aceites de plantas medicinales. Los datos de las investigaciones indican que la práctica de la medicina tradicional realizada por las mujeres también puede ser vista como una fuente de ingresos para sustentar a su familia, ya que algunas mujeres, consideradas guardianas de estos conocimientos, preparan baños, ungüentos y frascos para vender, por lo que es una manera de generar ingresos extras para ayudar con alimentos y productos básicos en sus hogares.

Palabras Claves: Mujer. Haciendo. Conocimiento. Prácticas curativas.

Abstract: This work deals with the daily experiences and knowledge of women who use medicinal plants in the municipality of Cametá, in Pará, in the Tocantina Amazon region. The study is based on field research, of a qualitative nature, obtained through interviews and informal conversations with women who use folk medicine based on the use of barks, plants and oils from medicinal plants. Research data indicate that the practice of traditional medicine carried out by women can also be seen as a source of income to support their family, since some women, considered the guardians of this knowledge, prepare baths, ointments and bottles to sell. Therefore, it is a way to generate extra income to help with food and basic products in their homes.

Keywords: Woman. Haciendo. Knowledge. Healing practices.

Benedita Celeste de Moraes Pinto – Pós Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT (PROCAD Amazônia - Capes -2019). Atualmente é professora Adjunto A da Universidade Federal do Pará, lotada no Campus Universitário do Tocantins/Cametá. E-mail: celpinto18@gmail.com

Daniela Daniele Rodrigues Gaia – Graduada em História (2018) pela Universidade Federal do Pará (2023). Possui pesquisa na área de História, com foco em História Contemporânea e História do Brasil com ênfase em temas como: História da Amazônia; relações de gênero; memórias; cultura; oralidade.

Renata Ferreira Siqueira – Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2015) - Campus Universitário do Baixo Tocantins/Cametá. Especialista em Educação Inclusiva no Campo pela Universidade Federal do Pará/Cametá (2019) e Língua Brasileira de Sinais - UNIASSELVI (2023).

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das vivências e dos saberes cotidianos de mulheres que se utilizam de plantas medicinais no município de Cametá, no Pará, região da Amazônia Tocantina, na perspectiva de analisar, por meio de narrativas que entrelaçam suas histórias, memórias, práticas e vivências, o caráter cultural e social atravessados pelas práticas de curas com plantas e ervas medicinais, saberes tradicionais carregados de ensinamentos e aprendizados, que contribuem para o cuidado da saúde das pessoas nessa região.

Metodologicamente, o estudo buscou apoio teórico em obras de autores que se voltam para questões relacionadas a saberes e práticas de curas tradicionais. Da mesma forma, foi realizada a pesquisa de campo, mediante realização de entrevistas e conversas informais com mulheres que fazem uso da medicina popular baseada na utilização de cascas, plantas e óleos de plantas medicinais.

Nessas condições, refletir acerca das histórias dessas mulheres, de seus fazeres e saberes é de suma importância, devido à necessidade de se reconhecer e valorizar a participação feminina no uso de plantas medicinais, imbricado por inúmeros ensinamentos. Conforme afirma Zuleika Alambert (2004), desde a Antiguidade, as mulheres que trabalhavam utilizando plantas medicinais faziam para sobreviver e gerar sua autonomia, posto que:

Desde a Antiguidade até nossos dias, as mulheres sempre se bateram para sobreviver fisicamente, para defender um lugar que lhes foi escamoteado, para adquirir sua autonomia física e espiritual e sua libertação como ser humano. Nesse processo belíssimo, para não submergir de vez, elas conservam o antigo amor na natureza e às antigas formas de compartilhar e não tomar, de proteção em lugar de opressão, e visão de poder como responsabilidade e não domínio. (ALAMBERT, 2004, p. 66)

A partir desse modo de sobrevivência, conforme defende Alambert (2004), é interessante pensar como essas mulheres utilizam seus saberes tradicionais como forma autônoma de sobrevivência. Lembrando-nos que as lutas das mulheres não são novas, mas vêm se constituindo ao longo dos anos, apresentando-se de diversas formas, especialmente no que concerne aos tipos de relações respeitadas que estabelecem com a natureza.

Os papéis dissolvidos pelas mulheres entrevistadas são dinâmicos e constantes, uma vez que a execução das atividades domésticas, seja nos seus lares ou fora deles, também oportunizam contatos com o ato de plantar as ervas, coletar ou, até mesmo, na preparação dos remédios. Em vista disso é que suas histórias de vida e vivências cotidianas são enveredadas pelos ecos resistentes das suas memórias e das suas ancestrais, conhecidas pelo revisitar de suas lembranças, que, a partir da oralidade, contam suas memórias, vivências e saberes aliados ao uso da medicina popular. Portelli (2000, p. 43) tem razão ao afirmar que a história oral é imprescindível na pesquisa, por estudar “a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais”, na medida em que as fontes orais:

[...] contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve

para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos. (PORTELLI, 1997, p. 31)

Atentas a essas recomendações de Portelli (1997), durante as atividades de pesquisa de campo, foi possível dialogar, de forma mais estreita, com três mulheres, cujas narrativas estão entrelaçadas de memórias, histórias e saberes acerca do uso da medicina popular baseada na utilização de cascas, plantas e óleos de plantas medicinais. Deve-se ressaltar que todas as mulheres entrevistadas assinaram o Termo de Esclarecimento de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que autoriza suas falas e imagens neste estudo.

O trabalho coletivo das mulheres entrevistadas é realizado em oficinas nas comunidades e nos contatos com pessoas enfermas, sobretudo, quando buscam curar os males do corpo com chás, banhos, infusões ou garrafadas, entre outros. Nesse sentido, suas atividades são desenvolvidas em grupos de mulheres, que disseminam o conhecimento popular através das plantas medicinais, proporcionando, dessa maneira, que os conhecimentos culturais e medicinais, advindos da terra e da floresta, alcancem cada vez mais pessoas, resultando em autonomia e sustentabilidade para aquelas que se identificam e se dedicam a manipular plantas medicinais.

Dessa forma, as plantas que curam têm auxiliado na prevenção e no cuidado de doenças das pessoas na região da Amazônia Tocantina, onde a natureza fornece a alimentação e ajuda a viver e a sobreviver. Isso porque são folhas, raízes, cascas e frutos que auxiliam no tratamento de diversos tipos de doenças, evitam e previnem o não adoecimento, dado que uma planta pode servir para curar várias doenças nessa região.

Trata-se de um aprendizado histórico, social e cultural, pelo qual cada povo, cada grupo social desenvolve conhecimentos de diversas formas. Em decorrência disso, valorizar a memória e registrar esses relatos, como é o caso das mulheres entrevistadas/colaboradoras do presente estudo, tornam-se fundamentais para que seus saberes não desapareçam. Isso dado que o conhecimento científico, aliado ao conhecimento tradicional, tem complementado estudos a respeito do uso e da manipulação das plantas medicinais, prosseguindo com esse processo tão rico de vivências e experiências.

É imperioso mencionar que as mulheres sempre foram invisibilizadas no processo histórico-social por uma historiografia eurocêntrica que visava tão somente “aos grandes feitos”, reforçando a materialização de uma imagem do homem como provedor do lar. Em vista disso, era comum o discurso relacionado às atividades que as mulheres desempenhavam, as quais, embora gerassem renda, eram inferiorizadas ou não eram mencionadas.

Análises feitas com base nos estudos de Pinto (2004; 2010; 2012), Perrot (2017) e Portelli (2016) possibilitam inferir que esses “silêncios” historiográficos são rompidos quando viabilizamos escutar as histórias e as memórias dessas mulheres, as suas estratégias de vida e a relação que estabelecem com a natureza e com as plantas medicinais, que garantem geração de renda com a venda dos produtos e das infusões curativas que elas preparam.

Atuando nesses fazeres e saberes, elas conseguem garantir a subsistência de suas famílias ou, até mesmo, iniciar um pequeno negócio, capaz de assegurar suas respectivas autonomias. Diante disso, a relação feminina com a natureza tem gerado sustentabilidade às mulheres, que se expressam em formas de reagir e resistir, utilizando seus saberes frente aos problemas sociais enfrentados cotidianamente.

1. Mulheres e a Arte da Reinvenção Histórica

A Amazônia possui muitas histórias, com personagens diversos, únicos e carregados de muitos saberes. Nessa lógica de tentar romper com o processo de invisibilidade feminino durante o processo histórico, neste estudo, oportunizamos o ressoar dos ecos das vozes resistentes das mulheres amazônidas do município de Cametá, região da Amazônia Tocantina. Acerca disso, Sharpe (1992) afirma que, por um longo tempo, a história apenas valorizava os “grandes feitos”, direcionando-se para uma “história da elite”. No mesmo sentido, segundo Perrot (2017):

Muitas vezes observou-se que a história das classes populares era difícil de ser feita a partir de arquivos provenientes do olhar dos senhores – prefeitos, magistrados, padres, policiais... Ora, a exclusão feminina é ainda mais forte. Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês? (PERROT, 2017, p. 171)

Nessa seara, Perrot (2017) evidencia a dificuldade de achar as histórias femininas e populares em documentações. Observa-se, dessa maneira, que, nas sociedades, principalmente as ocidentais, existe o predomínio de uma história de dominação masculina, pois eram os próprios homens que escreviam a história. Por isso, a história de mulheres se tornava secundária, assim como seus feitos como sujeitas históricas eram deixados de lado em prol de uma história factual patriarcal.

Contudo, segundo Dias (1995), a historiografia das últimas décadas favorece uma história social das mulheres, por se voltar para a memória de grupos marginalizados do poder. Isso porque novas abordagens e métodos adequados libertam, paulatinamente, os historiadores de preconceitos atávicos, abrindo espaço para uma história microssocial do cotidiano: a percepção de processos históricos diferentes, simultâneos, e a relatividade das dimensões da história linear, de noções como progresso e evolução, dos limites de conhecimento possível diversificam os focos de atenção dos historiadores, antes restritos ao processo de acumulação de riqueza, do poder e à história política institucional (DIAS, 1995 *apud* PINTO, 2004).

Por outro lado, a partir da História Oral e do revisitar de memórias e lembranças, mediante a história de mulheres nas comunidades quilombolas da região do Tocantins, figuras emblemáticas como Felipa Maria Aranha, liderança feminina do quilombo Mola ou Itapocu, Maria Luiza Piriá e tantas outras mulheres amazônidas que resistiram e elaboraram – e elaboraram – suas próprias histórias em seus povoados, transpassando todo e qualquer processo de ocultamento, Pinto (2012) assevera que:

As mulheres aqui se forjam personagens de suas próprias histórias. Ultrapassam as barreiras ideológicas do silêncio da historiografia para provarem que

são, igualmente, portadoras de poderes diante dos homens. Poderes nos mais diversificados âmbitos sociais, cuja simbologia procuro explicitar através deste estudo de relações de gênero. (PINTO, 2012, p. 4)

Sem dúvida, as mulheres amazônidas sempre forjaram personagens de suas histórias, carregando consigo todo um saber ancestral de um povo, que sobreviveu a um processo de apagamento histórico, mas que, também, resistiu para que suas raízes culturais permanecessem vivas, lutando e resistindo pelos seus filhos, filhas, netos e netas, reinventando-se a cada dia, desempenhando os papéis que forem necessários para sobreviver.

É válido ressaltar que, quando abordamos gênero, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. No tocante às mulheres amazônidas, discutir sobre gênero e relações de poder de forma generalizada torna-se muito vago. Em virtude disso, é necessário fazer o recorte que consiga dar conta do contexto sociocultural e biodiverso da Amazônia. Nesse sentido, de acordo Freire (2008), alguns pontos são essenciais para compreender essas relações de gênero dentro do território amazônico:

A construção do termo gênero como categoria de análise contribuiu muito para esses primeiros estudos, contudo, ainda é um termo não concluído. Importante considerar os alcances realizados em estudos sobre mulheres e homens a partir desse conceito, mas do mesmo modo é preciso considerar seus limites. Nesse sentido, a perspectiva de gênero aplicada ao contexto da realidade amazônica precisa ser analisada de forma crítica, não perdendo de vista os estereótipos imbricados pelo olhar exótico em que se naturaliza a cultura amazônica. (FREIRE, 2008, p. 1)

Nota-se que, para o contexto amazônico, há mulheres que necessitam de demandas específicas, não só por estarem em um contexto geográfico diferente como também por exercerem atividades e realidades de vidas específicas em uma diversidade etnocultural abrangente.

Em seus escritos, Freire (2008) infere acerca dos papéis sociais empregados a homens e mulheres no domínio do saber tradicional com plantas medicinais. Um deles é que as mulheres desenvolvem mais funções sociais que os homens, uma vez que:

As mulheres detentoras desse conhecimento agregam mais “funções” sociais que os homens. Elas, na medida em que conhecem de plantas medicinais, geralmente são rezadeiras e parteiras; já os homens não são parteiros, mais por uma questão que relaciona de modo “intrínseco” sexo, costumes e moral que coletivamente vê nisto como algo natural que seja desse jeito; pois, o que não ocorre no parto em hospital, onde existem médicas e médicos. (FREIRE, 2008, p. 3)

Tais mulheres aprenderam com suas antepassadas – mães, avós, sogras, tias –, muitas vezes por necessidade, a como auxiliar alguma mulher de sua comunidade que estivesse com dor para ter o neném quando não havia hospital próximo. Essas mulheres elaboram as mais diversificadas funções e afazeres no plano material ou espiritual, sendo parteiras, rezadeiras e médicas da mata, de forma a ajudar a curar os males que afligem membros de sua comunidade.

Sobre a multiplicidade de tarefas desenvolvidas por mulheres na Amazônia, Pinto (2004) afirma que:

Quando não domina determinada tarefa, desempenha outra. Um exemplo disso está quando algumas mulheres não sabendo utilizar a arma de fogo – a espingarda – para caçar, improvisam o mundé como armadilha para pegar caça, ou então iam para o igarapé pescar ou ainda “gapuiar”. (PINTO, 2004, p. 164)

Nesse sentido, notamos que as mulheres conseguem desempenhar o imprevisto de incontáveis papéis dentro de suas casas e seus povoados, atuando como chefas de famílias. A luta pela sobrevivência se torna sua principal arma, cujas histórias são necessárias, notadamente, e imprescindíveis para compreender um universo de entrelaçamento cultural e de resistências no desenrolar de suas vidas.

2. Mulheres e Remédios Naturais como Fonte de Autonomia e Renda

O processo de autonomia das mulheres vem de um longo processo histórico de ocultamento, não pelo fato de elas não forjarem suas histórias e lutas, mas sim por estarem inseridas num contexto histórico-social que pouco valorizava essas formas de sobrevivência.

Por outro lado, com o advento da História Oral e suas ferramentas, os estudos recentes possibilitam romper com a lógica ocidental patriarcal, na qual histórias de mulheres exercendo espaços de liderança e construindo seu cotidiano através de diversas formas de sobrevivência são apagadas. A partir de então, elas têm ganhado visibilidade. Nesse contexto, Perrot (2017) infere que:

[...] a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes. (PERROT, 2017, p. 155)

Dessa maneira, é notório perceber que, ao longo de suas vidas, diversas mulheres escrevem e reescrevem suas histórias. Nesses processos de silêncios, ressoam os ecos e as histórias de mulheres que constroem e reconstróem seus caminhos, resistindo e reinventando-se para manutenção da sua vida e da vida dos seus cotidianamente; assim como os embates e as façanhas que elas elaboram para suprir as suas necessidades básicas.

À vista disso, historiadoras como Pinto (2012), em seus estudos, ressaltam os papéis centrais e norteadores que essas mulheres detêm, especialmente nos povoados quilombolas na região Tocantina, no Pará. Nesse sentido:

O “poder” e o saber feminino, assim como a sua luta pela sobrevivência, no Tocantins, são marcas visíveis delegadas por antigas quilombolas (suas ancestrais), as quais, através da reconstituição de suas memórias e de suas histórias, fixaram normas de trabalhos não estabelecidas pelo sistema patriarcal. (PINTO, 2012, p. 7)

Mulheres amazônidas e ribeirinhas possuem vivências múltiplas diante do contexto sociocultural em que estão inseridas. Isso posto, no dizer de Santos (2006), a cultura popular emerge, então, engajada à realidade sociocultural brasileira. No entanto, as singularidades são determinadas pelas histórias locais e pelas formas com que as pessoas se integram ao modelo econômico vigente e às variações de ambientes. Nesse cenário, o processo de reinvenção está sempre atrelado às formas de vida que elas vivenciam em cada espaço de atuação no cotidiano. Dessa forma, as experiências com o uso de plantas medicinais vêm ao encontro de uma de suas formas e subsistências. Diante disso, o saber repassado através das suas memórias as tornam sujeitas atuantes e com autonomia.

No que tange à reflexão dos saberes repassados de forma oral, através das memórias e vivências de nossos antepassados, importantes para o desenvolvimento desse estudo, só foi possível mediante a realização de entrevistas com mulheres que se destacam no município de Cametá (PA) e em toda a região do Tocantins, no que concerne ao trabalho desenvolvido com a manipulação de plantas medicinais. Nesse cenário:

Entende-se por planta medicinal qualquer vegetal produtor de drogas ou de substâncias bioativas, utilizadas direta ou indiretamente como medicamento. Os componentes químicos (ou grupos destes) que constituem os princípios bioativos das drogas não são meros subprodutos do metabolismo secundário das plantas que os produzem. Na verdade, representam propostas químicas dos seus medicamentos de interação com o meio ambiente. (BRAGANÇA, 1996, p. 16)

Nas entrevistas e em conversas de caráter informal, buscou-se saber como essas mulheres adquiriram esse saber e de que forma ele está presente em suas memórias e experiências cotidianas. Iniciamos esse diálogo com dona Nazaré Baía, de 64 anos, moradora do bairro da Baixa Verde, em Cametá, a qual, atualmente, trabalha com plantas medicinais, fazendo banhos, garrafadas e pomadas. Esta relata como obteve esse saber:

[...] minha experiência vem com trabalho desde que tenho 7 anos de idade. Eu não sei ler e nem escrever, tudo que eu sei é através das plantas e da natureza. Meu pai disse que antes dele morrer, ele deixava essa experiência comigo e foi assim que aconteceu. Eu sei fazer banho, puxar, fazer garrafada, sei fazer tudo graças a Deus, só com a minha inteligência que eu pude ter e consigo conviver com essa prática desde sempre. (Nazaré Baía Pompeu, Cametá-PA, entrevista realizada em 12/01/2023)

Mediante o exposto, podemos observar, nessa narrativa, que a dona Nazaré, através do saber repassado por seu pai, conseguiu estabelecer práticas de autonomia e sobrevivência com a manipulação de remédios naturais, fabricados a partir das plantas e ervas medicinais. Embora afirme que não tenha escolaridade, essa mulher exerce esse saber com amor, maestria e propriedade de detentor de conhecimentos que lhe são bastante peculiares. Sendo assim, o conhecimento de plantas, cascas, folhas, raízes, óleos, sementes e seivas medicinais transformou seu cotidiano, propiciando também uma geração de renda familiar.

É notável, portanto, que a prática dessa atividade tem gerado um retorno financeiro para a entrevistada, principalmente para auxiliar no sustento de sua família. A procura pelos remédios

manipulados por dona Nazaré é constante. Às vezes, pessoas de outras cidades encomendam suas garrafas, banhos ou pomadas para tratar de seus males. A Figura 1 retrata um pouco do cotidiano de dona Nazaré.

Figura 1: Dona Nazaré em entrevista



Fonte: Fotografia de Daniela Gaia

Na Figura 1, observa-se um cômodo da casa de dona Nazaré: a cozinha, na qual ela recebe as pessoas para conversar, atender à sua clientela e preparar seus remédios. É uma cozinha simples, mas cheia de afetos, de vida, de alegria, de uma mulher que tem prazer naquilo que faz. Sentada em seu banco de madeira, ela conversa muito bem a respeito da importância de cada planta, erva e do bem-estar que proporcionam ao corpo, dependendo da enfermidade enfrentada. Isso pois, a depender dos tipos de enfermidades, podem ser caracterizadas como doenças naturais e não naturais, conforme ressalta Pinto (2010):

Nos povoados rurais da região do Tocantins, os ofícios de parteiras, curandeira ou “experiente”, benzedoras e “concertadeira” ou “puxadeira” são expressos de maneira distinta. Dessa forma, parteira é mulher que se ocupa da função de fazer partos, “de ajudar a nascer”; a benzedora é aquela pessoa que reza através de reza e oração, atreladas a uma gama de gestos, cura os males considerados mais leves, como susto, dor de cabeça, quebranto, mal olhado. Já o termo curandeira ou “experiente” é designativo da mulher que, invocando ou controlando espíritos e encantarias, cura tanto males de ordem natural, como os de ordem espiritual ou sobrenatural como encantamentos, encostos e feitiços. (PINTO, 2010, p. 32)

Nessas condições, são múltiplas as histórias e as formas de aprendizagem relacionadas aos saberes dessas mulheres para reconhecer e manipular diferentes formas e partes de plantas e ervas

medicinais, visando tratar diversos tipos de enfermidades. Como ocorre com a entrevistada Benedita Silva de Andrade, de 65 anos, mais conhecida na região Tocantina por Lamparina, uma colaboradora desse trabalho que também relata como adquiriu esses saberes. Em seu relato, conta que, apesar de já ter domínios e práticas de manipulação com plantas medicinais pela vivência e observação no meio da sua família, tais saberes foram se intensificando na vida dela como “um chamado”:

[...] a minha vó benzia, ela puxava, ela era parteira, a mãe do meu pai, mas foi só quando eu apanhei uma enfermidade muito grave e com uma forma de milagre eu melhorei e prometi que ia fazer o que Deus me guiasse pra fazer, dois meses depois fui embora pro Paruru¹ e Dom José Elias Chaves mandou uma carta pra nossa comunidade pedindo pra uma pessoa disponível pra fazer o curso de plantas medicinais e uma senhora da comunidade falou meu nome, quando a comunidade mostrou a carta eu lembrei da promessa que eu fiz e eu me comprometi. Tomei como se fosse um chamado. (Benedita Silva de Andrade, Limoeiro (PA). Entrevista realizada em 01/02/2023)

É possível perceber, na narrativa de Dona Lamparina, que, a despeito de sua avó utilizar práticas com plantas medicinais, o dom para trabalhar com o manuseio delas surgiu mesmo quando ela enfrentou uma enfermidade grave, seguida do convite que recebeu para realizar um curso acerca do uso de plantas medicinais, momento que a levou a refletir sobre a promessa que fizera e, assim, a partir daquele momento, passaria a trabalhar com a prática das plantas medicinais.

Dona Lamparina é comprometida de tal forma com o que faz que separou, em sua casa, um espaço para o trabalho com os remédios feitos de plantas e ervas, com poderes terapêuticos. Nesse espaço, ela recebe as pessoas que vêm contar suas enfermidades, conforme é retratado na Figura 2 a seguir.

Figura 2: Benedita Silva e sua farmácia popular



Fonte: Fotografia de Daniela Gaia.

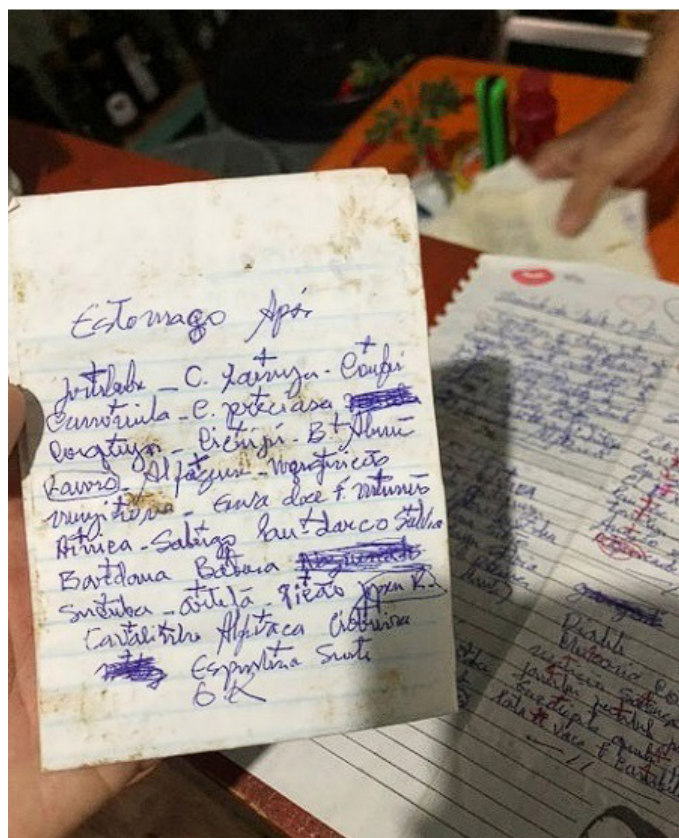
¹ Ilha localizada no município de Cametá (PA).

Na Figura 2, é notável que, nesse ambiente, encontram-se remédios naturais, como: xaropes, garrafadas, pomadas, entre outros medicamentos, produzidos a partir da manipulação de folhas, cascas de pau, raízes, sementes e óleos. Estes, depois, são expostos em sua farmácia popular com a finalidade de serem vendidos às pessoas vindas de diversas localidades da região, que a procuram para se consultar e comprar esses remédios para tratar suas enfermidades.

Nesse panorama, conforme afirma Pinto (2010), as diferentes partes das plantas, como folhas, raízes, sementes, são manipuladas em chás, xaropes, pomadas, óleos e sucos. Sendo assim, plantas e ervas com poderes medicinais estão presentes nos diversos territórios amazônicos, fazendo parte das variadas práticas ancestrais de cura desenvolvidas por mulheres e homens (PINTO, 2010). Esses saberes foram – e são – transmitidos pela tradição oral a partir dos mais velhos, que carregam consigo os conhecimentos dos produtos extraídos da floresta, que exercem papéis de fundamental importância na vida daqueles que os procuram para cuidar dos males do corpo.

Da mesma forma, também é possível encontrar receitas escritas à mão (apresentada na Figura 3) por dona Benedita, que sempre faz questão de reforçar que é preciso muito cuidado e cautela na feitura dos remédios.

Figura 3: Receita para curar dor no estômago escrita à mão por Benedita Silva (Lamparina)



Fonte: Fotografia de Daniela Gaia.

A Figura 3 registra as inúmeras receitas em cadernos de anotações escritas à mão por dona Benedita. São notórios, também, os tipos de plantas utilizadas na composição de alguns desses remédios, que são receitados para o tratamento de diferentes enfermidades, como dor de estômago.

Dona Benedita utiliza cadernos para anotar as receitas e as entradas e saídas de sua farmácia, além dos contatos das pessoas que a procuram. Também anota as receitas que intercambia e par-

tilha com outras mulheres que exercem o mesmo ofício. No que tange à formação das técnicas de manipulação das plantas, dona Benedita narra como se deu:

[...] só que a minha formação, filha, foi feita na área de assessoria sobre plantas medicinais. O curso era a prelazia que custeava tudo, as viagens para as comunidades e municípios. Só que depois, com um tempo, eu via necessidade de mudar de área, porque eu via a doença e eu te ensinava a fazer o remédio, só que tu não eras muito preparado pra fazer a composição. Daí veio a ideia de eu abrir essa farmácia e preparar os remédios naturais. (Benedita Silva de Andrade, Limoeiro (PA). Entrevista realizada em 01/02/2023)

A partir dessa fala, observa-se que dona Benedita, a princípio, tinha como função repassar seus conhecimentos sobre as plantas medicinais através da oferta de cursos custeados pela Prelazia de Cametá. Os cursos que ministrava eram realizados nas comunidades ribeirinhas e rurais de Cametá e de outros municípios da Amazônia Tocantina. Com o passar do tempo, vendo que os habitantes dessas comunidades a procuravam para que os ensinasse como fazer os remédios e para curar suas enfermidades, ela menciona que sentiu necessidade de ensinar, assim como de abrir uma farmácia popular e produzir seus próprios remédios naturais, com a finalidade de deixá-los à disposição das pessoas que a procuram.

As falas das mulheres entrevistadas, que colaboram com este estudo, evidenciam que os recursos utilizados no cuidado da saúde das pessoas que residem nesses recantos da região Amazônica são encontrados nas florestas, às margens dos rios e igarapés, ou são cultivadas nos quintais, pelos arredores das residências, geralmente em vasos e paneiros, que ficam suspensos em jiraus feitos de madeira, transformando-se em farmácia viva, para a qual se recorre quando há necessidade de tratar algum tipo de enfermidade, cuidar da saúde e evitar o processo de adoecimento.

A narrativa de outra colaboradora deste estudo, Dona Maria da Glória, de 69 anos, cametaense, parteira, líder sindical, atuante na luta das mulheres, traz memórias e histórias de seus antepassados em relação aos conhecimentos e saberes acerca do uso de plantas medicinais, que são repassados mediante as práticas, as experiências e a observação de uma geração para outra no seu grupo familiar:

[...] eu adquiri o conhecimento a respeito das plantas medicinais vendo o que a minha mãe fazia e o que a minha mãe já fazia. Ela aprendeu com os antepassados dela, com a mãe, com avó, com o pai. Minha mãe era extrativista de óleo de andiroba², óleo de ucuuba³, de produtos naturais, e eu indagava muito sobre o que ela fazia. E ela dizia que ela não aprendeu muito em nenhuma escola, mas aprendeu com os pais dela e com os avós dela o conhecimento tradicional que veio de geração. E ela se dedicou a aprender e nos ensinar. Sempre que a minha mãe tava fazendo alguma coisa, plantando ou extraindo óleos, a gente, desde muito novo, fazia junto com ela e eu guardo até hoje a memória e o saber que ela nos repassou. (Maria da Glória Rodrigues Gaia, Cametá (PA). Entrevista realizada em 09/02/2023)

² O óleo de andiroba possui uma cor amarela e é bastante amargo, normalmente utilizado para baques, inchaços, reumatismo, cicatrizações e recuperação da pele. Ele tem propriedades anti-inflamatórias, cicatrizantes e inseticidas.

³ O óleo de ucuuba é muito utilizado na região para fabricação de velas. A fruta da ucuuba tem valor medicinal no tratamento de doenças como reumatismo e câimbras.

Partindo dessa narrativa de dona Glória, é possível captar que a curiosidade, conforme é ressaltada em sua fala, foi inerente para o seu aprendizado. A dedicação para aprender a usar as plantas e as ervas medicinais, vendo e experimentando o que as pessoas mais velhas faziam nas comunidades, mostra-nos a importância da observação e o de fazer junto, agregando valores culturais e sociais a esses atos.

Figura 4: Dona Glória na preparação dos remédios



Fonte: Fotografia de Daniela Gaia.

Figura 5: Preparação de pomada para uso na puxação das pessoas



Fonte: Fotografia de Daniela Gaia.

As Figuras 4 e 5 retratam como dona Glória prepara os remédios para curar as enfermidades das pessoas que a procuram. Esses remédios são imbuídos de todo conhecimento tradicional, agregando as vivências que dona Glória detém inter cruzadas com sua religiosidade e energizadas pelos conhecimentos e saberes dos seus antepassados.

Perante as falas das mulheres entrevistadas, relacionadas aos estudos de Portelli (2016), compreendemos que a história oral não diz respeito apenas ao evento, mas sim ao significado do evento na vida dos narradores. Para Maria da Glória, todo saber repassado por seus antepassados são memórias de um passado lembrado, sobretudo, por intermédio das práticas tradicionais do uso de plantas medicinais em seu cotidiano.

Sendo assim, é visível que esse entrelaçamento de memórias carrega consigo simbologias, ao passo que dentro dessas simbologias se preservam o saber tradicional, os conhecimentos e os saberes de sua gente, que podem ser repassados de diversas maneiras. Nesse processo de estudar tais saberes, é relevante notar o valor deles na vida das pessoas, visto que essas mulheres guardam e repassam histórias de vidas, saberes e memórias de forma muito coletiva, afetiva e expansiva. Dessa maneira, conforme enfatiza Portelli (2016, p. 18), “a história oral, então, é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados”.

Nesse sentido, as narrativas e as histórias de vida dessas mulheres corroboram com a relação íntima que elas estabelecem com a natureza e com os usos que dela fazem. Além disso, é percep-

tível que esse processo, imbuído de memórias, histórias, práticas, experiências e saberes, é repassado oralmente de uma geração para outra. A ressignificação desses saberes ocorre no cotidiano de acordo com a vivência de cada uma, dependendo do espaço no qual cada uma vive e convive. Assim sendo, a formalidade desse processo nas relações pessoais resulta em vínculos de amizade e de geração de renda para essas mulheres, que antes realizavam somente atividades domésticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do presente estudo, as narrativas dessas mulheres possibilitaram compreender a importância de saberes populares na vida e no cotidiano das pessoas que as rodeiam e confiam em suas práticas. Ao revisitar suas memórias e suas histórias de vida, observa-se que carregam consigo o saber tradicional entrecruzado por diferentes culturas. Mulheres que ressignificam e reescrevem suas histórias como protagonistas de seu tempo, ainda que, por muitas vezes, invisibilizadas, tornam-se sujeitas de suas histórias e transformam o modo de viver de seu grupo social.

É importante ressaltar que, durante a realização das atividades de pesquisa para este estudo, as entrevistadas narraram que seus saberes foram e são passados de diferentes formas, seja por meio da convivência e aprendizado com algum antepassado, seja por cursos ofertados pela prefeitura de Cametá. Em todos os casos, a relação de cuidado com a natureza está presente, sendo perceptível em suas falas e em suas vivências e experiências cotidianas. Afinal, é através da natureza que elas também conseguem exercer sua autonomia.

No mesmo sentido, notou-se de que forma o contato com o saber tradicional acompanhou essas mulheres desde muito jovens. A partir de suas narrativas, observa-se que elas aprendiam no ouvir, no fazer junto e fazer quando fosse necessário. Em decorrência disso, a oralidade, na transmissão desse saber tradicional, é uma das formas de transmissão para as gerações mais jovens.

Portanto, este estudo favoreceu a compreensão do universo em que essas mulheres estão inseridas, assim como a maneira como elas manipulam as plantas medicinais, o que se torna um dos principais modos de manutenção das relações sociais e de vida. E, assim, a partir dos preparos de banhos, garrafadas e pomadas, escrevem suas histórias e ajudam no cuidado da saúde de sua gente na região Tocantina.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Zuleika. *A história da mulher: a mulher na história*. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira/FAP; Abaré, 2004, 200p.
- BRAGANÇA, L. A. R. *Plantas medicinais antidiabéticas: uma abordagem multidisciplinar*. Niterói: EDUFF, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREIRE, Priscila. *Gênero e saberes da Amazônia: Reflexões sobre saúde e conhecimentos tradicionais. Fazendo gênero 8 - corpo, violência e poder*, Florianópolis, 2008.

PERROT, Michelle. *1928 – Os excluídos da história [recurso eletrônico]: operários, mulheres e prisioneiros*. Seleção de textos e introdução de Maria Stella Martins Bresciani. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*. Belém: Açáí, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Gênero e Etnicidade: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia*. *Revista Gênero na Amazônia*, Belém, n. 2, jul./dez. 2012.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *História, memória e poder feminino nos povoados amazônicos*. In: XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça. 10 a 13 de julho, Rio de Janeiro, 2012. *Anais eletrônicos*.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Paka Tatu: Belém, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XX*. In: ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. M. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. 204 p.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. *Revista do Programa de Estudos de Pós-graduados em História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escrita*. Trad. Ricardo Snatiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: SHARPE, Jim; SCOTT, Joan; WESSELING, Henk; LEVI, Giovanni. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.



Seção

D

Política Públicas, Saúde, Direito
e Legislação



Independência Financeira, Liberdade, Autoconfiança e Consciência Coletiva: sentidos do empoderamento feminino

Independencia Financiera, Libertad, Autoconfianza y Consciencia Colectiva: sentidos del empoderamiento femenino

Financial Independence, Freedom, Self-confidence, and Collective Awareness: meanings of women's empowerment

Lana Claudia Macedo da Silva

Camila Claíde Souza do Vale

Resumo: O artigo em tela objetiva analisar os significados do empoderamento feminino para as mulheres atendidas pelo projeto “Empodera marajoaras: educação popular, saúde e cidadania com mulheres em situação de vulnerabilidade”. A pesquisa adotou a metodologia quantitativa e qualitativa a partir do questionário *Google Forms* com questões abertas e fechadas. Os resultados apontam que, acerca da categoria empoderamento, há dois níveis em voga, de acordo com a concepção das cursistas: uma associada à corrente neoliberal, empoderamento individual que se refere a variáveis comportamentais; e outra dimensão associada à teoria crítica que pensa o empoderamento comunitário, com o foco na estrutura das mudanças sociais. O estudo aponta para a necessidade de expansão de projetos e análises sociais com vistas ao fortalecimento de organizações de mulheres para enfrentamento a toda forma de opressão.

Palavras Chave: Educação Popular. Empoderamento Feminino. Projeto de Extensão.

Resumen: El artículo objetiva analizar los significados del empoderamiento femenino para las mujeres atendidas por el proyecto en cuestión resulta del proyecto de extensión “Empodera marajoaras: educación popular, salud y ciudadanía con mujeres en situación de vulnerabilidad”. La investigación adoptó la metodología cuantitativa es cualitativo a partir del cuestionario de *Formularios de Google* con preguntas abiertas y cerradas. Los resultados muestran que, acerca de la categoría empoderamiento, hay dos niveles en voga, de acuerdo con la concepción de las participantes. Una asociada a la corriente neoliberal, empoderamiento individual que se refiere a variables conductuales. Y otra dimensión asociada a la teoría crítica y al pensamiento sobre el empoderamiento comunitario, con foco en la estructura de los cambios sociales. El estudio señala la necesidad de ampliar los proyectos y análisis sociales con vistas a fortalecer las organizaciones de mujeres para combatir todas las formas de opresión.

Palabras Claves: Educación Popular. Empoderamiento Femenino. Proyecto de Extensión.

Abstract: The present article aims to analyze the meanings of women's empowerment for the participants of the project "Empodera Marajoaras: popular education, health, and citizenship with women in vulnerable situations". The search adopted the quantitative and qualitative methodology from the *Google Forms* questionnaire with open and closed questions. The results indicate that, regarding the category of empowerment, there are two levels in vogue, according to the conception of the participants. One is a perspective associated with the neoliberal, individual empowerment that refers to behavioral variables. And another dimension associated with critical theory and thinking about community empowerment, with a focus on the structure of social changes. The study points to the need to expand projects and social analyses with a view to strengthening women's organizations to confront all forms of oppression.

Keywords: Popular Education. Women's Empowerment. Extension Project.

Lana Claudia Macedo da Silva – Doutora em Ciências Sociais pela UFPA. É Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: lanamacedo@uepa.br

Camila Claíde Souza do Vale – Doutoranda em Educação PUC/RIO. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA). Especialização em Psicologia Educacional com ênfase em Psicopedagogia Preventiva (2010).

INTRODUÇÃO

A Ilha do Marajó é o maior arquipélago fluvio-marítimo do mundo e possui 16 municípios, distintos entre si, apresenta uma população de matrizes indígenas, africanas, lusitanas, judeus, marroquinos, entre outros grupos e nacionalidades, assim como nordestinos diversos. Desde as primeiras décadas do século passado, o Marajó dos campos foi eternizado em cenário de romance na obra de Dalcídio Jurandir (2019), um dos grandes romancistas brasileiros, nascido em Ponta de Pedras e criado em Cachoeira do Arari. Contudo, no que tange em relação às mulheres marajoaras, seus saberes, suas práticas de trabalho, modos de habitar, modos de ser e se relacionar com os seres vivos, os escritos permanecem escassos.

O projeto *Empodera Marajoara* nasce de uma parceria entre a Universidade do Estado do Pará - UEPA e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET, fomentado por esta última. Constitui uma prática de ensino, pesquisa e extensão que visa promover ações de educação, saúde, cidadania e formação multiprofissional junto às mulheres de quatro município da Ilha do Marajó: Salvaterra, Muaná, Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras. Foram oferecidos os seguintes cursos profissionalizantes: 1.) panificação; 2.) curso básico de confeitaria e doces regionais; 3.) Esmaltaria; 4.) Designer de sobancelhas; 5.) Limpeza de pele; 6.) Maquiagem básica; 7.) Curso de cabelereira; 8.) Gestão financeira. Concomitantemente, foram realizadas palestras e rodas de conversas sobre temas concernentes aos Direitos das Mulheres; Relações de gênero, Saúde Íntima da Mulher e Violência Contra a Mulher e Feminicídio. A culminância do projeto ocorreu com as ações de saúde direcionadas à população marajoara (vacinação, testes rápidos, consultas médicas, atendimento psicológico e jurídico e atenção às crianças com atividades pedagógicas e de fonoaudiologia infantil).

O artigo em tela tem como objetivo central analisar os significados do empoderamento feminino para as mulheres cursistas do projeto *Empodera Marajoara*. O percurso metodológico ocorreu através de instrumentos quantitativos e qualitativos, com vistas a compreender a complementaridade das duas abordagens.

Refletir sobre a categoria “mulher” exige a compreensão dialética de perceber a complexidade e as contradições inerentes ao processo histórico. A começar pelo processo de subalternização da mulher, permeado por relações estruturantes de apropriação e exploração, “associadas a uma forte ideologia patriarcal que se enraizou de tal maneira que as condições de vida das mulheres lhes parecem, muitas vezes, naturais e imutáveis” (CISNE, 2015, p. 78-79). A partir disso, percebe-se a naturalização da subalternidade e o quão difícil é compreender o processo de conscientização de sua condição.

No Brasil, embora as mulheres tenham alcançado avanços consideráveis nas últimas décadas, permanecem aquém de uma relação de equidade de gênero, mormente no que tange aos direitos civis basilares, como a habitação e saúde reprodutiva. Ou seja, há um hiato nas relações de macro e micropoder – nesse último em particular, a sociedade ainda é marcada por relações hierárquicas onde as mulheres estão longe de possuir a mesma liberdade, autonomia e respeito que os homens.

Isso dito, o recorte de gênero constitui um olhar extremamente importante porque é a primeira vez que temos a chance de falar sobre isso enquanto o problema está ocorrendo. Em pesquisa realizada no Arquipélago do Marajó, Gonçalves e Conrado (2021) mostram a relevância da rede de apoio de mulheres marajoaras como uma estratégia de resistência para prevenir o avanço

da COVID19 entre as populações mais vulneráveis, pois, nos momentos de crise, as mulheres negras sempre arcaram com consequências mais severas do que a população em geral. Nesse sentido, compreende-se que pautar esse tema enquanto o problema ainda está em curso pode contribuir para pensar estratégias e propor caminhos, ou seja, estimular políticas públicas para a garantia dos direitos das mulheres.

De acordo com Relatório Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa - FAPESPA (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2021), a Região de Integração do Marajó possui uma população de 561.056 habitantes correspondendo a 6,5% da população do Estado do Pará, que representa 3% do PIB paraense, tendo a agricultura como principal atividade, contudo, somente 2,6% de empregos formais. A RI também detém o maior percentual de pobreza do Pará (57%), elevada taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais do Pará (22%) e é o 6º em mortalidade infantil (15, 74%).

Diante do contexto de vulnerabilidade social e econômica em que se encontram as mulheres Marajoaras, o projeto de extensão promoveu ações de educação, saúde, cidadania e formação multiprofissional para essa categoria. Parte-se da premissa que os estudos sobre mulher devem ser investigados de forma histórica, crítica e abordando a complexidade da questão, compreendendo as relações sociais, relações de classe, raça, sexualidade e geração, relações de poder, relações culturais e econômicas existentes na sociedade capitalista, a fim de evidenciar e problematizar as raízes das desigualdades existentes; e, a partir de lutas coletivas e organizadas, criar bases para a emancipação da mulher e de toda espécie humana. Daí a importância de abordar a temática do empoderamento feminino, de modo a garantir poder de participação social nas tomadas de decisões às mulheres para lutarem por seus direitos.

Para fins de organização do trabalho ora apresentado, no primeiro momento, será abordado o caminho metodológico do projeto; no tópico seguinte, será traçada uma discussão sobre as especificidades da mulher marajoara; em seguida, a análise dos cursos profissionalizantes; e, por fim, a concepção de empoderamento feminino apresentada pelas cursistas.

1. Tecendo Caminhos Marajoaras

A tessitura do caminho percorrido na proposta em tela possui caráter quantitativo-qualitativo. Por muito tempo, debateu-se a dicotomia entre as duas propostas metodológicas, contudo, para fins deste estudo, concorda-se com Minayo e Sanches (1993) acerca da superação do paradigma de oposição em favor da construção da complementaridade dos métodos, tendo em vista que ambos possuem potencialidades e limitações:

Do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. A primeira atua em níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos [...]. A segunda trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões.

[...] No entanto, se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo

pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 09).

O método quantitativo esteve presente em dois momentos do projeto, no início e ao final. O primeiro formulário desenvolvido pelo *Google Forms* visava ter um perfil das participantes dos cursos (idade, raça/cor, religião e escolaridade). O segundo formulário, apresentado ao final do projeto, tinha como objetivo ter um *feedback* acerca dos cursos profissionalizantes. Foram 504 mulheres cursistas nos quatro municípios. Cabe ressaltar, porém, que o formulário final só foi elaborado e repassado às mulheres após a finalização do projeto, o que dificultou seu retorno, uma vez que elas se encontravam dispersas e sem contato direto com o projeto. Em Ponta de Pedras, por exemplo, embora os cursos tenham tido ampla participação das ponta pedrenses, inclusive com apoio da prefeitura local, o mesmo não aconteceu quanto ao instrumento avaliativo, inviabilizando as análises das municípes.

A elaboração da ferramenta foi pautada em sete (07) questões objetivas acerca da avaliação geral do curso, conteúdo do curso, carga horária, relação com a instrutora, interação com a turma, organização do curso e retorno financeiro do curso realizado. E quatro (04) subjetivas: sobre a categoria empoderamento feminino, se as mulheres estão trabalhando na área dos cursos desenvolvidos, sugestão de outros cursos, bem como comentários para a coordenação do projeto.

Ademais, uma estratégia de comunicação bem-sucedida foi a criação dos grupos de *WhatsApp* de cada curso profissionalizante, por município. Inicialmente, como forma de otimizar os trabalhos desenvolvidos, mas também como estímulo à prática da solidariedade entre as mulheres. Após a finalização do projeto, alguns grupos foram mantidos para articulação, trocas, informações e orientações entre as cursistas. Neles, se promove a divulgação da venda de roupas, comidas e serviços em geral.

Para fins de planejamento, o projeto foi desenvolvido em duas etapas: a primeira consistiu na realização de cursos profissionalizantes para as mulheres dos quatro municípios da Ilha do Marajó: Salvaterra, Ponta de Pedras, Muaná e Cachoeira do Arari. Nesse momento, os cursos foram realizados seguindo a dinâmica de cada município. Cabe ressaltar também que, em comum acordo entre a coordenação do projeto e as coordenações locais, optou-se por valorizar e potencializar as instrutoras de cada local, sendo oito por município, uma para cada curso, totalizando 32 (trinta e duas) instrutoras bolsistas. De acordo com o *feedback* das cursistas, essa escolha foi acertada, pois permitiu maior aproximação, valorização e troca entre instrutoras e cursistas, visto que ambas conhecem bem a realidade de cada local.

A segunda etapa consistiu na promoção de diversas ações de educação e saúde, sendo realizada em dois dias. No primeiro dia, contou-se com palestras sobre os temas seguintes: Cidadania e Direito da Mulher; Psicologia Preventiva; Saúde Íntima da Mulher e Direito da Mulher: Lei Maria da Penha. No segundo dia, foram promovidas oficinas para crianças, filhos das mulheres atendidas pelo projeto. Esse recurso implica em esforço pedagógico pessoal e coletivo, permitindo a desconstrução e reconstrução social de saberes e cuidados, ao mesmo tempo em que favorece a problematização e experimentação de novos temas geradores. Para tanto, foram oferecidos recursos de linguagem como o desenho, colagem, pintura e contação de histórias às crianças.

Faz-se mister pontuar que, para este trabalho, a “educação” é compreendida como processo dinâmico e abrangente, inerente ao desenvolvimento da pessoa enquanto constituição do sujeito. Há,

portanto, um inevitável processo de socialização no qual o indivíduo toma consciência de si e dos outros viabilizando seu desenvolvimento pessoal e inserção em determinada sociedade que se concretiza através de práticas educativas diversificadas. Trata-se de uma consciência situada historicamente e enraizada no mundo, como afirma Paulo Freire: “As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo” (FREIRE, 2011).

Igualmente, foram oferecidos serviços diversificados na área da saúde: atendimento médico para mulheres, homens e crianças, vacinação, testes de verificação de pressão arterial e glicemia, atendimento psicológico, atendimento jurídico, orientações sobre Saúde Íntima da Mulher e exames de preventivo de colo de útero.

As informações acerca do Preventivo do Câncer do colo do útero - PCCU, também conhecido como Papanicolau, revelaram que, em alguns municípios marajoaras, a baixa adesão de mulheres para realização do exame ocorreu em decorrência da possibilidade de vazamento do resultado do teste. Essa conduta demonstra desrespeito com a privacidade alheia, ao mesmo tempo em que sinaliza a forte cultura patriarcal de dominação sobre o corpo feminino, pois o não cuidado da saúde da mulher interfere diretamente na prevenção e detecção de uma doença que apresenta a segunda maior incidência na Região Norte, conforme dados do Instituto Nacional do Câncer, vinculado ao Ministério da Saúde (2022).

Felizmente, as mulheres da capital paraense apresentam outro comportamento em relação ao PCCU. Estudo apresentado por Silva *et al* (2008) relata que, embora as mulheres da unidade Municipal de Saúde do bairro do Telégrafo tenham relatado vergonha durante a realização do exame, a consciência do cuidado de si e o medo de ser acometida pelo câncer de colo de útero supera o constrangimento e incômodo na realização do teste.

Ademais, o número significativo de pessoas (mais de 500) à procura dos atendimentos de saúde nos quatro municípios atendidos pelo projeto mostra a carência desse serviço na Amazônia. Salienta-se ainda que o envolvimento de um grupo diversificado de profissionais de diferentes áreas do conhecimento – enfermagem, terapia ocupacional, medicina, fonoaudiologia, sociologia, antropologia, pedagogia, gastronomia, entre outros – exigiu o esforço permanente de alinhamento teórico e metodológico resultando em uma iniciativa interna ao grupo que consistia em momentos de planejamento e experimentação das vivências e dinâmicas entre os profissionais.

2. Resultados e Discussão

2.1. A Mulher Marajoara entre Rios, Campos e Florestas

Secularmente, a Amazônia vem sendo vista como um espaço vazio, homogêneo, território de riquezas naturais a ser desbravado e ocupado. Essa concepção não leva em consideração os diferentes povos existentes nesse espaço. Etnias que já existiam antes da colonização e a formação de quilombos e comunidades deram à Amazônia a forma que conhecemos hoje (BECKER, 1991).

Para compreender a mulher marajoara e suas particularidades, faz-se mister entender o papel histórico da mulher nas comunidades da Amazônia. As mulheres sempre exerceram atividades consideradas de menor prestígio social, como as tarefas domésticas, plantação de hortaliças, colheita de sementes e a criação de pequenos animais (ALVES; MATOS, 2020).

Nas comunidades tradicionais da Amazônia, as mulheres possuem um valor cultural diferente dos homens, exercem atribuições sociais importantes na organização do trabalho e da economia

doméstica. Para Silva, elas desempenham trabalhos mais leves como o artesanato, a fiação, confecção de redes, fazer e moldar louça de argila e cerâmica:

Na ótica de autores (Fechinne, 2008; Amazonas, 1984; Rodrigues 2008) que estudam a temática, nas comunidades são as mulheres que conhecem a técnica de cozimento e acabamento dos utensílios na temperatura adequada do fogo, na maioria das vezes tecem a rede de dormir, muitas delas possuem o conhecimento em preparar a rede de pesca, fazer abanos ou leques, paneiros para o depósito de farinha, cestos, peneiras, balaios, confeccionam o *jirau* para tratar o peixe e suspensórios para plantar cebolinha e hortaliças; fabricam o seus próprios fogões de barro e o forno de fazer farinha, tecem o *tipiti* que é utilizado na fabricação de farinha, enfim, confeccionam vários outros implementos de cozinha além de ocupar-se dos serviços domésticos, são detentoras de um “sabe fazer” singular, construído sobretudo a partir do estabelecimento da relação Homem-Natureza, tendo suas bases fincadas na tradição oral. (SILVA, 2014, p.10)

Para essa autora, as mulheres pertencentes às comunidades tradicionais têm uma organização cultural e política marcante que constituem suas vidas e é transmitida de geração em geração, histórica e socialmente.

Por outro lado, os homens desempenham atividades voltadas ao sustento da família, e, em sua ausência, as mulheres são as responsáveis por prover esse sustento e assumem o papel de protagonistas na subsistência de suas famílias. No contexto local, a divisão de tarefas se dá a partir da divisão do trabalho, em que homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos têm atividades estabelecidas, pois todos da família desempenham alguma atividade. Portanto, “as mulheres são aquelas que no ambiente doméstico se preocupam com os filhos, com a saúde, com a educação e com a reprodução da família” (SILVA, 2014, p. 23).

Na Amazônia, as mulheres estão profundamente ligadas a todas as atividades da comunidade, sendo este o lugar em que se executa a produção e reprodução material e social das camadas sociais, sendo, portanto, um espaço socialmente construído. O sentimento de pertencimento a um território, a uma coletividade social, estrutura laços duradouros que se expressam por meio da participação nos diferentes acontecimentos sociais que constroem a vida local.

Destaca-se que a realidade amazônica não é homogênea, a mesma concepção se dá quando pensamos as mulheres marajoaras: elas são diversas, são ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pescadoras, cavaleiras. As relações sociais estabelecidas no interior da comunidade é que ditam as regras do comportamento de cada grupo social. Experiências de pesquisa no município de Soure, no Marajó, Pombo e Fares (2018) apresentam a categoria cavaleira:

A cavaleira traz a tradição familiar de vencedores da corrida e ousa participar de um evento eminentemente masculino. Edna queria comprovar a costumeira coragem, superar obstáculos e juntamente com o cavalo concluírem a corrida. Entretanto, mais que cruzar a linha de chegada, ela percebe que participar da competição era uma mostra de resistência que não cabiam em um sistema exclusivamente masculino, por isso a decisão de enfrentar não apenas prova de resistência do cavalo marajoara, mas de enfrentar também um patriarcalismo,

ainda presente, dentro da própria família e na sociedade marajoara. (POMBO; FARES, 2018, p. 03-04)

As autoras narram a história da primeira participante feminina da maratona do cavalo marajoara, Edna Vasconcelos, no ano de 1989. A corrida é realizada desde 1982, em um percurso de 130 km que vai do município de Cachoeira do Arari até a cidade de Soure, em dois dias de provas que desafiam a habilidade e resistência do cavalo e do(a) cavaleiro(a).

Nessa perspectiva, ser mulher cavaleira significa transpor o ideário feminino projetado socialmente, onde a mulher é associada à sensibilidade, fraqueza, medo e sutileza nos gestos. Contudo, esse perfil de feminilidade não se apresenta unânime, sobretudo em uma região tão marcada pela desigualdade social, onde homens e mulheres possuem um modo de vida imbricado à natureza. Ou seja, como essas mulheres muitas vezes são chamadas a assumir a liderança do grupo familiar, é também esperado que elas sejam mais propositivas ante às adversidades da vida. Assim, tomar decisões, a assertividade e firmeza na fala são predicados necessários para que essas mulheres sejam respeitadas em seu grupo social.

Cabe salientar que as discussões aqui traçadas não são estanques, como se a realidade dessas mulheres fosse estática. Ao contrário, o debate se centra na compreensão da complexidade de vivências dessas mulheres, daí a importância de alinhar o debate teórico que está sendo traçado sobre as mulheres marajoaras no sentido de reforçá-lo ou confrontá-lo e, caso necessário, apresentando outras formas de relações sociais.

O Empodera Marajoara teve a duração de 12 (doze) meses. Durante 08 (oito) meses foram desenvolvidos cursos de formação profissional. Academicamente, a equipe foi subdividida em: coordenação geral, coordenação pedagógica, coordenadoria da saúde e coordenadoria educacional. Cada uma das coordenações desempenhava um papel específico e atuavam em diálogo constante entre si e com as 16 (dezesesseis) bolsistas das áreas da saúde e educação.

O projeto contou com 504 mulheres cursistas nos quatro municípios, sendo a grande maioria do público composto por mães (70%). Em relação ao perfil racial dessas mulheres, 73% se autodeclararam pardas; 19% pretas; 07% brancas e 01% não soube responder.

O dado é compatível com o percentual de pessoas pardas na Região Norte: 71,2% (IBGE, 2018). Porém, há uma divergência na proporção de pretos e brancos, pois, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2017, o quantitativo de brancos equivale a 20,1% e de pretos fica em 7,1%. Ressalte-se que na Região está a maior concentração de pessoas autodeclaradas pardas (definição oriunda do IBGE) em comparação às demais Regiões brasileiras: Nordeste (64,1%); Centro Oeste (54,4%); Sudeste (38,4%) e Sul (19,6%).

Ainda de acordo com o IBGE (2018), o número de pessoas que se autodeclararam pretas cresceu nos últimos dez anos no país. Esse crescimento é reflexo de políticas afirmativas que valorizam e dão oportunidades a esse público historicamente estigmatizado e violentado pelo bárbaro processo de colonização.

Outro elemento analisado foi o religioso, onde 53% se declararam católicas; 34% evangélicas; 01% de matriz africana; 01% outras religiões cristãs; 07% disseram não ter religião e 04% não responderam.

Elas também responderam sobre escolaridade. O perfil mostra que 09% possuem o ensino Fundamental Completo; 07%, Fundamental Incompleto; 54%, Ensino Médio Completo; 12%

possuem o Médio Incompleto; 10% concluíram o Ensino Superior e 08% não concluíram o Superior. Sobre esse elemento, Andrade *et al.* (2023) pontuam:

O hiato de gênero na educação superior foi superado nas últimas décadas, após investimentos femininos na educação como via de transformação social. Contudo, ainda se faz necessário o fomento de políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Ressalte-se ainda que o maior ingresso de mulheres no ensino superior escamoteia a educação diferenciada e, a conseqüente sexualização das carreiras não garantindo às mulheres profissões mais rentáveis e de maior prestígio social. Outrossim, as conquistas educacionais femininas não reverberam em outros setores da sociedade, uma vez que a igualdade conquistada na educação se reveste em novas formas de desigualdade, a exemplo do aumento da violência de gênero, do feminicídio crescente, tripla jornada de trabalho, ampliação da feminização da pobreza. (ANDRADE *et al.*, 2023, p. 291)

Nesse sentido, embora a maioria das mulheres brasileiras tenha conquistado o acesso à educação, há várias nuances da desigualdade de gênero que precisam ser evidenciados, problematizados e superados, sobretudo em uma região que apresenta baixo percentual (2,0%) de pessoas com 25 anos ou mais com Ensino Superior Completo (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2021).

2.2. O Empoderamento Feminino Enquanto Sinônimo de Independência Financeira, Conhecimento, Autoestima e Equidade de Gênero

O conceito que faz jus ao nome do projeto, empoderamento, constitui o eixo basilar desta proposta analítica. Destaca-se que, em decorrência do quantitativo de respostas obtidas, optou-se por adotar a letra C, em referência às Cursistas, seguida de numerais arábicos. Assim, facilitou-se a apresentação das falas dessas mulheres. Contudo, respeitou-se a escrita de cada uma, independente de concordância verbal, nominal ou outras questões ortográficas. Nessa perspectiva, uma das questões subjetivas do formulário indagou sobre a concepção de empoderamento feminino para as cursistas:

Independência financeira. (C36, C39)

Minha independência financeira, sou mãe solteira e sou independente, poder mim manter meus filhos, ter meu próprio negócio. (C11)

Pra mim é vc ter sua própria renda financeira e não depende de marido. (C16)

O empoderada pra mim significa minha liberdade financeira. (C22)

O significado é que as mulheres podem entrar no mercado do trabalho. (C34)

É fazer o que eu gosto, ganhar o meu próprio dinheiro e, porque independência financeira pra mim é prioridade. (C62)

As colocações acima revelam que a questão econômica ainda constitui um ponto nevrálgico para as mulheres Marajoaras, sobretudo porque se encontram em uma das regiões mais carentes do Estado. De acordo com relatório da FAPESPA (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2021), a

Região de Integração do Marajó detém a maior taxa de pobreza do Pará (57%), tendo a agricultura como principal atividade, contudo, somente 2,6% de empregos formais. A região também apresenta alto índice de pessoas abaixo da linha da pobreza inscritas no CadÚnico (91,34%). Cabe destacar que o relatório não aponta dados específicos para as mulheres.

Simone de Beauvoir (1985), em meados do século XX, no clássico livro *O Segundo Sexo*, onde a filósofa inaugura o debate acerca das opressões sociais contra as mulheres, afirmava ser o trabalho remunerado o canal que levaria a mulher a conquistar independência concreta. Suas análises foram essenciais para alicerçar a luta pelo direito das mulheres.

Estudos apontam a relação entre empoderamento e empreendedorismo, sobretudo vinculado à indústria da beleza (MOZDZENSKI; SILVA; TAVARES, 2017) como uma ferramenta/estratégia de ampliação de consumo e, portanto, comumente associada à independência financeira da mulher, uma das premissas do movimento feminismo desde sua origem. Nesta concepção, o empoderamento encontra-se associado a uma ação individual, particular.

Portanto, o empoderamento feminino perpassa a entrada no mercado de trabalho, condição para independência financeira da mulher, e é associado à personificação de mulheres bem-sucedidas na sociedade. Essa postura coaduna com a lógica neoliberal, naturalizando a ideia de que os obstáculos a serem superados são pessoais. Isto é, podem ser superados e vencidos através de escolhas sensatas e autoconfiança, sem levar em consideração fatores sociais, geográficos e históricos.

De acordo com Moraes e Rodrigues (2016), o empoderamento feminino constitui um canal de ruptura do ciclo de violência doméstica. Para as autoras, a independência financeira, aliada à psicológica, convergem para o enfrentamento à essa forma de violência. Em uma outra perspectiva, Cortez e Souza (2008), ao estudarem o caso de quatro mulheres independentes financeiramente, vítimas de violência conjugal, observam que a expressão de um processo de empoderamento feminino reverbera em reações violentas por parte do homem como forma de manter o controle sobre a esposa. Em ambos os casos pesquisados, o empoderamento aparece relacionado à autonomia financeira feminina em uma perspectiva individualista, o que potencializa a relação assimétrica entre homens e mulheres, pautada na desigualdade de gênero. Trata-se, portanto, de um empoderamento individual.

Conforme alerta Gohn (2004), a categoria não possui caráter universal e pode ocorrer em diferentes níveis. A seguir, outras abordagens apresentam o empoderamento comunitário:

Extremamente importante, pois em muitos períodos passados mulheres lutaram para conquistar direitos que temos hoje e com isso devemos continuar nessa lutar cada dia para nós tornamos empoderadas e empoderar as nossas. (C02)

Vai além da independência financeira. (C04)

Nada mais é do que ser independente, não apenas financeiramente, mas ser independente é ter condições de fazer escolhas que impactem positivamente na vida de ambas. (C18)

Para mim, empoderamento feminino é lutar pelos direitos que temos, sem distinção de gênero. É poder também está em qualquer campo social. (C19)

Significa tudo na vida de uma Mulher! Liberdade, autoconfiança, e muitos outros sinônimos. (C24)

Empoderamento e ter objetivos e correr atrás dos seus sonhos, e colocar em prática e fazer acontecer. (C27)

Significa ser independente; ter alta estima; Porque Lugar de Mulher é onde ela Quiser!! (C30)

Significa a superação de muito tempo sem poder, e hoje o empodera traz à tona a mulher Livre para poder ser o que quiser. (C33)

Independência, liberdade. (C35, C37)

É a consciência coletiva, expressada por ações para fortalecer as mulheres e desenvolver a equidade de gênero. (C41)

É uma grande oportunidade de se engajar na sociedade e mostrar que o sexo feminino veio pra quebra as indiferenças do nosso cotidiano e por fim o empoderamento é conhecimento, oportunidade e engajamento no ramo trabalhista. (C42)

É conceder o poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos, de igualdade entre os gêneros. (C48)

Empodera para mim é ser uma mulher livre sem depender de ninguém apenas de mim. (C58)

Observa-se que esta segunda abordagem apresenta uma concepção mais relacionada à teoria crítica e pautada na luta das mulheres por mais espaço na sociedade. Aqui, aparecem noções de coletividade, direitos, equidade de gênero, autoestima e liberdade de ser quem ela quiser ser. Esse posicionamento coaduna com a perspectiva de pesquisadoras feministas como Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), Joice Berth (2018) e Cecília Sardenberg (2006), ao tratar o empoderamento como um instrumento de emancipação e erradicação das estruturas opressoras. Desse modo, é equivocado ser pensado enquanto prática de acumulação financeira e privilégio individual, assim como a erotização do corpo feminino não pode ser considerada um prenúncio de empoderamento feminino.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2006, p. 2)

Nesta análise, o empoderamento das mulheres é condição *sine qua non* para a crítica, denúncia e superação da opressão de gênero. De acordo com Sardenberg, o conceito surge na práxis dos movimentos feministas para depois tornar-se objeto de teorização. Nessa perspectiva, a mulher, ao participar de atividades coletivas e de movimentos sociais, é capaz de despertar a consciência coletiva, tornando-se protagonista de sua história a partir de um sentimento de pertença ao mundo.

Para Berth (2018), empoderar constitui um trabalho essencialmente político e, portanto, envolve a coletividade. Nesse sentido, o processo educacional não se constrói individualmente, mas

sim nas relações sociais estabelecidas. Portanto, não é possível empoderar alguém, senão em uma ação que se faz no coletivo. Empoderar-se implica na poética construção de outra sociedade, contrária ao que anuncia a ideologia liberal individualista.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (BERTH, 2018, p. 16)

A autora apresenta quatro perspectivas de empoderamento: 1.) a Dimensão cognitiva, ou seja, desenvolver visão crítica da realidade; 2.) a Psicológica, fortalecendo o sentimento de autoestima; 3.) Política, com vistas a problematizar a desigualdade de poder, aprender a se organizar e se mobilizar; 4.) Econômica, capacidade de gerar renda independente. Segundo Berth, a perspectiva do movimento feminista negro potencializou o emprego do conceito, uma vez que as mulheres negras sempre adotaram práticas de resistência e se posicionaram criticamente para pensar estratégias de enfrentamento ao racismo e construção de redes de solidariedade.

As autoras Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) denunciam que, na contemporaneidade, pautas feministas são cooptadas pelo sistema capitalista promovendo a resignificação da identidade dos movimentos feministas. Um exemplo disso, afirmam as autoras, foi a entrada das mulheres na esfera produtiva permitindo maior autonomia financeira às mulheres, ao mesmo tempo em que teria justificado as relações flexíveis e precárias de trabalho, como a redução salarial. Consoante às autoras, o discurso neoliberal consegue “mobilizar elementos dos discursos emancipatórios para conferir um verniz ‘progressista’ à precarização dos empregos, à dupla jornada para as mulheres mais pobres e aos níveis salariais menores” (ARUZZA; FRASER; BHATTACHARYA, 2019, p. 85-6).

As autoras ainda identificam no capitalismo a tendência de englobar todas as atividades à esfera produtiva. Para elas, outras formas de opressão e crise social estão diretamente vinculadas ao capitalismo enquanto ordem social institucionalizada. Há, portanto, um vínculo entre capitalismo e opressão racial, subordinação de gênero, crise ecológica, crise da democracia e crise econômica. Diante disso, as pensadoras apontam saídas para articular uma frente de luta contra o capitalismo neoliberal, como a construção de alianças que levem em consideração os diferentes marcadores sociais. Daí a necessidade de um feminismo emancipatório que atenda às demandas das mulheres negras, indígenas, pobres, marginalizadas, da classe trabalhadora, um feminismo anticapitalista, antirracista, ecossocialista, antiLGBTfóbico e internacionalista.

Nessa conjuntura, a aproximação entre universidade/saber científico e sociedade/saber popular favorece a troca de vivências, experiências e criatividade para ambos os campos de conhecimento. Assim, ainda que as instituições sociais sejam pautadas na dominação e opressão de grupos marginalizados (mulheres, negros, indígenas, trabalhadores) a relação de poder não é estática. O poder circula em todos os níveis, desde as relações interpessoais até o nível estatal, conforme anuncia Foucault na obra “microfísica do poder” (2007). Desse modo, falar de relações de gênero é falar

de poder, na medida em que as relações entre homens e mulheres são assimétricas e hierárquicas. Nesse sentido, o poder é sempre relacional, ou seja, onde se exerce o poder, há também contrapoderes e resistências.

Nos municípios estudados, alguns aspectos chamam a atenção em relação às cursistas: o acesso limitado aos recursos econômicos – embora a maioria das cursistas tenha concluído o Ensino Médio (54%), elas estão fora do mercado de trabalho formal, quer pela falha estrutura estatal no arquipélago, quer pela falta de habilidade para os postos disponíveis –, daí a necessidade de buscar cursos profissionalizantes para se inserir nesse mercado; a violência masculina também foi pautada por elas em todos os quatro municípios, seja em salas reservadas (consultório, assessoria jurídica e/ou psicológica) ou em público, o assunto estava presente; e, por fim, o controle do corpo feminino não passou despercebido no episódio dos exames de PCCU mencionado anteriormente.

Esse nefasto quadro de violência que assola as mulheres marajoaras (pobreza, falta de acesso à saúde pública, baixa escolaridade, dificuldade de acessar tecnologias modernas, baixa capacitação profissional e ocupações desvalorizadas socialmente) possui raízes históricas, geográficas e sociais. Daí a necessidade de articulação coletiva das mulheres para promoção de mudança nas mentalidades, nos comportamentos e na estrutura social, isto é, o empoderamento feminino promove mudanças individuais e tomadas de decisão coletiva.

De acordo com Baquero, o empoderamento “é mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens - econômica, política e cultural” (BAQUERO, 2012, p. 11-12). Daí porque o processo de empoderamento requer a implicação de dimensões individuais e coletivas, pois envolve a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica, em um processo de conhecimento que ocorre na relação homem-mundo, um ato que envolve a compreensão, reflexão e ação sobre o mundo em uma perspectiva Freireana.

Por fim, cabe salientar que o empoderamento da mulher redundará em benefícios também ao homem, uma vez que a mulher, ao ter acesso a recursos materiais, imprime em sua prática o compartilhamento de responsabilidade material e psicológica, libertando homens dos estereótipos de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação política tem se mostrado como um instrumento desafiador para as mulheres que, por muitos séculos, foram excluídas do sistema saber e poder. Historicamente o poder está associado ao universo masculino, enquanto, às mulheres, cabe a subalternidade. Ainda hoje, em que pese todas as mudanças sociais nas relações entre homens e mulheres, muitas mulheres não decidem sobre suas próprias vidas. A participação da mulher negra é ainda mais desafiadora, dada a condição aviltante em que foi inserida na sociedade brasileira após o processo de abolição da escravidão, constituindo a base da pirâmide social e sendo impactadas pelo racismo patriarcal heteronormativo, conforme apontam diversas estudiosas (CARNEIRO, 2003, 2011; RIBEIRO, 2017, 2018; HOOKS, 2013, 2019; DAVIS, 2017).

Desse modo, promover espaços de educação crítica, saúde e cidadania às mulheres marajoaras constitui uma possibilidade de empoderamento feminino, visando o combate ao machismo, à violência, ao silenciamento e à marginalização. E, ao mesmo tempo, traçando caminhos que

promovam a construção de diálogos, a reflexão e o pensamento crítico, sobretudo em governos conservadores, como vivenciado no período de 2019 a 2022 no país (BARROSO; SILVA, 2021).

A despeito dos diferentes significados de empoderamento, sua trajetória e as possibilidades de seu emprego em estudos empíricos, as falas das cursistas apontam dois níveis em voga: o primeiro considera a questão financeira como principal vetor de empoderamento feminino individual; a segunda, com mais adeptas, compreende a categoria numa perspectiva mais crítica, enquanto aquisição de conhecimento, autoestima, equidade de gênero e independência financeira. Em ambas, o ponto central do debate está na independência, quer física, social, psicológica ou econômica. Daí a importância de pesquisas acadêmicas que sirvam de suporte às políticas públicas direcionadas às mulheres, sobretudo as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. É imprescindível que as mulheres estejam diretamente envolvidas e participando ativamente em todas as fases de resposta e tomadas de decisão relativas à sociedade em que se encontram inseridas. Trazer as vozes e olhares femininos é contar a história dessas mulheres, a história das excluídas, das invisíveis, daquelas que ficam/ficaram à margem da sociedade.

É preciso romper com a ideia da categoria universal de mulher, pois, assim como as marés, as águas dos rios, os campos e florestas, as mulheres marajoaras estão em constante movimento. Elas sabem que nada é estático, tudo se transforma, a vida é um devir. Movimentar-se compreende acompanhar seu tempo histórico, as tramas, os desafios e perspectivas. Movimentar-se é, sobretudo, refletir sobre o passado, para construir o presente e planejar o futuro, individual e coletivamente, pois essa mulher cultiva sementes para germinar os frutos do amanhã.


Para finalizar, é preciso expandir os projetos e análises sociais para que as mulheres marajoaras possam superar o pensamento de empoderamento associado unicamente à emancipação individual da mulher. O processo de empoderamento implica a associação entre o individual e o coletivo, ambos são indissociáveis. E, mais do que um constructo de natureza psicológica, a categoria está implicada nas relações de poder da/na sociedade. Por conseguinte, é imperativo resgatar o significado central do termo, vinculado à coletividade, onde a ruptura com as barreiras opressoras deve ser foco central que permitirá fortalecer as práticas e incentivar organizações e movimentos sociais a planejarem estratégias de superação de toda forma de opressão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Taynara do Socorro Castro *et al.* O Livro Didático de Sociologia e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. In: *Educação, Tecnologia e Inclusão: valorização do aluno e trabalho pedagógico*. Simone Helen Drumond Ischkalnian *et al.* (Orgs.). Itapiranga: Schereiben, 2023.

ALVES, Kelly Mercês; MATOS, Cleide Carvalho de. O papel da mulher ribeirinha nas relações de produção e comercialização na agricultura familiar no município de Breves, Pará. *Revista Humanidades e Inovação*, v.7, n.16, 2020.

- ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T; FRASER, F. *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? - uma discussão conceitual. In: *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan. - abr. 2012.
- BARROSO, Ramon Roberto de Jesus; SILVA, Lana Claudia Macedo. Gênero e Sexualidade na Escola: Entre discursos ultraconservadores e práticas de resistência. In: *Meninos Vestem Azul e Meninas Vestem Rosa? Construção de Identidades na Amazônia*. SILVA, Lana Claudia Macedo; OLIVEIRA, Izabel Cristina Borges Corrêa (Org.) Belém - Imprensa Oficial do Estado, 2021.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.
- BECKER, Bertha. K. *Amazônia*. São Paulo: Ed. Ática, Princípios. 1991. 112 p.
- BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil*. São Paulo: selo negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS, TAKANO CIDADANIA (Org). *Racismo contemporâneo*. Editora Takano. Rio de janeiro, 2003.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.
- CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 24 (2), Jun. 2008.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 24 edição. São Paulo: Edições Graal, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 8ª edição. Rosa dos tempos. Rio de Janeiro, 2019.
- _____. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 13, n. 2, p.20-31, maio-ago, 2004.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa-FAPESPA. *Região de Integração do Marajó – Perfil Socioeconômico e Ambiental*. 2021.
- GONÇALVES, Letícia Cardoso; CONRADO, Mônica Prates. A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento: processos de enfrentamento à Covid-19 por mulheres do arquipélago do Marajó (PA). In: *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 20,jul./dez.,2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), 2018.
- JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos Campos de Cachoeira*. Ciclo do Extremo Norte, Belém. Parágrafo Editora, 2019.
- MINISTÉRIO da Saúde. *Instituto Nacional do Câncer (2022)*. No Brasil, excluídos os tumores de tumores de pele não melanoma, o câncer do colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais inci-



dente entre mulheres. Disponível em: <<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/controle-do-cancer-do-colo-do-utero/dados-e-numeros/incidencia>>. Acesso em: 15/06/2023.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MORAIS, M. O.; RODRIGUES, T. F. Empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência doméstica. In: *Revista De Ciências Humanas*, 1(1), 2016.

MOZDZENSKI, L.; SILVA, K. C.; TAVARES, L. B. “Dona dessa beleza”: empoderamento feminino, corpos diferentes e inclusão no discurso publicitário da Avon. *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 39-54, jul./dez. 2017.

POMBO, Délcia Pereira e FARES, Josebel Akel. Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. Belém, v.12, nº 1, p. 95 -110, jan-jun 2018.

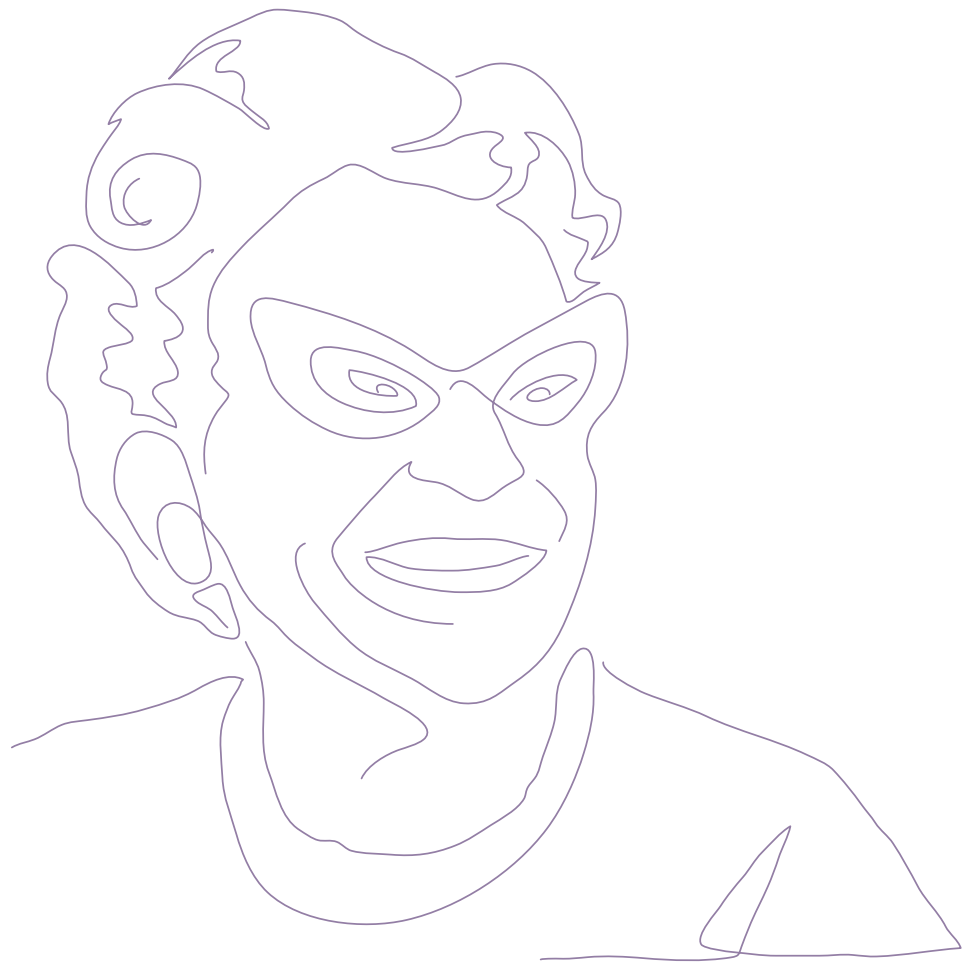
RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Editora Letramento. Belo Horizonte, 2017.

_____. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres, 1., 2006, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UFBA, 2006.

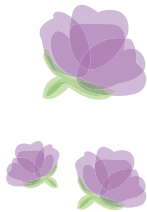
SILVA, Thamirys Souza. *Estudo da organização sociopolítica e cultural das mulheres ribeirinhas da comunidade de São Lázaro em Caapiranga/AM*. Manaus: UFAM, 2014. 83 p. (Série Texto Técnico-Científico, CNPq).

SILVA, Éder Dias da *et al.* Representações Sociais de Mulheres Amazônicas sobre o Exame Papanicolau: implicações para a saúde da mulher. In: *Escola Anna Nery de Enfermagem*, dez, 12 (4): 685-92, 2008.

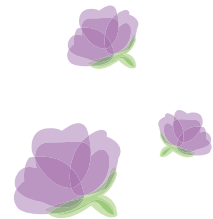




Seção



E



**Participação e Representação
política de Mulheres**



Vivências e Incentivos de uma Liderança: legado de uma mulher de luta e resistência em uma localidade do litoral do Nordeste Paraense

Experiencias e Incentivos de una Líder: legado de una mujer de lucha y resistencia en un lugar de la costa del Nordeste de Pará

Experiences and Incentives of a Leader: legacy of a woman of struggle and resistance in a location on the coast of Northeast Pará

Layse Rosa Miranda da Costa

Lourdes Gonçalves Furtado

Resumo: Este artigo tem como objetivo, por meio da abordagem etnobiográfica, relatar a trajetória da senhora *Ângela*, uma antiga liderança comunitária de Marudá, que deixou seu legado entre os/as moradores/as da localidade situada no município de Marapanim, litoral Nordeste Paraense. A metodologia utilizada incluiu observação participante e entrevistas semiestruturadas. Conclusões preliminares indicam que narrar a vida da senhora *Ângela* como liderança é também contar a história das mobilizações das/os moradoras/es em busca de apoio político e econômico, além de resistência e produção da existência coletiva. Suas ações tiveram impacto significativo nos âmbitos político, econômico e simbólico da localidade, especialmente no contexto do universo da pesca artesanal.

Palavras Chave: Liderança. Legado. Etnobiografia. Resistência. Marudá/PA.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo, a través de un enfoque etnobiográfico, relatar la trayectoria de la señora *Ângela*, ex líder comunitaria de Marudá, que dejó su legado entre los habitantes de la localidad ubicada en el municipio de Marapanim, en la costa noreste de Pará. La metodología utilizada incluye observación participante y entrevistas semiestructuradas. Las conclusiones preliminares indican que narrar la vida de señora *Ângela* como líder es también contar la historia de las movilizaciones de los vecinos en busca de apoyo político y económico, así como de resistencia y producción de existencia colectiva. Sus acciones tuvieron un impacto significativo en los ámbitos político, económico y simbólico de la localidad, especialmente en el contexto del universo pesquero artesanal.

Palabras Claves: Liderazgo. Legado. Etnobiografía. Resistencia. Marudá/PA.

Abstract: This article aims, through an ethnobiographical approach, to report the trajectory of Mrs. *Ângela*, a former community leader from Marudá, who left her legacy among the residents of the locality located in the municipality of Marapanim, on the northeast coast of Pará. The methodology used includes participant observation and semi-structured interviews. Preliminary conclusions indicate that narrating Mrs. *Ângela's* life as a leader is also telling the story of the residents' mobilizations in search of political and economic support, as well as resistance and production of collective existence. Their actions had a significant impact on the political, economic and symbolic spheres of the locality, especially in the context of the artisanal fishing universe.

Keywords: Leadership. Legacy. Ethnobiography. Resistance. Marudá/PA.

Layse Rosa Miranda da Costa – Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, na Universidade Federal do Pará.. E-mail: laysecosta83@gmail.com

Lourdes Gonçalves Furtado – Antropóloga, Pesquisadora Titular U-III MCTI/Museu Emilio Goeldi- COCHS-Área de Antropologia-Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos (LAMAQ) & Instituto Histórico e Geográfico do Pará/Sócia Efetiva- Cadeira No. 3, Patronímica Alfredo Aníbal Ladislau. E-mail: lourdes-furtado@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo busca, a partir da abordagem etnobiográfica, enfatizar e compreender as mobilizações de resistência e ressignificações de homens e mulheres de Marudá/PA ao longo do tempo, principalmente das mulheres, que foram e são as que se mobilizam de forma mais significativa na localidade em vários espaços, como político, econômico e simbólico. Dessa forma, a compreensão das dinâmicas e mobilizações ocorrerá a partir da história e trajetória da senhora *Ângela*¹, uma antiga liderança de Marudá que deixou seu legado entre as/os moradoras/es da localidade.

Para contar a trajetória das mobilizações de senhora *Ângela* em Marudá, recorro às abordagens da etnobiografia que, segundo Marco Antônio Gonçalves (2012), consiste no produto de uma relação a partir da interação entre pessoas situadas em suas respectivas vidas e culturas, tendo como pano de fundo suas percepções sobre a alteridade (GONÇALVES, 2012:29), ou seja, é o produto de uma construção entre interlocutores e pesquisadores. No contexto desta pesquisa, a interação entre senhora *Ângela* quanto interlocutora e eu quanto pesquisadora, irei expressar a produção que nossos conhecimentos em contextos diferenciados produziram de forma entrelaçada para contar sobre suas atuações como liderança comunitária.

As atuações da senhora *Ângela* reverberaram nos setores político, econômico e simbólico, principalmente no universo da pesca artesanal. Mais adiante, descreverei de forma detalhada suas atuações, mas é importante frisar que, ao falar de Marudá, é inevitável não mencionar a pesca artesanal, pois a trajetória do povo marudaense não deve ser contada sem a história dos pescadores e pescadoras. Suas histórias de vida estão intrinsecamente ligadas a essa atividade.

A atividade pesqueira artesanal integra a rotina dos habitantes de Marudá nos setores econômicos, sociais e simbólicos de forma significativa. Assim, a pesca se configura como um universo amplo, que vai além da captura de espécies aquáticas, pois engloba simbologias, conhecimentos tradicionais passados de gerações para gerações ligados à atividade pesqueira, celebrações de santos e santas da religião católica e outras expressões que demonstram o modo de vida nesse contexto, como o carimbó.

O carimbó é uma manifestação cultural que, desde setembro de 2014, foi tombada como patrimônio imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Segundo Bruna Fuscaldo (2015), o carimbó manifesta o modo de vida das populações haliêuticas² e rurais do Estado do Pará. As composições de um dos mestres mais conhecidos de carimbó do Estado do Pará, o Mestre Lucindo, que era *filho*³ de Marapanim, demonstra essas expressões em suas músicas, como "*O Pescador*" e "*Lma Lmar*".

O universo haliêutico ou da pesca artesanal, desde as construções de estradas e rodovias na década de 1950, tem passado por mudanças ocasionadas pelos impactos da modernização. No entanto, mesmo diante dessas transformações, há continuidades, visto que muitos que se originam e vivem nesse território se reinventam, ressignificam e resistem com suas atividades diante dos impactos da modernização, pois, como afirma Paula Montero (1992), o

¹ Vale ressaltar que os nomes originais das/os interlocutoras/es serão substituídos por nomes fictícios com o objetivo de manter o anonimato.

² As populações haliêuticas são aquelas que possuem sua base econômica e modos de vida estabelecidas no manejo da pesca e da coleta em ambientes costeiros e ribeirinhos, pela tecnologia tradicional e pela dinâmica da demanda social de povoados, vilas e cidades de pequeno e médio portes (FURTADO, 2002:7).

³ O termo *filho* e *filha* é utilizado pelos habitantes de Marapanim para designar aqueles que nasceram e são de origem na localidade

sistema capitalista e a modernização têm impactos significativos nas adaptações e resistência desses grupos.

Atualmente, por conta do atravessamento do processo de modernização, a pesca artesanal não é mais a principal fonte de renda dos moradores, como ocorria nas décadas de 1970, 1980 e 1990, conforme afirmado por pesquisadores como Lourdes Furtado (1987), Petrônio Lauro Teixeira Potiguar Junior (2002) e Arian da Costa Nery (1995). Inclusive, muitos pescadores e pescadoras se afastaram da atividade, e muitos jovens demonstram pouco interesse por ela no que tange à prática voltada para o setor econômico, pois buscam por novas formas de ampliarem sua renda, de acordo com que pude observar.

Assim, a pesca artesanal se tornou uma atividade econômica complementar à renda familiar de muitas famílias, resultado de conflitos e insatisfações do povo da antiga vila de pescadores de Marudá, tanto em questões políticas quanto sociais e econômicas. Mais à frente, mencionarei sobre alguns conflitos, insatisfações e resistência por parte das moradoras e moradores da localidade, porém, o universo da pesca está além da captura de espécies aquáticas, pois é um modo de vida, se manifesta nas simbologias, como já mencionado, nos carimbós, nas festividades de santas e santos católicos e no lazer.

Este artigo é um desdobramento de minha dissertação de mestrado, que está em andamento. Pesquiso sobre Marudá desde o ano de 2016, através do projeto chamado Recursos Naturais e Antropologia Social em Comunidades Pesqueiras Amazônicas (RENAS), do Museu Paraense Emílio Goeldi, no qual fui bolsista de iniciação científica. Através dos projetos que elaborei juntamente com minha orientadora desde aquele período, a Professora e Doutora Lourdes Furtado, que continua sendo minha orientadora no mestrado, pude conhecer a senhora *Ângela*. Iniciei minhas pesquisas sobre Marudá em 2016, mas minha primeira pesquisa de campo na localidade para realizar a observação participante ocorreu no ano de 2018. As interlocuções com os moradores presentes neste trabalho ocorreram de 2018 até o presente, pois, após esse período, realizei pesquisas de campo em 2022, 2023 e 2024, sendo as três últimas já no contexto do mestrado.

A Professora e Doutora Lourdes Furtado pesquisou na localidade nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Em nossos diálogos, ela sempre destaca que a senhora *Ângela* era uma grande liderança comunitária. Sempre relata que foi sua orientadora de campo, sendo uma líder comunitária em Marudá muito bem vista por muitos. Assim como foi orientadora de campo da professora Lourdes, também foi para mim, intermediando o contato entre alguns moradores e eu, além de me acompanhar e ajudar durante as entrevistas.

Sendo assim, a motivação para escrever sobre a senhora *Ângela* está ligada à importância que ela possui tanto para a localidade quanto para a ciência. Sua atuação incentivou muitos pesquisadores a desenvolverem projetos e a se dedicarem à pesquisa, graças à sua proatividade e à busca por uma melhor qualidade de vida coletiva ao longo dos anos em que esteve entre nós – a senhora *Ângela* faleceu em outubro de 2023.

O despertar para escrever sobre a senhora *Ângela* também ocorreu durante a disciplina obrigatória do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), na Universidade Federal do Pará (UFPA), chamada *Métodos Avançados em Ciências Sociais (Antropologia)*, no ano de 2021, ministrada pela Professora e Doutora Luísa Dantas, onde, em uma das aulas, a atividade era construirmos um personagem ou restituir da fala de algum(a) interlocutor/a. Logo, a primeira

pessoa que me veio em mente foi a senhora *Ângela*. Sendo assim, este trabalho tem, também, o objetivo de homenageá-la.

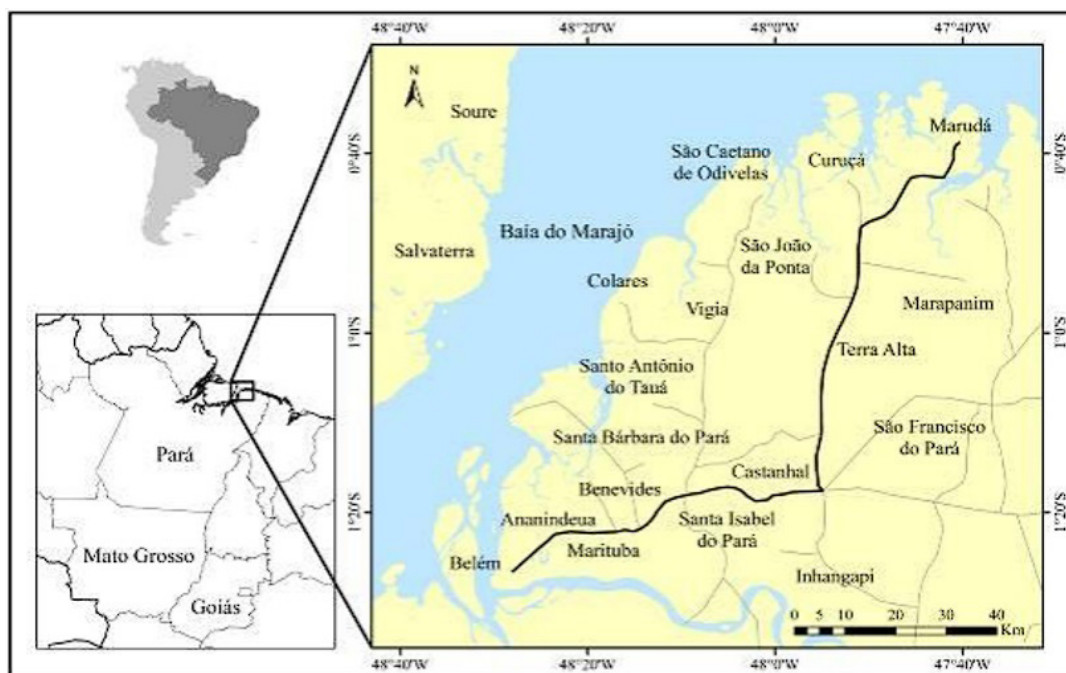
A pesquisa é composta por entrevistas semiestruturadas e abertas, seguindo as orientações de Lima (2016), que enfatiza a importância de não deixar o entrevistado ou entrevistada constrangido, buscando criar um ambiente confortável. O roteiro de perguntas serve como ponto de partida, mas sem a rigidez de parecer um interrogatório.

Dessa forma, almejo que este trabalho possa influenciar e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que reconheçam e respeitem as particularidades e o modo de vida dessa população. Também desejo contar a trajetória de uma mulher que movimentou e lutou por políticas públicas que valorizassem as moradoras e os moradores de uma localidade na região amazônica.

1. Local da Pesquisa

Marudá é um dos distritos do município de Marapanim, localizado no litoral do Nordeste Paraense e fundada no ano de 1914 (FURTADO, 1987), inserido na Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, Unidade de Conservação que foi oficializada no ano de 2014. De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o município possui 26.573 habitantes e uma área territorial de 804,625 km² (IBGE, 2022).

Figura 1- Mapa da área de estudo e acesso a partir de Belém.



Fonte: Naraiana L. Benone (2018, p. 378, *apud* FURTADO, D.C, 2019).

Marudá possui oito bairros, sendo o bairro do *Sassego* e o bairro do *Alegre* os mais antigos. A pesquisa enfatiza esses dois bairros pois o campo me direcionou para eles. A rede de interlocutores com quem tenho contato e interação foi se ampliando entre esses contextos. Acredito que a presença da professora Lourdes Furtado nesses bairros nas décadas de 1970 e 1980 contribuiu para abrir caminhos para que eu tivesse acesso e diálogo com os moradores

locais. Percebi que houve um encontro entre campos, ou seja, entre gerações na pesquisa de campo, tanto da professora Lourdes e eu quanto com os interlocutores.

Figura 02- Imagem via satélite de Marudá, enfatizando os bairros Sossego e Alegre



Fonte: Google Earth, 2023 (adaptação inspirada em FURTADO, D.C, 2019:379).

Vale ressaltar que Marudá é uma antiga vila pesqueira, pois, atualmente, a partir de minhas observações em campo e também da literatura – como Diego Furtado (2019), Marcia Santos (2020) e o Relatório Socioambiental Referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha, no Município de Marapanim, Estado do Pará (2014), feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) –, muitas residências que pertenciam aos pescadores/as foram vendidas para turistas, o que levou muitos dos residentes a buscarem outras ocupações habitacionais. Logo, as especulações imobiliárias passaram a se intensificar com o turismo sem planejamento.

2. Contextualizando Brevemente a Atividade Pesqueira Artesanal: o modo de vida em suas mudanças e continuidades impactadas pelo processo de modernização.

Abordando brevemente a atividade pesqueira, pois, como mencionado na introdução, a história de Marudá não pode ser contada sem a história do pescador e da pescadora, visto que suas histórias de vida estão atreladas a ela, a atividade pesqueira artesanal integra de forma fundamental a rotina dos habitantes de Marudá, sendo um setor no qual a senhora *Ângela* atuou de forma significativa. Na época, a dinâmica de mercado capitalista influenciou no alto poder predatório da pesca artesanal – tanto a local quanto a realizada por barcos de outros municípios, que são considerados invasores pelos pescadores e pescadoras locais – e da pesca industrial, sendo a primeira enfatizada neste trabalho e na atuação da antiga líder comunitária.

Segundo Furtado (1987), muitos conflitos começaram a surgir naquele período, ocasionados pela construção de estradas e rodovias, que foram desenvolvidas com maior infraestrutura para automóveis a partir da década de 1950. Nesse momento, o processo de modernização e globalização passou a impactar a localidade e os modos de vida de forma mais significativa.

O turismo sem planejamento teve início, e a pesca artesanal com alto poder predatório para venda nos médios e grandes centros comerciais, como Belém e Castanhal, passou a ser facilitada pelas estradas (FURTADO, 1987:3). Todas essas mudanças influenciaram os modos de vida da localidade, pois suas atividades passaram a atender demandas externas, enquanto os moradores locais ficavam sem amparo dos gestores das instituições governamentais.

Isso resultou em desamparo político para as pescadoras e pescadores artesanais da região, especulação imobiliária – devido à venda de propriedades para turistas, que passaram a ser moradores sazonais, principalmente em períodos de férias e feriados –, e outros conflitos ocasionados pelos “barcos de fora”, que, segundo os interlocutores, invadiam as áreas de pesca que pertenciam aos estuários marapanienses, trechos onde as águas salgadas do mar (oceano) e as águas doces dos rios se encontram (CADERNO DA PESCA, 2004). Esses fatores influenciaram na sobrepesca e nos perigos no meio aquático, pois muitos conflitos entre pescadores surgiam dessas disputas, segundo relato das pescadoras e, principalmente, dos pescadores, que eram os que mais se envolviam na captura.

Importante salientar que outro conflito mais interno eram as questões de gênero. Cristina Maneschy (1995), que pesquisou em municípios do nordeste paraense, ressaltou a importância dos papéis desempenhados pelas mulheres tanto no processo produtivo da pesca quanto na manutenção doméstica das famílias de pescadores; porém, essas atividades eram invisibilizadas, e a atuação dos homens no ato da captura era vista como a ação mais importante do processo produtivo da pesca artesanal pelos homens e, até mesmo, por muitos pesquisadores.

Com a modernização impactando alguns municípios do Nordeste Paraense, a atividade pesqueira tornou-se mais tecnológica, conforme as exigências do mercado capitalista. Como resultado, as tarefas realizadas antes e após a captura foram substituídas por novas ferramentas, levando as mulheres a buscarem outras formas de contribuir para a renda familiar, através de trabalhos relacionados ao processo de modernização.

No seio deste importante segmento da sociedade amazônica, identificam-se tensões e conflitos que recentemente têm mobilizado esse contingente de forma mais ou menos organizada. As comunidades através de suas lideranças tomam consciência de sua capacidade de ação e de mobilizar seus pares, fazer alianças com outras associações e movimentos congêneres, bem como articular com instituições parlamentares, acadêmicas e Ongs para reverter o quadro adverso enfrentado (FURTADO, 2004:72).

Logo, diante desses conflitos, senhora *Ângela* atuou de forma significativa em busca de amparo para os pescadores e pescadoras em um momento que a Reserva Extrativista Marinha não era oficializada e, como já mencionado anteriormente, através de sua proatividade, conseguiu fomentos tanto em aliança com pesquisadoras/es de instituições como o Museu Paraense Emilio Goeldi quanto com a Universidade Federal do Pará; além de, através do contato com esses pesquisadores, ter acesso a outros editais de fomento que a possibilitava criar projetos que ajudassem a comunidade. Nesse sentido, senhora *Ângela* implantou vários projetos com as mulheres, incentivando a autonomia, principalmente econômica. Observei isso no diálogo de uma das interlocutoras:

...Ela não só me ajudou como ajudou muitas mulheres daqui-tu não tem ideia. Teve uma época em que ela implantou um projeto para as mulheres, onde recebeu uma verba. Com esse dinheiro, comprou um monte de máquinas de costura, e a gente ia lá aprender a costurar. A gente tinha oficinas... (Claudia, 2023).

Até o ano de 2014, a localidade não estava inserida em uma Reserva Extrativista Marinha, logo, os questionamentos da comunidade ressaltando a falta de amparo e de uma gestão governamental que contemplasse os que vivem na localidade eram frequentes e recorrentes e, mesmo após a oficialização da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, as indagações e críticas por parte dos habitantes que vivem na localidade é recorrente. Pode-se observar essas insatisfações nas pesquisas de Marcia Santos (2020), que fala sobre a construção da Reserva Extrativista Mestre Lucindo e no relatório socioambiental sobre a criação da Resex, produzido pelo Instituto Chico Mendes da conservação da Biodiversidade (ICMBIO), no ano de 2014.

Catharine Prost (2018) destaca que as Reservas Extrativistas Marinhas alcançaram diversas conquistas. No Estado do Pará, por exemplo, representantes das comunidades frequentemente se reuniam em encontros comunitários para discutir várias demandas locais, incluindo a gestão dos recursos naturais em benefício da vida social das populações. No entanto, apesar dos avanços para o meio ambiente e as comunidades, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. Os danos ambientais persistem, e muitas populações tradicionais, especialmente aquelas com vulnerabilidades econômicas e políticas, não são adequadamente beneficiadas ou protegidas por essas políticas públicas e instituições ambientais. Isso me fez refletir sobre o contexto de Marudá, pois é um fato relatado pelos interlocutores, e que era muito enfatizado pela senhora *Ângela*, a falta de diálogo com os Conselhos Deliberativos⁴ da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo.

3. Trajetória e Legado de uma Mulher de Resistência

Senhora *Ângela* (1932-2023) era uma mulher cheia de histórias, lutas e vontades. Tive o primeiro contato com ela no ano de 2018 e tivemos longas conversas por dias e dias. Morava em Marudá/PA desde a década de 1960, com aproximadamente 28 anos de idade, e, a partir de sua chegada do Estado de Maranhão – pois era maranhense –, passou a se questionar sobre diversas desigualdades que estava observando. A senhora *Ângela* não me explicou em detalhes, mas a professora Lourdes Furtado me relatou que *Ângela* contava que sua motivação para vir ao Pará foi seu marido, que, na época, era um viajante marítimo – não nos foi relatado detalhadamente como atuava –, trabalhando para uma empresa de navios que fazia viagens para vários lugares do Brasil, dentre esses lugares, o Estado do Pará. A partir desse trabalho, eles passaram a residir em Belém e em Marudá, tendo residências em ambos os locais. Alguns anos depois, embora não saibamos exatamente o período, ele se aposentou, e eles passaram a residir oficialmente em Marudá, onde construíram laços afetivos com a localidade e com as pessoas.

Alguns anos depois, passou a se organizar juntamente com as moradoras e moradores, em busca de melhores condições de trabalho para os pescadores; de moradia; financiamentos para ajudar em causas voltadas para a autonomia das mulheres da localidade. A partir de suas mobilizações, foi nomeada como liderança da Associação de Moradores, chamada também de Centro Comunitário de Marudá, na década de 1970. No final da década de 1990, não quis mais estar à frente, pois

⁴ O Conselho Deliberativo da RESEX é composto por representantes da população local, de associações comunitárias, além de órgãos municipais e federais e as comunidades da RESEX (SANTOS, 2020:9).

se sentia cansada e não tinha a mesma energia física para se mobilizar, além de seu marido, que enfrentava vários problemas de saúde. Ainda assim, gostaria de continuar contribuindo na luta e na busca por qualidade de vida para as moradoras e moradores.

Ela se descrevia como "*cara de pau*", pois dizia que não tinha receios em buscar benefícios para a comunidade. Alguns pesquisadores começaram a realizar estudos na localidade na década de 1970, e, conseqüentemente, muitos financiamentos de instituições passaram a chegar em Marudá. Diante disso, ela me disse:

Quando alguns chegavam pra fazer pesquisa aqui, eu perguntava se eles iriam ajudar os moradores, os pescadores e as mulheres, eu pedia ajuda mesmo. Olha, muitos barcos foram reformados, redes de pesca de boa qualidade. Os pescadores viveram muito bem nessa época, porque eu corria atrás, e eles também. A gente tinha muita ajuda. Agora, não tem é nada. (Ângela, 2018)

Enquanto andávamos pelas ruas do bairro do Sossego, em Marudá, era perceptível a forma como as pessoas a olhavam, com olhares cheios de admiração. Por onde passava, todos acenavam, e ela fazia pausas para conversar com algumas pessoas. Alguns falavam sobre diversas angústias, pediam conselhos, reclamavam dos gestores e do cotidiano. Ela me disse que sentia muita falta da energia que tinha para fazer as coisas na comunidade, mas que, naquele momento, já se sentia cansada e precisava dar atenção ao marido, que estava doente. Disse também que sentia saudades de como eram as festividades religiosas, onde sempre havia carimbó e todos dançavam (inclusive ela).

Segundo ela, era uma forma de reunir todas e todos os/as amigos/as, moradores e até os pesquisadores que apareciam por lá – muitos dos quais, segundo ela, se tornaram seus grandes companheiros e companheiras de luta, entre eles a professora Lourdes Furtado.

Pude perceber que, aparentemente, era uma mulher extremamente tranquila, pois falava de forma calma e conversava com todos com muita paciência, mas também inquieta, pois, além de cuidar da casa e do marido que estava doente, tinha muitos desejos, principalmente em relação às mulheres de Marudá. Compartilhou comigo um de seus desejos:

Meu sonho é reunir as mulheres daqui na associação. Queria muito que tivesse oficina como tinha antes, pra ajudar as mulheres daqui. Sinto que as mulheres precisam se organizar melhor. Meu sonho é voltar com o grupo de mulheres, como tinha antes. A gente tinha oficina de costura e de várias outras coisas. (Ângela, 2018)

Assim, por meio de projetos promovidos pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, bem como por outras instituições, conquistados pela professora Lourdes e pela senhora *Ângela* nas décadas de 1980 e 1990, homens e mulheres receberam muitos apoios e recursos, incentivando a autonomia dessas moradoras e moradores. Sendo assim, a senhora *Ângela* sempre buscava ajudar a comunidade da melhor forma possível.

Alguns interlocutores me relataram que a senhora *Ângela* os incentivava a buscar e reconhecer seus direitos como cidadãos – pude observar esses incentivos durante as pesquisas de campo, inclusive nos momentos em que caminhávamos juntas. Em uma das entrevistas que realizei com uma pescadora durante minha primeira pesquisa de campo, no ano de 2018, na presença da senhora *Ângela*, ela disse a seguinte frase para a pescadora, referindo-se a mim:

Olha, aproveita e pergunta as coisas pra ela, conversa com ela, vai que ela pode te ajudar com alguma coisa. Quando a gente pergunta e conhece as coisas, é mais fácil de se defender. A gente precisa ser curioso e perguntar as coisas mesmo. A gente já não tem ajuda do governo, então precisamos saber das coisas e se movimentar. (senhora Ângela, 2018)

No contexto da entrevista, a interlocutora afirmava que não tinha informações nem diálogos com a gestão da colônia de pescadores e não sabia como buscar seus direitos, apesar de ser associada. Ela não conhecia detalhadamente seus direitos. No entanto, a senhora *Ângela* incentivava que “fossem atrás”, ou seja, que buscasse seus direitos como cidadã. Mesmo não sendo tão atuante como quando liderava o centro comunitário, devido aos cuidados com o marido e sua própria saúde, ela continuava a incentivar as pessoas.

Outro ponto que pude analisar ao longo desses anos de pesquisa é que, nos espaços que frequentei, não visualizava lideranças femininas atuando de forma proativa como a senhora *Ângela*.

No entanto, em maio de 2024, na pesquisa de campo mais recente que realizei na localidade, pude dialogar com as mulheres e perceber que, após a pandemia da Covid-19, houve a necessidade de se reunirem coletivamente, como através da reativação da Associação de Mulheres Pesqueiras de Marudá (AMAPEM)⁵. As demandas atuais da AMAPEM são o incentivo ao empoderamento feminino e ao empreendedorismo comunitário através do artesanato, como forma de atenuarem suas dificuldades socioeconômicas. Antes, a motivação, não muito diferente das motivações atuais, era de se fortalecerem e buscarem formas de complementar a renda familiar, visto que a atividade pesqueira direcionada ao mercado capitalista estava em declínio por conta da sobrepesca e dos conflitos mencionados na seção anterior, relacionados à pesca artesanal.

Carla Moreira (2024) afirma que a participação nesses espaços não ocorreu de maneira espontânea e simples. Em muitas localidades do litoral do Pará, a motivação para as mobilizações de mulheres surge da necessidade de sobrevivência diante de dificuldades econômicas e do sofrimento psíquico causado pela falta de incentivos políticos e de autonomia socioeconômica. Essas condições fomentam a criação de grupos de ajuda coletiva, e a AMAPEM foi reativada nesse contexto, segundo as mulheres com quem dialoguei.

A senhora *Ângela* foi amplamente mencionada pelas mulheres (conversei brevemente com 11 delas em uma roda de conversa), pois ela fazia parte da AMAPEM na década de 1990. Elas afirmaram ter sido beneficiadas pelas iniciativas dela e iriam buscar seguir seus passos, alinhando-se às demandas atuais da comunidade. Embora nem todas sejam pescadoras profissionais⁶, a maioria das participantes – partir de 40 anos – pareciam estar unidas, pois se sentem acolhidas ao compartilhar inquietações e angústias semelhantes. Essas preocupações agora envolvem não apenas a atividade pesqueira, mas também a busca por qualidade de vida na saúde pública e questões econômicas, que são as demandas mais enfatizadas por elas.

⁵ Durante o mês de maio de 2024, realizei minha pesquisa de campo mais recente. Durante todos esses anos pesquisando na localidade, eu não sabia da existência da AMAPEM, pois não haviam mencionado a associação para mim. No entanto, durante esta última ida a campo, tive a oportunidade de entrar em contato com as mulheres da AMAPEM, que, como já mencionado, reativaram a associação recentemente. Não mencionaram o período que ficou inativada, mas sua fundação ocorreu no ano de 1992. Esses dados ainda estão em análise e necessitam de mais pesquisas de campo.

⁶ Pescadoras e pescadores artesanais profissionais são aqueles que estão associados à colônia de pescadores. As colônias são sindicatos que representam os pescadores artesanais profissionais com o objetivo dar suporte junto às esferas governamentais.

Já as jovens mulheres, entre 13 e 20 anos, com quem conversei – um total de três – durante as pesquisas de campo que realizei nos anos de 2022 e 2023, são incentivadas pelos mais velhos – as mães dessas jovens fazem parte da AMAPEM atualmente – a buscarem educação em locais com universidades públicas, com o objetivo de atenuar as dificuldades socioeconômicas e vulnerabilidades da região, além de não precisarem lidar com os conflitos relacionados à atividade pesqueira artesanal. Como consequência, elas não mostram interesse em seguir o mesmo caminho da maneira como a senhora *Ângela* seguiu. Porém, mesmo que não possuam esse interesse, o desejo de ocupar espaços como as universidades, em busca de melhor qualidade de vida, é um ato de resistência que a senhora *Ângela* também incentivava na juventude.

Maria da Glória Gohn (2007) afirma que a participação feminina em diferentes mobilizações tem constituído a maioria das ações coletivas públicas e que o conjunto dessas ações une categorias sociais que criam sujeitos e produzem movimentos sociais. Em Marudá, observei que as mulheres são as que mais se mobilizam, e a senhora *Ângela* abriu esse caminho, visto que era uma liderança que atuava em busca de políticas públicas e projetos de apoio à comunidade e à pesca. No entanto, devido à escassez de apoio político e econômico e, conseqüentemente, de pesquisas na área, as atuais lideranças ainda não possuem fomentos e projetos vinculados a instituições acadêmicas e governamentais. Mesmo assim, o legado dela persiste, principalmente através de seus exemplos e incentivos e da memória que deixou como liderança em Marudá. Sua memória e exemplo continuam a inspirar as atuais lideranças, conforme relataram.

É importante destacar que a maioria das mulheres com quem interajo, exceto duas, ocupam cargos de coordenação ou participam ativamente das atividades das igrejas católicas da comunidade. Todas as mulheres que fazem parte da AMAPEM também atuam nesses espaços. Espaços onde também atuam de forma coletiva em constante comunicação, diálogos e atividades vinculadas ao universo simbólico. Marudá é formada por cinco comunidades entre os bairros do Sossego e Alegre.

Nessas áreas, elas se organizam para as celebrações tradicionais de santos e santas, muitas das quais têm uma conexão simbólica com as águas e a pesca. A maioria delas vêm de famílias ligadas à pesca, embora nem todas estejam tão envolvidas quanto as gerações anteriores, como mencionei anteriormente. Senhora *Ângela* era extremamente engajada nesses espaços, principalmente na paróquia de São Pedro, o padroeiro dos pescadores e pescadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante sua vida, a senhora *Ângela* foi uma grande liderança, cujo legado permanece vivo. Mesmo com sua saúde debilitada e demandas familiares que exigiam sua atenção, como a saúde frágil de seu marido, ela atuou de forma ativa e assertiva, articulando com a academia e instituições parlamentares em busca de qualidade de vida para a localidade em que vivia. Conforme afirma Montero (1992), a modernidade impacta diversas categorias ao longo do tempo, e o sistema capitalista e a modernização influenciam as transformações desses grupos. Assim, os atores sociais, especialmente os envolvidos na pesca, têm se adaptado ao longo do tempo na região, particularmente as mulheres, que enfrentam a desigualdade de gênero e buscam resistir com as poucas ferramentas e incentivos políticos disponíveis.

Falar da história de Marudá sem falar da senhora Ângela, é o mesmo que não ta contando a história direito. Eu e todos que estamos nessa missa sabemos do legado que essa mulher

de fé deixou para Marudá. Ela fez muito por Marudá. (Padre que realizou a missa de sétimo dia da senhora Ângela, 2023)

Esta frase (acima) foi citada pelo Padre que celebrou a missa de sétimo dia de senhora *Ângela*, na paróquia de São Pedro, localizada no bairro do Sossego. Ele atua no município de Castanhal, mas, pelo carinho e gratidão que possuía pela senhora *Ângela* durante o tempo que atuava como padre em Marudá, foi para a localidade somente para celebrar a missa dedicada a ela. Senhora *Ângela* faleceu aos 90 anos de idade, no mês de outubro de 2023, três dias antes de eu retornar para o campo. Fique sabendo da notícia através das plataformas digitais, por uma interlocutora da localidade. Pude estar presente na missa.

Logo, este trabalho buscou, ao longo de minha trajetória nesta pesquisa até o momento, evidenciar as vivências e atuações de senhora *Ângela* como liderança de Marudá/PA a partir das ferramentas que adquiri tanto por meio das minhas experiências teóricas e metodológicas quanto, conseqüentemente, meus aprendizados pessoais, nos quais meu universo subjetivo se encontra com outros universos.

A etnobiografia é uma dessas teorias, que, metaforicamente falando, são remos que me ajudam a navegar nessas análises e compreensões de outras realidades, mesmo sendo atravessada por muitas semelhanças, visto que minha própria vivência, enquanto mulher negra, periférica e amazônica de Belém, capital do Estado do Pará, pesquisando em contextos litorâneos, vivencia desigualdades, conflitos, particularidades e resistência:

Neste sentido, o conceito de etnobiografia empregado aqui não é uma tentativa de produzir uma visão autêntica de dentro procurando “apreender um ponto de vista nativo”, mas sim um modo de definir a complexa forma de representação do outro que se realiza enquanto construção de diálogo, em que o cineasta e o antropólogo estão diretamente implicados. (GONÇALVES, 2012:2).

Sendo assim, o dinamismo e esforço da senhora *Ângela*, juntamente com os homens e mulheres de Marudá, em busca de uma melhor qualidade de vida, ao longo dos anos, motivaram muitos pesquisadores a criarem projetos e a se dedicarem à pesquisa. Eu fui uma dessas pesquisadoras que se sentiu, e ainda se sente, inspirada a produzir conhecimento de forma colaborativa, pois, como afirma Gonçalves (2012), meu objetivo é expressar, através da escrita, a construção do diálogo e da produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

CADERNO DA PESCA. *Informes de pesquisa*. Organização e edição: Lourdes Furtado, Adriana de Aviz e Graça Santana. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v.2, 2004.

FURTADO, Diogo. Entre pesca e turismo balnear: Alternativos engajamentos dos moradores de Marudá (Amazônia Atlântica) ao trabalho. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.12, n.4, ago/out 2019:375-399. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6690>> .

FURTADO, Lourdes. *Currálistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará*. CNPQ, Museu Paraense Emílio Goeldi (coleção Eduardo Galvão). 1987.

FURTADO, Lourdes. *Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. Conflitos ambientais no Brasil*. Organizador Henri Acselrad. – Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Heinrich Böll, 2004: 62-79. Disponível em: <<https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acselrad-Henri.pdf>>

FURTADO, Lourdes. Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Série Antropologia*, v.18, n.1, 2002: 3-26.

FUSCALDO, Bruna. O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil. *Revista CPC*, São Paulo, n.18, dez. 2014/abril 2015:81-105. Disponível em: <[file:///C:/Users/Dell/Downloads/revistacpc,+74966-126693-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/revistacpc,+74966-126693-1-PB%20(4).pdf)>

GOHN, Maria da Glória. Mulheres—atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 11, 2007:41-70.

GONÇALVES, Marco. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Viveiros de Castro Editora Ltda: Ipanema, 2012.

IBGE. *Cidades e Estados. Marapanim, Estado do Pará*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/marapanim.html>>. Acesso em 05 maio, 2024.


INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Relatório Socioambiental Referente à Proposta de Criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de Marapanim, Estado do Pará*. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stores>>. Acesso em: 16 novembro, 2020.

IPHAN. *Pará comemora três anos de registro do carimbó com debate sobre salvaguarda*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4312/para-comemora-tres-anos-de-registro-do-carimbo-com-debate-sobre-salvaguarda>>. Acesso em: 23 maio, 2024.

LIMA, Marcia. *O uso da entrevista na pesquisa empírica. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco qualitativo*. Sesc São Paulo/CEBRAP. São Paulo, 2016: 24-41.

MANESCHY, Maria. A mulher está se afastando da pesca? continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: série antropologia*, Belém, 1995:145-166. Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/821>>

MONTERO, Paula. Dilemas da modernidade no mundo contemporâneo. *Cadernos de campo*, São Paulo, 1992. pp 52-68. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/40304>>



MOREIRA, Carla. Redes de Solidariedade e Justiça Socioambiental: a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará. Seminário Internacional América Latina e Caribe (5.: 2023- 2024: Belém, PA). *Anais [recurso eletrônico] / 5º Seminário Internacional América Latina e Caribe*; Edna Maria Ramos de Castro, Eunápio Carmo (Orgs.). — Belém: NAEA, 2024: 1236-1248. Disponível em: <https://sialat2024.com.br/wp-content/uploads/2024/04/13.GT-04_MOREIRA.docx>.

NERY, Arian. Traços da tecnologia pesqueira de uma área tradicional na Amazônia – Zona do Salgado - Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*, Belém, v. 11, n. 2, p. 199-293, 1995.

POTIGUAR JUNIOR, Petrônio. Um exercício etnográfico sobre a migração de pescadores no nordeste do Pará. Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal. *Coleção Eduardo Galvão: Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém. 2002:91-108.

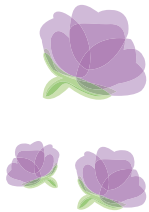
PROST, Catherine. Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso? *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, novembro 2018:321-342. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58351>>.

SANTOS, Marcia. *Conflitos socioambientais, desafios e possibilidades da gestão compartilhada: o caso da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, em Marapanim-PA*. Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/13463/1/Dissertacao_ConflitosSocioambientaisDesafios.pdf>

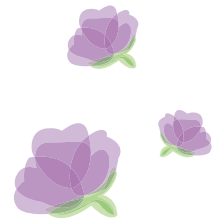




Seção



F



Entrevista



ENTREVISTA – DENISE MACHADO CARDOSO

Denise Machado Cardoso é Antropóloga e Historiadora, Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA-UFPA). Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Atua no Comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia (CAV-ABA). Coordena o Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI) e o Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (VISAGEM). Realiza projetos audiovisuais em municípios do arquipélago do Marajó, pesquisa usos do ciberespaço por povos originários e políticas públicas de ações afirmativas na UFPA.

Parceira em eventos do GEPEM e demais atividades, nestes 30 anos de presença no meio universitário, seu percurso acadêmico e de militância política inspiraram o convite da Comissão Editorial para esta entrevista.

Memórias, Visagens, Viagens entre Povos Originários**RGA – Quando começou o interesse em estudos sobre relações sociais de gênero?**

DMC – O interesse pelas diferenças de gênero era presente desde a minha adolescência e, embora não soubesse que já haviam estudos específicos sobre as questões que envolvem o masculino e o feminino, eu questionava algumas regras sociais baseadas nos fatos das pessoas serem homens ou mulheres. Lia revistas e romances que me instigavam sobre algumas situações vivenciadas por mulheres nas matérias jornalísticas e nas personagens de romances como *O Cortiço*, *Capitães de Areia*, *Paraguenses*, entre outros. Ao ingressar no curso de graduação em História, eu me surpreendi quando “descobri” que havia na biblioteca Central da Universidade Federal do Pará uma estante com vários livros sobre este assunto. Foi uma grata surpresa para mim e passei a ler as obras nos intervalos de aulas. Desde então, o interesse pelo tema passou a ser uma constante em termos da minha vivência acadêmica.

**RGA – Quais as preocupações quando descobriste o “ser mulher”?**

DMC – Durante a infância, eu era a única menina em meio aos meus irmãos e primos e desde essa época percebia que não poderia participar de determinadas brincadeiras por ser uma mulher. Mesmo que brincasse em casa com meus irmãos, eu não poderia fazê-lo na rua ou quando houvesse a participação de meninos de outras famílias. Esta situação me inquietava, pois, junto com tais interditos, vinham as prescrições quanto ao vestuário, ornamentos nos cabelos, posturas corporais, e várias regras sociais. Além disso, eu sentia vontade de realizar tarefas junto com meu pai, mas era impedida porque “não era coisa de menina”.

Em casa, percebi ao longo dos anos que minha mãe era uma pessoa questionadora e sempre se posicionava de maneira crítica em relação às diferenças relativas às oportunidades de trabalho, à participação nos espaços públicos de lazer e nas questões de estudo. Desse modo, a primeira feminista que conheci foi Dona Deusa, minha mãe. Ela não se declarava como uma mulher feminista,

tal como ocorria com inúmeras outras mulheres, mas suas falas e ações eram inspiradas no que consideramos ser próprio deste movimento social. Era recorrente o incentivo ao trabalho remunerado e à construção da casa própria, além do apoio aos estudos, às viagens, ao amor, à liberdade e independência, sem perder de vista a valorização da feminilidade e a luta por justiça social.

Além dos conselhos voltados para a conquista da autonomia financeira e intelectual, minha mãe sempre indicava suas preferências de atrizes, cantoras e mulheres que atuavam na cena política nacional. Dentre as mulheres que ela considerava admiráveis, destaco, por exemplo, as atrizes Leila Diniz e Luz Del Fuego, as cantoras Maysa e Dolores Duran, e a psicóloga Marta Suplicy.

Ao longo de décadas, eu a ouvia falar como era importante a mulher ser independente e se posicionar diante da desigualdade marcada pelas diferenças entre os sexos. Somada às orientações inspiradas em práticas feministas, houve o incentivo à leitura e outras fontes de conhecimento. Sempre em busca por novas informações, Dona Deusa era uma pessoa atenta ao que ocorria no mundo, e por isso “devorava” jornais e revistas, assistia assiduamente aos telejornais, ouvia programa de rádio, conversava e buscava conhecer de maneira pormenorizada os principais acontecimentos. Era autodidata e conseguia conhecer as coisas, pessoas e lugares a partir desta busca incessante.

Cresci ouvindo e observando minha mãe se posicionar contra a desigualdade de gênero. Começou a trabalhar à revelia da opinião de meu pai, que preferia tê-la como uma “mulher do lar”. Creio que ela o convenceu trazendo evidências do quanto seria benéfico para nossa família ter uma fonte de renda a mais, como de fato ocorreu. Assim, ela foi trabalhar na fábrica Souza Cruz e passou a ter sua dupla jornada de trabalho, mantendo as tarefas de casa com aquelas de sua nova função.

Sempre trago em mente seu sorriso, suas falas contundentes, seu posicionamento incisivo, suas “brincas”, seu orgulho em ter filhos e filha estudiosos. Quando eu e meus dois irmãos nos tornamos adultos, ela expressava que nós lhe demos uma das principais satisfações, que era ter possibilitado a formação de suas “crias”. Por certo, um feito que foi conquistado mediante a luta pelas condições favoráveis à nossa inserção e conclusão em curso superior. Ao ler “Sejamos todos feministas”, de Chimamanda Adichie (2015), deparei-me com as ideias apresentadas por minha mãe há décadas e que ainda hoje ressoam tão atuais.



Com Fernando, meu irmão mais velho (1967).

RGA – Como os estudos de Gênero foram influenciados pelo Grupo de Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero Eneida de Moraes (GPEM)?

DMC – Conheci o GPEM quando procurei orientação para elaborar meu projeto de mestrado, em 1995. Nesse período, eu tinha interesse em estudar a gravidez na adolescência e, ao buscar orientação para realizar pesquisa sobre este tema, recebi a sugestão de procurar por Luzia Álvares, coordenadora do GPEM. Conversamos em várias oportunidades e sobre diferentes assuntos, sempre tendo como foco a proposta de estudo sobre mulheres. Lembro dos relatos sobre minha trajetória e o interesse demonstrado por Luzia Álvares em meu percurso estudantil e acadêmico, perguntando sobre várias questões que me levaram até ela.

Foi durante uma dessas conversas que tive a grata surpresa ao descobrir que aquela mulher que tanto me ouvia com atenção era a mesma que assinava a coluna “Panorama”, do Jornal *O Liberal*. A

alegria que senti foi indescritível porque eu lia as suas críticas sobre os filmes exibidos nos cinemas de Belém. Um prazer imenso ao ler a coluna quando o filme ia ser lançado e quando a relia após assistir ao filme.

Ao mesmo tempo em que me sentia feliz por estar convivendo com Luzia Álvares, eu me sentia realizada por estar frequentando, mesmo que espaçadamente, o grupo de pesquisa que ela coordenava juntamente com outras pesquisadoras e pesquisadores. O grupo, criado em 1994, partiu da ideia de estudar mulheres e inspirado na trajetória de Eneida de Moraes. Ao longo dos anos, o tema foi ampliado para estudos de gênero e o grupo se tornou um ponto de referência na Amazônia.



Com Luzia, Luciana e Angélica, no 24º aniversário do GEPEM.

O GEPEM faz parte da Rede Norte de Pesquisa sobre Gênero (Redor), e atua em várias frentes, em parceria com instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e movimentos sociais. Com esse perfil de atuação, várias são as possibilidades de atuação e engajamento de sua equipe. Nesse contexto, tive a oportunidade de participar em eventos promovidos por órgãos do governo em suas diferentes instâncias, proferi palestras e ministrei cursos, coordenei mesas em eventos do próprio GEPEM e publiquei artigo em revista do grupo.

Por indicação de Luzia Álvares, participei como representante do GEPEM, na condição de Consultora *Ad Hoc*, no Comitê do Prêmio Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2014/2016), tendo a oportunidade de contribuir com ações voltadas para que empresas de grande porte (públicas e privadas) incentivassem a equidade de gênero e raça. No contexto deste comitê, interagi com pessoas que haviam se tornado referência em meus estudos sobre relações sociais de gênero.

As professoras Marlise Matos (UFMG) e Jussara Reis Prá (UFRGS) foram duas dessas pessoas com quem tive a honra de interagir nas oportunidades em que o Comitê do Prêmio Pró-Equidade de Gênero e Raça desenvolvia as reuniões, oficinas e eventos de premiação. Suas obras na área da Ciência Política foram de grande valia nas pesquisas que desenvolvi sobre o protagonismo de mulheres, além dos estudos sobre cidadania e participação política. Conhecê-las pessoalmente nestas condições e contexto me proporcionou uma imensa satisfação pelo fato de considerá-las importantes pesquisadoras no tema vinculado aos marcadores sociais gênero e raça.

RGA – Atualmente, como te sentes nos estudos sobre as teorias de gênero e os marcadores sociais?

DMC – Durante o mestrado em Antropologia Social, eu realizei pesquisa sobre o trabalho da mulher na pesca – trabalho invisibilizado que está sendo evidenciado devido à mobilização das mulheres pescadoras. As leituras de obras referenciais como, por exemplo, as de Angélica Motta-Maués (1993), Cristina Maneschy (1995), Ligia Simonian (1995; 1998) e Edna Alencar (1993) tornaram-se leituras basilares para o debate que se iniciava no que se refere à desconsideração da importância da produção realizada pelas mulheres.

A partir das leituras sobre mulheres e pesca, percebi que, além da atividade pesqueira, elas desenvolvem múltiplas tarefas que não se restringem aos aspectos produtivos, pois realizam várias outras atividades que são evidenciadas nas práticas políticas, festivas, educacionais e de lazer. A partir destes estudos realizados no âmbito do mestrado, ampliei as propostas de pesquisa envolvendo no

doutorado o protagonismo político das mulheres. Desde então, as pesquisas que desenvolvo estão relacionadas às relações sociais de gênero, tendo como “pano de fundo” o debate acerca dos impactos que a lógica do binarismo e da dualidade se fazem presentes nas sociedades ditas modernas e/ou ocidentais. A hierarquização aplicada ao binarismo impacta sobremaneira nas relações sociais, tornando-as desiguais e, conseqüentemente, a visão binária e dualista não determina por si só a desigualdade, mas a maneira como as pessoas aprendem a estabelecer valores (no caso o masculino e o feminino) influencia na construção de privilégios.

Os projetos de pesquisa que desenvolvi neste período do final da década de 1990 traziam esta base teórica que enfatizava a mulher no trabalho, ou a mulher na política, ou a saúde da mulher, e assim por diante. A partir do doutorado, ampliei o escopo teórico e, desde então, realizo estudos sob diferentes perspectivas, tendo as questões de gênero presentes em todas elas, mas acrescentando o debate da interseccionalidade.

Em décadas de formação, os estudos que realizo geralmente envolvem as relações sociais e a diversidade se apresenta em relação à sexualidade, educação, trabalho e profissões, expressões artísticas e ativismo político. As atuais propostas de estudo que coordeno estão baseadas nas discussões apresentadas por Lélia Gonzalez, bell hooks, Angela Davis, Beatriz Nascimento, Judith Butler, Ramon Reis, Mônica Conrado, Débora Diniz, Isadora França Ribeiro e tantas outras pessoas que se debruçam nas investigações acerca de gênero, raça, classe como marcadores sociais da diferença. Para além do binarismo que sustentava os debates teóricos em fins do século XX, é relevante considerar a interseccionalidade e não apenas um ou outro marcador social.

As realidades de mulheres parteiras no arquipélago do Marajó, as mulheres indígenas e os usos que fazem da internet para fortalecer seus povos, a inserção de pessoas quilombolas nas universidades, a mobilização de pessoas trans para obtenção de ações afirmativas no Ensino Superior, são alguns temas que dedico aos meus estudos e que exigem superação de interpretações sustentadas em binarismos. A pluralidade e diversidade não permitem que as pesquisas sobre relações sociais de gênero se restrinjam a apenas um aspecto que marque socialmente as pessoas. Desse modo, os projetos de pesquisa e de extensão levam em consideração as demandas, vozes, olhares e percepções dos grupos sociais aos quais envolvo nas práticas investigativas e de ensino que desenvolvo no âmbito acadêmico e não acadêmico.



Com amigas: Kátia, do povo Munduruku, e Irluza, do povo Apiaká, em evento na França (2023)